

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

PORTO VELHO - 2016
MARÇO, 2015

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do Exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das IN TCU nº 63/2010 e 72/2013, das DN TCU nº 146/2015 e da Portaria-TCU nº 90/2014, Portaria CGU nº321, de 30 de novembro de 2015 e Decisões Normativas - TCU nº 146, e 147 de 2015 bem como com as orientações do órgão de controle interno.

Unidades Consolidadas:

campus Ariquemes
campus Cacoal
campus Colorado do Oeste
campus Guajará-Mirim
campus Ji-Paraná
campus Porto Velho “Calama”
campus Porto Velho “Zona Norte”
campus Vilhena

Unidades Jurisdicionada Consolidadora:

Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO

PORTO VELHO
MARÇO 2016

Presidenta da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro da Educação
RENATO JANINE RIBEIRO

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
MARCELO MACHADO FERES

Reitor
UBERLANDO TIBURTINO LEITE

Pró-Reitor de Administração
ARIJOAN CAVALCANTE

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
DAUSTER SOUZA PEREIRA

Pró-Reitor de Ensino
MARIA FABIOLA DE ASSUMPÇÃO SANTOS

Pró-Reitor de Extensão
MARIA GORETH REIS

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
GILMAR ALVES JÚNIOR

DIRETORES DOS CAMPUS

Ariquemes - OSVINO SCHIMIDT

Cacoal - DAVYS SLEMAN

Colorado do Oeste - LARISSA FERRAZ BEDOR

Guajará-Mirim - VAGNER SCHOABA

Ji-Paraná - FERNANDO ANTÔNIO REBOUÇAS

Porto Velho “Calama” - MARCOS APARECIDO ATILES

Porto Velho “Zona Norte” - MIGUEL FABRÍCIO ZAMBERLAN

Vilhena - AREMILSON ELIAS DE OLIVEIRA

EXPEDIENTE

Gislaine Cristina Rodrigues de Souza, Gleiciane Santos Oliveira(Gabinete da Reitoria)

Jéssica Cristina Pereira Santos, Arijuan Cavalcante dos Santos e Nirce Vera Loras (Pró-Reitoria de Administração e Planejamento)

Dauster Souza Pereira, Gilberto Paulino da Silva (Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional)

Maria Fabíola de Assumpção, Silvana Francescon Wandroski e Zenete Ruiz (Pró-Reitoria de Ensino)

Maria Goreth Reis, Ândrea Francischini Leal (Pró-Reitoria de Extensão)

Gilmar Alves Júnior, Gisele Cavalcante (Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação)

Debora Gonçalves, Jaqueline Almeida de Andrade (Diretoria de Gestão de Pessoas)

Fábio Mamoré Conde - Marcos Rogério de Oliveira Azevedo (Diretoria de Gestão da T.I.)

Ricardo Luiz Bergamini(ASCOM)

- Izaqueu Chaves de Oliveira - Varlei Gomes de Oliveira(Campus Ariquemes)

Adilson Miranda de Almeida - Ingrid Letícia Menezes Barbosa - Edmilson Maria de Brito(Campus Cacoal)

Mayuma Martins Santana - Licimara da Silva Nicola - Eduardo Noberto de Aquino(Campus Colorado do Oeste)

Gean Batista de Lima - Herbert Rodrigo Colares Benigno - Juliana Braz da Costa(campus Guajará-Mirim)

Edson Carlos Cunha - Luis Ribeiro Medeiros - Renata Jeremias(Campus Ji-Paraná)

Mauro Guilherme F. Bezerra - Ismaelson Costa de Moura - Emerson de Araújo Alves(Campus Porto Velho “Calama”)

Gilberto Laske - Adriana Pacheco Faria - Adriano Marcos Dantas da Silva(Campus Porto Velho “Zona Norte”)

Camila Girioli Sales Pereira - Maria Aparecida Boaventura - Cinthia Alves Pereira Mattos(Campus Vilhena)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTRON – Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares de Rondônia
AGU - Advocacia Geral da União
AROM – Associação Rondoniense de Municípios
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD – Cargo de Direção
CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social
CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEPLAC – Comissão Executiva do Plantio de Lavoura Cacaueira
CGU – Controladoria-Geral da União
CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econômica
CONACOBAM – Conselho das Associações do Médio e Baixo Madeira
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
COPEX – Comissão Permanente de Exames
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUP – Conselho Superior
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia
DE – Dedicção Exclusiva
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DGTI – Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação
DINTER – Programa de Doutorado Interinstitucional
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
EaD – Educação à Distância
EFA – Escolas Família Agrícola
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
EPCT – Educação Profissional Científica e Tecnológica
EMDUR - Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FEDCA – Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
FEMMIC – Feira dos Municípios e Mostra de Iniciação Científica
FG – Função Gratificada
FIC - Formação Inicial e Continuada
FUNTEC – Fundação Educacional Tecnológica e Cultural de Rondônia
GRPU – Gerencia Regional do Patrimônio da União
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IDARON – Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia
IELTS – International English Language Testing System
IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFAC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
IFAP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IFB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFES – Instituto Federal do Espírito Santo
IFMS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IFPR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISSN – Internacional Standard Serial Number
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC – Ministério da Educação
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MINTER – Programa de Mestrado Interinstitucional
MJ – Ministério da Justiça
MP – Ministério Público
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAPNE – Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
OCI – Órgão de Controle Interno
PAC – Plano Anual de Capacitação
PAE – Política de Assistência Estudantil
PAF – Programa de Assentamento Familiar
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PGF – Procuradoria Geral Federal
PIBIC-Jr - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PIBIT - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNDH – Plano Nacional de Direitos Humanos
PPA – Plano Plurianual
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos
PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
PROPESP – Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
PROPLAD – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

REAPAE – Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil
RFP – Renda Familiar Per Capta
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RG – Relatório de Gestão
RP – Restos a Pagar
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SDH – Secretaria dos Direitos Humanos
SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária
SEAS – Secretaria Estadual de Assistência Social
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação
SEJUS – Secretaria de Estado da Justiça de Rondônia
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIGA-EPT – Sistemas Integrado de Gestão Acadêmica
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TECNEP - Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais
TCU – Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UG – Unidade Gestora
UGE – Unidade Gestora Executora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UGR – Unidade Gestora Responsável
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UO – Unidade Orçamentária
UPC - Unidade Prestadora de Contas
USP – Universidade de São Paulo

Sumário

Sumário	9	
Lista de ilustrações	12	
Lista de tabelas	13	
1	VISÃO GERAL DAS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE COMPÕEM O RELATÓ- RIO DE GESTÃO	1
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada	1
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	2
1.3	Organograma Funcional	2
1.4	Macroprocessos Finalísticos	29
1.4.1	Ensino	29
1.4.2	Pesquisa e Inovação	31
1.4.3	Extensão	31
1.5	Campus Ariquemes	32
1.6	Campus Cacoal	34
1.7	Campus Colorado do Oeste	39
1.8	Campus Guajará-Mirim	51
1.9	Campus Ji-Paraná	52
1.9.0.1	Indicativos do investimento e da produção científica dos servidores e alunos no IFRO Câmpus Ji Paraná para ano 2015.	58
1.10	Campus Porto Velho Calama	59
1.11	Campus Porto Velho Zona Norte	69
1.12	Campus Vilhena	75
2	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	80
2.1	Planejamento da Unidade	80
2.2	Planejamento Organizacional	80
2.3	Desempenho Orçamentário	82
2.3.0.1	Unidades Prestadoras de Contas - UPC	83
2.3.1	Quadro – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	83
2.3.1.1	ações de Orçamento de Investimento	92
2.3.1.2	Valores gastos com Publicidade	96
2.3.1.3	Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	97
2.3.1.4	Quadro – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS	97
2.4	Apresentação e análise de indicadores de desempenho	101
2.5	Apresentação e análise dos Indicadores Gerenciais	103
3	GOVERNANÇA	105
3.1	Estrutura de Governança	105
3.2	Atuação da Unidade de Auditoria Interna	106

3.2.1	Estratégia de Atuação:	106
3.3	Sistema de Correição:	110
3.3.1	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	110
3.3.1.1	gestão de Riscos e Controles Internos	110
4	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	112
4.1	Canais de Acesso do Cidadão	112
4.2	Carta de Serviços ao Cidadão	113
4.3	Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços	113
4.4	Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada	113
4.4.1	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	114
4.4.2	Plano de Desenvolvimento Institucional	119
4.4.3	Relatório de Gestão	125
4.4.4	Consulta à Comunidade	128
4.4.5	Ouvidoria	129
4.4.6	Portal Institucional	129
4.5	Avaliação do Desempenho da Unidade Jurisdicionada	129
4.6	Medidas Relativas à Acessibilidade	129
5	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	131
5.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	131
5.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	131
5.3	Balanço Financeiro de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório Gestão 2015.	131
5.3.0.1	Balanço Financeiro de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório de Gestão 2015. - Anexo	132
5.3.0.2	Balanço Orçamentário de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório de Gestão 2015. - Anexo	132
5.3.0.3	Balanço Patrimonial de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório de Gestão 2015. - Anexo	132
5.3.0.4	Demonstrações das Variações Patrimoniais de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa - Relatório de Gestão 2015. - Anexo	132
5.3.0.5	Demonstrações de Fluxo de caixa de acordo com a Lei 4.320/64 - Nota Explicativa - Relatório de Gestão 2015. - Anexo	132
5.3.1	Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas	132
5.3.2	Declarações de Conformidade	134
6	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	137
6.1	Estrutura de pessoal da unidade	137
6.1.1	Relação entre servidores efetivos e temporários.	137
6.1.2	Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	137
6.1.2.1	Distribuição da Força de Trabalho	138
6.1.3	Custos de PESSOAL	141
6.1.4	Irregularidades na área de pessoal	142
6.1.5	Riscos identificados na gestão de pessoas	142
6.1.6	Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos	143
6.1.6.1	Absenteísmo	144

6.1.6.2	TURNOVER/ ROTATIVIDADE	145
6.1.7	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	145
6.1.8	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	145
6.2	Política de Capacitação	146
6.3	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	149
6.3.1	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	149
6.3.2	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	149
6.3.2.1	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	149
6.3.3	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	149
6.3.3.1	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	149
6.3.3.2	Análise Crítica	152
6.3.4	Composição do Quadro de Estagiários	172
6.4	Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	174
6.5	Gestão do Patrimônio e Infraestrutura	176
6.5.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	176
6.6	Gestão do Patrimônio Imobiliário	188
6.6.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	188
6.6.2	Cessão de espaços físicos e Imóveis a órgãos e Entidades Públicas ou privadas	190
6.6.2.1	informações sobre imóveis locados de terceiros	192
6.6.3	Principais Obras e serviços de engenharia nas unidades	193
6.6.3.1	Obras executadas nas Unidades	194
6.7	Gestão da Tecnologia	195
6.7.1	Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.	195
6.8	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	199
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	202
7.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	202
7.2	Tratamento de Recomendações do OCI	202
7.3	Tratamento de Determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU	202
7.4	Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício	202
7.4.1	Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	206
7.4.2	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	211
7.4.3	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	212
7.4.4	Alimentação SIASG e SICONV	213
7.4.4.1	Ações de Publicidade e Propaganda	213
7.5	Demonstrações da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto na Lei 8.666/1993	213

8	ANEXOS E APÊNDICES	215
8.0.1	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei 4.320/64	215
8.0.1.1	Sistemática de Apuração de Custos	215
8.0.1.2	Balanço Financeiro de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório de Gestão 2015.	215
8.0.1.3	Balanço Orçamentário de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório de Gestão 2015.	215
8.0.1.4	Balanço Patrimonial de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório de Gestão 2015.	215
8.0.1.5	Demonstrações das Variações Patrimoniais de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa - Relatório de Gestão 2015.	215
8.0.1.6	Demonstrações de Fluxo de caixa de acordo com a Lei 4.320/64 - Nota Explicativa - Relatório de Gestão 2015.	215
8.0.1.7	Informações sobre Conformidade Contábil	215
8.0.1.8	Tratamento Contábil	215
8.0.1.9	Declaração do Contador	215

Lista de ilustrações

Figura 1	– Sistema de Acesso à Informação e-ouve	112
Figura 2	– SÍTIO INSTITUCIONAL DA PRODIN.	114
Figura 3	– PRODIN - DADOS INSTITUCIONAIS.	114
Figura 4	– PRODIN - DADOS INSTITUCIONAIS: CARGOS E FUNÇÕES.	115
Figura 5	– PRODIN - DADOS INSTITUCIONAIS: INDICADORES.	115
Figura 6	– PRODIN - DADOS INSTITUCIONAIS: QUADRO DE PESSOAL - DOCENTES.	116
Figura 7	– PRODIN - RSC/IFRO	116
Figura 8	– PRODIN - DADOS INSTITUCIONAIS: PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.	117
Figura 9	– PRODIN - Consultas públicas à Comunidade	117
Figura 10	– PRODIN - DADOS INSTITUCIONAIS: RELATÓRIO DE GESTÃO.	118
Figura 11	– PRODIN - ESTATÍSTICAS.	118
Figura 12	– SÍTIO INSTITUCIONAL DA PRODIN VOLTADO À CONFECÇÃO DO PDI.	119
Figura 13	– PDI - COMISSÕES.	119
Figura 14	– PDI - COMISSÃO CENTRAL.	120
Figura 15	– PDI - COMISSÕES LOCAIS.	120
Figura 16	– PDI - COMO PARTICIPAR.	121
Figura 17	– PDI - DOCUMENTOS: CRONOGRAMA.	121
Figura 18	– PDI - DOCUMENTOS: DOCUMENTOS NORTEADORES.	122
Figura 19	– PDI - DOCUMENTOS: O QUE É.	122
Figura 20	– PDI - EIXOS TEMÁTICOS.	123
Figura 21	– PDI - EIXOS TEMÁTICOS: DEFINIÇÕES.	123
Figura 22	– PDI - EIXOS TEMÁTICOS: SUBMISSÕES.	124
Figura 23	– PDI - VERSÕES.	124
Figura 24	– PDI - ESTATÍSTICAS.	125
Figura 25	– SÍTIO INSTITUCIONAL DA PRODIN VOLTADO À CONFECÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO.	125

Figura 26 – RELATÓRIO DE GESTÃO: CAPÍTULOS.	126
Figura 27 – RELATÓRIO DE GESTÃO: DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS.	126
Figura 28 – RELATÓRIO DE GESTÃO: COMISSÕES.	127
Figura 29 – RELATÓRIO DE GESTÃO: O QUE É.	127
Figura 30 – RELATÓRIO DE GESTÃO - ESTATÍSTICAS.	128
Figura 31 – SÍTIO INSTITUCIONAL DA PRODIN VOLTADO CONSULTAS GERAIS DO IFRO.	128
Figura 32 – SÍTIO INSTITUCIONAL - OUVIDORIA IFRO.	129
Figura 33 – PORTAL INSTITUCIONAL IFRO.	130
Figura 35 – DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES TÉCNICOS DA T.I.	198
Figura 34 – DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES ANALISTAS DA T.I.	198
Figura 36 – Quadro– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno	203

Lista de tabelas

Tabela 1 – QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.	1
Tabela 2 – QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL - CONTINUAÇÃO.	2
Table 3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – REITORIA COMPLETO (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).	3
Table 4 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – REITORIA RESUMIDO (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).	4
Table 5 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – REITORIA RESUMIDO – PRÓ-REITORIA DE ENSINO (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).	8
Table 6 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – REITORIA RESUMIDO – PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).	9
Table 7 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – REITORIA RESUMIDO – PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).	10
Table 8 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – REITORIA RESUMIDO – PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).	11
Table 9 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – REITORIA RESUMIDO – PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).	12
Table 10 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – REITORIA RESUMIDO – DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).	13
Table 11 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – CAMPUS ARIQUEMES (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).	14
Table 12 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - CAMPUS CACOAL (RESOLUÇÃO n° 4/CONSUP/IFRO, de 9 de abril de 2013).	16
Table 13 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – CAMPUS COLORADO DO OESTE (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).	18

Table 14 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – CAMPUS JI-PARANÁ (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).	21
Table 15 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – CAMPUS PORTO VELHO “CALAMA” (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).	23
Table 16 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - CAMPUS PORTO VELHO “ZONA NORTE” (RESOLUÇÃO n° 4/CONSUP/IFRO, de 9 de abril de 2013).	25
Table 17 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – CAMPUS VILHENA (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).	27
Tabela 18 – Unidades Gestoras-IFRO	83
Tabela 19 – QUADRO A. - AÇÕES - OFSS.	83
Tabela 20 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA	84
Tabela 21 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA	84
Tabela 22 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA	85
Tabela 23 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA	85
Tabela 24 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA	86
Tabela 25 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA	86
Tabela 26 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA	87
Tabela 27 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA	87
Tabela 28 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA	88
Tabela 29 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA	89
Tabela 30 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA	90
Tabela 31 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA	90
Tabela 32 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA	91
Tabela 33 – AÇÕES DE INVESTIMENTO	92
Tabela 34 – AÇÕES DE INVESTIMENTO	93
Tabela 35 – AÇÕES DE INVESTIMENTO	94
Tabela 36 – DESPESA POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	94
Tabela 37 – DESPESA POR GRUPO DE ELEMENTOS	95
Tabela 39 – Restos a Pagar - OFSS	96
Tabela 38 – GASTOS COM PROPAGANDA	96
Tabela 40 – Restos a Pagar - OFSS	97
Tabela 41 – Restos a Pagar - OFSS	97
Tabela 42 – Restos a Pagar - OFSS	98
Tabela 43 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	99
Tabela 44 – RESULTADOS DOS INDICADORES - ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005	101
Tabela 45 – RESULTADOS DOS INDICADORES - ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005	103
Tabela 46 – Sistema de Acesso à Informação e-sic	113
Tabela 47 – TRATAMENTO DA DEPRECIAÇÃO	132
Tabela 48 – Sistemática de apuração de custos	133
Tabela 49 – Sistemática de apuração de custos	133
Tabela 50 – QUADRO A. - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.	134

Tabela 51 – QUADRO A. - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.	135
Tabela 52 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	136
Tabela 53 – QUADRO A.6.1.1.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.	138
Tabela 54 – QUADRO A.6.1.1.2. DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	139
Tabela 55 – QUADRO A.6.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.	141
Tabela 56 – INDICADOR GERENCIAL - ABSENTEÍSMO	144
Tabela 57 – INDICADOR GERENCIAL - ROTATIVIDADE	145
Tabela 58 – AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	147
Tabela 59 – QUADRO DEMONSTRATIVO DA TITULAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	148
Tabela 60 – OUTROS CURSOS DE FORMAÇÃO	149
Tabela 61 – QUADRO A.7.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - REITORIA.	150
Tabela 62 – QUADRO A.6.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E LOCAÇÃO DE MÃO-DE OBRA	151
Tabela 63 – QUADRO A.6.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - CÂMPUS ARIQUEMES.	153
Tabela 64 – QUADRO A.6.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - CÂMPUS CACOAL.	154
Tabela 65 – QUADRO A.6.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - CÂMPUS COLORADO DO OESTE.	155
Tabela 66 – QUADRO A.7.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - CAMPUS JI-PARANÁ.	156
Tabela 67 – QUADRO A.7.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - CÂMPUS PORTO VELHO “CALAMA”. . . .	157
Tabela 68 – QUADRO A.7.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - CÂMPUS PORTO VELHO “ZONA NORTE”. . . .	158
Tabela 69 – QUADRO A.7.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - CÂMPUS VILHENA.	159
Tabela 70 – QUADRO A.7.2.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - REITORIA.	160
Tabela 71 – QUADRO A.7.2.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CÂMPUS ARIQUEMES.	161
Tabela 72 – QUADRO A.7.2.2.2. - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CÂMPUS CACOAL.	162
Tabela 73 – QUADRO A.7.2.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CÂMPUS COLORADO DO OESTE.	163
Tabela 74 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	165

Tabela 75 – QUADRO A. - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CAMPUS JI-PARANÁ.	167
Tabela 76 – QUADRO A.7.2.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CÂMPUS PORTO VELHO “CALAMA”.	168
Tabela 77 – QUADRO A.7.2.2 .1- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CÂMPUS PORTO VELHO “ZONA NORTE”.	169
Tabela 78 – QUADRO A.7.2.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CAMPUS VILHENA.	170
Tabela 79 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA- CAMPUS VILHENA	171
Tabela 80 – QUADRO A.6.2.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.	173
Tabela 81 – Contratos Analisados Desoneração da Folha	175
Tabela 82 – QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO - REITORIA.	177
Tabela 83 – MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS - REITORIA	178
Tabela 84 – IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULO - REITORIA.	179
Tabela 85 – CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA - REITORIA.	180
Tabela 86 – QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO - ARIQUEMES.	181
Tabela 87 – MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS - ARIQUEMES.	181
Tabela 88 – IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS - ARIQUEMES.	182
Tabela 89 – CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA - ARIQUEMES.	182
Tabela 90 – QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO - CACOAL	183
Tabela 91 – MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS - CACOAL	183
Tabela 92 – e) Idade média da frota, por grupo de veículos	184
Tabela 93 – Custo de Manutenção da Frota	184
Tabela 94 – Frota de Veículos Automotores	185
Tabela 95 – Média anual de Quilometros Rodados	185
Tabela 96 – Idade Média dos Veículos	186
Tabela 97 – Custos associados a Manutenção da Frota	186
Tabela 98 – UANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO	187
Tabela 99 – MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS	187
Tabela 100– IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS	187
Tabela 101– CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA	188
Tabela 102– DISTRIBUIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS	188
Tabela 103– Cessão de Espaço Físico	190
Tabela 104– Cessão de espaço físico	191
Tabela 105– Cessão de espaço físico	192
Tabela 106– Cessão de espaço físico	193
Tabela 107– BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	193
Tabela 110– Principais obras e Serviços	194
Tabela 108– Principais obras e Serviços	194
Tabela 109– Principais obras e Serviços	194
Tabela 111– Principais obras e Serviços	195
Tabela 112– Quadro– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno	204
Tabela 113– Quadro– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno	204

Tabela 114–Quadro– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno . . .	205
Tabela 115–Quadro– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno . . .	205
Tabela 116–Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	206
Tabela 117–Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	207
Tabela 118–Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	208
Tabela 119–Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	209
Tabela 121–Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	210
Tabela 120–Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	210
Tabela 122–Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	211
Tabela 123–QUADRO A.11.5 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.	213

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento aos princípios que regem a administração Pública Federal e em atendimento às normas reguladoras expedidas pelo TCU, IN TCU nº 63/2010 e Portaria TCU 321/2015, em conformidade com a DN 146 do TCU, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO apresenta o seu Relatório de Gestão do exercício 2015 aos órgãos de controle e à comunidade em geral, de forma a relatar as práticas de gestão aplicadas no período.

O presente relatório, está estruturado conforme as orientações da Portaria do TCU nº 321/2015, cuja recomendação que sejam apresentados os seguintes capítulos, na ordem. Apresentação; Elementos pré-textuais; Capítulo 1, Visão Geral das Unidades Prestadoras de Contas - UPCs; Capítulo 2, Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário; Capítulo 3, Sistemas de Governança; Capítulo 4, Relacionamento com a Sociedade; Capítulo 5, Desempenho Financeiro e Informações Contábeis; Capítulo 6, Áreas Especiais da Gestão; Capítulo 7 Informações sobre a Conformidade da Gestão e Atendimento de Demandas de órgãos de Controle.

Levando em consideração o roteiro acima apresentado e, considerando a característica administrativa do Instituto, o IFRO apresentará um Relatório de Gestão Consolidado, agrupando informações de todos os campi (Unidades Gestoras) e da Reitoria

Esclarecemos que não se aplicam à Unidade Prestadora de Contas - UPC, os seguintes itens definidos em Portaria do TCU: Informações sobre remuneração paga a Administradores, tendo em vista o IFRO não ser empresa estatal; Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008; Informações sobre custos de produtos e serviços; informações sobre suprimento de fundos; Cartão Corporativo do Governo Federal e Suprimento de Fundos conta tipo B., Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976, Composição Acionária das Empresas Estatais, Relatório da Auditoria Independente, em razão de que o IFRO é uma Autarquia Federal e sua contabilidade é executada no SIAFI. Os itens que se aplicam a realidade do IFRO e que não há conteúdo a ser declarado são: Informações sobre Programas Temáticos, Programa Temático do PPA, são de responsabilidade dos Ministérios das áreas afins, cabendo a nossa autarquia a responsabilidade na execução das ações inseridas nos respectivos programas e demonstradas em item próprio deste relatório; Reconhecimento de Passivos. Da mesma forma, o item - Informações sobre custos de produtos e serviços não se aplica ao IFRO, estando as informações que cabem a esta UJ prestar, distribuídas ao longo do capítulo 5. Transferências de Recursos ; Renúncias sob a Gestão da UJ . Do mesmo modo, não há conteúdo a ser apresentado para o Item - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio, em virtude de que o Instituto não estabeleceu vínculo com fundação de apoio no exercício de 2015.

O Instituto Federal de Rondônia atuou, em 2015, com 09(nove) unidades sendo 01(uma) Reitoria e 08(oito) *campi* – *campus* Ariquemes, *campus* Cacoal, *campus* Colorado do Oeste, *campus* Ji-Paraná, *campus* Porto Velho Calama e *campus* Porto Velho Zona Norte e Vilhena. Além dessa estrutura, o Instituto atuou também na oferta de educação à Distância em 17 (dezesete) polos (Alta Floresta do Oeste, Buritis, Candeias do Jamarí, Cerejeiras, Costa Marques, Cujubim, Espigão do Oeste, Guajará-Mirim, Jarú, Machadinho do Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia, Nova Mamoré, Ouro Preto, Pimenta Bueno São Francisco do Guaporé e São Miguel do Guaporé). Com esta abrangência, atendemos em 2015, cerca de 10.000(dez mil) estudantes, nas modalidades, Presencial e EAD, em cursos de oferta continuada e cursos técnico-profissionalizantes de curta duração.

Dentre as principais realizações do IFRO no exercício de 2015, podemos destacar: a) a conclusão de importantes obras de Infraestrutura nos *campi*, em especial as obras de construção do *campus* Guajará-Mirim; b) a aquisição de equipamentos para estruturação de sistemas de informação; c) a celebração de Termos de Cooperação para a formação e capacitação de servidores; d) realização de eventos de fomento a pesquisa e a inovação; e) aumento no número de servidores do quadro do Instituto; g) consulta às comunidades para o cargo de Diretores- Gerais em 04(quatro) campi; h) desenvolvimento e consolidação de ferramentas e soluções sistêmicas; i) implantação e consolidação de ferramentas de controle social (e-sic e e-ouv) , entre outras que estão descritas ao longo do presente relatório.

Pincipais Realizações da Gestão no Exercício

Pró-Reitoria de Ensino

No Instituto Federal de Rondônia as políticas de Ensino foram delineadas a partir das necessidades sociais, econômicas e culturais, respeitando as questões de diversidade cultural, de preservação ambiental e dos novos modelos de desenvolvimento sustentável para o planeta e, em particular, para a região amazônica, tomando a educação profissional, científica e tecnológica como bem público a ser preservada e estimulada por todos os agentes envolvidos neste processo. Todas as ações do ensino se pautarão no desenvolvimento da consciência do papel social que deveremos desempenhar na construção de uma sociedade menos desigual, mais autônoma e solidária. Para isso, pretende-se formar profissionais-cidadãos através de uma educação integral e inovadora em busca da transformação social que resgate a cidadania. A exemplo dos outros Institutos Federais, o IFRO apresenta um novo modelo de educação profissional, que oferece cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrados e doutorados. O educando tem, assim, a oportunidade de construir um itinerário formativo.

Pró-Reitoria de Pesquisa

Finalidade e competências/PROPESP A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP), dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o setor que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa e inovação (integradas ao ensino e à extensão), promove ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica, bem como instrui a elaboração e aplicação de projetos de curso de pós-graduação.

Breve histórico

PROPESP As atividades da Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do IFRO iniciaram em 2009, com a implantação do IFRO, tendo como gestores responsáveis pela Pró-reitoria, o Prof. Artur Moret (02/2009-04/2013), com o objetivo de implantar a PROPESP, junto ao início da gestão da Reitoria do IFRO; seguido pelo Prof. Uberlando Tiburtino Leite (05/2013-02/2015) e o prof. Gilmar Alves Lima Júnior (03/2015 até a presente data). Desde o início das atividades, a PROPESP fomentou projetos de pesquisa, com taxas de bancada e bolsas de pesquisa, chegando a gerir 140 bolsas, sob cota do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A oferta de cursos e vagas de Pós-graduação Lato Sensu também marcou o início das atividades da Pró-reitoria, com a oferta dos cursos de Especialização em Educação de Jovens e Adultos, Gestão Ambiental e Informática na Educação, que até 2015, teve quatro turmas foram concluídas. No período entre 2010 e 2015 a PROPESP coordenou o Programa Institucional de

Iniciação a Docência (PIBID), que atualmente está sob responsabilidade da Pró-reitoria de Ensino (PROEN). A PROPESP também atua diretamente no suporte das atividades do Comitê de Ética em Pesquisa e Inovação (CEPI), em atividade desde 2011 e da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), esta última, instituída a partir de junho de 2015. A equipe gestora da PROPESP aumentou entre 2010 e 2015, de três para oito servidores, que hoje respondem pela coordenação de projetos de pesquisa e inovação tecnológica, gestão das bolsas de pesquisa nas modalidades de iniciação científica e tecnológica, a gestão da política de capacitação dos servidores, oferta de cursos de Pós-graduação em todos os Campi do IFRO e a política de incentivo a inovação tecnológica, através da atuação da Coordenação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

Ambiente de Atuação/PROPESP

a caracterização e o comportamento do campo de atuação O IFRO, em consequência, a PROPESP tem como característica do seu ambiente de atuação, o estado de Rondônia. O uso e ocupação o estado a partir da década de 70 do século passado, apresenta como demandas de atuação a Pesquisa e Inovação Tecnológica com Comunidades Tradicionais, como Quilombolas, Indígenas e Ribeirinhos, que já ocupavam a território antes da grande migração e com setores da cadeia produtiva no estado, como pequenos, médios e grandes produtores rurais, com demandas nas áreas de leite, gado de corte, pesca, grandes culturas, dentre outras. A partir de políticas públicas mais recentes, há incentivo para instalação de indústrias que beneficiem a matéria prima produzida no campo, agregando valor, emprego e renda. A conservação dos recursos naturais, como solo, floresta e água é uma demanda do mercado de atuação no estado, com vista a garantir a produção e crescimento do estado, de forma sustentável. Cada vez mais, a sociedade, através de movimentos sociais, órgãos do governo federal, estadual e municipal aproximam do IFRO, com apresentação de demandas de Pesquisa e Desenvolvimento, incorporando as ações do IFRO às políticas do Estado.

Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada

As atividades desenvolvidas pela PROPESP, estão diretamente relacionada a atuação do IFRO, com ações diretas nas cidades onde possuem polos presenciais, estendendo aos municípios circunvizinhos. Além do IFRO, apenas mais uma Instituição de Ensino, Pública e do Governo Federal atua em Pesquisa e Desenvolvimento no Estado, a Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Em algumas regiões do Estado o mapa de atuação do IFRO e UNIR apresentam intersecção, como em Ji-Paraná e Presidente Médici; Cacoal e Rolim de Moura; Guajará-Mirim; Porto Velho e Candeias do Jamari; Vilhena e Colorado do Oeste, contudo, as duas Instituições possuem foco em Pesquisa e Desenvolvimento diferentes e complementares. A Universidade possui excelência e tradição em pesquisa acadêmica, enquanto que o IFRO desenvolve pesquisa aplicada a cadeia produtiva e social, demandadas da sociedade. Além da UNIR, Centros Universitários e Faculdades particulares estão presentes nos principais municípios do estado, contudo, possuem como principal linha de pesquisa e desenvolvimento a área de serviços e saúde, não havendo oferta de produtos similares ao do IFRO.

Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação

Dos projetos de pesquisa e desenvolvimento executados em 2015, registrados na PROPESP, 72 são da área de Agronomia e Ciências florestais, 19 são de Ciências Ambientais, 13 de Ciências dos Alimentos, três de Ciências da Computação, seis de Educação e 13 das demais áreas de Ciências Humanas. A estes projetos, somam-se os aprovados em Editais de Pesquisa de Cada Campus, elevando o número de projetos e bolsistas em todo o estado e nas diferentes áreas do conhecimento. Portanto, o IFRO tem atendido, através do Programa de

Institucional de Pesquisa (PIP), as diferentes áreas do ambiente de atuação descritas acima, sobretudo a cadeia produtiva da agricultura familiar e agropecuária. O IFRO hoje é a maior e mais forte Instituição de Ensino Público que oferta Ensino Técnico integrado ou Subsequente do Estado, deste modo, possui o maior Programa de Iniciação Científica e Tecnológica para alunos do Ensino Médio em Rondônia. É importante ressaltar que as políticas institucionais incentivam que os projetos de pesquisa possuam alunos bolsistas de diferentes modalidades, como técnico e ensino superior. Além do fomento de projetos de pesquisa em áreas estratégicas do estado de Rondônia, a PROPESP coordena ações de capacitação dos servidores, em nível Pós-graduação Stricto Sensu nas diferentes áreas do conhecimento e em todos os Campi. Atualmente, há servidores 181 servidores de todos os Campi, cursando programas de Mestrado e Doutorado, em Instituições no Estado e diferentes regiões do País. Dentro da política de capacitação de servidores, o IFRO iniciou em setembro de 2015, as atividades do curso de Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Química de Produtos Naturais, com a Universidade Federal do Rio De Janeiro (UFRJ), sediado no IFRO Campus Ji-Paraná e aprovou, em dezembro de 2015, a oferta de um segundo DINTER, em Agronomia, com a Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Campus Ilha Solteira, com previsão de início em agosto de 2016, no IFRO Campus Colorado do Oeste. Ofertar pós-graduação em diferentes regiões do Estado busca aproveitar a infraestrutura existente, bem como aproximar da demanda local. O número de concessões parciais de patentes aumentou de um (2014) para oito em 2015. No último ano, foram recebidas do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), oito pedidos de concessão parcial de patentes, todas solicitadas por servidores do IFRO, a saber: 1) DETMATSIS 1.0 - Software para cálculo de determinantes de matrizes e resolução de sistemas lineares; 2) Caixa eletrônica para o ensino de lógica e matemática; 3) KIT Molecular com sementes amazônicas, uma nova proposta para o ensino de química; 4) Jogo de baralho químico para o ensino de ligação química; 5) Trilha atômica: um jogo complementar ao ensino de química; 6) Gestor energético residencial; 7) Compasso transferidor eletrônico integrado e 8) Dispositivo Didático LECTUS - Diagrama de Blocos. A produtos desenvolvidos são resultados de projetos de pesquisa realizados com o apoio da PROPESP em diferentes Campi, como Vilhena, Ji-Paraná e Porto Velho Calama. Em 2015, predominou o desenvolvimento de Dispositivos Didáticos, dentro de uma das áreas de atuação do IFRO, que é a formação de professores, contudo, o NIT segue o trabalho incentivando os pesquisadores no desenvolvimento de produtos nas demais áreas de atuação do IFRO.

Pró-Reitoria de Extensão

As políticas de extensão do IFRO, integradas ao ensino e à pesquisa, se materializam por ações pautadas no acesso ao conhecimento científico e tecnológico gerado na instituição, a fim de que sejam criadas condições favoráveis à inserção e permanência no trabalho, à geração de renda e exercício da cidadania, com a participação efetiva de professores, alunos e comunidade, atendendo principalmente os segmentos e setores da sociedade que não são continuamente contemplados pelas políticas públicas. A Proex é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação das políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo Conselho Superior, coordenando os processos de divulgação e comunicação institucional, promovendo ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, é responsável por superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de Extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e a pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais ligados ao Instituto Federal de Rondônia. As ações de extensão constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para

viabilizar uma relação transformadora entre o IFRO e a sociedade. A extensão compreende um conjunto de atividades articuladas entre os saberes (acadêmico, científico e tecnológico) e a realidade socioeconômica e cultural, visando o desenvolvimento. As atividades de extensão têm como objetivo apoiar o desenvolvimento social através da oferta de cursos, prestação de serviços e realização de atividades específicas, promovendo o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológico. As ações de extensão desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Extensão no exercício de 2015 encontram-se descritas abaixo:

Objetivos Estratégicos da Extensão

Objetivo Estratégico 1	Atividade	Público		
<p>Operacionalizar uma Política de Extensão, de forma a fortalecer a identidade institucional, bem como garantir a continuidade das ações em todas as unidades do IFRO.</p>	<p>Elaboração e publicação do Regulamento da Política de Extensão do IFRO (Instrução Normativa)</p>	<p>Público</p>		
	<p>Elaboração e aprovação do Regulamento para pagamento de bolsas de extensão e taxas de bancada, em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação.</p>			
	<p>Elaboração da planilha de acompanhamento das ações de extensão, contendo os indicadores a serem avaliados em cada campus.</p>			
	<p>Monitoria e avaliação dos indicadores anuais e utilizá-los para o rateio dos recursos orçamentários.</p>			
	<p>Organização e realização dos Jogos do IFRO – JIFRO</p>		<p>500</p>	
	<p>Organização e realização dos Jogos dos Institutos Federais – Etapa Norte</p>		<p>700</p>	
	<p>Apoio e participação nos Jogos dos Institutos Federais – Etapa Nacional</p>		<p>80</p>	
	<p>Realização do Encontro dos Departamentos de Extensão</p>		<p>30</p>	
	<p>Organização e realização do Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão</p>		<p>600</p>	
	<p>Objetivo Estratégico 2</p>			
<p>Alcear a relação do IFRO com as comunidades interna e externa, por meio de programas e projetos nas várias áreas da extensão que promovam o acesso ao conhecimento científico e tecnológico gerado na instituição.</p>	<p>Elaboração e aprovação do projeto “Mais Cultura”, submetido ao Ministério da Cultura.</p>	<p>280</p>		
	<p>Publicação do Edital 20/2015, com apoio financeiro a Projetos de Extensão.</p>			
	<p>Fomento, apoio e acompanhamento às atividades de extensão nos campus.</p>			
	<p>Oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, por meio da Escola de Conselhos do IFRO.</p>			
	<p>Visita técnica às comunidades indígenas para diagnóstico da situação socioeducacional e levantamento de demandas.</p>			
	<p>Objetivo Estratégico 3</p>			
	<p>Fortalecer o desenvolvimento de ações de integração entre a instituição e o mundo do trabalho por meio de estágios, oficinas técnicas, acompanhamento de egressos e parcerias com o setor produtivo.</p>		<p>Prospecção e estabelecimento de novas parcerias por meio de termos de cooperação e convênios</p>	<p>280</p>
			<p>Publicação de Edital de apoio financeiro aos campi para realização da I Feira de Estágios e Negócios do IFRO.</p>	
			<p>Visita técnica ao Instituto Federal de Goiás para informações quanto a implantação Observatório do Mundo do Trabalho.</p>	

Pró-Reitoria de Planejamento e Administração

Responsável pelo planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação da administração orçamentária, financeira e de gestão de pessoas do IFRO, executa o planejamento nos níveis tático e operacional, licitações e contratos, e elabora os projetos de infraestrutura e outras atividades delegadas pelo Reitor. Também está entre as competências desta Pró-Reitoria a participação no planejamento estratégico e operacional do Instituto Federal de Rondônia, com vistas à definição das prioridades nas áreas de planejamento e administração. Além de elaborar, em articulação com as demais pró-reitorias, diretorias sistêmicas e direções-gerais dos Campi, a proposta orçamentária do IFRO, bem como acompanhar sua execução. É também a PROPLAD que orienta a aplicação dos recursos financeiros extraorçamentários obtidos por meio de projetos e convênios, bem como estabelece e supervisiona a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa, no âmbito da Reitoria e dos Campi.

São ações de rotina desenvolvidas pela PROEN:

- * Assessoramento contínuo aos Campi no Desenvolvimento do Ensino e cumprimento das regulamentações vigentes;
 - * Análise e emissão de pareceres acerca de questionamentos, processos do ensino, de situações específicas de estudantes e docentes;
 - * Elaboração do Calendário Acadêmico Unificado;
 - * Análise dos calendários acadêmicos dos Campi;
 - * Atendimento à comunidade interna e externa sobre questões do ensino e processos de seleção;
 - * Assessoramento aos Campi no controle e registro acadêmico;
 - * Assessoramento das equipes multiprofissionais de assistência estudantil no desenvolvimento dos programas;
 - * Assessoramento aos Campus na elaboração, revisão e publicação de editais de assistência estudantil
 - * Acompanhamento dos processos de emissão das carteiras de identificação estudantil e seguro escolar;
 - * Assessoramento nos processos de matrícula de estudantes ingressantes pelas Ações Afirmativas;
 - * Participação em reuniões ordinárias e extraordinárias de Fóruns de Dirigentes de Ensino da Rede Federal;
 - * Participação em eventos institucionais, organizados pela SETEC/MEC ou outras instituições de ensino.
- * Outras ações conforme demanda.

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional promove a integração entre a Reitoria e os Campi e entre as demais Pró-reitorias, coordenando os processos de planejamento estratégico e da avaliação institucional; sistematizando os dados, as informações e os procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejando e coordenando as atividades relacionadas à tecnologia da informação e da comunicação, bem como por realizar outras atividades delegadas pelo Reitor. Por meio dessa Pró-Reitoria o IFRO planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de desenvolvimento de toda a instituição. Junto com as demais pró-reitorias, diretorias sistêmicas e Campus faz a elaboração e atualização das normativas institucionais e dos instrumentos de gestão: Estatuto, Regimento Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional, Planejamento Estratégico e outros. Também, é função desta pasta assessorar

a Reitoria na promoção da equidade institucional entre todas as unidades do Instituto, quanto aos planos de investimentos do Instituto. E de realizar ações relativas à pesquisa institucional que fundamentam a gestão e de supervisionar as atividades de gestão das informações, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas do IFRO.

Entre as Principais Realizações da PRODIN, no exercício de 2015, destacam-se:

- * Articulação com os Campi para constituir comissões locais e articuladores de planejamento;
- * Consolidação do serviço de Ouvidoria do IFRO;
- * Capacitação dos servidores dos Campi para operar o RedMine como ferramenta de acompanhamento do Planejamento Anual e Estratégico;
- * Capacitação dos servidores dos Campi para elaborar o Plano Anual de Trabalho (PAT 2016), Indicadores Institucionais e análise de riscos por meio da matriz GUT;
- * Início do processo de atualização do PDI e capacitação das comissões locais para a elaboração do diagnóstico dos Campi por meio da Matriz SWOT;
- * Acompanhamento da aplicação do Plano Estratégico e do Plano Diretor de TI – 2014-2019;
- * Acompanhamento da Utilização do Sistema Acadêmico em todos os campi;
- * Desenvolvimento do sistema de Indicadores Institucionais;
- * Desenvolvimento do Portal do Aluno;
- * Desenvolvimento de ferramentas Informatizadas para aprimoramento da qualidade dos controles internos;

1 VISÃO GERAL DAS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.		
Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia		
Denominação Abreviada: IFRO		
Código SIORG: 100907	Código LOA: 26421	Código SIAFI: 26421
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 10.817.343/0001-05
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico		Código CNAE: 8541-4/00
Telefone/Fax de contato:	(69) 2182-9603	(69) 2182-9602
Endereço Eletrônico: reitoria@ifro.edu.br		
Página na Internet: http://www.ifro.edu.br		
Endereço Postal: Av. Sete de Setembro, 2090 - Bairro Nossa Senhora das Graças Porto Velho - RO, CEP: 76.804-124		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei 11.892/2008		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Plano de Desenvolvimento Institucional 2014/2018		
Resolução/CONSUP/IFRO no 03/2009 - Estatuto do IFRO		
Resolução/CONSUP/IFRO no 07/2011 - Política de Capacitação dos Servidores		
Resolução/CONSUP/IFRO no 19/2011 - Política de Assistência Estudantil (PAE)		
Resolução/CONSUP/IFRO no 21/2011 - Regimento Geral		
Resolução/CONSUP/IFRO no 26/2011 - Regimento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica		
Resolução/CONSUP/IFRO no 27/2011 - Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.		
Resolução/CONSUP/IFRO no 28/2011 - Plano Diretor de Tecnologia da Informação		
Resolução/CONSUP/IFRO no 11/2012 - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna		
Resolução/CONSUP/IFRO no 52/2012 - Regimento do Conselho Superior do IFRO		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		

Tabela 1 – QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL. CONTINUAÇÃO
Resolução/CONSUP/IFRO no 46/2010 – Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO
Resolução/CONSUP/IFRO no 47/2010 – Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação do IFRO
Resolução/CONSUP/IFRO no 04/2011 – Regulamento do Estágio da Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Resolução/CONSUP/IFRO no 05/2011 – Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação
Resolução/CONSUP/IFRO no 08/2011 – Regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA.
Resolução/CONSUP/IFRO no 10/2011 - Estrutura Organizacional do IFRO Reitoria e Campi
Resolução/CONSUP/IFRO no 11/2011 – Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Resolução/CONSUP/IFRO no 18/2011 – Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa e Inovação
Resolução/CONSUP/IFRO no 20/2011 – Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAAE)
Resolução/CONSUP/IFRO no 29/2011 – Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada
Resolução/CONSUP/IFRO no 30/2011 – Regulamento dos NAPNEs

Tabela 2 – QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL - CONTINUAÇÃO.

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O IFRO foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, dotado de natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Trata-se de uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular e multicampi, especializada em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em sua prática pedagógica.

Em conformidade com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Instituto Federal de Rondônia tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada, bem como para a verticalização dos processos formativos.

1.3 Organograma Funcional

O Organograma Funcional foi elaborado e aprovado pelas Resoluções no 10/2011 - Estrutura Organizacional do IFRO Reitoria e Campi e no 46/2012 - Estrutura Organizacional do IFRO – Campi Cacoal e Porto Velho Zona Norte pelo Conselho Superior. Tendo em vista a implantação do IFRO (2008-2013) na estrutura organizacional constam apenas os cargos, cujas competências estão em fase elaboração através dos regimentos internos de cada unidade que compõe o IFRO.

Reitoria Completo

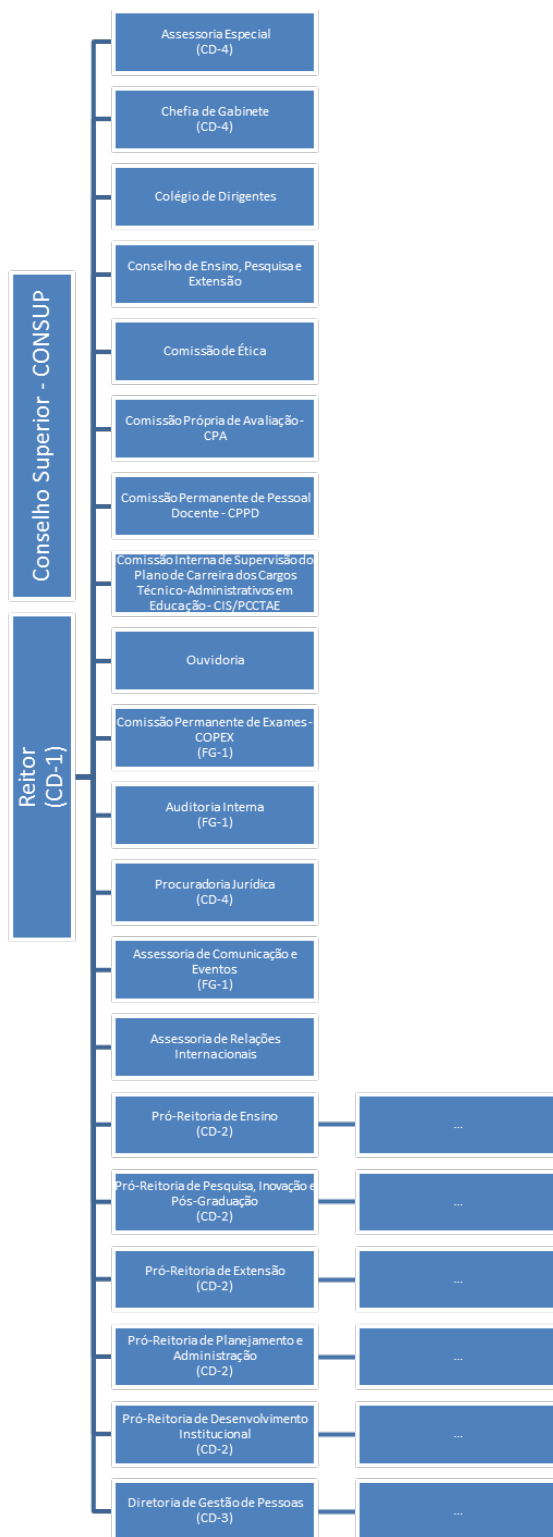


Table 3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – REITORIA COMPLETO (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUS/IFRO, de 15 de abril de 2011).

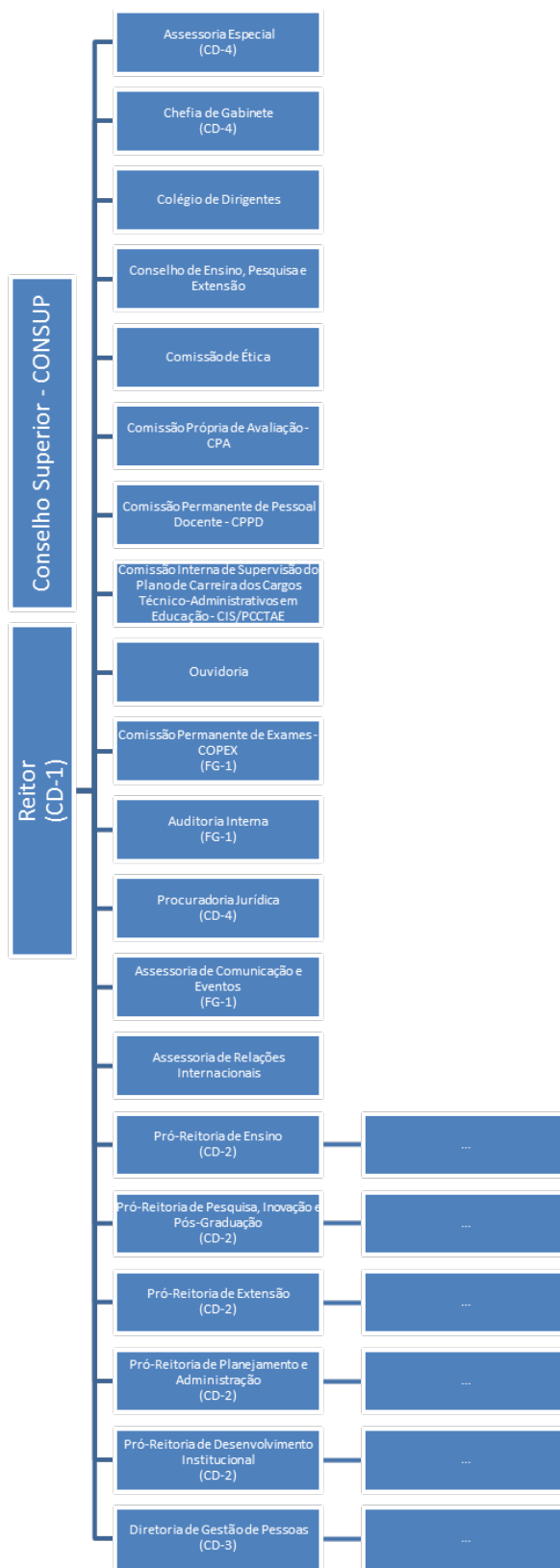


Table 4 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – REITORIA RESUMIDO (RESOLUÇÃO nº 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).

Reitoria

1. Conselho Superior – CONSUP (aprovar as diretrizes para atuação do institucional e zelar pela execução de sua política educacional; deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do IFRO e dos Diretores-Gerais dos *Campi*; aprovar o plano de desenvolvimento institucional e os planos anuais de ação, apreciar a proposta orçamentária anual; aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares; aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros; deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFRO; autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos; aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral; deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação e elaborar e aprovar o seu regimento).

2. Reitor (CD-1) - Exercer a gestão do IFRO com o apoio de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma Ouvidoria, além de uma equipe de assessoramento, com atribuições definidas no Regimento Interno da Reitoria, aprovado pelo Conselho Superior, expedindo resoluções, portarias e outros atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do IFRO, nomear e exonerar servidores dos cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do IFRO, indicados pelos diretores-gerais e pró-reitores nos casos relativos ao âmbito da competência destes, tomar decisões ad referendum em se tratando de matérias que requerem deliberação urgente e que não possam ser tratadas nas sessões colegiadas correspondentes dentro do prazo exigido, desde que as decisões sejam submetidas à apreciação do colegiado próprio em reunião imediatamente posterior a elas.

2.1. Assessoria Especial (CD-4) (a serem definidas no Regimento Interno).

2.2. Chefia de Gabinete (CD-4) - O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.

2.3. Colégio de Dirigentes – O colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria do IFRO.

2.4. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX - é um órgão consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa e extensão, regulado por Regimento Interno próprio, aprovado pelo Conselho Superior.

2.5. Comissão de Ética – A Comissão de Ética do IFRO, instituída conforme o Decreto 1.171/1994, alterado pelo Decreto 6.029/2007, e regulamentada pela Resolução 10/2008 da Presidência da República, tem por missão zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, orientar os servidores para que se conduzam de acordo com esses códigos e inspirar o respeito no serviço público.

2.6. Comissão Própria de Avaliação – CPA. A Comissão Própria de Avaliação, prevista na Lei 10.861/2004 e constituída conforme regulamenta a Portaria 2.051/2000, do Ministério da Educação, tem por finalidade a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, incluindo-se a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e outros órgãos vinculados ao MEC.

2.7. Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD - A Comissão Permanente de Pessoal Docente, criada com base no art. 11 do anexo ao Decreto 94.664/1987, é o órgão de assessoramento à Reitoria com a função de fazer a avaliação de desempenho dos docentes, acompanhar a Política de Capacitação do Servidor do Instituto Federal de Rondônia, no que se refere à formação de professores, e supervisionar todos os atos referentes à vida funcional desses servidores.

2.8. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - CIS/PCCTAE - A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE), prevista no parágrafo 3º do artigo 22 da Lei 11.091/2005, regulamentada pela Portaria 2.519/2005/MEC, e esta alterada pela Portaria 2.562/2005/MEC, tem a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação do PCCTAE no âmbito do IFRO e propor à Comissão Nacional de Supervisão (CNS) as alterações necessárias para seu aprimoramento.

2.9. Ouvidoria - A Ouvidoria é exercida por um Ouvidor como um serviço disponibilizado pelo IFRO com a finalidade de receber e dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, das denúncias, reclamações, informações, elogios, solicitações e sugestões referentes aos serviços prestados pela Instituição.

2.10. Comissão Permanente de Exames – COPEX (FG-1) - A Comissão Permanente de Exames, vinculada à Reitoria, composta por 5 (cinco) a 10 (dez) membros designados pelo Reitor, tem a finalidade de aplicar os processos seletivos e vestibulares do IFRO.

2.11. Auditoria Interna (FG-1) - A Auditoria Interna, sob a responsabilidade de um Auditor, é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

2.12. Procuradoria Jurídica (CD-4) - A Procuradoria Jurídica é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial do IFRO e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, observada a legislação pertinente.

2.13. Assessoria de Comunicação e Eventos (FG-1) - A Assessoria de Comunicação e Eventos, sob a responsabilidade de um assessor nomeado pelo Reitor, realiza os serviços de imprensa e divulgação do IFRO.

2.14. Assessoria de Relações Internacionais - A Assessoria de Comunicação e Eventos, sob a responsabilidade de um assessor nomeado pelo Reitor, realiza os serviços de imprensa e divulgação do IFRO.

2.15. Pró-Reitoria de Ensino (CD-2) - A Pró-Reitoria de Ensino, dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão.

2.16. Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CD-2) - A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa (integradas ao ensino e à extensão), promove ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica, bem como instrui a elaboração e aplicação de projetos de curso de pós-graduação.

2.17. Pró-Reitoria de Extensão (CD-2) - A Pró-Reitoria de Extensão, dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.

2.18. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (CD-2) - A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de planejamento, administração e gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

2.19. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (CD-2) - A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de desenvolvimento do IFRO e a articulação entre as Pró-Reitorias e os campi.

2.20. Diretoria de Gestão de Pessoas (CD-3) A Diretoria de Gestão de Pessoas é o órgão responsável por planejar, executar, instruir, supervisionar e avaliar a política de gestão de pessoas do IFRO.

Pró-reitoria de Ensino

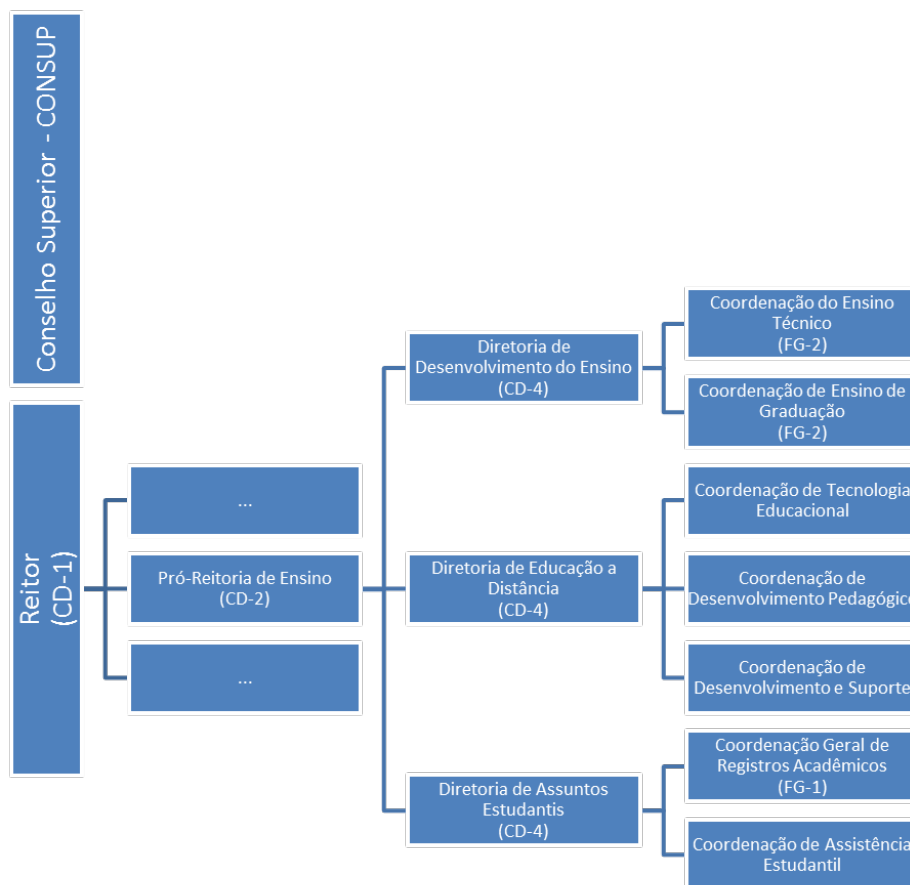


Table 5 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – REITORIA RESUMIDO – PRÓ-REITORIA DE ENSINO (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).

Pró-reitoria de Ensino

2.15. Pró-Reitoria de Ensino (CD-2) - A Pró-Reitoria de Ensino, dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão.

2.15.1. Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

2.15.1.1. Coordenação do Ensino Técnico (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

2.15.1.2. Coordenação de Ensino Graduação (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

2.15.2. Diretoria de Educação a Distância (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

2.15.2.1. Coordenação de Tecnologia Educacional– a serem definidas no regimento interno.

2.15.2.2. Coordenação de Desenvolvimento Pedagógico– a serem definidas no regimento interno.

2.15.2.3. Coordenação de Desenvolvimento e Suporte – a serem definidas no regimento interno.

2.15.3. Diretoria de Assuntos Estudantis (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

2.15.3.1. Coordenação-Geral de Registros Acadêmicos (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

2.15.3.2. Coordenação de Assistência Estudantil– a serem definidas no regimento interno.

Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação

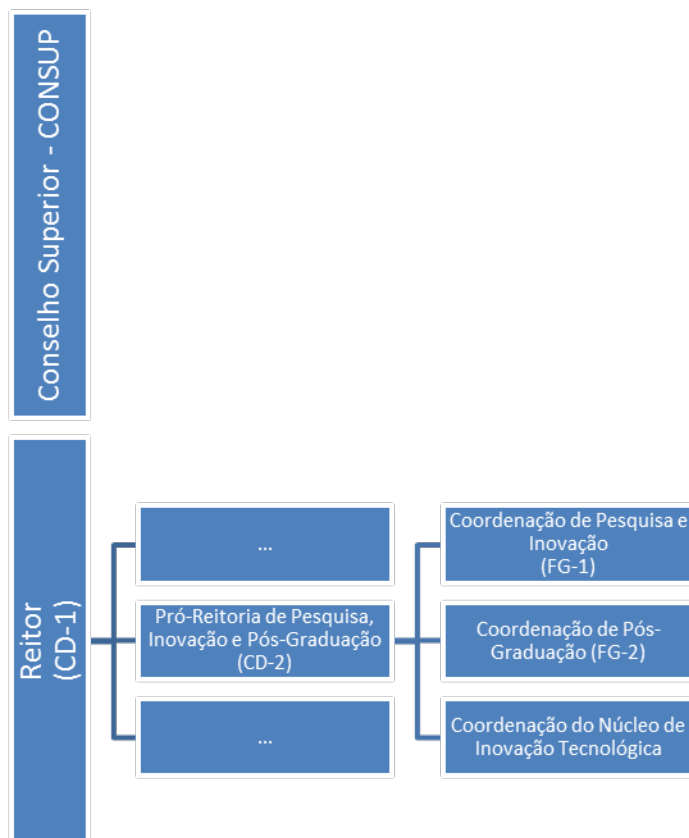


Table 6 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – REITORIA RESUMIDO – PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).

Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação

2.16. Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CD-2) - A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa (integradas ao ensino e à extensão), promove ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica, bem como instrui a elaboração e aplicação de projetos de curso de pós-graduação.

- 2.16.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.
- 2.16.2. Coordenação de Pós-Graduação (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.
- 2.16.3. Coordenação do Núcleo de Inovação Tecnológica– a serem definidas no regimento interno.

Pró-reitoria de Extensão

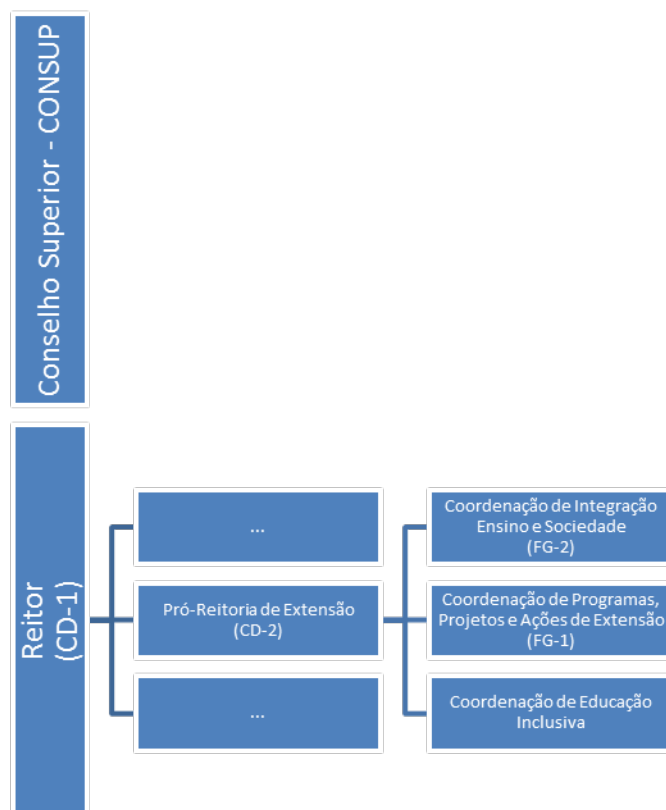


Table 7 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – REITORIA RESUMIDO – PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (RESOLUÇÃO nº 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).

Pró-reitoria de Extensão

2.17. Pró-Reitoria de Extensão (CD-2) - A Pró-Reitoria de Extensão, dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.

2.17.1. Coordenação de Integração Ensino Sociedade (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

2.17.2. Coordenação de Programas, Projetos e Ações de Extensão (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

2.17.3. Coordenação de Educação Inclusiva– a serem definidas no regimento interno.

Pró-reitoria de Planejamento e Administração

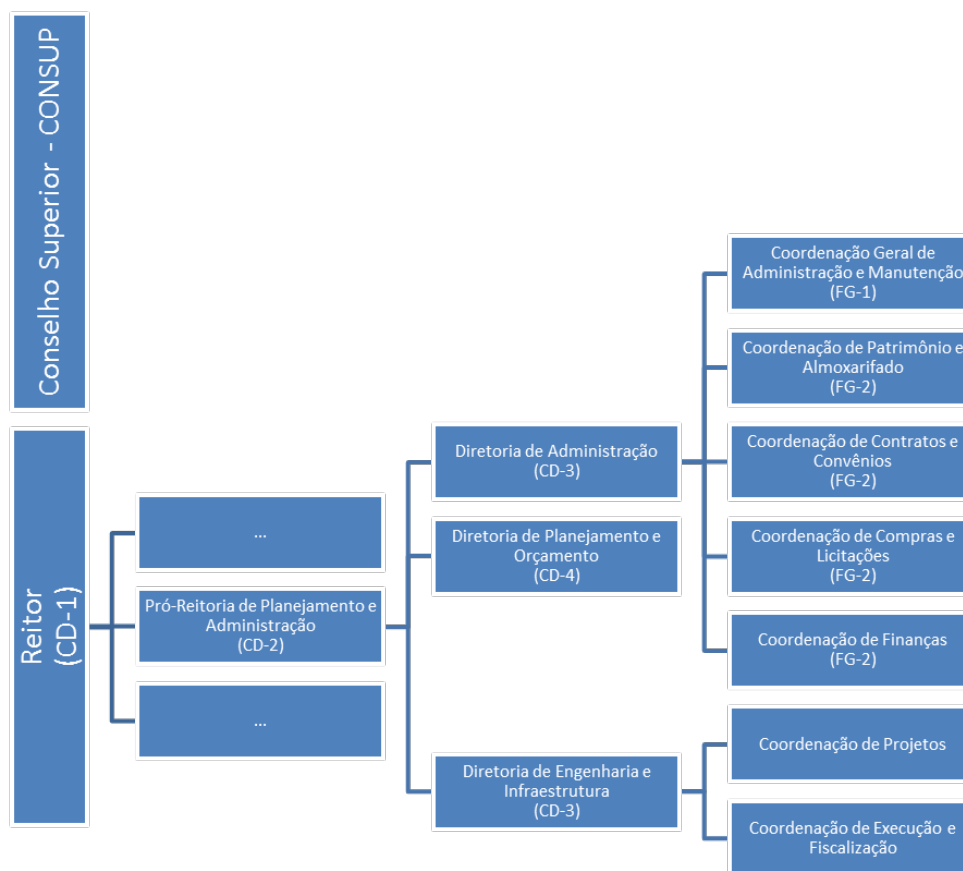


Table 8 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – REITORIA RESUMIDO – PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).

2.18. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (CD-2) - A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de planejamento, administração e gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

2.18.1. Diretoria de Administração (CD-3) – a serem definidas no regimento interno.

2.18.1.1. Coordenação Geral de Administração e Manutenção (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

2.18.1.2. Coordenação de Patrimônio e Almoarifado (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

2.18.1.3. Coordenação de Contratos e Convênios (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

2.18.1.4. Coordenação de Compras e Licitações (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

2.18.1.5. Coordenação de Finanças (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

2.18.2. Diretoria de Planejamento e Orçamento (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

2.18.3. Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (CD-3) – a serem definidas no regimento interno.

2.18.3.1. Coordenação de Projetos – a serem definidas no regimento interno.

2.18.3.2. Coordenação de Execução e Fiscalização (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

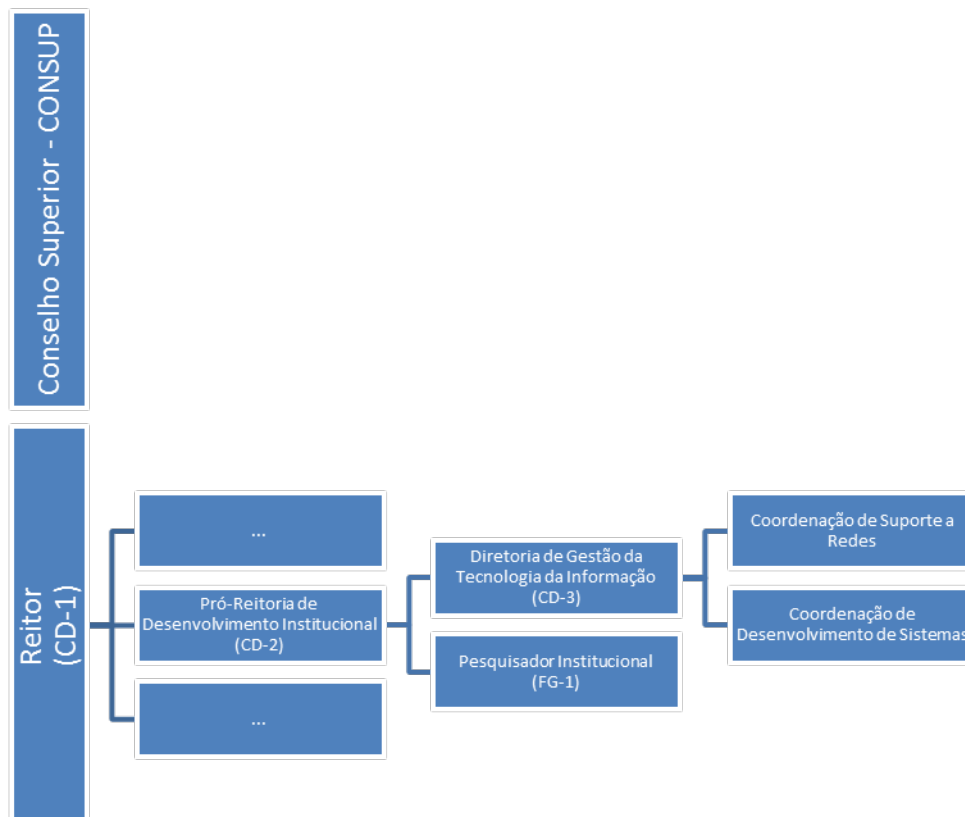


Table 9 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – REITORIA RESUMIDO – PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).

Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

2.19. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (CD-2) - A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, dirigida por um pró-reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de desenvolvimento do IFRO e a articulação entre as Pró-Reitorias e os campi.

2.19.1. Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação (CD-3) - A Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação é o órgão que planeja, executa, instrui, supervisiona e mantém a funcionalidade das tecnologias da informação e comunicação, com articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão no IFRO e atendimento às necessidades gerais da Reitoria e dos campi no que se refere às suas competências.

2.19.1.1. Coordenação de Suporte a Redes– a serem definidas no regimento interno.

2.19.1.2. Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas– a serem definidas no regimento interno.

2.19.2. Pesquisador Institucional (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

Diretoria de Gestão de Pessoas

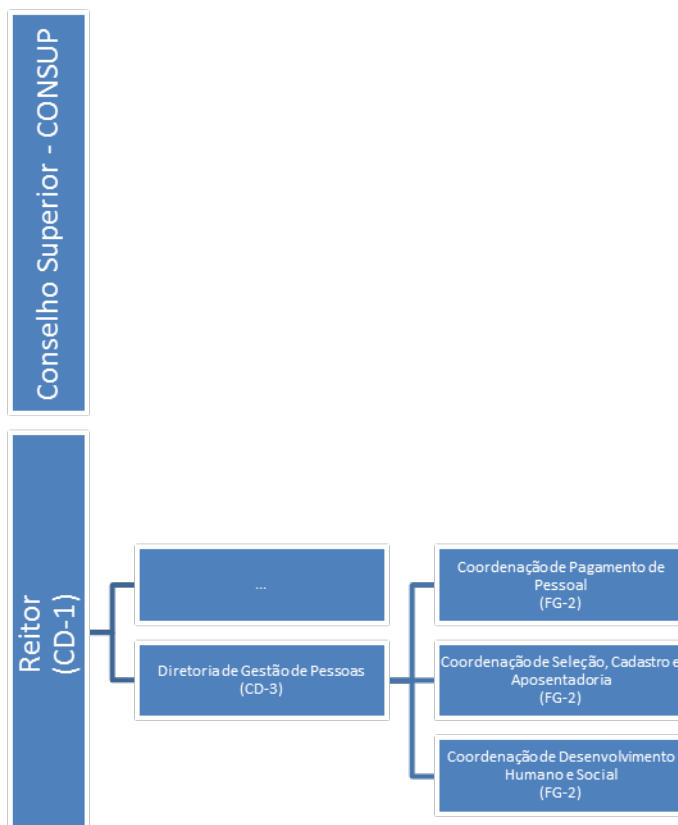


Table 10 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – REITORIA RESUMIDO – DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (RESOLUÇÃO nº 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).

2.20. Diretoria de Gestão de Pessoas (CD-3) A Diretoria de Gestão de Pessoas é o órgão responsável por planejar, executar, instruir, supervisionar e avaliar a política de gestão de pessoas do IFRO.

2.20.1. Coordenação de Pagamento de Pessoal (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

2.20.2. Coordenação de Seleção, Cadastro e Aposentadoria (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

2.20.3. Coordenação de Desenvolvimento Humano e Social (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

Campus Ariquemes

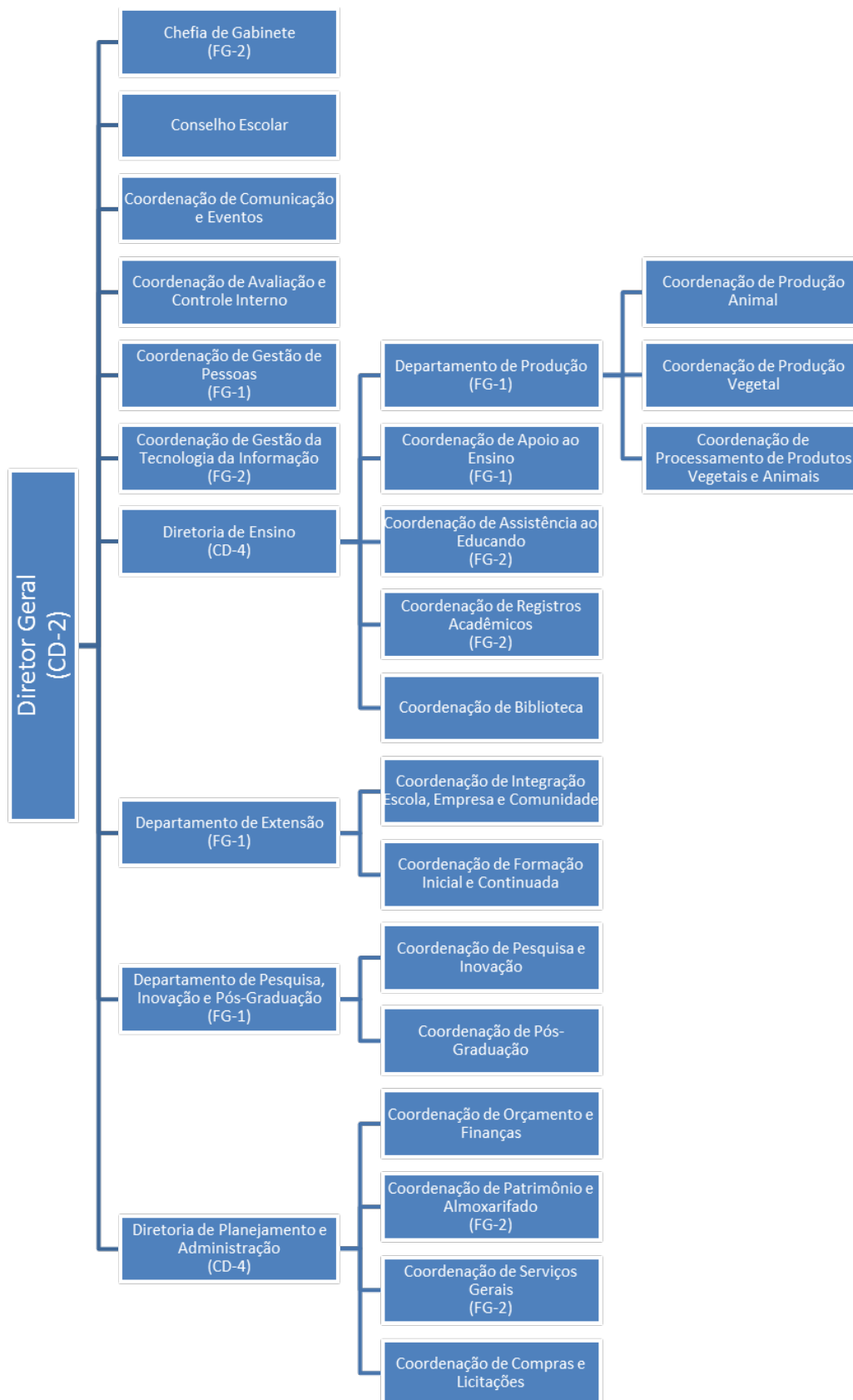


Table 11 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – CAMPUS ARIQUEMES (RESOLUÇÃO n° 10/CON-SUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).

Campus Ariquemes

1. Diretor (CD-2) - Exercer a gestão do Campus com o apoio do Conselho Escolar, de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma equipe de assessoramento, com atribuições definidas no Regimento Interno do Campus, aprovado pelo Conselho Superior, expedindo portarias e outros atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do Campus, indicar servidores para nomeação nos cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Campus.

1.1. Chefia de Gabinete (FG-02) - O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa do Campus.

1.2. Conselho Escolar - O Conselho Escolar é o órgão máximo no âmbito de cada Campus, de caráter consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor.

1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos – a serem definidas no regimento interno.

1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno – a serem definidas no regimento interno.

1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.7. Diretoria de Ensino (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.1. Departamento de Produção (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.1.1. Coordenação de Produção Animal – a serem definidas no regimento interno.

1.7.1.2. Coordenação de Produção Vegetal – a serem definidas no regimento interno.

1.7.1.3. Coordenação de Processamento de Produtos Vegetais e Animais – a serem definidas no regimento interno.

1.7.2. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.3. Coordenação de Assistência ao Educando (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.4. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.5. Coordenação de Biblioteca – a serem definidas no regimento interno.

1.8. Departamento de Extensão (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.1. Coordenação de Integração Escola Empresa Comunidade – a serem definidas no regimento interno.

1.8.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada – a serem definidas no regimento interno.

1.9. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.9.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação – a serem definidas no regimento interno.

1.9.2. Coordenação de Pós-Graduação – a serem definidas no regimento interno.

1.10. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.1. Coordenação de Orçamento e Finanças – a serem definidas no regimento interno.

1.10.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.4. Coordenação de Compras e Licitações – a serem definidas no regimento interno.

Campus Cacoal

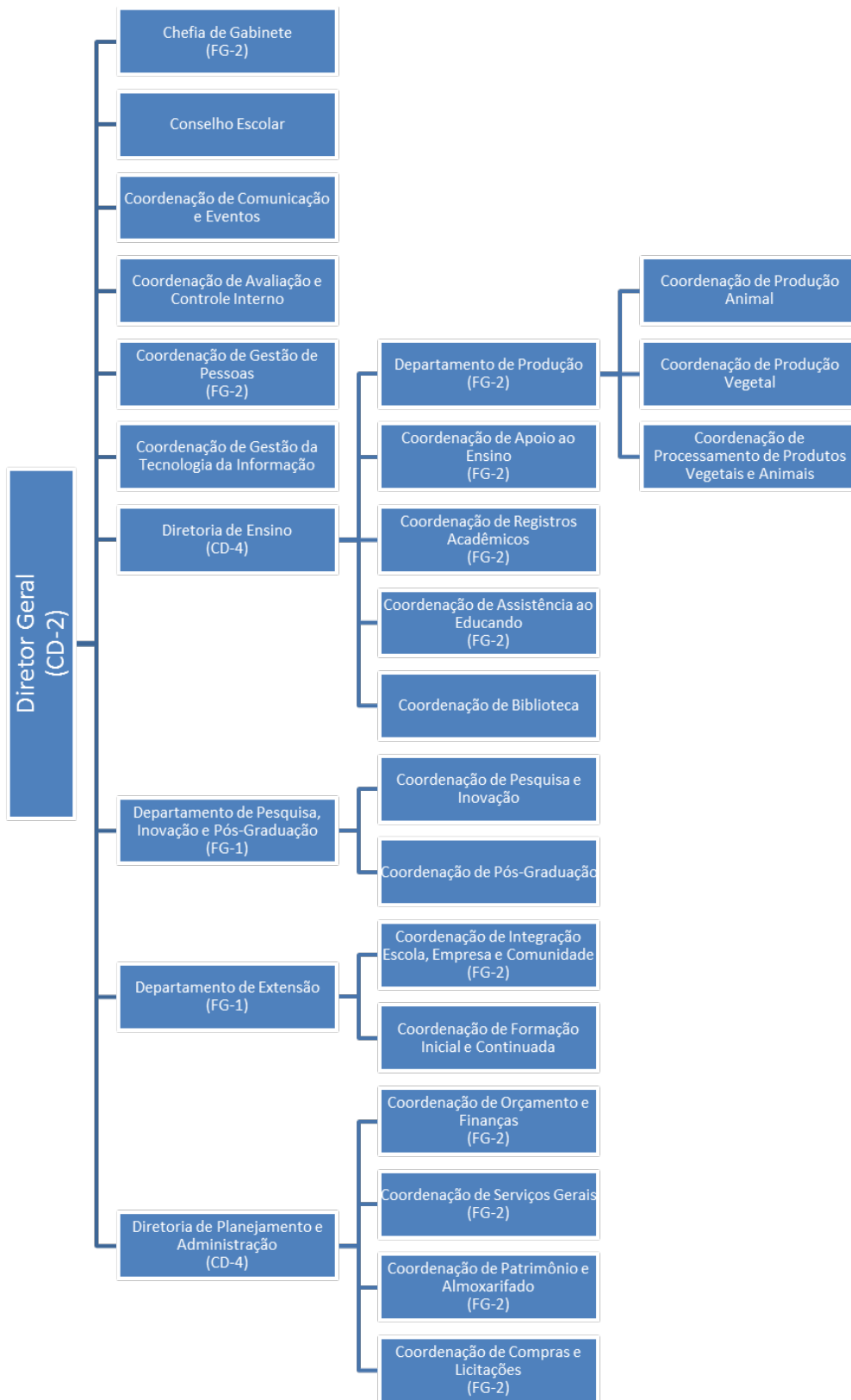


Table 12 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - CAMPUS CACOAL (RESOLUÇÃO n° 4/CON-SUP/IFRO, de 9 de abril de 2013).

Campus Cacoal

1. Diretor (CD-2) - Exercer a gestão do Campus com o apoio do Conselho Escolar, de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma equipe de assessoramento, com atribuições definidas no Regimento Interno do Campus, aprovado pelo Conselho Superior, expedindo portarias e outros atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do Campus, indicar servidores para nomeação nos cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Campus.

1.1. Chefia de Gabinete (FG-02) - O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa do Campus.

1.2. Conselho Escolar - O Conselho Escolar é o órgão máximo no âmbito de cada Campus, de caráter consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor.

1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos – a serem definidas no regimento interno.

1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno – a serem definidas no regimento interno.

1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação – a serem definidas no regimento interno.

1.7. Diretoria de Ensino (CD-04) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.1. Departamento de Produção (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.1.1. Coordenação de Produção Animal – a serem definidas no regimento interno.

1.7.1.2. Coordenação de Produção Vegetal – a serem definidas no regimento interno.

1.7.1.3. Coordenação de Processamento de Produtos Vegetais e Animais – a serem definidas no regimento interno.

1.7.2. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.3. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.4. Coordenação de Assistência ao Educando (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.5. Coordenação de Biblioteca – a serem definidas no regimento interno.

1.8. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FG-01) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação – a serem definidas no regimento interno.

1.8.2. Coordenação de Pós-Graduação – a serem definidas no regimento interno.

1.9. Departamento de Extensão (FG-01) – a serem definidas no regimento interno.

1.9.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

1.9.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada – a serem definidas no regimento interno.

1.10. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-04) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.1. Coordenação de Orçamento e Finanças (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.2. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.3. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.4. Coordenação de Compras e Licitações (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

Campus Colorado do Oeste

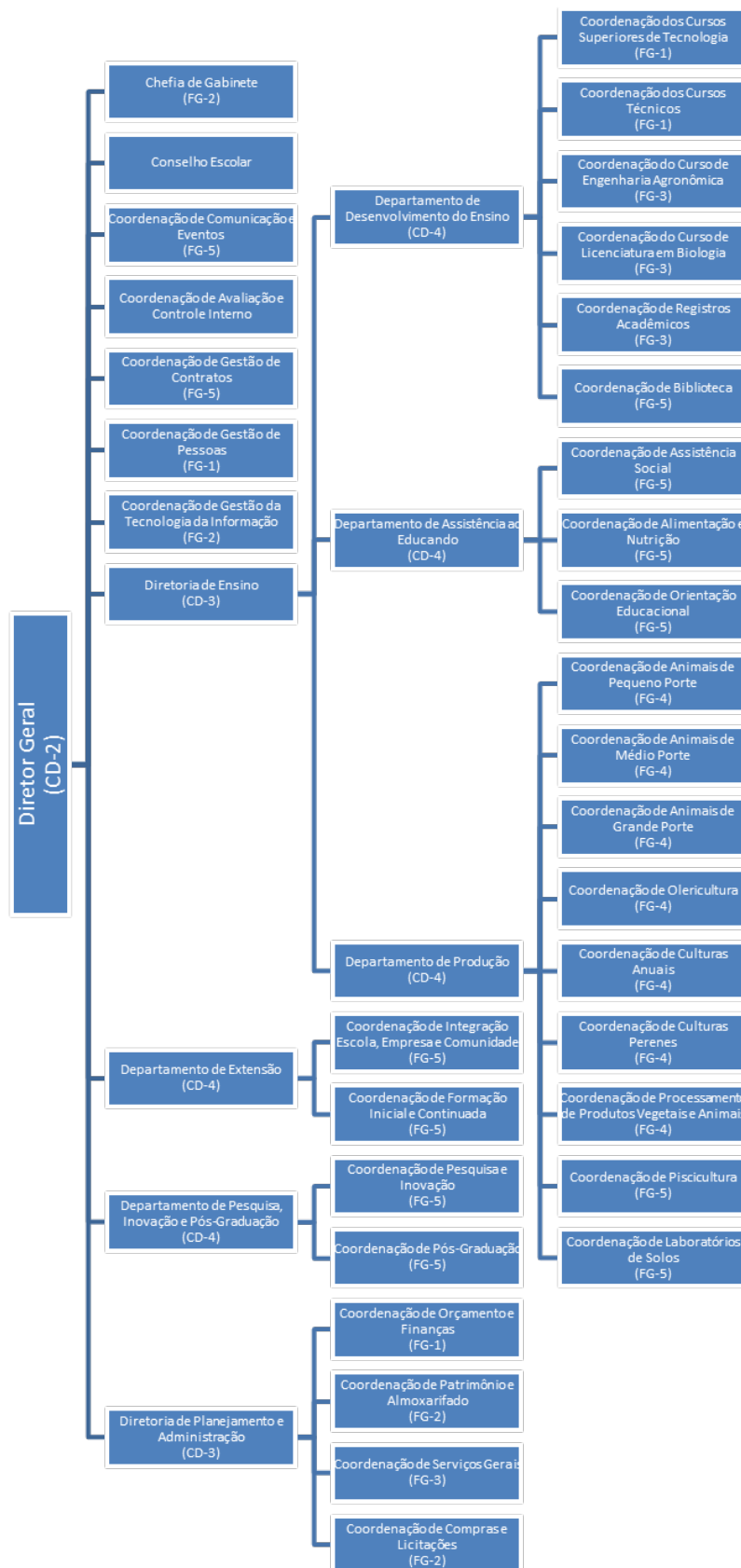


Table 13 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – CAMPUS COLORADO DO OESTE (RESOLUÇÃO n° 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).

Campus Colorado do Oeste

1. Diretor (CD-2) - Exercer a gestão do Campus com o apoio do Conselho Escolar, de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma equipe de assessoramento, com atribuições definidas no Regimento Interno do Campus, aprovado pelo Conselho Superior, expedindo portarias e outros atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do Campus, indicar servidores para nomeação nos cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Campus.

1.1. Chefia de Gabinete (FG-02) - O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa do Campus.

1.2. Conselho Escolar - O Conselho Escolar é o órgão máximo no âmbito de cada Campus, de caráter consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor.

1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos (FG-5) – a serem definidas no regimento interno.

1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno – a serem definidas no regimento interno.

1.5. Coordenação de Gestão de Contratos (FG-5) – a serem definidas no regimento interno.

1.6. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.7. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.8. Diretoria de Ensino (CD-3) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.1. Departamento de Desenvolvimento do Ensino (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.1.1. Coordenação dos Cursos Superiores de Tecnologia (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.1.2. Coordenação dos Cursos Técnicos (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.1.3. Coordenação do Curso de Engenharia Agrônômica (FG-3) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.1.4. Coordenação do Curso de Licenciatura em Biologia (FG-3) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.1.5. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-3) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.1.6. Coordenação de Biblioteca (FG-5) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.2. Departamento de Assistência ao Educando (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.2.1. Coordenação de Assistência Social (FG-5) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.2.2. Coordenação de Alimentação e Nutrição (FG-5) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.2.3. Coordenação de Orientação Educacional (FG-5) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.3. Departamento de Produção (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.3.1. Coordenação de Animais de Pequeno Porte (FG-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.3.2. Coordenação de Animais de Médio Porte (FG-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.3.3. Coordenação de Animais de Grande Porte (FG-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.3.4. Coordenação de Olericultura (FG-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.3.5. Coordenação de Culturas Anuais (FG-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.3.6. Coordenação de Culturas Perenes (FG-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.3.7. Coordenação de Processamento de Produtos Vegetais e Animais (FG-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.3.8. Coordenação de Piscicultura (FG-5) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.3.9. Coordenação de Laboratório de Solos (FG-5) – a serem definidas no regimento interno.

1.9. Departamento de Extensão (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.9.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (FG-5) – a serem definidas no regimento interno.

1.9.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada (FG-5) – a serem definidas no regimento interno.

1.10. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação (FG-5) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.2. Coordenação de Pós-Graduação (FG-5) – a serem definidas no regimento interno.

1.11. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.11.1. Coordenação de Orçamento e Finanças (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.11.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.11.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-3) – a serem definidas no regimento interno.

1.11.4. Coordenação de Compras e Licitações (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

Campus Ji-Paraná

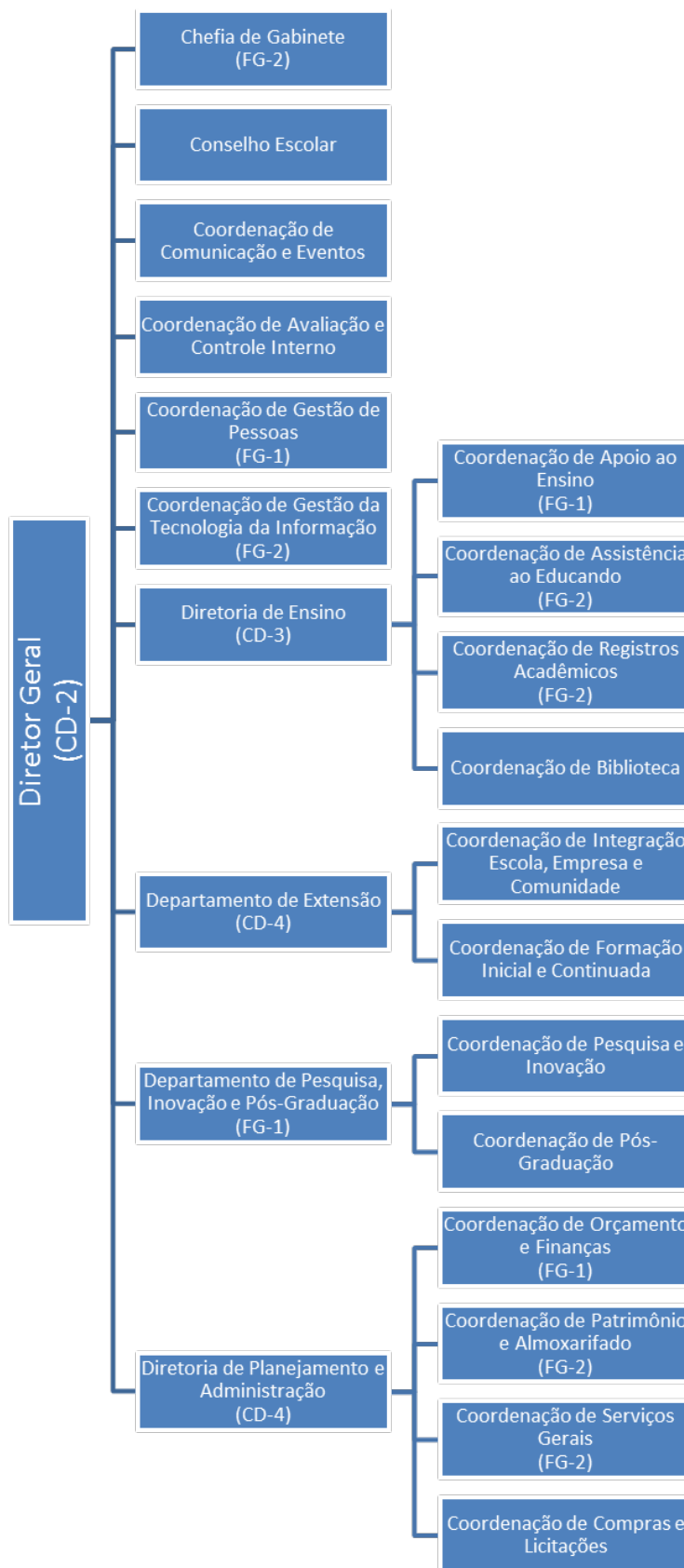


Table 14 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – CAMPUS JI-PARANÁ (RESOLUÇÃO n° 10/CON-SUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).

Campus Ji-Paraná

1. Diretor (CD-2) - Exercer a gestão do Campus com o apoio do Conselho Escolar, de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma equipe de assessoramento, com atribuições definidas no Regimento Interno do Campus, aprovado pelo Conselho Superior, expedindo portarias e outros atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do Campus, indicar servidores para nomeação nos cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Campus.

1.1. Chefia de Gabinete (FG-02) - O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa do Campus.

1.2. Conselho Escolar - O Conselho Escolar é o órgão máximo no âmbito de cada Campus, de caráter consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor.

1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos – a serem definidas no regimento interno.

1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno – a serem definidas no regimento interno.

1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.7. Diretoria de Ensino (CD-3) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.1. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.2. Coordenação de Assistência ao Educando (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.3. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.4. Coordenação de Biblioteca – a serem definidas no regimento interno.

1.8. Departamento de Extensão (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.1. Coordenação de Integração Escola Empresa Comunidade – a serem definidas no regimento interno.

1.8.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada – a serem definidas no regimento interno.

1.9. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.9.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação – a serem definidas no regimento interno.

1.9.2. Coordenação de Pós-Graduação – a serem definidas no regimento interno.

1.10. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.1. Coordenação de Orçamento e Finanças (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.4. Coordenação de Compras e Licitações – a serem definidas no regimento interno.

Campus Porto Velho “Calama”

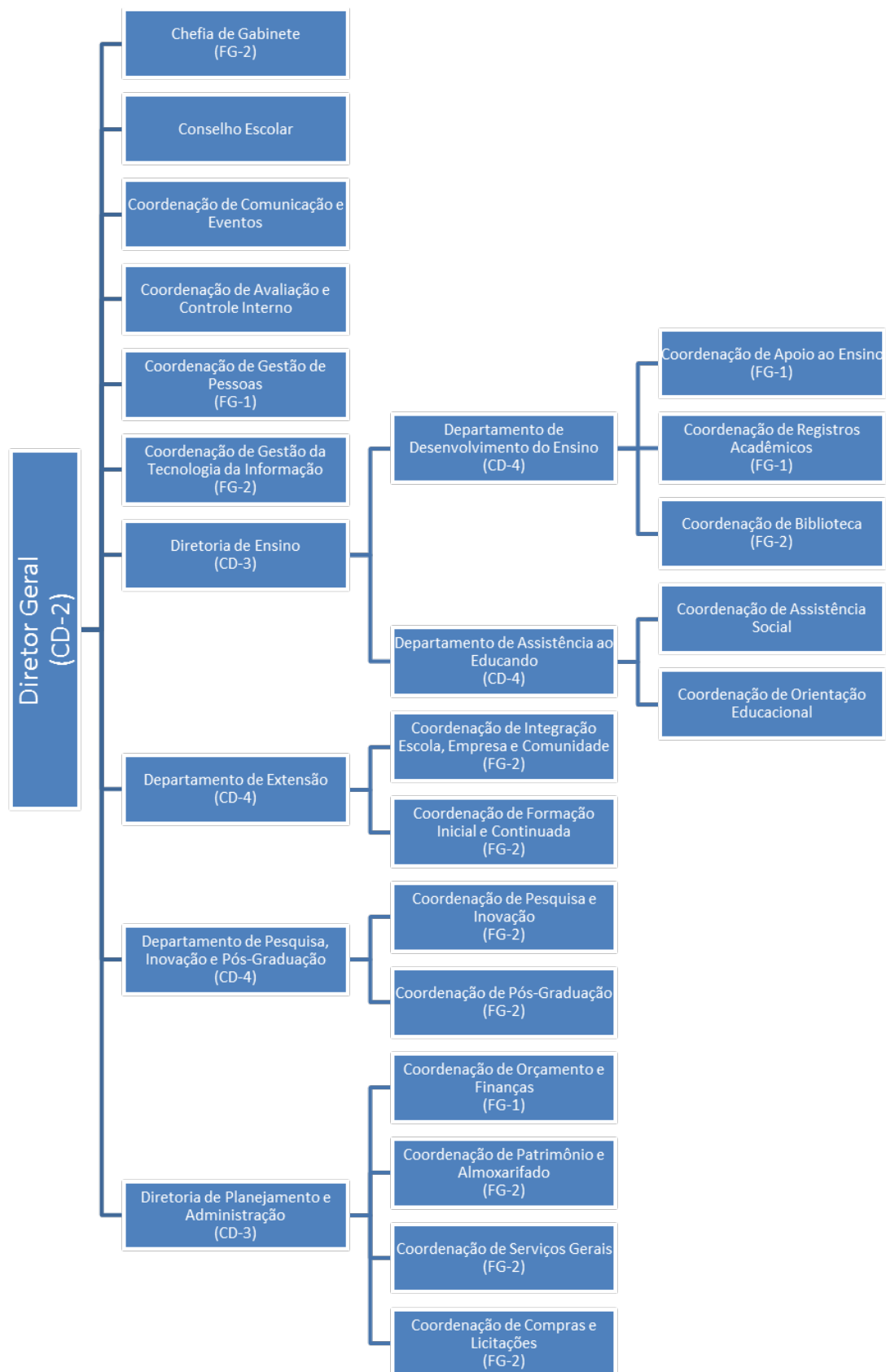


Table 15 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – CAMPUS PORTO VELHO “CALAMA” (RESOLUÇÃO nº 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).

Campus Porto Velho “Calama”

1. Diretor (CD-2) - Exercer a gestão do Campus com o apoio do Conselho Escolar, de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma equipe de assessoramento, com atribuições definidas no Regimento Interno do Campus, aprovado pelo Conselho Superior, expedindo portarias e outros atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do Campus, indicar servidores para nomeação nos cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Campus.

1.1. Chefia de Gabinete (FG-02) - O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa do Campus.

1.2. Conselho Escolar - O Conselho Escolar é o órgão máximo no âmbito de cada Campus, de caráter consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor.

1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos – a serem definidas no regimento interno.

1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno – a serem definidas no regimento interno.

1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.7. Diretoria de Ensino (CD-3) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.1. Departamento de Desenvolvimento do Ensino (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.1.1. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.1.2. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.1.3. Coordenação de Biblioteca (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.2. Departamento de Assistência ao Educando (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.2.1. Coordenação de Assistência Social – a serem definidas no regimento interno.

1.7.2.2. Coordenação de Orientação Educacional – a serem definidas no regimento interno.

1.8. Departamento de Extensão (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.9. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.9.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.9.2. Coordenação de Pós-Graduação (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.10. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-3) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.1. Coordenação de Orçamento e Finanças (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.4. Coordenação de Compras e Licitações (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

Campus Porto Velho “Zona Norte”

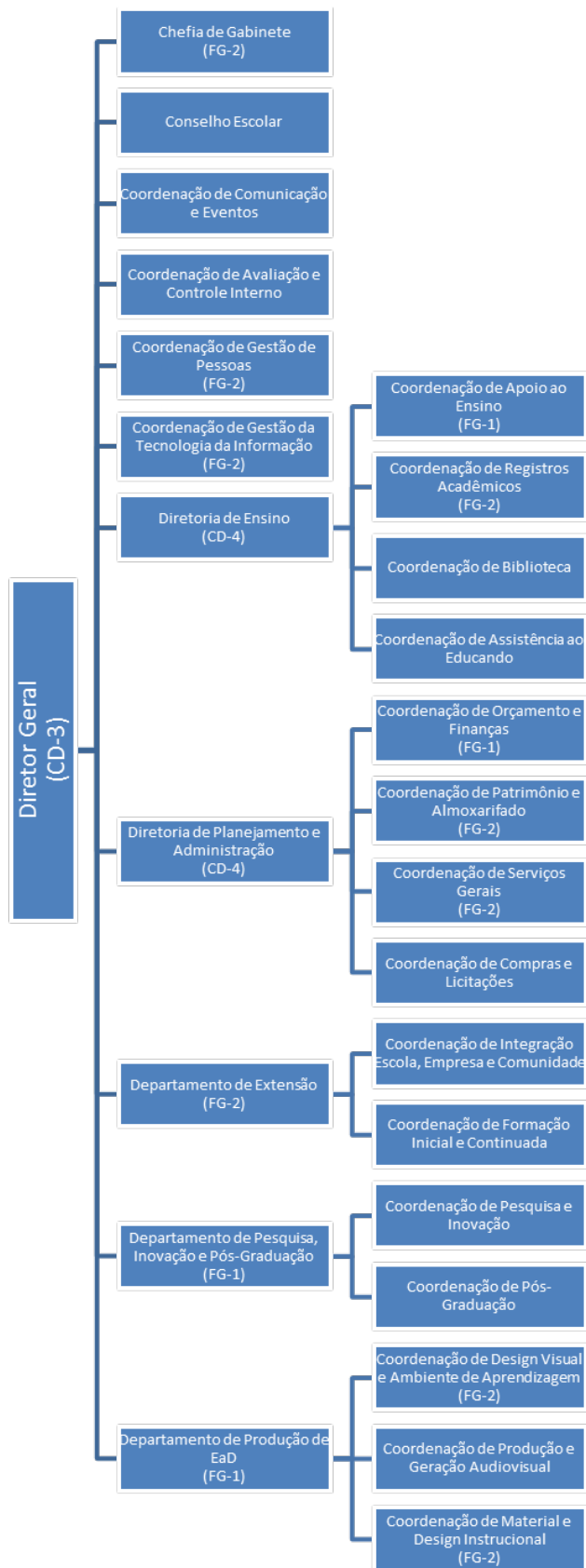


Table 16 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - CAMPUS PORTO VELHO “ZONA NORTE” (RESOLUÇÃO n° 4/CONSUP/IFRO, de 9 de abril de 2013).

Campus Porto Velho “Zona Norte”

1. Diretor (CD-2) - Exercer a gestão do Campus com o apoio do Conselho Escolar, de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma equipe de assessoramento, com atribuições definidas no Regimento Interno do Campus, aprovado pelo Conselho Superior, expedindo portarias e outros atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do Campus, indicar servidores para nomeação nos cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Campus.

1.1. Chefia de Gabinete (FG-02) - O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa do Campus.

1.2. Conselho Escolar - O Conselho Escolar é o órgão máximo no âmbito de cada Campus, de caráter consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor.

1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos – a serem definidas no regimento interno.

1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno – a serem definidas no regimento interno.

1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

1.7. Diretoria de Ensino (CD-04) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.1. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-01) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.2. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.3. Coordenação de Biblioteca – a serem definidas no regimento interno.

1.7.4. Coordenação de Assistência ao Educando – a serem definidas no regimento interno.

1.8. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-04) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.1. Coordenação de Orçamento e Finanças (FG-01) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.4. Coordenação de Compras e Licitações – a serem definidas no regimento interno.

1.9. Departamento de Extensão (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

1.9.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade – a serem definidas no regimento interno.

1.9.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada – a serem definidas no regimento interno.

1.10. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FG-01) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação – a serem definidas no regimento interno.

1.10.2. Coordenação de Pós-Graduação – a serem definidas no regimento interno.

1.11. Departamento de Produção de EaD (FG-01) – a serem definidas no regimento interno.

1.11.1. Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

1.11.2. Coordenação de Produção e Geração Audiovisual – a serem definidas no regimento interno.

1.11.3. Coordenação de Material e Design Instrucional (FG-02) – a serem definidas no regimento interno.

Campus Vilhena

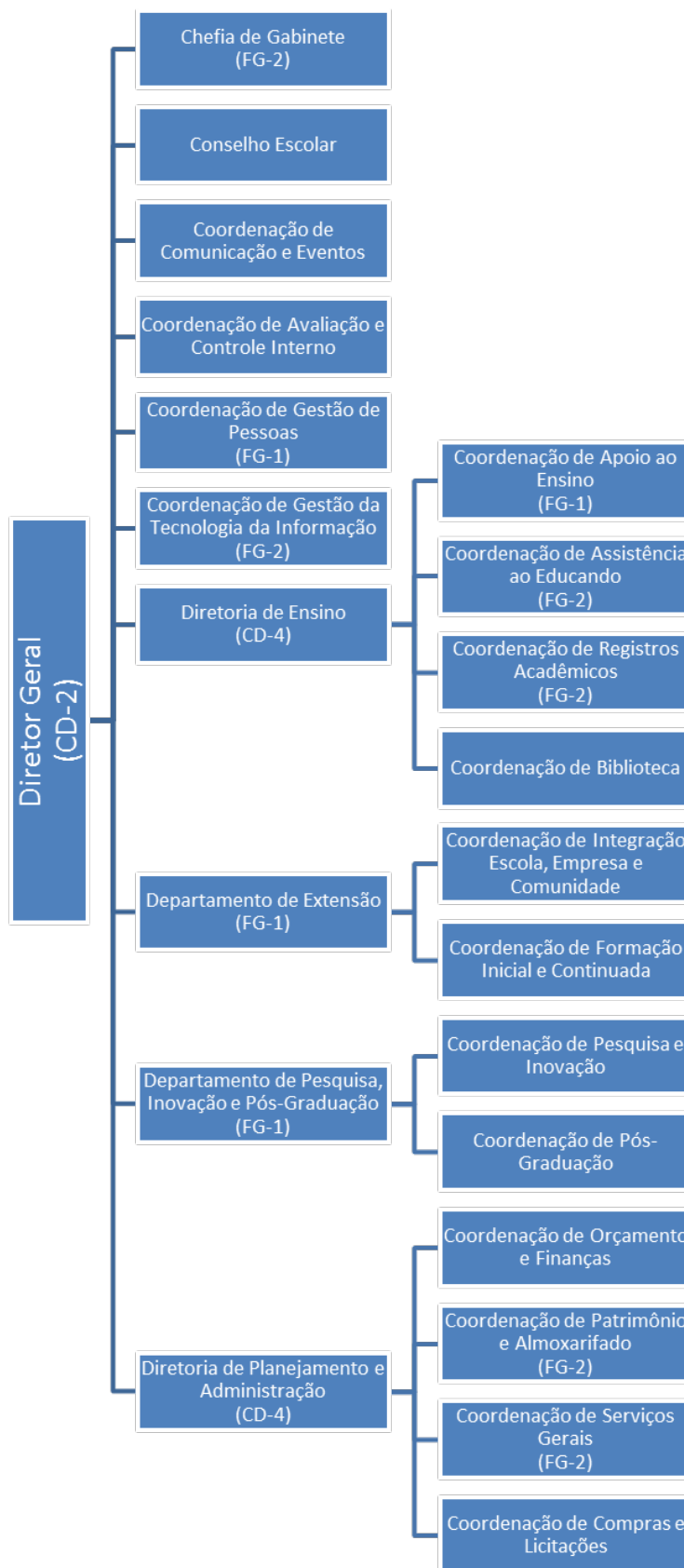


Table 17 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – CAMPUS VILHENA (RESOLUÇÃO n° 10/CON-SUP/IFRO, de 15 de abril de 2011).

Campus Vilhena

1. Diretor (CD-2) - Exercer a gestão do Campus com o apoio do Conselho Escolar, de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma equipe de assessoramento, com atribuições definidas no Regimento Interno do Campus, aprovado pelo Conselho Superior, expedindo portarias e outros atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do Campus, indicar servidores para nomeação nos cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Campus.

1.1. Chefia de Gabinete (FG-02) - O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa do Campus.

1.2. Conselho Escolar - O Conselho Escolar é o órgão máximo no âmbito de cada Campus, de caráter consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor.

1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos – a serem definidas no regimento interno.

1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno – a serem definidas no regimento interno.

1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.7. Diretoria de Ensino (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.1. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.2. Coordenação de Assistência ao Educando (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.3. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.7.4. Coordenação de Biblioteca – a serem definidas no regimento interno.

1.8. Departamento de Extensão (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.8.1. Coordenação de Integração Escola Empresa Comunidade – a serem definidas no regimento interno.

1.8.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada – a serem definidas no regimento interno.

1.9. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FG-1) – a serem definidas no regimento interno.

1.9.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação – a serem definidas no regimento interno.

1.9.2. Coordenação de Pós-Graduação – a serem definidas no regimento interno.

1.10. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-4) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.1. Coordenação de Orçamento e Finanças – a serem definidas no regimento interno.

1.10.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2) – a serem definidas no regimento interno.

1.10.4. Coordenação de Compras e Licitações – a serem definidas no regimento interno.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos do Instituto Federal de Rondônia são o Ensino, a Pesquisa e Inovação e a Extensão. Tais processos estão organizados de modo a possibilitar o alcance das metas e dos objetivos institucionais, bem como na perspectiva de consolidar nossa Missão e Valores definidos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. A estrutura organizacional de tais processos está pautada nos documentos norteadores das políticas institucionais do IFRO e estruturadas sob os ditames do Estatuto e Regimento Geral, além de outros documentos que norteiam ações específicas de cada área finalística.

1.4.1 Ensino

O Ensino é a atividade fim desenvolvida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRO. A diversificação da oferta educacional com garantia da qualidade socialmente referenciada foi a diretriz perseguida ao longo do exercício de 2015. Durante o ano, o campo de ação institucional do Instituto Federal de Rondônia esteve pautado nos seguintes parâmetros:

- a) Implementação do projeto político-pedagógico (PPP) do IFRO nos *campi*;
- b) Qualificação dos docentes na instituição como favorecimento ao desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- c) Consolidação e fortalecimento da educação à distância, como oportunidade para integração, difusão e ampliação das ofertas educacionais, com a garantia de oferta institucional própria e, por Termo de Cooperação a outras instituições;
- d) Elevação da taxa concluintes/ingressantes, adoção de políticas e programas de redução da reprovação e da evasão escolar;
- e) Articulação e integração entre os agentes diretos do ensino: professores, coordenadores de cursos, equipe técnico-pedagógica e diretores acadêmicos;
- f) Capacitação de servidores para atuação como educadores e cogerentes da educação profissional;
- g) Ampliação do acesso a acervos bibliográficos e aos serviços disponibilizados pelas bibliotecas;
- h) Reorganização da estrutura acadêmica, administrativa, organizacional e funcional do ensino para favorecer os processos educacionais e de gestão.

Considera-se que implementadas as ações supracitadas, o IFRO consolida-se como uma instituição capaz de ofertar ensino de qualidade e conseqüentemente de interferir na formação de uma sociedade capaz de promover o desenvolvimento necessário para a superação das dificuldades impostas nos mais diversos campos da vida.

Ao longo do ano de 2015, a PROEN desenvolveu ações de rotina voltadas ao assessoramento aos Campi na condução do ensino, de apoio aos demais setores em questões compartilhadas e buscou cumprir o Plano de Ação previsto para o período.

As ações da Pró-Reitoria de Ensino contemplaram as dimensões ENSINO e ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.

São ações de rotina desenvolvidas pela PROEN:

1. Assessoramento contínuo aos Campi no Desenvolvimento do Ensino e cumprimento das regulamentações vigentes;
2. Análise e emissão de pareceres acerca de questionamentos, processos do ensino, de situações específicas de estudantes e docentes;

3. Elaboração do Calendário Acadêmico Unificado;
4. Análise dos calendários acadêmicos dos Campi;
5. Atendimento à comunidade interna e externa sobre questões do ensino e processos de seleção;
6. Assessoramento aos Campi no controle e registro acadêmico;
7. Assessoramento das equipes multiprofissionais de assistência estudantil no desenvolvimento dos programas;
8. Assessoramento aos Campus na elaboração, revisão e publicação de editais de assistência estudantil
9. Acompanhamento dos processos de emissão das carteiras de identificação estudantil e seguro escolar;
10. Assessoramento nos processos de matrícula de estudantes ingressantes pelas Ações Afirmativas;
11. Participação em reuniões ordinárias e extraordinárias de Fóruns de Dirigentes de Ensino da Rede Federal;
12. Participação em eventos institucionais, organizados pela SETEC/MEC ou outras instituições de ensino.
13. Outras ações conforme demanda.

Como resultado principal das ações empreendida pela Pro-reitoria de Ensino, podemos destacar os seguintes indicadores:

Indicadores gerais do Ensino

Indicadores Lei 11.892/2208

PINCIPAIS INDICADORES DE ENSINO		
LEI 11.892		
Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos Técnicos	Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos de Formação de Professores, inclusive Licenciatura	Relação Aluno por Professor
72,50	12,15	20,73

Indicadores Acórdão 2.267/2005

PINCIPAIS INDICADORES DE ENSINO						
ACÓRDÃO 2.267/2005						
Relação			Indicadores			
Candidato Vaga	Ingresso Aluno	Concluínte Aluno	Eficiência Acadêmica	Retenção de Fluxo	R.A.P	ITCD
0,71	33,80	9,09	43,09	30,37	19,94	3,51

R.A.P. - Relação Aluno por Professor

ITCD - Índice de Titulação do Corpo Docente

INDICADORES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO - Nota Informativa Nº 138/2015

PINCIPAIS INDICADORES DE ENSINO				
INDICADORES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO				
Taxa de Evasão	Taxa de Matrícula Continuada Regular	Taxa de Matrícula Continuada Retida	Taxa de Efetividade Acadêmica	Taxa de Permanência e Êxito
12,1	56,77	22,14	11,85	65,86

1.4.2 Pesquisa e Inovação

A Pesquisa e a Inovação constituem-se como atividades auxiliares e complementares ao processo de ensino aprendizagem desenvolvido pelo instituto.

A inserção da pesquisa e inovação na Rede Federal de Educação Tecnológica deve ser conceituada como elemento da construção da educação de qualidade e indissociada do ensino e da extensão. A sua implementação requer a construção de novos valores da prática pedagógica docente e discente, a qual deverá observar que a formação de recursos humanos para uma sociedade em desenvolvimento deve estar associada a trabalhos pedagógicos de investigação e extensionismo, tendo como alvo construções de pontes para uma nova sociedade.

Nesse contexto, ao longo do ano de 2015, as atividades atinentes ao campo da pesquisa e da Inovação abrangem as seguintes diretrizes:

- a) Sistematização da avaliação da pesquisa e da inovação no Instituto, visando responder às ações especializadas dos Câmpus, e reavaliação do programa de pesquisa da Instituição;
- b) Fortalecimento dos grupos de pesquisa especializados no foco do campus e indução à formação de outros grupos;
- c) Intensificação das ações de empreendedorismo nos vários níveis ofertados;
- d) Prospecção de áreas estratégicas de pesquisa e inovação de forma a consolidar as ações dos Campi e dos seus grupos de pesquisa;
- e) Intensificação e aprimoramento da produção técnico-científica nos Campus de modo a contribuir para o desenvolvimento local e regional;
- f) Construção, ampliação e fortalecimento de parcerias com instituições e agências de fomento à pesquisa para o desenvolvimento de ações conjuntas e captação de recursos;
- g) Incentivo à participação de servidores em programas de capacitação (cursos especialização, mestrado e doutorado);
- h) Ampliação da divulgação dos resultados da pesquisa e inovação.

As atividades de Pesquisa e Inovação do Instituto são coordenadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP), assessorada pelos Departamentos de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPIPG) existentes nos Campus. Essas ações são regulamentadas por meio de normativos internos que são as Resoluções aprovadas pelo Conselho Superior do Instituto e por regulamentos internos da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP). Abaixo segue a descrição de atividades desenvolvidas pelos diferentes setores da PROPESP em 2015.

1.4.3 Extensão

As ações de extensão do IFRO, ao longo do ano de 2015 foram desenvolvidas em estreita articulação com o ensino, a pesquisa e a pós-graduação, objetivando estender os benefícios da produção do conhecimento à sociedade, mantendo com esta uma contínua interação capaz de retroalimentar o processo educacional.

Nesse sentido, as ações nessa área devem estar sintonizadas com a política nacional de interiorização e de acessibilidade à educação profissional, científica e tecnológica para a sociedade brasileira, em sintonia com os

arranjos sociais, culturais e produtivos locais, e de modo a contribuir para a formação de profissionais com consciência cidadã.

Sob essa perspectiva, constituem elementos de referência para a ação em 2015 as seguintes diretrizes:

- a) Consolidação do programa de apoio a projetos de extensão para servidores e estudantes, contemplando todos os Campus do IFRO, buscando fontes de financiamento interno e externo;
- b) Desenvolvimento de ações que dinamizem o processo da interação do IFRO com a sociedade, articulando a comunidade interna e externa por meio da gestão de cursos FIC, apoio ao empreendedorismo, promoção de eventos artístico-culturais e esportivos, fomento a projetos sociais, realização de visitas técnicas e gerenciais, participação em conselhos e/ou fóruns de interação com a sociedade, bem como pela oferta de serviços científicos e tecnológicos especializados e intercâmbio de relações internacionais;
- c) Implantação um sistema de acompanhamento de estágios e egressos da instituição, que avalie e maximize as ofertas de profissionais para o mundo do trabalho, objetivando uma retroalimentação contínua do processo ensino-aprendizagem;
- d) Realização do processo de sistematização e divulgação junto às comunidades interna e externa das ações de extensão desenvolvidas pelo IFRO.

A condução dos macroprocessos finalísticos ocorreu por meio das Pró-Reitorias e suas respectivas Diretorias e Coordenações, cabendo a execução aos Câmpus do IFRO em conformidade com as ações contempladas no plano de ação de cada campus/setor.

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), dirigida por um Pró-Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais. As ações são executadas pelas seguintes coordenações:

- Coordenação de Programa, Projetos e Ações de Extensão;
- Coordenação de Educação Inclusiva;
- Coordenação de Integração Ensino Sociedade e;
- Coordenação Geral do Pronatec.

As principais funções da Pró-Reitoria subdividem-se em: administrativas; representativas perante as outras instituições, segmentos e sociedade civil; apoio e fomento a programas e projetos de extensão tecnológica; realização de parcerias e convênios; relações com o mundo do trabalho e atores das instâncias corporativas; relações com o movimento social e sociedade civil e atuação em projetos que promovam a inclusão social.

1.5 Campus Ariquemes

As atividades finalísticas por meio das quais o Campus Ariquemes cumpre a sua Missão Institucional são agrupadas de modo a constituir os macroprocessos. Deste modo, como macroprocessos finalísticos desta UJ identifica-se: o ensino, a pesquisa e a extensão, que estão relacionados com a criação do “valor para a sociedade” através dos serviços que são prestados, envolvendo todos os elementos operacionais. Por sua vez, estes constituem o tripé da educação profissional e tecnológica e compõem a área acadêmica da Instituição, já que são indissociáveis. Tais processos são detalhados da seguinte forma:

Ensino:

oferta de cursos técnicos, oferta de cursos de graduação, assistência estudantil, programas educacionais, apoio pedagógico, orientação pedagógica, registros acadêmicos, promoção de ações inclusivas, oferta de educação à distância, gerenciamento de bibliotecas, gerenciamento de laboratórios, produção animal e vegetal.

Pesquisa:

programas e projetos de pesquisa, oferta de cursos de pós-graduação, ações de inovação tecnológica, fomento a produção científica, ações e parcerias com outras instituições.

Extensão:

programas e projetos de extensão, parcerias e relações institucionais, programas de integração escola-comunidade, ações de extensão tecnológica, promoção de cursos de formação continuada, articulação e fomento a estágios.

Os Macroprocessos de Apoio compreendem o conjunto de processos de apoio, que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da instituição. Deste modo, como macroprocessos finalísticos desta UJ identifica-se a Administração, a Gestão de pessoas, a Tecnologia da Informação e a Comunicação e Eventos, sendo detalhados da seguinte forma:

Administração:

Planejamento Institucional, administração e manutenção (serviços gerais), compras e licitações, administração orçamentária e financeira, contratos e convênios, gestão contábil, gestão do almoxarifado e patrimônio.

Gestão de Pessoas:

Lotação e cadastro de servidores, apoio para pagamento de pessoal, apoio na solicitação e concessão de benefícios, Ingresso, acompanhamento e desenvolvimento de servidores.

Tecnologia da Informação:

Análise e desenvolvimento de sistemas de TI, Suporte técnico de hardware, infraestrutura de TI e Gerenciamento de dados e informações institucionais.

Comunicação e Eventos:

apoio a eventos científicos e tecnológicos, apoio nos eventos culturais e apoio nos eventos esportivos.

Cursos ofertados

MATRÍCULAS CURSOS PRESENCIAIS - CAMPUS ARIQUEMES			
Tipo de oferta	Forma de oferta	Modalidade de oferta	Nome do curso
Técnico	Subsequente	Presencial	Técnico em Agropecuária
Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Aquicultura
Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Alimentos
Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Informática
Licenciatura	—	Presencial	Ciências Biológicas

Fonte: SISTEC.

Principais Indicadores do Campus

PRINCIPAIS INDICADORES DO CAMPUS							
Gerenciais				Acadêmicos			
RAP	Titulação docente	Nº de docente	Nº TAE	Candidato vaga	Eficiência Acadêmica	Retenção	evasão
20,2	3,50	58	64	0,75	60,6	16,9	11,0

Fonte: SISTEC.

1.6 Campus Cacoal

Macroprocessos finalístico O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO Campus Cacoal, é uma autarquia federal do Poder Executivo, administração indireta, vinculada ao Ministério da Educação, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e está subordinada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.

As atividades finalísticas por meio das quais a Instituição cumpre a sua Missão são agrupadas nos seguintes macroprocessos finalísticos:

1. Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
2. Educação Profissional Técnica de nível médio para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
3. Cursos Superiores de Tecnologia visando à formação de profissionais para os diversos setores da economia;
4. Cursos Superiores de Licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica e para a educação profissional;
5. Curso de Pós-graduação Lato Sensu (aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado), com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica;
6. Desenvolvimento de pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
7. Desenvolvimento de projetos de Extensão juntos às comunidades.

Para o desenvolvimentos desses macroprocessos, em 2015, o IFRO Campus Cacoal ofertou 353 vagas, sendo: 120 vagas para os cursos de ensino médio integrado, 80 vagas para os cursos técnicos PRONATEC/concomitante/EAD, 40 vagas para os cursos subsequentes, 40 vagas para o curso Superior de Licenciatura, 73 vagas para os cursos EAD. Ofertou, também, 40 matrículas para os cursos FIC.

Conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e como parte integrante do Plano de Metas e Compromissos entre o Ministério da Educação e os Institutos Federais, o IFRO Campus Cacoal

promoveu cursos de Formação Inicial e Continuada, dentre os quais se destacam os apoio às redes públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica, atualização aos professores, profissionais, funcionários e gestores da Educação Básica e de apoio as Comunidades Indígenas no assessoramento no processo produtivo, valorização e comercialização dos produtos.

No que se refere ao desenvolvimento de pesquisas, o IFRO Campus Cacoal, tem buscado incentivar alunos e servidores para desenvolverem ações nesta área.

Principais Cursos Ofertados

MATRÍCULAS CURSOS PRESENCIAIS - CAMPUS CACOAL			
Tipo de oferta	Forma de oferta	Modalidade de oferta	Nome do curso
Técnico	Subsequente	Presencial	Técnico em Agropecuária
Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Agroecologia
Licenciatura	–	Presencial	Matemática

Fonte: SISTEC.

Principais Indicadores do Campus

PRINCIPAIS INDICADORES DO CAMPUS - CACOAL							
Gerenciais				Acadêmicos			
RAP	Titulação docente	Nº de docente	Nº TAE	Candidato vaga	Eficiência Acadêmica	Retenção	evasão
18,22	3,50	32	47	1,01	62,07	34,7	8,21

Fonte: SISTEC.

Ações do Departamento de Pesquisa

No âmbito do Campus existem 05 grupos de pesquisa devidamente regulamentados e institucionalizados perante o CNPq, contando com 42 participantes. Além disso, estão sendo desenvolvidos 10 projetos de pesquisa através de Editais do CNPq, PROESP, FAPERON e do próprio Campus, sendo assim especificados:

APOIO A PROJETOS ÁREA FINALISTICA		
EDITAL	PROJETO	BOLSA/AUXILIO
Edital 49/63	01	02
Edital 28	06	12
Edital 57	–	2 EVENTOS
Edital 59	03 PROJETOS	–

Fonte: Campus

No IFRO Campus Cacoal, no ano de 2015, foram oferecidas 20 bolsas correspondente a 07 Projetos de Extensão, mas no Departamento foram protocolados 38 Projetos de atividade de extensão que não foram vinculados a Bolsas ou auxílios. Assim, Departamento de Extensão por meio das suas Coordenações, objetivando cumprir a missão do IFRO, desenvolveram várias ações, as quais citamos: Convênios firmados com a finalidade de estágio para os alunos; encaminhamento de alunos para realizar estágio; visitas técnicas às empresas e áreas rurais, desenvolvimento de projetos artísticos, sociais, esportivos e culturais. Além

das ações acima descritas, foram também desenvolvidas atividades no que se refere prestação de serviço na forma de cursos, palestras, assistência técnica, assessoria, entre outras. Também foi firmado Protocolos de intenções/acordos de cooperação viabilizados pelo DEPEX e Convênios para realização de estágios.

Ações do Ensino

A princípio o ensino se incumbiu da implantação do curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, o que fez a oferta de vagas desta modalidade de ensino aumentar de 40 para 120 vagas anuais, além da aprovação e oferta do Curso Superior em Tecnologia em Agronegócios (40 vagas noturno). Dentre os projetos desenvolvidos ao longo do ano podemos destacar o “Projeto de Recepção e Integração” dos novos alunos ao Campus, o de “Higiene e Saúde”; realização de atividades cívicas, palestras sobre cidadania e atividades de ensino; estudos sobre a engenharia de foguetes e análises geométricas; olimpíada de astronomia, com o objetivo de divulgar a astronomia e revelar talentos; projetos sobre produção textual e redação técnica, que culminou com a realização do “I Seminário de Práticas Discursivas da Amazônia”, tendo este até destaque nacional; “Olimpíada de Matemática”; Projeto OBAP 2015 - “Olimpíada de Agropecuária”, sendo que a equipe do Campus Cacoal se sagrou Campeã deste evento; participação de 30 alunos com 18 trabalhos apresentados na “67ª reunião da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC)”, participação no “10º Circuito de Tecnologia da Informação & Profissões do Senac”, recebendo em nosso Campus diversas palestras voltadas aos nossos jovens direcionadas a temas atuais, como por exemplo, drogas e sexualidade; elaboração de novos Projetos Pedagógicos de cursos a serem implantados no ano de 2016. A Assistência ao Educando, desenvolveu diversas ações no ano de 2015, ofertando aos nossos alunos um total de 2460 bolsas em diversos programas de assistência conforme descritas na tabela abaixo:

Distribuição das bolsas distribuídas no ano de 2015 pela assistência estudantil.

BOLSAS E AUXÍLIOS	
PROGRAMA	BOLSAS OFERTADAS
PROCAT	97
PROMORE	16
PROAC	1
PROASAB	3
PRODETEC	158
PROCID	1.753
PROCAL	174
SEGURO	258

Fonte: Campus

As bolsas acima descritas atenderam a 258 alunos regularmente matriculados em nosso Campus nos diversos níveis de ensino, sendo que 174 alunos eram de cursos técnicos integrados ao ensino médio, 27 de cursos técnicos subsequente ao ensino médio, 37 do curso de licenciatura em Matemática e 20 alunos de cursos a distancia (EaD). Os programas descritos acima foram fundamentais para o acesso e permanência de nossos alunos no Campus, destacando o PROCAT (Programa de Concessão de Auxílio Transporte) com 97 bolsas e o PROMORE (Programa de Auxílio à Moradia Estudantil) que disponibilizou 16 bolsas a nossos alunos garantindo moradia a esses alunos, permitindo a possibilidade de moradia próxima a escola, bem

como o Programa de Residência Estudantil foram ofertadas 23 vagas para alunos do sexo masculino. O PRODETEC (Programa de Desenvolvimento Técnico- Científico) proporcionou aos alunos a participação nos seguintes eventos: Rondônia Rural Show, JIFRO (Jogos do Instituto Federal de Rondônia) e SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Seminário de Pesquisa e Extensão –SEPEX, Seminário de Educação – SEMIEDU, Curso em nutrição de gado de leite e corte, Seminário de Educação. Pelo PROCID (Programa Pró- Cidadania) os alunos tiveram a oportunidade de participar da OBAP (Olimpíada Brasileira de Agropecuária), Visita ao Teatro, Visitas Técnicas e CONNEPI 2015 (Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação), Jogos dos Institutos Federais - Etapa Norte - JIFEN. Por meio do Programa PROASAB (Programa de Atenção à Saúde e Apoio Biopsicossocial) foram desenvolvidas Oficinas, Palestra e também foram realizados atendimentos individuais por demanda espontânea, bem como por meio de abordagem um total de 3 atendimentos aos alunos por profissionais especialistas.

Ações da Diretoria de Planejamento e Administração

Ao longo do ano de 2015, a DPLAD – Diretoria de Planejamento e Administração, na intenção de proporcionar melhores condições para o desenvolvimento das atividades administrativas, investiu na capacitação dos servidores, sendo que todos os servidores participaram de 10 cursos de capacitação, além de visitas técnicas nos campi Colorado e Ji Paraná. Com vistas a proporcionar maior transparência ao processo de gestão e a participação da comunidade acadêmica, a DPLAD passou a informar mensalmente via e-mail o relatório dos empenhos realizados, pagamentos efetuados e toda a execução orçamentária. Passou ainda a promover meios para que as coordenações possam participar da gestão do orçamento, desenvolvendo reuniões com as mesmas, auxiliando no uso dos recursos e orientando a formalização dos processos e na prestação de contas. Apesar de 2015, ser um ano atípico no que tange a liberação de recursos financeiros, a DPLAD procurou estreitar os laços com as empresas prestadoras de serviços, especialmente as terceirizadas, de modo que as mesmas pudessem compreender as dificuldades financeiras pelo qual o país tem passado, contribuindo assim para que os contratos sejam executados dentro da normalidade, sem prejuízos para o IFRO e também para as empresas prestadoras de serviços.

Macroprocessos de apoio

Os Macroprocessos de Apoio compreendem o conjunto de processos de apoio, que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da instituição.

Para o atendimento da sua função social, o IFRO Campus Cacoal contou com os seguintes macroprocessos de apoio:

MACROPROCESSOS DE APOIO		PROGRAMAS VINCULADOS
MACROPROCESSO	DESCRIÇÃO	
Funcionamento da Unidade Administrativa	Manutenção e melhoria da infraestrutura do Campus	Política de Capacitação dos Servidores Públicos Federais
	Capacitação de Servidores (técnicos e Docentes)	
Assistência aos Estudantes	Revitalização do acesso, prédios e UEPs (Unidades Educativas de Produção)	PROMORE PROCAT/ PROAC / PROASAB PRODETEC / PROCID/ PROCAL
	Ampliação do presencial número de estudantes apoiados em Programas de Bolsas,	
	Eventos e Visitas Técnicas	
Promoção da Qualidade de vida no trabalho	Melhoria da organização do trabalho	Pograma Qualidade de vida no trabalho Ginástica Laboral
	Incentivo às atividades e escolhas saudáveis	Programa de Promoção da Saúde do trabalhador Jogos intersetoriais Jogos Servidores/alunos/comunidade Café dos aniversariantes
	direcionamento das ações à saúde do Servidor	
	desenvolvimento de práticas de gestão, de atitudes e comportamentos que contribuem para a	
	proteção da saúde no âmbito individual e coletivo	
Planejamento Estratégico Participativo	Sistematização e elaboração do	-
	Planejamento institucional visando à implantação do orçamento participativo	
Infraestrutura de T. I.	Modernização e ampliação da Infraestrutura	SIGA-EDU
	de tecnologia da informação	SIGA-ADM
	informatização dos processos de gestão	SUAP

Fonte: Campus

1.7 Campus Colorado do Oeste

O Campus Colorado do Oeste, exerce um papel social importante no contexto no qual está inserido, difundindo tecnologias, promovendo pesquisa e extensão, atuando de forma integrada com os órgãos governamentais e não-governamentais, contribuindo eficazmente ao atendimento das necessidades regionais e ao desenvolvimento com sustentabilidade socioeconômica da região. Conta com 1219 discente, sendo 968 na modalidade de ensino presenciais e 318 na modalidade de ensino a distância, distribuídos conforme abaixo:

MATRÍCULAS CURSOS PRESENCIAIS - CAMPUS CACOAL				
Tipo de oferta	Forma de oferta	Modalidade de oferta	Nome do curso	Matrículas
Técnico	integrado	Presencial	Técnico em Agropecuária	364
graduação	–	Presencial	Licenciatura em Ciências Biológicas	142
graduação	–	Presencial	Bacharelado em Engenharia Agrônômica	331
graduação	–	Presencial	Tecnologia em Gestão Ambiental	74
graduação	–	Presencial	Tecnologia em Laticínios	57
Técnico	subsequente	a distância	Técnico em Administração	3
Técnico	subsequente	a distância	Técnico em Finanças	88
Técnico	subsequente	a distância	Técnico em Informática e Internet	94
Técnico	subsequente	a distância	Técnico em Serviços Públicos	6
Técnico	subsequente	a distância	Técnico em Secretaria Escolar	1
Técnico	subsequente	a distância	Técnico em Meio Ambiente	4
Técnico	subsequente	a distância	Técnico em Segurança do Trabalho	2
Técnico	subsequente	a distância	Pós em Gestão Ambiental	20
Técnico	subsequente	a distância	Pós em EJA	33

Fonte: SISTEC.

Ressaltamos que o nosso Campus Colorado do Oeste possui caráter agrário, com isso fortalecemos a relação com a sociedade local e regional através da valorização dos Arranjos Produtivos Locais, bem como visamos a inclusão social das minorias étnicas e/ou dos menos favorecidos.

Direção Geral

A atual gestão assumiu a Direção Geral no final de março de 2015, primando por uma gestão inovadora, democrática e participativa, sem perder a nossa missão: “Promover Educação Científica e Tecnológica de Excelência no Estado de Rondônia voltada a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a sustentabilidade da Sociedade.” A Direção Geral conduziu a execução do planejamento elaborado normalizando as atividades e processos ao longo do exercício de 2015.

Durante o período acima citado, a Direção trabalhou em parceria com as representações estudantis, sendo o Grêmio Estudantil constituído por discentes do Ensino médio e o Centro Acadêmico que representa os discentes dos cursos superiores. É importante frisar que os respectivos presidentes, representantes dos discentes, participaram de forma ativa em nossa gestão, se fazendo presentes em todas as reuniões, inclusive as restritas aos cargos, visando o fortalecimento desta parceria para uma boa gestão. As decisões foram tomadas pela equipe do Campus, com o intuito de desenvolver e aprimorar o conhecimento profissional e o bem-estar dos discentes. Fortalecemos e expandimos os nossos parceiros priorizando atividades de Pesquisa, Ensino e Extensão como forma de agregar novos conhecimentos para a comunidade acadêmica. Asseguramos alojamento,

alimentação, saúde e lazer para os alunos residentes, de forma que puderam sentir-se bem acolhidos, para que se dedicassem o máximo possível aos estudos, melhorando e/ou facilitando a construção do conhecimento através do processo ensino-aprendizagem.

Conselho Escolar

Durante o exercício de 2015 foram realizadas 03 (três) sessões ordinárias, emitindo pareceres e decisões sobre as políticas públicas no âmbito escolar, sobre questões relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e administração. Cabe ressaltar ainda que, houve eleição e posse da composição do novo Conselho Escolar.

Direção de Ensino

A Direção de Ensino do campus Colorado do Oeste e o Departamento de Desenvolvimento de Ensino, com a finalidade de publicar as suas ações e tornar a gestão mais democrática e transparente ilustra, por meio deste relatório, suas ações durante o ano letivo de 2015. Uma das ações mais marcantes foi todo o esforço que se fez no sentido de criar mecanismos para dar ingresso aos mais de 600 novos alunos para os cursos superiores de Engenharia Agrônoma e Licenciatura em Biologia, bem como para o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

Quadro de vagas ofertadas

QUADRO DE VAGAS OFERTADAS		
CURSO	VAGAS OFERTADAS	MATRÍCULAS
Técnico em Agropecuária	200	206
Licenciatura em Ciências Biológicas	40	40
Engenharia Agrônoma	80	87

Fonte: Campus

Principais Indicadores Gerenciais e Acadêmicos do Campus

PRINCIPAIS INDICADORES DO CAMPUS - COLORADO DO OESTE							
Gerenciais				Acadêmicos			
RAP	Titulação docente	Nº de docente*	Nº TAE	Candidato vaga	Eficiência Acadêmica	Retenção	evasão
19,85	3,66	74	97	1,01	62,07	34,7	8,21

*n.º Docentes em Tempo Integral

Fonte: SISTEC.

Observa-se que o número de matriculados excede o total de vagas ofertadas devido às desistências de candidatos. No entanto, mesmo desistentes, computam-se as ocorrências como matrícula. Foi realizado em duas etapas, no início dos semestres, o Encontro Pedagógico, momento em que os docentes tiveram, com o apoio da equipe pedagógica, a oportunidade de refletir sobre seu trabalho e planejar suas atividades para o ano letivo. Ao longo do ano foram realizados três conselhos de classe para se discutir sobre a situação dos discentes com flagrante defasagem de aprendizagem ou ainda com alguma dificuldade que o estivesse bloqueando o aprendizado. Tais medidas serviram de subsídios para as proposições de ações de intervenção que proporcionassem a permanência e o êxito dos discentes fragilizados pelas dificuldades apresentadas. Reconhecendo

a importância da família e como forma de auxílio ao processo ensino e aprendizagem, durante o ano foram realizadas três reuniões de pais e mestres, momentos em que se pode promover a interação entre docentes e pais e/ou responsáveis com troca de informações a respeito do alunado e acordo de cooperação entre as partes em benefício dos discentes. Deu-se suporte aos docentes para a realização dos estudos de recuperação ao final dos dois semestres, além da realização de atendimento e monitorias para diversas disciplinas aos alunos com menor rendimento. Incentivou-se e fomentou-se ainda a realização de projetos de ensino como forma alternativa de aplicação de conteúdos. Foram 22 Projetos de Ensino institucionalizados e executados. São eles:

- Interculturalidade: Consciência Negra
- Lançamento de Foguetes – Mostra Brasileira de Foguetes;
- Circuitos Elétricos;
- Geração de Energia Elétrica em um Consumo Sustentável;
- Pilha Natural à Base de Frutas Cítricas, Tubérculos e Cana-de-açúcar;
- Onda do Repente;
- Vida: Arte, Natureza e Cultura;
- Sarau das Letras;
- Atividade interdisciplinar: ecologia na prática de ensino;
- Dança na escola: diferentes linguagens na Educação Física;
- Interculturalidade: As histórias da personagem Mafalda;
- Tecnologia de Aplicação de defensivos;
- Adubos e Adubação;
- O lugar de onde venho é assim...;
- O ensino do Português como segunda Língua para o Surdo;
- Construindo e reconstruindo significados relacionados aos temas funções inorgânicas, soluções e cinética química;
- Motivação e Orientação Vocacional;
- 7ª Olimpíada Nacional de História do Brasil;
- Aprendendo Biologia com gêneros textuais orais e escritos;
- Atividade física, lazer e cidadania no IFRO;
- Projeto de prevenção do uso de drogas.

Em agosto, fomos palco dos Jogos do IFRO (JIFRO). A realização desse evento mobilizou toda a comunidade acadêmica. Paralelamente aos jogos, organizaram-se atividades lúdicas e recreativas diversas de integração aos participantes vindos de todos os campi do IFRO. Em 2015, através dos editais do PIPEX, PROEX e PROPESP, foram encaminhados vários acadêmicos para participação de programas de Mobilidade Estudantil, através de intercâmbio com instituições de ensino em Portugal e na Colômbia. Em conjunto com a Direção de Ensino, equipe pedagógica e outros setores, foram realizadas atividades desenvolvidas pelas Coordenações de Curso, visando o desenvolvimento pessoal e crescimento profissional dos discentes. A Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária desenvolveu juntamente com os professores e demais departamentos a realização de atividades práticas, participações em eventos e projetos, destacando alguns de maior relevância:

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Feira do Conhecimento da Escola Estadual Manual Bandeira - Município de Colorado do Oeste
Semana de Ciências e Tecnologia do IFRO Campus Colorado do Oeste
I Feira de Estágio e Emprego do IFRO - Campus Colorado do Oeste
MOBFOG - Mostra Brasileira de Foguete 2015
Semana do Meio Ambiente do IFRO - Campus Colorado do Oeste
Semana de Educação Para Vida do IFRO - Campus Colorado do Oeste
Campanha de Combate as Drogas do IFRO - Campus Colorado do Oeste
Quis Multidisciplinar do IFRO - Campus Colorado do Oeste
I Arraial do IFRO - Campus Colorado do Oeste
"Stand" do IFRO na EXPOCOL 2015

Fonte: campi

Encerrando as atividades acadêmicas do Curso Técnico em Agropecuária, em 2015 tivemos a colação de grau de 129 formandos. A Coordenação do Curso de Engenharia Agrônoma, juntamente com os professores viabilizou a realização de 18 excursões técnicas e atividades de aulas práticas. A seguir estão elencadas as participações de maior relevância:

- 8ª edição da Parecis Superagro, evento realizado pelo Sindicato Rural de Campo Novo dos Parecis – MT. O evento se destaca pela importância regional e pela vitrine tecnológica. Além do evento, os alunos visitaram a Usina de Etanol e Açúcar Coprodia e Algodoeira Dual, todas no mesmo município.
- Curso de Administração Rural em Pequenas Propriedades, ofertado pelo SEBRAE-RO.
- II Simpósio de Integração Lavoura – Pecuária do Vale do Guaporé, realizado no município de Pontes e Lacerda – MT.
- Visita Técnica ao Viveiro Vale Verde no município de Vilhena, visando conhecer o processo de produção de mudas com intuito de aprofundar os conhecimentos da disciplina de Produção de Mudas.
- Visita Técnica a APROCIS – Associação de Produtores Rurais no município de Vilhena, buscando aprofundar os conhecimentos sobre Olericultura.
- Excursões técnicas à planta frigorífica da GloboAves
- Excursão técnica às instalações da empresa Mar & Terra nos municípios de Espigão do Oeste e Pimenta Bueno, para conhecer o processo envolvendo a cadeia produtiva do frango de corte. Encerrando as atividades acadêmicas do curso de Engenharia Agrônoma, no mês de Dezembro tivemos a formatura da 1ª Turma de Bacharelado em Engenharia Agrônoma, onde formaram 17 novos profissionais. A Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, juntamente com os professores fomentaram a participação dos acadêmicos nas seguintes atividades extra curriculares:
- I Congresso de Educação, Cultura e Identidade Surda e seus aspectos na tradução e interpretação em LIBRAS, realizado no município Vilhena/RO.
- Semana Nacional de Educação para Vida e I Feira de Estágio e Negócio – realizados pelo IFRO Colorado do Oeste/RO;
- SemiEdu - Seminário de Educação 2015 - Cuiabá/MT.
- X Connepi - Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação - Rio Branco/AC.
- Conpeex - Congresso de Pesquisa, ensino e extensão do Ifro - Porto Velho/RO.
- XIII Congresso Internacional de Tecnologia na Educação - Olinda/PE.

Durante o ano de 2015 houveram duas cerimônias de colação de grau, dos acadêmicos de Licenciatura em Ciências Biológicas, sendo uma no mês de Julho e outra em Dezembro, onde se formaram 26 novos profissionais. A Coordenação do Curso de Gestão Ambiental, em parceria com os professores proporcionou aos seus acadêmicos a participação nos seguintes eventos:

- Curso de Oratória, realizado em Colorado do Oeste, pelo SEBRAE.
- Curso de Gestão da Propriedade Rural, realizado em Colorado do Oeste, pelo SEBRAE.
- II Semana Acadêmica de Engenharia Sanitária e Ambiental, realizada em Cuiabá/MT.
- Organização da VIII Semana Ambiental do IFRO Campus Colorado do Oeste.
- Excursão técnica a JBS S/A - Unidade Colorado do Oeste. No exercício de 2015 não tivemos nenhuma cerimônia de colação de grau do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, entretanto foram realizadas 20 colações de grau em caráter especial. A Coordenação do Curso de Laticínios, fomentou projetos de processamento de diversos queijos, bebidas lácteas e outros derivados na agroindústria do Campus, e em conjunto com os professores proporcionou aos seus acadêmicos a participação nos seguintes eventos:

- Exposição Agropecuária de Colorado do Oeste – RO (EXPOCOL).
- VIII Semana Ambiental do IFRO Campus Colorado do Oeste.
- Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Campus Colorado do Oeste.
- I Feira de Estágio e Negócios do Campus Colorado do Oeste.
- Seminário de Gestão da Propriedade Rural, ofertado pelo SEBRAE.
- 1º Seminário Acadêmico da FAEL/FAROL 26/09/2015 – Colorado do Oeste. Neste curso também não tivemos nenhuma cerimônia de colação de grau, entretanto foram realizadas 16 colações de grau em caráter especial. Assim, de forma abrangente, a Direção de Ensino apoiou e deu suporte à todos os discentes e docentes dos cursos presenciais, bem como aos tutores e discentes do cursos EAD.

Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

O Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação – DEPIPG desenvolve ações em consonância com a missão da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação - PROPEPSP A equipe do DEPIPG participou de reuniões com as equipes do DEPROD e DEPEX, a fim de auxiliar no planejamento de uso de áreas no campus e das ações integradas entre estes departamentos. O DEPIPG convidou os servidores coordenadores de projetos de pesquisa para conversas sobre o desenvolvimento e acompanhamento das atividades. Participaram, em duas reuniões, um total de sete servidores coordenadores de projetos de pesquisa. Posteriormente, os discentes bolsistas ou colaboradores em projetos ou grupos de pesquisa foram convidados à uma reunião para verificar o andamento das atividades e detectar possíveis falhas e sugestões, sendo que houve a presença de aproximadamente 60 discentes.

A equipe do DEPIPG participou do IV Encontro de Dirigentes de Pesquisa em Porto Velho, onde foram discutidos os planejamentos de ações e financeiro para os departamentos de todos os campi do IFRO. Após esta reunião, o DEPIPG convidou os servidores do campus para participarem de reuniões que tinham como objetivo detectar falhas no gerenciamento do departamento e coletar sugestões para que a equipe pudesse realizar o planejamento das ações. Após estas discussões, a equipe do DEPIPG formulou, baseado nas demandas observadas, os principais objetivos e ações que deveriam ser implementadas por esse departamento. Considerando a necessidade de integrar as atividades de pesquisa e extensão no campus, foi publicado em conjunto com o DEPEX o edital nº 03/DEPIPG de 25 de junho de 2015, para seleção interna de propostas de Projetos Integrados de Pesquisa, Inovação Tecnológica e Atividades de Extensão e Transferência de Tec-

nologia, com concessão de recursos financeiros para custeio e bolsas de iniciação a pesquisa e extensão para discentes de cursos dos níveis médio e superior.

Houve o processo de seleção de projetos e bolsistas no âmbito do IFRO por meio do edital nº 018/PIP/PROPESP de 07 de maio de 2015, com finalidade de selecionar projetos que incentivem talentos potenciais para pesquisa científica, tecnológica e inovação entre estudantes do ensino médio e superior, regularmente matriculados em cursos oferecidos pelo IFRO, mediante participação em projetos de pesquisa orientados por pesquisador qualificado. Neste edital foram aprovados vinte e três (23) projetos de pesquisa coordenados por servidores do campus com a participação de trinta e quatro (34) discentes (26 discentes de cursos de nível superior e 8 discentes de curso de nível médio) contemplados por bolsas do CNPq ou do IFRO. Com auxílio do NIT-Reitoria, foi publicado o edital nº 04/DEPIPG de 23 de setembro de 2015, para seleção interna de propostas de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico e/ou de Inovação, com concessão de recursos financeiros para investimento, custeio e bolsas de iniciação à pesquisa e à inovação tecnológica.

Participaram sete (7) servidores e trinta e nove (39) discentes bolsistas envolvidos em atividades e editais de pesquisa no ciclo 2014/2015, do CONPEEX (Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRO) em Porto Velho. Foram realizadas apresentações de trabalhos na forma de banners, exposições/mostra de inovação e tecnologia e apresentações orais de resultados de projetos de pesquisa. Após demanda interna de servidores sobre disponibilização de recursos financeiros para fomento a publicação científica, foi publicado em 19 de outubro de 2015 o edital nº 05/DEPIPG, para concessão de auxílio à publicações científicas nacionais ou internacionais em periódicos classificados no Qualis/CAPES.

Houve a disponibilização de recurso financeiro para custear a publicação de livro organizado por servidores do campus com parceiros externos após solicitação no mês de novembro. Em parceria com a PROPESP, o DEPIPG organizou a ida de uma delegação do campus para participar do X CONNEPI – Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. No total, participaram quatro (4) servidores e trinta e um (31) discentes em apresentações de trabalhos científicos, atividades de inovação e exposições. Existiam no campus em 2015 quatro grupos de pesquisa certificados pelo IFRO e cadastrados no CNPq. Além destes, foram enviadas a PROPESP outras três solicitações de criação de novos grupos de pesquisa, sendo que destas uma já foi certificada e as outras duas estão em processo de avaliação. Considerando a disponibilidade de recurso financeiro e a demanda de recursos para estruturação e manutenção de atividades de grupos de pesquisa, o DEPIPG publicou o edital nº 06/DEPIPG em 05 de novembro de 2015, para fomento aos Grupos de Pesquisa do Campus, com concessão de recursos financeiros, exclusivamente para custeio.

Anualmente o DEPIPG organiza o Seminário de Iniciação Científica para divulgação de resultados de atividades de pesquisa no campus e para oferecimento de cursos e treinamentos sobre iniciação científica. Em dezembro de 2015 ocorreu a quinta edição deste evento, que foi pensada de uma maneira distinta da que foi realizada nas edições anteriores. Participaram destas atividades cerca de 20 discentes de grupos de pesquisa e apenas os servidores que organizaram o evento. Além destas atividades ao longo do ano, nas atividades referentes à Pós-Graduação, o DEPIPG gerenciou o prosseguimento das atividades do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Geoprocessamento Ambiental. Houveram dez (10) bancas de avaliação de defesas de trabalho de conclusão de curso, sendo que destes apenas um discente não concluiu o curso, os nove demais foram certificados pela instituição. Uma nova turma deste curso seria aberta no segundo semestre de 2015, no entanto, por ter sido verificadas diversas falhas e melhorias a serem realizadas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o DEPIPG organizou comissão para reformulação do PPC. Esta comissão iniciou as atividades, mas, por orientação da Coordenação de Pós-Graduação, aguardou a PROPESP reformular a regulamentação da criação e elaboração de PPC's para os cursos de pós-graduação lato sensu no âmbito do IFRO. Entretanto, esta resolução não foi apreciada pelo conselho superior até o momento e houve a

orientação de reformular o PPC utilizando a regulamentação anterior. Desta forma, em breve o DEPIPG deverá retomar este processo. Houve a demanda de elaboração do PCC do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica. Em comissão foram iniciados os trabalhos de elaboração deste PPC, mas, ao final do ano de 2015 houve abertura de curso similar em outro campus do IFRO, sendo este processo paralisado pela comissão. A coordenação de laboratório de solos, vinculada ao DEPIPG, teve pouca atuação no ano de 2015 devido a dificuldade de lotar e manter servidores nesta função. O laboratório atendeu à algumas atividades de projetos de pesquisa e ensino mas, ainda não foi possível atender a comunidade externa com a realização de análises de solo. O DEPIPG trabalhou em conjunto com a PROPESP, pelo terceiro ano consecutivo, na elaboração de uma proposta de Mestrado Profissional, que foi submetida à apreciação pela CAPES.

Departamento de Extensão

As ações do Departamento de Extensão iniciaram-se no mês de fevereiro, juntamente com o início das aulas e por consequência das demandas necessárias para o desenvolvimento de ações e projetos de extensão. Foram institucionalizados exatamente quarenta projetos, dentre os quais alguns tinham foco na extensão puramente dita e outros correlacionavam ações de ensino e pesquisa. De forma abrangente é possível citar algumas intervenções desenvolvidas durante a vigência dos projetos, como por exemplo, palestras e oficinas do projeto “O Poder da Palavra”, que conseguiu capacitar professores da rede estadual e municipal de Colorado do Oeste. O Projeto Festejos do Divino se propôs a conhecer melhor a realidade cultural das comunidades ribeirinhas ao longo do rio Guaporé, finalizando seus trabalhos com a grande festa realizada na cidade de Pimenteiras do Oeste. Também com a comunidade ribeirinha de Pimenteiras, foram desenvolvidas ações de conscientização sobre a importância da preservação de espécies da fauna e flora, como exemplo a ser citado, a tartaruga de água doce, muito apreciada pelo sabor da sua carne.

Na área pedagógica, houve um projeto importante no município de Pimenteiras do Oeste, denominado As práticas pedagógicas no ensino de Biologia, envolvendo os acadêmicos de Licenciatura em Ciências Biológicas. Na área de ciências agrárias, dois projetos merecem destaque. O Primeiro, desenvolvido junto aos pequenos agricultores da AGROVILA, um assentamento de reforma agrária localizado a meio caminho, de Colorado do Oeste para Vilhena. Nesse ambiente, pequenos agricultores desenvolvem a atividade da olericultura, onde várias espécies de hortaliças do tipo fruto, principalmente, são cultivadas. Nesse contexto, o IFRO se fez presente disseminando conhecimento técnico, que possibilitou o aumento da produtividade das culturas, a partir de algumas práticas de manejo bastante comuns, porém desconhecidas por grande parte desses agricultores, que na sua grande maioria são analfabetos. O segundo consiste da aplicação de práticas agropecuárias como ferramentas para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida de pequenos produtores rurais, onde algumas técnicas de manejo bastante simples possibilitaram a implantação de várias culturas não cultivadas na região, bem como a melhoria daquelas já implantadas. Ademais, os projetos envolveram de maneira significativa o público interno do Campus Colorado, desenvolvendo ações culturais, esportivas, vinculadas ao ensino e a pesquisa. O DEPEX teve grande participação em eventos importantes para o município, como a Feira Agropecuária – EXPOCOL, destacando-se com a exposição de produtos produzidos na agroindústria, animais e projetos. O Campus esteve presente no COLORFEST (Festival Cultural de Colorado); na Feira do Conhecimento, desenvolvida em parceria com a Escola Manuel Bandeira; e promoveu seu primeiro Arraial aberto a comunidade coloradense. Como grande passo para o desenvolvimento regional, o Campus firmou parceria com a Emater e a cooperativa de crédito SICCOB para desenvolver um projeto de fomento à pecuária leiteira, onde 500 prenhez de bovinos da raça girolando serão distribuídas para pecuaristas de

leite do cone sul de Rondônia. Nesse projeto, o governo do estado de Rondônia é responsável pela aquisição e implantação dos embriões em vacas receptoras (barriga de aluguel), fornecidas pelos pecuaristas participantes do projeto. O IFRO tem o compromisso de capacitar os produtores através de cursos modulares, com o objetivo de elevar o nível de conhecimento técnico necessário para trabalhar com animais geneticamente superiores. O SICOOB viabilizará excursões técnicas em outros estados, onde a atividade leiteira é mais desenvolvida. Através da Coordenação de Integração Escola-Comunidade foram firmados convênios de parcerias para o desenvolvimento de estágios obrigatórios e não obrigatórios. No total foram 307 estagiários que saíram para desenvolver suas atividades em instituições parceiras. Nesse total estão inseridos alunos do ensino médio/técnico, graduação, licenciatura e da modalidade EAD. A coordenação de cursos FIC atuou na certificação de diversos eventos, cursos e projetos de extensão, bem como, se fez presente no desenvolvimento de alguns projetos com características e possibilidades de se expandirem para a modalidade de formação inicial e continuada no ano de 2016.

Departamento de Produção

O departamento de produção está ligado diretamente à Diretoria de Ensino, sendo parte importante para o ensino e para a prática dos cursos. Com o auxílio dos coordenadores dos setores (olericultura, culturas anuais, culturas perenes, produção animal de pequeno porte, produção animal de médio porte, produção animal de grande porte e as agroindústrias) os professores ministraram as aulas práticas de produção animal, vegetal e agroindústria. Proporcionaram-se aos nossos discentes, ambientes reais que encontrarão no mercado de trabalho, pois possuímos áreas aptas para hortaliças, agriculturas anuais e perenes e locais para práticas de manejo animal com aviários, galpões para criação de coelhos, suinocultura, curral para bovinos e bubalinos, aprisco para ovinos, tanques de piscicultura e agroindústrias para as práticas de preparação de alimentos.

Com a utilização das aulas práticas e auxílio permanente de servidores técnicos e terceirizados, produziu-se alimentos que atenderam boa parte da demanda do refeitório da instituição. Destacam-se os seguintes produtos que vão para o refeitório: hortaliças em geral, milho, frutas diversas, doces, iogurtes, queijos, linguiças, salames, defumados e carnes bovinas, suínas, ovinas e de peixes. Para proporcionar esse espaço de aprendizagem, foram realizadas com os servidores terceirizados as manutenções em cercas, construção de novos piquetes, reformas em currais e limpeza de pastagens. Dentre outras ações desenvolvidas, algumas que merecem destaque são:

- Reforma do prédio de ração;
- Reforma do abatedouro de aves;
- Início da reforma da sala de ordenha;
- Reforma da Coordenação de Olericultura;
- Reforma da Coordenação de Culturas Perenes;
- Integração entre ensino, pesquisa e extensão via reuniões e debates com a equipe pertencente ao setor;
- Participação na Exposição Agropecuária do município com estande diverso;
- Melhoria nas ações de integração entre os professores das disciplinas e os coordenadores dos setores;
- Apoio ao desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão;

Departamento de Assistência ao Educando

O Departamento de Assistência ao Educando (DEPAE) é o responsável pelo atendimento aos alunos do Campus, por meio de ações que favoreçam à permanência e êxito no processo de formação. Através da equipe de enfermagem, houve o atendimento em saúde de alunos, servidores e da comunidade externa, totalizando

8.126 atendimentos. Dentre eles, foram realizadas consultas de enfermagem, orientações de saúde, exames físicos, administração de medicamentos, curativos, e outras atividades afins. A equipe também realizou palestras e oficinas, tendo como público alvo a comunidade acadêmica, conforme destacado abaixo:

- Palestra “Educação em Saúde e Principais Agravos Ocorridos no Campus Colorado do Oeste”; público-alvo: 250 alunos residentes; Objetivo: Orientar os alunos residentes sobre os principais problemas de saúde ocorridos no Campus. Repassar informações de higiene e limpeza e maneiras de evitar doenças infectocontagiosas.

- Curso Básico de Primeiros Socorros; público-alvo: 13 servidores lotados do DEPAE; Objetivo: Capacitar os servidores do Departamento de Assistência ao Educando (DEPAE) a prestar com eficácia os primeiros atendimentos aos alunos em situações de urgência/emergência.

- Oficina “Noções Básicas de Primeiros Socorros”, realizada na Semana Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia; público-alvo: 80 participantes, entre servidores e alunos; Objetivo: Proporcionar conhecimento sobre os acidentes mais comuns em adolescentes, em especial, os mais prevalentes no Campus de Colorado do Oeste; Capacitá-los a realizar procedimentos iniciais de primeiros socorros na escola; Reduzir, dentro do Campus, situações de risco para acidentes, identificando os principais fatores para sua ocorrência; Reduzir possíveis complicações decorrentes de procedimentos inadequados realizados no momento do socorro. Apresentar casos de doenças já diagnosticadas pelos alunos, as quais podem se tornar situações de urgência em algum momento.

- Palestra “Prevenção de DST’s”; realizada na Semana de Educação para a Vida; público-alvo: 1200 alunos e servidores do Campus; Objetivo: Informar sobre as principais Doenças Sexualmente Transmissíveis existentes, características, período de incubação e sintomas. Apresentar maneiras de prevenção. As assistentes sociais, psicóloga escolar e orientadora educacional também desenvolveram diversas atividades com os discentes, dentre as quais podemos ressaltar algumas de maior relevância, conforme disposto a seguir:

Projeto de Prevenção do uso de Drogas; Público-alvo: todos os discentes; Objetivo: Prevenir o uso de Drogas.

- Palestra “Orientação Vocacional”; Público-alvo: discentes dos 3^o anos; Objetivo: Promover alto conhecimento para escolha de uma profissão.

- Palestra “Gerenciamento de tempo.”; Público-alvo: discentes dos 1^o anos; Objetivo: Orientar e aconselhar quanto à necessidade de mudança de postura e levantar a necessidade de atendimento individual.

- Atendimento em grupo com os pais dos discentes que reprovaram em 2014; Objetivo: Integrar família e escola. Incentivar os pais a participarem da vida acadêmica dos filhos.

- Atendimento em grupo com os discentes aprovados pelo conselho em 2014; Objetivo: Orientar os discentes a respeito de sua aprovação pelo conselho e levantar a necessidade de atendimento individual.

- Atendimento em grupo com os pais dos discentes aprovados pelo conselho em 2014; Objetivo: Integrar família e escola. Incentivar os pais a participarem da vida acadêmica dos filhos.

- Palestra “Inclusão e respeito a diversidade.”; Público-alvo: discentes dos 1^o e 2^o anos; Objetivo: Promover reflexão sobre o respeito a diversidade.

- Intervenção para mediar conflitos nas turmas do curso técnico em agropecuária integrado ao médio; Público-alvo: discentes do curso Técnico em Agropecuária; Objetivo: Mediar conflitos.

- Apresentação do novo Código de Ética Disciplinar Discente; Público-alvo: Todos os discentes; Objetivo: Informa-los sobre a mudança das regras. Dentre as Políticas de Assistência Estudantis (PAE) ofertadas pelo Instituto Federal de Rondônia, o Campus Colorado do Oeste executou os seguintes programas:

BOLSAS E AUXÍLIOS	
PROGRAMA	BOLSAS OFERTADAS
PROCAT	331
PROMORE	84
PROAC	13
PROASAB	06
PRODETEC	248
PROCID	–
PROCAE	26
SEGURO	–
RESIDÊNCIA	228

Fonte: Campus

Ações do ensino

PROJETOS DESENVOLVIDOS		QTD/ ATENDIMENTO
PROGRAMA	ATIVIDADE	
PRODETEC	1º Seminário Acadêmico - FAEL	9
	Gestão na Propriedade Rural	12
	II Semana Acadêmica de Eng. Sanitária e Ambiental	03
	Participação no Curso de Oratória	13
	Gestão na Propriedade Rural	10
	Visita Técnica nos Municípios de Espigão do Oeste e Pimenta Bueno	53
	III Fórum Municipal de Educação Profissional e Tecnológica	01
	II Simpósio de Integração Lavoura – Pecuária do Vale do Guaporé	05
	I Cong. De Educação, Cultura e Identidade Surdas e seus Aspectos	26
	1º Copa de Voleibol (Vilhena/RO)	06
	SEMIEDU	03
	XIII Congresso Internacional de Tecnologia na Educação	02
	Gestão na Propriedade Rural	10
	Auxílio – PRODOTEC – Edital nº 067/2015	13
	Simpósio Temático” Imaginário e Ensino de História” (Porto Velho – RO)	01
	Devoção e Ministério: Festa do Divino Espírito Santo. (Pimenteiras – RO)	03
	Participação do Torneio de Voleibol (Vilhena- RO)	07
	Participação do Torneio de Voleibol (Juara – MT)	02
	Participação do Torneio de Voleibol (Juara – MT)	07
	Participação no JOER (Vilhena/RO)	58
Participação no JOER (Porto Velho/RO)	02	

Fonte: Campus

Coordenação de Tecnologia da Informação

Com os objetivos estratégicos de integrar as ações institucionais e aprimorar a gestão de pessoas na área de TI, a CGTI ofereceu os seguintes serviços para comunidade interna. O campus tem capacidade de prover também serviços via web, bem como manter servidores interligados à reitoria via internet por VPN. Durante o exercício de 2015, destacam-se as seguintes atividades realizadas:

- Provedor de acesso à internet;
- Armazenamento em rede para todo campus;
- Rede local cabeada e sem fio 2.4 e 5.8 Ghz;
- Servidor de diretório ativo Microsoft para autenticação em serviços web do IFRO hospedados na reitoria;
- Serviço de impressão em rede via servidor Linux;
- Suporte ao usuário;
- Servidor de domínio;
- Suporte a infraestrutura de rede e computadores do campus;
- Desenvolvimento de sistemas;
- Hospedagem de sites para rede local, intranet e internet;
- Pregão para contratação de novo link de internet para utilização em 2016 com ampliação do link de 10 Mbps para 16 Mbps.
- Instalação de novo link Claro 3G de 1.8 Mpbs (sem custo para o IFRO);
- Substituição do link de 2Mbps RNP por novo link novo link RNP via satélite de 12 Mpbs (sem custo para o IFRO);
- Aquisição de 9 Impressoras multifuncionais Laser, monocromáticas, para atender a demanda interna dos setores que necessitavam de impressora.

Coordenação de Comunicação Social e Eventos

Ao longo do ano de 2015 esta coordenação realizou o registro fotográfico e em vídeo, além de prestar apoio logístico-operacional, de vários eventos e atividades realizadas pelo Campus ou nos quais nosso Campus participou ativamente, com a produção ou intermediação de notícias e notas para publicação pela ASCOM no site institucional do IFRO e outros meios de comunicação. Foram fotografados mais de 60 atividades didáticas e eventos realizados dentro e fora do Campus, além de atender a solicitações de fotografias de coordenações e departamentos para registro e arquivos diversos. Foram filmados 20 edições do Momento Cívico Semanal, totalizando 07 horas e 31 minutos de gravações, sendo que estas filmagens foram interrompidas devido a problemas técnicos com a filmadora até então utilizada. Em 2015 houve a publicação no site institucional do IFRO de 45 matérias e notas diretamente relacionadas ao Campus Colorado do Oeste, além de notas publicadas apenas na newsletter semanal da ASCOM. Foram também realizadas tarefas a pedido da ASCOM, que resultaram em matérias publicadas por ela. Entre as atividades de 2015, podemos destacar as seguintes: fotografias dos servidores e edição destas para o crachá institucional; Colaboração para a realização dos Jogos do IFRO (JIFRO), este ano sediado em Colorado do Oeste; participação no curso de capacitação “Cerimonial, protocolo e organização de eventos solenes públicos”, realizado pela Consultre.

Coordenação de Gestão de Pessoas

A CGP executou suas atribuições junto a Administração, planejando e organizando os processos e rotinas de trabalho que envolvem o interesse da instituição e dos servidores. O quadro de servidores do Campus está

distribuído da seguinte forma: 74 (setenta e quatro) Docentes e 96 (noventa e seis) técnicos administrativos. Destacando em 2015 as ações de: elaboração e contratação de 14 (quatorze) professores substitutos e temporários, por meio do processo seletivo simplificado; prorrogação de contrato de 04 (quatro) professores substitutos e temporários; e recepção de 15 (quinze) novos servidores efetivos.

Diretoria de Planejamento e Administração

A Diretoria de Planejamento Administração – Câmpus Colorado do Oeste composta pelas Coordenações de Orçamento e Finanças, Compras e Licitações, Patrimônio e Almoxarifado e a de Serviços Gerais, no exercício de 2015 esteve inserida nos trabalhos e atividades planejadas da Diretoria de Ensino, na qual apoiamos e demos suporte nas ações de capacitações dos servidores, encontros pedagógicos, eventos e atividades de ensino para os gestores da nova Equipe de Gestão do Ensino do Campus; junto ao Departamento de Extensão e ao Departamento de Pesquisa, inovação e Pós graduação realizamos atividades de consultoria para a adequada execução orçamentária disponibilizada pela Reitoria aos respectivos departamento, além de apoiar em feiras, eventos, simpósio e dia de campos que realizaram ou participaram, proporcionando a logística para transporte e cedência de matérias que foram usados para as atividades. A DPLAD também manteve o contato com a Diretoria de Infraestrutura, expondo as necessidades de melhora na infra estruturado do Câmpus e neste contexto iniciamos a Construção do Bloco de Agronomia, Reforma de Abatedouro e Construção da Fábrica de Ração que foi objeto de licitação no ano de 2014, já para o exercícios de 2015 realizamos a licitação da reforma e ampliação da Coordenação de Olericultura e a de Culturas Perenes as quais iniciaram as obras no mesmo exercício. Neste mesmo contexto solicitamos a conclusão dos projetos dos blocos de salas de aulas e área de convivência com o objetivo de realizar as adequações no exercício 2016. Acompanhamos as atividades e objetivos de cada coordenação hierarquicamente subordinadas a esta diretoria e neste contexto, o trabalho foi de dar suporte ao desenvolvimento de atividades relevantes ao Câmpus e ao IFRO, como aconteceu na Coordenação de Compras e Licitações, que somos os responsáveis pela elaboração, execução e gerenciamento de 33 (trinta e três) procedimentos licitatórios na modalidade pregões eletrônicos e presenciais, em 01 (um) Regime Diferenciado de Contratação, e este último para a contratação o das obras de reforma e adequação das Coordenações da Culturas Perenes e Olericultura, mantendo todas nossas demanda de compra compartilhada realizadas antes do vencimento da ata vigente anteriormente licitada. Neste setor lotamos novos servidores que possibilitaram a implantação da gerencia de compras que anteriormente era realizada pela Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado. Na Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado auxiliamos o iniciamos da implantação do sistema SUAP almoxarifado o que oportunizou o correto controle de nosso estoque e a real necessidade demanda de pedidos futuras, além de ter iniciado os trabalhos para a realização da adequação do inventário de nosso Câmpus que se encontra com equívocos de lançamento, visto que temos incorporação de equipamentos da Escola Agrotécnica Federal. Na Coordenação de Serviços Gerias aprimoramos as ferramentas de comunicação com Departamento de Extensão, que facilitou o agendamento de veículos e motorista para a realização de visitas técnicas. Também foi aprimorado a comunicação junto a Gestão de Contratos, que visou e conseguir diminuir os gastos com as manutenções veiculares da frota do IFRO mesmo com o envelhecimento da mesma. Foi realizada pela CSG melhorias estruturais nos alojamento feminino e na sala de ordenha da Coordenação de Animais de Grande Porte Na Coordenação de Orçamento e Finanças oportunizamos e auxiliamos na execução de forma extraordinária a execução orçamentária financeira de 2015, conforme a necessidade e a disponibilidade do orçamento, inclusive com os corte anunciados no orçamento. Prestou assistência ao Departamento de Assistente ao Educando e as Coordenações de Cursos, nas concessões de ajuda de custo e bolsas, demonstrando cronogramas de gasto e saldo para uso, além de

manter informados os fornecedores sobre pagamento e pendências fiscais que impossibilitassem pagamento ou falta de financeiro.

Durante o referido ano, havia 26 contratos ativos que demandaram as tarefas descritas acima.

Coordenação de Gestão de Contratos

As atividades executadas no âmbito desta Coordenação foram àquelas inerentes à parte gerencial e administrativa da execução de contratos. Assim sendo, esta Coordenação agiu com o fito proativa e preventiva, observou o cumprimento, pela contratada, das regras previstas no instrumento contratual, buscou os resultados esperados no firmamento, ajustes e prorrogação contratuais. Passamos a citar a maioria das tarefas executadas que corresponderam à gestão dos contratos aportados nesta Coordenação:

- Confecção de minutas e contratos em consonância com o termo referência das licitações;
- Acompanhamento, com auxílio dos fiscais, a fiel execução do objeto contratado;
- Monitorar os prazos de validade, em caso de conveniência e oportunidade, elaborar a termo aditivo de prorrogação dos contratos, bem como aditivos de outra natureza tipo aumento e supressão da quantidade contratada;
- Manter os processos instruídos com todos os documentos relativos aos contratos;
- Manter em de forma prática e célere informações sobre os contratos, para assim dar suporte a outros setores da administração;
- Provocar setores afins sobre atividades a serem executadas.

1.8 Campus Guajará-Mirim

As atividades finalísticas

por meio das quais o Campus Guajará-Mirim cumpre a sua Missão Institucional são agrupadas de modo a constituir os macroprocessos. Deste modo, como macroprocessos finalísticos desta UJ identifica-se: o ensino, a pesquisa e a extensão, que estão relacionados com a missão do IFRO, envolvendo todos os elementos operacionais. Por sua vez, estes constituem o tripé da educação profissional e tecnológica e compõem a área acadêmica da Instituição, já que são indissociáveis. Tais processos são detalhados da seguinte forma: Ensino: oferta de cursos técnicos, oferta de cursos de graduação, assistência estudantil, programas educacionais, apoio pedagógico, orientação pedagógica, registros acadêmicos, promoção de ações inclusivas, oferta de educação à distância, gerenciamento de bibliotecas, gerenciamento de laboratórios. Pesquisa: programas e projetos de pesquisa, ações de inovação tecnológica, fomento a produção científica, ações e parcerias com outras instituições. Extensão: programas e projetos de extensão, parcerias e relações institucionais, programas de integração escola-comunidade, ações de extensão tecnológica, promoção de cursos de formação continuada, articulação e fomento a estágios.

Os Macroprocessos de Apoio

compreendem o conjunto de processos de apoio, que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da instituição. Deste modo, como macroprocessos finalísticos do Campus Guajará-Mirim identifica-se a Administração, a Gestão de pessoas e Tecnologia da Informação, sendo detalhados da seguinte forma: Administração: Planejamento Institucional, administração e manutenção (serviços gerais), compras e licitações, administração orçamentária e financeira, contratos e convênios, gestão contábil, gestão do almoxarifado e patrimônio. Gestão de Pessoas: Lotação e cadastro de servidores, apoio na solicitação e concessão de

benefícios, ingresso, acompanhamento e desenvolvimento de servidores. Tecnologia da Informação: Análise e desenvolvimento de sistemas de TI, Suporte técnico, infraestrutura de TI e Gerenciamento de dados e informações institucionais. Devido a situação de implantação do Campus, as ações de planejamento e apoio iniciaram-se em maio de 2015, tendo grande parte das ações executadas pela reitoria.

Cursos e vagas Ofertadas

CURSOS PRESENCIAIS - CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM			
Tipo de oferta	Forma de oferta	Modalidade de oferta	Nome do curso
Técnico	Subsequente	Presencial	Manutenção e Suporte para Informática
Técnico	Concomitante	Presencial	Manutenção e Suporte para Informática

Fonte: SISTEC.

Principais Indicadores Gerenciais e Educacionais do Campus

PRINCIPAIS INDICADORES DO CAMPUS - GUAJARÁ-MIRIM							
Gerenciais				Acadêmicos			
RAP	Titulação docente	Nº de docente*	Nº TAE	Candidato vaga	Eficiência Acadêmica	Retenção	evasão
7,31	2,83	06	08	1,18	-	-	-

*n.º Docentes em Tempo Integral

- = os indicadores acadêmicos não são possíveis de serem aferidos dada a recente implantação do campus

Fonte: SISTEC.

1.9 Campus Ji-Paraná

Direção Geral

A Direção Geral conduziu a execução do planejamento elaborado, coordenando de maneira geral as atividades e processos como acompanhamento da execução orçamentária; coordenou diretamente a readequação de diversos setores do Câmpus bem como atendeu a demandas oriundas da Reitoria.

Conselho Escolar

Órgão deliberativo e consultivo da unidade, que realizou 01 sessão ordinária e 01 extraordinária, emitindo pareceres e decisões sobre as políticas públicas no âmbito escolar sobre questões do ensino, pesquisa, extensão e da administração.

Chefia de Gabinete

Assessoramento administrativo e técnico à Direção Geral, organizando, assistindo, coordenando, fomentando e articulando a ação política e administrativa da Direção. Dentre as atividades, de recepção, protocolo, entre outras que são inerentes ao Gabinete como controle e emissão de Portarias, Ordens de Serviços, Memorando, Ofícios, Declarações, Processos pelo Siga-Adm, recebimento e encaminhamento de documentos entre setores.

Setor de Contratos e Convênios

Elaboração e acompanhamento Contratos, conferência de toda a documentação exigida, anexa às notas fiscais, para liberação de pagamento, publicação contratos no D.O.U., inclusão de cronograma no SIASG, quando necessário. Análise de solicitações Repactuação dos contratos e elaboração de termos de apostilamento e aditivos. Atualização quantitativa contratos vigentes e vencidos, prestação de contas de despesas relativas aos contratos aos órgãos de fiscalização e controle externos. Interação com os fiscais de contratos na elaboração de relatórios e notificações, assegurando o cumprimento das obrigações pactuadas nos contratos.

Coordenação de Gestão de Pessoas

Execução e acompanhamento de Plano Anual de Capacitação; Atendimento diário a demandas de servidores e orientações quanto a legislação e procedimentos administrativos; Acompanhamento e formalização de processos de Progressões de TAEs e Docentes; Acompanhamento e formalização de processos de benefícios de servidores (GECC, incentivo a qualificação, retribuição por titulação e outros); Acompanhamento dos processos de estágio probatório; Acompanhamento de processos diversos de servidores e repasse de informações; Realização contratação de professores temporários e substitutos (conferir documentação, elaboração de contratos, formalização de processos, publicação de extratos de contratos no DOU) e acompanhamento de prazo de vigência de contratos; Proceder trâmites de contratação de estagiários, vigência de contratos e contato com CIEE; Elaboração de parecer/instrução de processos de Adicional de Insalubridade, Ajuda de Custo, Transporte de Mobiliário e Bagagens, Horário Especial Servidor, Auxílio Indenizatório – Saúde Suplementar, Retribuição por Substituição em cargo comissionado/função gratificada. Sedo que estes processos antes eram instruídos pela Diretoria de Gestão de Pessoas, é atualmente, está atividade, foi descentralizado para as Coordenações de Gestão de Pessoas; Alimentar informações junto ao SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública; Realizar cadastro de servidores junto ao SIGA-Edu; Encaminhamento de documentos para inclusão na FOPAG; Cadastro de atestados médicos de servidores junto ao SIAPE, atividade descentralizada da DGP atualmente; Disponibilização e de folhas de pontos aos setores e controle de entrega e gerenciamento. Atualização, periódica, de pastas funcionais e demais arquivos (folhas de pontos, memorandos, PCDPs e outros); Atender a DGP quanto a demandas repassadas, periodicamente, as CGPs (relatórios, programação de férias, nomeações, envio de processos); Programação, reprogramação e interrupção de férias do SIAPE; Orientação quanto aos procedimentos da concessão de RSC; Formalização e conferência dos documentos relacionados a concessão de RSC. A coordenação de Gestão de Pessoas buscou no ano de 2014 manter o fluxo manter o fluxo contínuo das suas atividades mantendo a eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços.

Coordenação de Tecnologia da Informação

A CGTI atuou apoiando todas as áreas do campus, fizemos vários atendimento a servidores e alunos, configuração, reparo e instalação de equipamentos de T.I, impressão de banners, implantamos um laboratório de redes, trouxemos soluções para economicidade de energia elétrica nos laboratórios de informática, solução para problemas com a rede WiFi da escola, aderimos ao GLPI e implantamos o OCS Inventory para auxiliar a gestão do setor. Fizemos esforços para conseguirmos aumento de nosso link através da RNP, inventário de material de consumo, para adquirir somente o necessário, confecção dos DoD's para as demandas serem incorporadas no PDTI entre outros.

Coordenação de Registros Acadêmicos

Durante o ano de 2015 as principais ações da CRA foram: Efetuação de matrículas dos alunos ingressantes; Rematrículas dos veteranos; Atendimento ao público interno e externo; Confecção de listas de alunos e arquivamentos em geral; Participação na Cerimônia de Formatura dos alunos e confecção da Ata de Colação de Grau dos formandos; Confecção dos históricos e diplomas dos alunos formandos; Alimentação dos dados dos alunos no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC e sistema SIGA-EDU; Inserção de dados e fechamento do Censo Escolar; Emissão de Certificados e Declaração de Proficiência com base no ENEM; Emissão de boletins; Participação em Conselhos de Classe; Elaboração de dados Estatísticos; Emissão de declarações, históricos, transferências, etc; Protocolo e registro de solicitações de Trancamento de matrículas (Subsequente e Graduação); Elaboração mensal de listagens de alunos ativos para o seguro escolar.

Coordenação de Assistência ao Educando

A Coordenação de Assistência ao Educando atua nas ações de permanência e êxito dos alunos dos cursos técnicos integrados (Floresta, Química e Informática), Subsequentes em Informática, Subsequente presencial virtual (Informática para Internet e Finanças) e Licenciatura em Química no Câmpus Ji-Paraná. Atendimento aos discentes dos cursos, técnico integrado, subsequente (cursos presenciais e presencial virtual-EaD) e graduação com 1.128 auxílios financeiros nos programas de Auxílio Alimentação (PROCAL), transporte (PROCAT) e auxílio moradia (PROMORE), PROAC, PROASEN, PROASAB, MONITORIA, PROCID e PRODETEC. Realização da Aula Inaugural do Curso de Licenciatura em Química, com palestra sobre perspectivas da carreira, apresentação do campus e distribuição de kits estudantis para os alunos ingressantes em 2015/2. Apoio e atendimento aos alunos dos cursos técnicos integrados com dificuldades de aprendizagem por meio de desenvolvimento do programa de monitoria, nivelamento e estudante colaborador. Realização da Semana do Meio Ambiente: A proposta da Semana do Meio Ambiente IFRO 2015 propôs a integração dos estudantes com a comunidade externa somada aos órgãos da competência ambiental e da área científica, além de empresas para discutir temas e problemáticas ambientais. Por meio de palestras, distribuição de mudas de espécimes florestais arbóreos e um concurso de fotografia estimulou-se o senso crítico dos alunos em relação aos seus respectivos papéis como cidadãos numa sociedade que visa ao desenvolvimento sustentável; Continuidade do Projeto de Ensino: Sexualidade e Adolescência, iniciado em 2015/1 com o objetivo de trabalhar com Educandos dos Primeiros anos dos Cursos Técnico em Informática, Química e Florestas Integrado a educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/AIDS; Desenvolvimento do projeto Sucesso Escolar com o objetivo de Desenvolver ações positivas para acompanhamento da frequência, permanência e sucesso escolar dos estudantes do IFRO Câmpus Ji-Paraná. Participação em comissões, conselho de classe, reunião de pais; Atendimento a alunos, pais e professores como forma de articulação do processo de ensino aprendizagem; Apoio às visitas técnicas; Confecção de carteirinhas estudantis para alunos ingressantes em 2015/2. Dia do estudante Visitas Jogos Contribuição no planejamento, organização e execução da “Semana de Educação para a Vida”; Realização de atividades contemplando os objetivos da Campanha Nacional de prevenção ao câncer de mama e próstata, Outubro Rosa e Novembro Azul. Foram concedidos 1142 auxílios estudantis.

Direção de Ensino

Dentre as ações realizadas por esta Diretoria de Ensino destacam-se: Realização de estudos para redimensionamento de cursos técnicos integrados ao ensino Médio de quatro para três anos a ser implementado em

anos seguintes. Participação de estudo de demanda para oferta de um Curso Tecnólogo em Informática, em substituição ao Curso Técnico Subsequente em Informática. Participação de estudo de nova proposta de Projeto de Curso de Licenciatura em Química. Organização e execução dos conselhos de classe realizados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio bem como o Curso Técnico Subsequente. Organização de eventos educacionais para promover a divulgação dos Cursos existentes no Câmpus - IFRO Profissões e Workshop sobre tecnologias educacionais para melhorar o desenvolvimento do ensino, II Day Software: projeto integrador de cursos, Projeto integrador de disciplinas: Todo Mundo Lendo. Continuidade ao processo de análise dos índices de evasão e retenção com os Coordenadores de Curso para propor grupos de trabalhos e medidas de redução dos índices. Integrou ações entre o ensino e a CIEEC, promovendo a inserção do aluno do Curso Técnico ao Mercado de trabalho. Deu suporte as ações de Assistência ao Educando possibilitando a permanência do aluno na Instituição. Auxiliar a Coordenação de Apoio ao Ensino nos procedimentos acadêmicos e nos processos de melhoria do ensino. Criação de calendários para o desenvolvimento das ações do ensino durante o ano letivo. Informatização da Coordenação de Biblioteca.

Principais Cursos Ofertados

CURSOS PRESENCIAIS - JÍ-PARANÁ			
Tipo de oferta	Forma de oferta	Modalidade de oferta	Nome do curso
Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Química
Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Informática
Técnico	Subsequente	Presencial	Técnico em Informática
Licenciatura	–	Presencial	Química

Fonte: SISTEC.

Principais Indicadores do Campus

PRINCIPAIS INDICADORES DO CAMPUS - JÍ-PARANÁ							
Gerenciais				Acadêmicos			
RAP	Titulação docente	Nº de docente*	Nº TAE	Candidato vaga	Eficiência Acadêmica	Retenção	evasão
22,93	3,56	61	55	1,08	43,23	33,97	15,46

*n.º Docentes em Tempo Integral

Fonte: SISTEC.

Coordenação de Apoio ao Ensino

Distribuição de aulas entre os docentes para o ano letivo; Criação de horário escolar; Reuniões para planejamento e reestruturação dos cursos técnicos; Organização do Encontro Pedagógico e boas-vindas aos professores; implantação do SIGA/EDU; Desenvolvimento de sistema gerencial de aulas, com emissão de todos os horários semanais, relatórios de aulas ministradas, folha de ponto de professores; Verificação dos Planos de Ensino; Reuniões com a Direção de Ensino e CRA, CAED, Biblioteca; Controle das chaves dos Laboratórios de Informática, Química e do Auditório; Reuniões com a Equipe da CAE; Reuniões pedagógicas e de conselhos de classe; Reformulação do conselho de classe; Aplicação dos encaminhamentos dos pré-conselhos de classe para os docentes; Reunião bimestral com os pais, obedecendo o calendário escolar;

(ação realizada juntamente com a Direção de Ensino), Recepção, em conjunto com a CAED, dos alunos no início do ano letivo ; Reuniões com a Direção Geral, para expor problemas relacionados ao Ensino.

Departamento de Extensão

O Departamento de Extensão em 2015 Instituiu no IFRO Campus Ji-Paraná propostas que visam proporcionar a prática da extensão em todos os eixos e modalidades, bem como oportunizou a comunidade acadêmica do IFRO a submissão de projetos e ações Extensionista com apoio financeiro por meio da taxa de bancada e de bolsas para coordenadores e discentes. AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO – ADMINISTRATIVAS Reorganização da Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade; Reorganização do Departamento de Extensão; Atualização do Banco de Dados; Criação de banco de editais; Disponibilização de bolsas de incentivo à participação nas ações de extensão. EDITAIS DE FOMENTO ÀS AÇÕES DE EXTENSÃO: O DEPEX em 2015 publicou 01 (um) edital interno para atender 07 propostas com até 6 (seis) meses de execução e, em conjunto com o Departamento de Pesquisa Inovação e Pós-Graduação para atender a alunos do Ensino Médio.

Participação em atividades:

PROJETOS DE EXTENSÃO	
Projeto de extensão	Quantidade
Eventos	11
Excursão/Visita Técnica	15
Serviços Tecnológicos	01
Curso de formação profissional e tecnológica	01
Outros	03

Fonte: Campus

Participação em Eventos e divulgação de resultados científicos: 13 alunos participaram do Congresso de Pesquisa e Extensão (CONPEX) do IFRO, no Câmpus Porto Velho-Zona Norte, no período de 06 a 08 de outubro de 2015, com apresentação de trabalhos, participação em cursos de curta duração e palestras. Realização do II SEPEX – Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRO, campus Ji-Paraná, da 2ª Feira de Inovação e Empreendedorismo, do Câmpus Ji Paraná, entre 29 a 31 de outubro de 2015, com a inscrição de aproximadamente 500 alunos do IFRO Câmpus Ji-Paraná e 30 alunos de outras Instituições de ensino da cidade e Rolim de Moura (RO).

Público atendido pelos projetos de Extensão

PROJETOS DE EXTENSÃO	
Modalidade de público	Números de pessoas beneficiadas
Situação de Vulnerabilidade	771
Outros	3762

Fonte: Campus

Outras atividades: Realização do II SEPEX – Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRO, Câmpus Ji-Paraná, entre 29 e 31 de outubro de 2015; Realização da 2ª Feira de Inovação e Empreendedorismo, do campus Ji Paraná, entre 29 e 31 de outubro de 2015;

Coordenação de Integração Escola Empresa e Comunidade (CIEEC)

Regulamentação dos trâmites e documentações necessárias para processos de estágios. Fomento de novas parcerias com empresas, escolas, cooperativas e associações locais e intermunicipais.

Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Investimento em projetos de pesquisa: O total de 45 projetos de pesquisa estão registrados e em execução em 2015 no DEPIPG, sendo 6 projetos do Edital de Pesquisa Nº 13/2014 (prorrogado), um projeto do Edital CNPq Nº 85/2013, 7 projetos do Edital Nº04/2014, 5 projetos registrados durante o ano, via edital nº 01/2015 – Institucionalização de Projetos de Pesquisa, 3 projetos do Edital nº 02/2015 – DEPIPG/DEPEX – Inovação, 9 projetos do edital nº 03/2015, 11 projetos do edital nº 18/2015 – PROPESP, 4 projetos do edital FAPERO. Os projetos de pesquisa possuem 62 estudantes como bolsistas, distribuídos nas seguintes modalidades: 1) Iniciação científica Ensino Médio; 2) Iniciação científica Graduação; 3) Iniciação científica Ensino Médio Voluntário e 4) Iniciação científica Graduação Voluntário. Participação em Eventos e divulgação de resultados científicos: 46 alunos participaram do Congresso de Pesquisa e Extensão (CONPEX) do IFRO, no Câmpus Porto Velho-Zona Norte, no período de 06 a 08 de outubro de 2015, com apresentação de trabalhos, participação em cursos de curta duração e palestras. 33 alunos participaram da 67ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada no período de 22 a 27 de julho, no Câmpus da Universidade Federal de São Carlos, em São Carlos - SP, com apresentação de trabalhos científicos em forma de painel e resumo expandido. 02 alunos participaram do 55º Congresso Brasileiro de Química, em Goiânia-GO, entre 02 a 06 de novembro de 2015, com apresentação de trabalhos completos nos anais do congresso, em painel. Realização do II SEPEX – Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRO, campus Ji-Paraná, da 2ª Feira de Inovação e Empreendedorismo, do Câmpus Ji Paraná, entre 29 a 31 de outubro de 2015, com a inscrição de aproximadamente 500 alunos do IFRO Câmpus Ji-Paraná e 30 alunos de outras Instituições de ensino da cidade e Rolim de Moura (RO). 1 aluna foi apresentar um trabalho na XXII SBQ-Sul, realizada em Joinville-SC, 11 a 13 de novembro de 2015. 39 alunos participaram do X CONNEPI, que será realizado entre os dias 30 de novembro e 03 de dezembro de 2015, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, na cidade de Rio Branco-AC, com apresentação de trabalhos, participação em minicursos de curta duração e palestras. 5 alunas e 2 professores participaram do II COINTER – PDVL – Congresso Internacional das Licenciaturas Programa Despertar Vocações, que aconteceu em Recife-PE no período de 01 a 04 de dezembro apresentando 6 banners (artigos) e 1 apresentação oral (artigo). OUTRAS ATIVIDADES: Realização do II SEPEX – Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRO, Câmpus Ji-Paraná, entre 29 e 31 de outubro de 2015; Realização da 2ª Feira de Inovação e Empreendedorismo, do campus Ji Paraná, entre 29 e 31 de outubro de 2015; Núcleo de Inovação tecnológica (NIT): solicitação de 6 patentes de inovação.

1.9.0.0.1 Indicativos do investimento e da produção científica dos servidores e alunos no IFRO Câmpus Ji Paraná para ano 2015.

Indicador	qtd
Nr. de Bolsas de ICT Externas	32
Nr. de Projetos Cadastrados	45
Possui Iniciação Empreendedora?	02
Nr. de Artigos	45
Nr. de Resumos e Trabalhos completos em Eventos	105
Nr. de Registros de P. Intelectual	04

Fonte: Campus

Diretoria de Planejamento e Administração

A Diretoria de Planejamento e Administração, através das Coordenações subordinadas, concatenou o planejamento da instituição com a disponibilidade orçamentária, quando necessários aquisições e contratações, bem como coordenou ações dos setores subordinados com a criação/aplicação de diversos formulários que facilitam as atividades diárias.

Coordenação de Orçamento e Finanças

Recebimento de Processos para informação da existência (ou não existência) de crédito orçamentário para viabilizar empenho. Detalhamento de crédito e registro de Empenho no SIASG / SIAFI e emissão de respectiva Nota de Empenho. Encaminhamento de Empenho à Coordenação responsável de informar ao credor / fornecedor. Liquidação de despesas, NFs / Faturas, bem como pagamentos de auxílios e bolsas. Solicitação de programação financeira e seu devido controle. Impressão de Ordens Bancárias (RE), assim como encaminhamento ao banco para pagamento. Encaminhamento de processo com devida NF liquidada e paga, à coordenação responsável para finalização do processo. Acompanhamento bem como tramitação de processos no SIGA. Regularização de Ordens Bancárias canceladas. Execução Financeira no SCDP. Emissão de GRU's. Apoio às coordenações e comunidade interna quanto ao acompanhamento de liquidação e pagamento de compromissos diversos. Atendimento aos credores quanto a previsão de pagamento, bem como informações sobre Nota de Empenho ou Impostos.

Coordenação de Compras e Licitações

Recebimento de Requerimentos das Coordenações do Campus Ji-Paraná referentes a compras de materiais e/ou equipamentos e contratação de serviços;

Pesquisar preço em mercado dos materiais e/ou serviços solicitados; Pesquisa de preços no sistema Banco de preços;

Encaminhar processo de compras aos setores competentes para verificar a disponibilidade de fazer aquisição e/ou contratação do serviço em questão;

Encaminhamento de processos referente aquisição através de pregão eletrônico para parecer jurídico;

Tirar certidões: SICAF, Trabalhista, CNJ e portal da transparência; Fazer lançamento de processos no sistema Comprasnet IRP;

Fazer lançamento de quantitativos por UASG e local de entrega;

- Fazer lançamento de licitações de acordo com a modalidades mais viável, e publicação;
- Realização de licitações através de pregão eletrônico, sendo estas, compras compartilhadas entre os campi do IFRO;
- Registro de Processos no Sistema SIGA-ADM;
- Verificar se a empresa participante das licitações encontra-se com suas regularidades fiscais em dias e se não estão sancionadas;
- Publicações das licitações (pregão eletrônico) via sistemas;
- Conferência e recebimento de atas;
- Publicações de Extratos de licitações;
- Compartilhamentos de documentação referente a licitações executada entre os campi;
- Abertura e fechamento de processos, e encaminhamento ao setor competente;
- Notificação das empresas em atraso no envio de documentação referentes às licitações executadas.

Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado

Em 2015 a CPALM cuidou, de forma mais efetiva, da organização dos produtos e identificação dos bens, levantamento minucioso dos recursos materiais e patrimoniais, com inventário do almoxarifado (com a pretensão de já usar os dados para a implantação do programa de gestão do almoxarifado SUAP), e dos bens permanentes, para a atualização dos Termos de Responsabilidade (pois ocorreram diversas mudanças nos setores nos últimos meses), e também para a substituição das etiquetas de identificação patrimonial que necessitem ser trocadas, ou mesmo a identificação dos bens que estejam sem as etiquetas.

Coordenação de Serviços Gerais

Manutenção preventiva, corretiva e instalação na infraestrutura do Campus seja: elétrica, hidráulica, alvenaria e outros, além do atendimento de demandas do corpo docente e alunos em suas atividades rotineiras de ensino e outros. Como a CSG tem setores diretamente ligados a ela foi realizada a Fiscalização e/ou acompanhamento de todas as atividades e contratos inerentes ao setor como: vigilância do Campus, gestão da manutenção e conservação da frota oficial, serviços de motoristas, manutenção e apoio as atividades administrativas, dedetização, manutenção de equipamentos de refrigeração, acompanhamento de obras e outros. Também foi realizados o recebimento e controle de materiais relacionados ao setor e o atendimento e execução de solicitações de todos os setores do Campus visando a melhoria e adequações das instalações e infraestrutura em geral; gestão de combustíveis, coordenação serviços de serralheria e marcenaria na manutenção e fabricação mobiliário e materiais didáticos para ensino.

1.10 Campus Porto Velho Calama

Principais ações

A partir de 2015 as atividades iniciaram na sua nova sede, localizada na Av. Calama, s/nº, lote 0994, quadra 169, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, Porto Velho-RO, cuja obra foi entregue provisoriamente em 07/11/2015 e a mudança está em sua fase final, tendo o ano letivo de 2015 iniciado em 02/03/2015 nas novas instalações. O Campus ministrou em 2015 os cursos técnicos de nível médio presenciais em Edificações, Eletrotécnica, Informática, Suporte e Manutenção em Informática, Química e Licenciatura em Física. Em 2015 ocorreu a nomeação de 13 servidores efetivos, sendo 07 professores e 6 técnicos administrativos, dos quais 03 técnicos e 02 docente pediram exoneração. O quadro de servidores do Campus compõe-se atualmente de

72 docentes, dos quais 14 encontram-se afastados para capacitação ou em exercício em outra unidade; 66 técnicos-administrativos, estando 03 deles afastados. O Campus conduziu 04 (quatro) processos seletivos simplificados, resultando na contratação de 12 professores temporários e substitutos, o que contribui para a ampliação da força de trabalho e atendimento aos fins institucionais. As demandas setoriais e a capacitação voltada ao alcance de competências necessárias ao desempenho das atividades foram alvo do Plano Anual de Capacitação, buscando a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade, conforme previsto no Decreto nº 5.707/2006, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal. O curso in company de Elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico, Lei nº 8.112/90 e suas Atualizações, Gestão e Melhorias de Processos, contratado da ESAF foi realizado no período de 01/09 a 31/10/2015. Em 2014 houve a descentralização de algumas atividades da área de gestão de pessoas ao Campus, que passou a contar com acesso ao SIAPE para homologação de licenças médicas inferiores ao período de 05 dias; programação de férias, envolvendo o agendamento, a alteração e a interrupção; consultas aos dados pessoais e funcionais do servidor; emissão de fichas financeiras e acesso ao SUAP, sistema em implantação no IFRO. No transcorrer de 2015 foram instituídas no Campus, visando à apuração de fatos e/ou atos as seguintes comissões:

PROCESSO	ATO DE DESIGNAÇÃO
23243.002418/2014-16	Portaria nº 025
23243.005592/2015-93	Portaria nº 266

Fonte: Campus

A área de gestão de tecnologia da informação enfrentou dificuldades devido ao número reduzido de servidores em atuação para atender a vasta demanda de serviços ocasionada pelos mais variados fatores, em especial, pela falta de conhecimentos básicos de usuários e expansão das unidades administrativas, o que gera número elevado de solicitação de serviços de suporte, sendo pretensão da unidade realizar algumas capacitações para os usuário em 2016. Também as oscilações energéticas enfrentadas pelo Campus impactaram negativamente no desenvolvimento das atividades da área.

Ações do Departamento de Extensão

O Departamento de Extensão do Campus Porto Velho Calama atuou em diversificadas frentes de trabalho, com o intuito de proporcionar aos estudantes e à comunidade interna e externa, a saber:

- Semana de Educação para a Vida;
- V Jogos Internos do Campus Porto Velho Calama;
- I Semana de Física;
- V Semana nacional de Ciência e Tecnologia do Curso Técnico em Edificações.
- Síntese de Fluidos Magnéticos Iônicos, Surfactados e Híbridos;
- Conscientização e Saúde da Mulher no Campus Porto Velho Calama;
- Instituto e Sociedade;
- Oficina de Produção e Desenvolvimento de Cubos de LED;
- II Encontro de Informática do Instituto Federal de Rondônia – II EIIFRO;
- Dia do Servidor Público;
- Aniversário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnologia;
- Dia da Consciência Negra;
- III Arraia Nhô IFRO;

- Jogos Internos do IFRO;
- V Semana Nacional do meio Ambiente;
- IFRO ROSA: Conscientização e Saúde da Mulher no Campus Porto Velho Calama;
- OBR (Olimpíada Brasileira de Robótica) – Fase Regional;

Projetos desenvolvidos

- IFRO Calama na Escola: Orientação para o Ensino Técnico e Científico;
 - Curso de Formação Inicial e Continuada em Química Ambiental: consolidando saberes;
 - História e imagem: Rondon e as expedições telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas;
 - Curso Básico de Segurança e Primeiros Socorros;
 - Treinamento e realização da Olimpíada Brasileira de Robótica – Fase Regional;
 - III Colóquio de História do IFRO: Terra, Trabalho e Memória - Os 20 anos do Massacre de Corumbiara;

Projetos implementados pela Coordenação de Formação Inicial e Continuada-CFIC.

- Dia do Arduíno;
 - Curso Básico de Práticas para análise microbiológica;
 - Dialogus (Ciclo de Júri Simulado e Torneio de Debate Acadêmico);
 - Núcleo Experimental de Dança;
 - Atletismo: Da Iniciação à Formação Atlética;
 - Tópicos de Astronomia e Astronáutica voltados para a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica;
- Difusão da Literatura Indígena, Africana e Afro-brasileira nas Escolas Públicas de Porto Velho;
- Oficina para a construção de foguetes de garrafas PET e Base de Lançamento;
- Língua Portuguesa: Aprimorando Habilidades e Competências;
- Princípios de Biossegurança;
- Treinamento de usuários para uso do sistema Gnuteca – biblioteca IFRO Campus Calama;
- 2ª Campanha de doação de livros de literatura e autoajuda;
- I Seminário de Práticas Interdisciplinares na Física;
- Java Programming Like a Boss;
- Design de Biojóias;
- Ambientação dos servidores do IFRO Campus Porto Velho Calama;
- Curso de Oratória Nível 1;
- Ifro Calama na Escola: Orientação para o Ensino técnico e Científico;
- Informações Bioquímicas e Suas Implicações para a Origem da Vida;
- Palestra e Dicas Sobre Elaboração de Currículo Vitae;
- Acionamento e parametrização de Inversor de frequência;
- Introdução à automação Eletrohidráulica;
- Eletrônica Digital aplicada ao Arduíno;
- Eletrônica Analógica aplicada ao Arduíno;
- Programação aplicada com Arduíno;
- Integrando Ensino, Pesquisa e Extensão: Festival hispânico de dança, músicas e gastronomia;
- IV Café Pós-Colonial;
- Metodologia de Projetos Integradores na Educação;

- Cursos Centro de Idiomas: Espanhol Instrumental e Suporte e Orientações de Estudo em Língua Inglesa;
- Fundamentos de Inteligência Artificial – Módulo I;
- Curso Básico em Eletrônica (Sem portaria);
- Semana da Consciência Negra de 2015: Afro-Brasileiros: Cidadania, Direitos e Igualdade;
- Ferramentas aplicadas ao controle de qualidade na indústria de alimentos.

Oferta de vagas de estágio

Ações de integração entre a instituição e o mundo do trabalho por meio de estágios, visitas técnicas, acompanhamento de egressos e parcerias com o setor produtivo.

ESTÁGIO		
Termos de Cooperação	Termos de Estágio Obrigatórios	Instituições Cadastradas
firmados	Firmados	ofertantes de estágio
03	225	18

Visitas Técnicas realizadas

VISITAS TÉCNICAS		
Nº de Visitas	Alunos atendidos	Carga horária total
20	593	141,5

Ações do Departamento de Pesquisa

O relato seguirá as metas e ações elencadas no Plano Anual de Metas 2015 (PAM 2015), elaborado pela equipe liderada pelo docente Antonio dos Santos Junior. Assim, o relatório traz o resultado do esforço conjunto de profissionais, que foram assessorados por outros, para o bom andamento das ações de pesquisa no IFRO/Porto Velho Calama. Para dar continuidade as ações de pesquisa, desenvolvimento, inovação e pós-graduação, a equipe do DEPEPSP assessorou os pesquisadores que manifestaram interesse e que apresentaram propostas de pesquisa, via edital, ou de eventos organizados no âmbito das coordenações de cursos. Além disso, prestamos auxílio financeiro para docentes e discentes interessados na divulgação dos resultados obtidos no desenvolvimento de suas pesquisas. Assim, o DEPEPSP atuou como um canal para financiamento de ações e totalizou R\$ 200.172,87 em investimentos. Destaca-se a continuidade do pagamento das bolsas de PIBIC do exercício anterior e de novos editais; o apoio financeiro para novas propostas de pesquisa e desenvolvimento, aprovadas no edital 16/2015. Ademais, oferecemos o suporte para eventos técnico-científicos (SNMA, SNC&T – Edificações, EIIFRO, OBR, Semana de Física, Treinamento na Síntese de Fluidos Magnéticos, entre outros). Por fim, diárias, passagens e outros auxílios foram custeados para servidores e discentes participarem de eventos técnico-científicos de interesse (FMEPT, SBPC, SEMI-Edu, Visitas técnicas, entre outros). Apesar de todo o recurso investido nas pessoas e instituição, a produção acadêmica, técnica e proteção de propriedade intelectual não é a desejada, ficando abaixo das metas estipuladas no PAM 2015. Isso, antes de ser um desestímulo, é considerado um desafio a ser enfrentado. Pois, a imagem institucional será construída através dos resultados em pesquisa, desenvolvimento e inovação obtidos pela equipe do IFRO Porto Velho Calama.

Enfim, a meta para o ano de 2016 é manter a política de apoio financeiro com recursos próprios e oferecer o auxílio necessário para que os pesquisadores do IFRO/Porto Velho Calama participem de concorrências externas, aprovando ao menos mais dois projetos de pesquisa com financiamento externo. O número de alunos participantes de programas de iniciação científica e tecnológica tem crescido a cada ano, porém, está aquém

do número sugerido pela PROPESP (~10% do corpo discente). Destaca-se que o número de bolsistas PIBIC registrados em 2014 (N=19) foi superado em 2015. Neste ano, totalizamos 22 alunos bolsistas de PIBIC (EM/IC/Af), apresentados na tabela 2. Os recursos para pagamento das bolsas provêm de fonte interna (rubrica 3.3.90.18.00 – auxílio pesquisador estudante) e externa (PIBIC-EM/CNPq). No ano de 2015, foi lançado o edital nº16/2015, com recursos internos do DEPESP e DEPEX do IFRO/Porto Velho Calama. Foram aprovados 4 (quatro) propostas de pesquisa, a saber:

- 1) Desenvolvimento de um sistema embarcado para o controle de uma máquina seladora de copos com sistema pneumático, Coordenado por Paulo Roberto dos Santos;
- 2) Fabricação de um dispositivo para avaliar a eficiência energética de nano partículas magnéticas, Coordenado por Clever Reis Stein;
- 3) Desenvolvimento de uma máquina seladora de copos com sistema pneumático, Coordenado por Ênio Gomes da Silva;
- 4) Construção de uma fresadora CNC de baixo custo com fins didáticos, Coordenado por Mauro Guilherme F. Bezerra.

Em 2015, foi encaminhado à PROPESP três solicitações de registro de grupos de pesquisa, a saber:

- 1) GESSTEC – Grupo de pesquisa para estudo de esporte, saúde, sociedade e tecnologia, liderado por Iranira G. Melo;
- 2) GPNANO – Grupo de pesquisa para o estudo de nanopartículas, liderado por Clever R. Stein e
- 3) MNPAT – Grupos de pesquisa em estudo de métodos numéricos aplicados em pesquisas ambientais e tecnológicas, liderado por Jean P. Campos. Registramos as propostas de Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado em desenvolvimento pelos servidores. Hoje, constam em nossos registros 16 dissertações e 4 teses.

O Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do IFRO/Porto Velho Calama ofereceu suporte para eventos técnicos-científicos internos e apoiou a participação de servidores e discentes em eventos para a divulgação e discussão dos trabalhos de Iniciação Científica desenvolvidos pelos discentes bolsistas.

Direção de Ensino

A Diretoria de Ensino do Campus Porto Velho Calama, atuou no sentido de promover e realizar ações de cunho pedagógico, capazes de induzir o processo de ensino-aprendizagem garantindo a diversidade e a qualidade do serviço prestado. ao longo do ano letivo de 2015, o campus atuou ofertando cursos nos diversos níveis e tipos, conforme apresentado nos quadros abaixo e, obteve os seguintes resultados indicadores:

Principais Cursos ofertados

CURSOS PRESENCIAIS - CALAMA			
Tipo de oferta	Forma de oferta	Modalidade de oferta	Nome do curso
Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Eletrotécnica
Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Informática
Técnico	Subsequente	Presencial	Técnico em Edificações
Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Edificações
Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Química
Licenciatura	–	Presencial	Física

Fonte: SISTEC.

Principais Indicadores do Campus

PRINCIPAIS INDICADORES DO CAMPUS - CALAMA							
Gerenciais				Acadêmicos			
RAP	Titulação docente	Nº de docente*	Nº TAE	Candidato vaga	Eficiência Acadêmica	Retenção	evasão
18,21	3,32	70	63	2,3	43,46	24,71	13,10

*n.º Docentes em Tempo Integral

Fonte: SISTEC.

Coordenação de Registros Acadêmicos - CRA

O início do ano de 2015 coincidiu com a mudança de prédio do Campus para a nova sede na Av. Calama e com a reestruturação da equipe da CRA. Em função disso, enfrentaram-se grandes dificuldades na nova estrutura. Durante muito tempo, as CRA's dos Campi Calama e Zona Norte compartilharam, não só o mesmo espaço físico como também servidores e equipamentos. Por essa razão, as dificuldades enfrentadas pela CRA ficaram mais evidenciadas e foi possível identificar as deficiências do setor, tanto de equipamentos quanto de servidores. Naquele momento, um dos fatores que mais refletiu negativamente para as servidoras que atuavam no setor na época e para a comunidade externa, foi o fato de a Coordenação não ter em sua carga patrimonial uma de impressora colorida. Some-se a isso, o fato da rede elétrica do prédio só admitir equipamentos 210 volts e a inexistência de transformadores suficientes para atender às demandas do Campus. Esse conjunto de fatores exigiu das servidoras especial dedicação e paciência, contudo em momento algum as demandas deixaram de ser cumpridas em detrimento das dificuldades enfrentadas. Sanados os problemas de ordem estrutural e logística, ao final do mês de abril, iniciaram-se os levantamentos das pendências do setor a fim de se obter um diagnóstico geral da real situação dos Registros Acadêmicos desde o início das atividades acadêmicas do Campus. Constatou-se que o resultado da rotatividade de servidores no setor, até então, foi desastroso uma vez que houve quebra na sequência nos procedimentos de rotina nos registros acadêmicos. Identificou-se que seria necessário rever a maioria dos registros dos anos anteriores para tentar corrigir as falhas existentes. Certamente essa demanda envolveu outros setores do ensino e a continuidade dos procedimentos, necessariamente, dependerá desses outros setores. No início do mês de maio, o servidor Flávio Morais passou a integrar a equipe. Após identificar as prioridades, foi possível traçar o planejamento das ações que deveriam ser desenvolvidas pela CRA durante todo o ano de 2015. Elencamos a seguir algumas das atividades realizadas nesse período:

- a) Colação de Grau e abertura dos processos para emissão dos Diplomas das primeiras turmas (2011-2014) dos Cursos Técnicos em Edificações, Eletrotécnica e Informática Integrados ao Ensino Médio e do Curso Técnico Manutenção e Suporte em Informática Subsequente ao Ensino Médio do Campus, no município de Porto Velho. Foram emitidos um total de 81 (oitenta e um) Diplomas (período de março/15 à fevereiro/2016);
- b) Colação de Grau e abertura dos processos para emissão dos Diplomas dos cursos Técnicos em Administração, Eventos, Logística, Serviços Públicos Segurança do Trabalho e Meio Ambiente Subsequentes ao Ensino Médio na modalidade a Distância, ofertados pelo IFPR em parceria com o IFRO, no município de Guajará Mirim e que haviam finalizado suas atividades no primeiro semestre de 2014. Foram emitidos um total de 139 (cento e trinta e nove) Diplomas;
- c) Levantamento e atualização da planilha e conferência da sequência numérica dos formulários em papel moeda destinados à emissão de diplomas pelo Campus; d) Abertura de Processos para emissão de 135 (cento e trinta e cinco) Certificados de Conclusão do Ensino Médio, com base nos resultados obtidos no ENEM;

e) Emissão de 86 (oitenta e seis) Declarações Parciais de Proficiência, com base nos resultados do ENEM;
f) Emissão de 8 (oito) certificados de Conclusão do Ensino Médio com base nos resultados do ENEM, por força de mandados de Segurança. Um desses Certificados foi cancelado em obediência à decisão Judicial. Essas ações são assistidas e acompanhadas diretamente pelo Procurador Federal junto ao IFRO.

g) Atualização do Livro de Registros de Certificados emitidos com base nos resultados do ENEM; Observou-se que não houve continuidade da sequência numérica dos Registros de Certificados ao reiniciar a numeração a cada virada de ano. Desta forma, foi prudente encerrar, mediante justificativa, o “Livro I” de Registros de Certificados com base nos resultados do ENEM e aberto o “Livro II”. Termo de Abertura deste, fez-se constar as orientações para futuros registros.

h) Atualização do Livro de Registro e Protocolo de Transferências;

i) Lançamento dos registros de frequência e notas referentes às turmas dos Cursos Técnicos que iniciaram suas atividades em 2011 e 2012 no Siga-Edu considerando os Registros constantes nos Diários de Classe arquivados na CRA.

j) Atualização dos cadastros e Status dos alunos no Siga-Edu referente aos anos de 2011 a 2014;

k) Levantamento das pendências de documentos nas pastas dos alunos novos e veteranos;

l) Cadastro dos alunos novos e atualização dos vínculos dos veteranos no Siga-Edu;

m) Campanha para regularização junto à CRA das pendências de documentos dos alunos de todas as modalidades de cursos ofertados;

n) Campanha em parceria com a Coordenação da Licenciatura em Física, para regularização das pendências de atestados de cumprimentos dos estágios, nas pastas dos alunos.

o) Levantamento parcial das inconsistências de informações registradas nos Diários de Classe (versões impressas e arquivadas na CRA) e no Siga-Edu, uma vez que a CRA depende da atualização dos registros precisos de frequência e notas dos alunos no Siga-Edu, para emissão de transferências, Certificados e Diplomas.

p) Criação de um banco de dados paralelo (planilha Excel) para sistematizar procedimentos de emissão de documentos tais como Atestados de Matrículas, Declarações de Transferências, Diplomas, Históricos e outros.

q) Atualização do Status dos alunos em todos os Ciclos de Matrículas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC desde 2010. Essa atualização elevou o índice de evasão no Campus pois o sistema considera o mês de competência em que a informação foi registrada.

r) Criação do Ciclo de Matrícula referente ao ano de 2015, cadastro dos alunos novos e atualização dos Status dos alunos veteranos e egressos (2014) no SISTEC;

s) Geração do número de Identificação individual mediante validação, no SISTEC, dos diplomas emitidos pelo Campus;

t) Matrículas dos alunos dos Cursos Integrados e Subsequentes admitidos por meio do Processo Seletivo Unificado/2016.

u) Matrícula dos alunos da Licenciatura em Física;

v) Emissão dos Atestados de Matrículas de todos os alunos para possibilitar seu cadastro junto ao Sistema Integrado Municipal – SIM (Transporte Público);

w) Colação de Grau em gabinete e Sessão Solene dos alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química (2012-2015); dos Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio em Eletrotécnica e Manutenção e Suporte em Informática (2013-2014, 2014-2015) e de Graduação em Licenciatura em Física;

x) Recebimento das inscrições do Processo Seletivo Simplificado de Licenciatura em Física;

y) Emissão de atestados de cumprimento de disciplinas da Pós-Graduação em EPCT;

- z) Matrícula do Processo Simplificado do Curso de Pós-Graduação em EPCT.
- aa) Emissão de Certificados de Pós-Graduação em Gestão Ambiental. Sendo um total de 11 Certificados;
- bb) Atualização do Siga-Adm desde a implantação do Sistema em 2010, no que diz respeito à baixa dos Processos abertos pela CRA, de Certificação pelo ENEM, Emissão de Diplomas, Transferências entrada e saída, Aproveitamentos de Disciplinas e outros, que aguardavam “Decisão”, “Entrada na CRA” ou outro tipo de Status de pendente. Essa atualização ainda ocorre, na medida em que são identificadas estas pendências;
- cc) Organização parcial dos arquivos. Esta ação envolveu a retirada das provas de recuperação que estavam armazenadas em envelopes condicionados em caixas grandes de papelão que ficavam no chão. A maioria das avaliações foram separadas por turmas, cursos e disciplinas e devidamente arquivados;
- dd) Levantamento parcial das pendências referentes aos Registros nos Diários de Classe;
- ee) Levantamento das pendências de notas e frequências dos alunos dos 4^{os} (quartos) anos que colaram grau em gabinete nos meses de janeiro e fevereiro de 2016.

Considere-se que cada uma dessas atividades envolvem vários outros desdobramentos que, em sua maioria, demandam certo tempo de tramitação e há que se respeitar e cumprir com os prazos regulamentares, sejam por força da Legislação Educacional vigente no país, das Resoluções do Conselho Estadual de Educação - CEE/RO e/ou as Resoluções do IFRO. Sendo assim todas as atividades desenvolvidas pela CRA devem e precisam estar amparadas e respaldadas na legislação a fim de alcançar seu objetivo.

Coordenação de Biblioteca – CBIB

O total geral de acervo que hoje se encontra na biblioteca do Campus Calama é de 6.183 (seis mil e cento e oitenta e três) obras.

- Assistência aos usuários: empréstimos, devoluções, renovações, reservas solicitadas e confirmadas de livros, de acordo com o sistema gestor de acervo, Gnuteca, foram de 3.940 registros.
- Livros recebidos: o Total de livros tombados e inseridos no sistema Gnuteca, no ano de 2015 foram de 1.107 livros.
- Livros comprados: Foram inseridos para compra no ano de 2015, trezentos e setenta e cinco (375) títulos de livros, de diversas áreas, e já estão em processo de entrega pela empresa.
- Projetos de extensão: As ações culturais desenvolvidos pela biblioteca, foram 02 projetos de extensão em parceria com as professoras de arte e música, Sônia Machado e Ana Cássia: Mostra Fotográfica Porto Velho 100 anos de história e Memória e a nossa Tradicional Campanha de Arrecadação de livros literatura, onde arrecadamos duzentos e cinquenta e quatro obras.
- Processo Técnico: Foram inseridos no sistema GNUTECA no ano de 2015, mil cento e sete (1107) obras.

Coordenação de Cursos

A coordenação dos cursos, especificamente de licenciatura em física executou com excelência a principal missão do ano de 2015, que consistiu em organizar o curso para a visita e avaliação do MEC, tal afirmativa se deve ao fato da nota recebida ter sido 4, em uma escala de 1 a 5. Em meio a esse objetivo central outras ações foram executadas a saber, a primeira semana de física, tida pelos discentes e docentes como produtiva para o curso, opinião essa expressa em reunião do colegiado do curso por ambas as partes. Também foi constituída a comissão para reformulação do curso, a qual terá continuidade dos trabalhos no ano de 2016. Em suma, tivemos nossa missão cumprida de forma satisfatória.

Departamento de Assistência Ao Educando - DEPAE

Principais Ações Desenvolvidas no 1º semestre de 2015:

- Semana de integração;
- Entrega de uniformes, squizes;
- Cadastramentos dos pais;
- Participação na primeira reunião de pais;
- Instalação da Enfermaria no Campus;
- Confecção das carteiras de identificação estudantil;
- Realização de eleição de líder e vice-líder de turma;
- Lançamento dos editais da assistência estudantil;
- Recebimento e análise das documentações dos alunos da assistência estudantil;
- Execução dos programas de assistência estudantil (PROCAT, PROCAL, PROASAB, PRODETEC, PROASEN e seguro dos alunos);
- Intervenções nas salas de aula;
- Intervenções com alunos;
- Encaminhamentos e acompanhamentos de alunos para a rede pública de saúde;
- Intervenções com famílias;
- Participação da reunião do NAPNE;
- Participação no JICS;
- Participação da reunião com a PROEN;
- Realização da campanha de vacinação dos servidores;
- Realização de oficina de orientação profissional;
- Auxílio na aplicação de avaliação em 2ª chamada;
- Realização do projeto de formação para líderes e vice-líderes de salas;
- Participação no 1º Conselho de Classe;
- Participação no encontro da assistência estudantil;
- Participação da segunda reunião de pais e responsáveis;
- Participação no JIFRO;
- Reunião com servidores do DEPAE.

Principais Ações Desenvolvidas no 2º Semestre de 2015

- Participação em reuniões com a Direção de Ensino e Direção Geral;
 - Reunião com Líderes e vice-líderes das turmas;
 - Participação no Encontro da Assistência Estudantil;
 - Participação da segunda reunião de pais e responsáveis;
 - Participação no JIFRO; • Desenvolvimento de ações para trabalhar as demandas do 1º Conselho de Classe (intervenção em sala com a maioria das turmas, intervenção individual com alunos, família e professores, encaminhamentos para profissionais da rede pública de saúde);
 - Participação no 2º Conselho de Classe;
 - Realização do projeto: Curso de primeiros socorros e combate a incêndio;
 - Reunião com servidores lotados no Departamento para avaliação e melhoria dos serviços prestados a comunidade;
 - Realização do Projeto: Ifro Calama na Escola: Orientação para o Ensino Técnico e Científico;

- Realização da Semana de Educação para a Vida, com o desenvolvimento das seguintes ações:

Atividade	nº de participantes
Palestra – Gênero e Sexualidade	56
Palestra – Orçamento Doméstico	33
Oficina de Reciclagem	08
Palestra – A escola Imita a Vida: Higiene e Conservação em Escolas públicas	12
Palestra – O Mercado de Trabalho e a Formação Científica	26
Cinema para a Vida	10
Palestra – Metodologia de Estudo: Técnicas de Como Estudar	27
Stand - Primeiros Socorros: Orientações	15
Exposição de Zoologia	75
Intervenção Pedagógica – 1º Ano de Informática matutino	40
Stand da Saúde – Aferição de pressão arterial, glicemia, peso e altura (IMC) com orientações:	54
Exposição de Fotografias	aberto

- Atendimentos específicos de cada setor do departamento;
- Manutenção e acompanhamento dos programas de assistência estudantil;
- Participação na Comissão de Permanência e Êxito do Aluno;
- Participação do Projeto de Intervenção com todas as turmas de 1º Anos;
- Realização de visita domiciliar;
- Participação em reunião com o Grêmio Estudantil;
- Participação no Conselho de Classe Especial;
- Encaminhamento de alunos para a Comissão de Ética Disciplinar Discente.
- Desenvolvimento do Projeto de Ensino: Incentivando a prática do futsal de forma organizada, com aproveitamento dos recursos e infraestrutura promovendo benefícios e segurança aos alunos.

Assistentes de Aluno:

Tem por finalidade contribuir para a edificação e aperfeiçoamento do processo educativo e defender o correto cumprimento da política educacional do Instituto Federal de Rondônia através do diálogo direto com os discentes e a Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) e/ou Departamento de Assistência ao Educando (DEPAE) dos Campi.

Macroprocessos Finalísticos

Entende-se como Processo Finalístico, toda ação desenvolvida pela unidade que esteja intimamente ligada a missão institucional. Neste subitem o gestor deverá identificar os macroprocessos finalísticos da UJ, os quais correspondem às grandes funções da organização, para as quais devem estar voltadas suas unidades internas e descentralizadas. Os macroprocessos podem ser entendidos como agrupamentos de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização ou ainda como grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização cumpre sua missão, gerando valor para o cliente. Neste contexto, os macroprocessos finalísticos referem-se à essência da organização, caracterizam a atuação da organização, estão diretamente relacionados aos objetivos estratégicos desta e recebem apoio de outros processos internos,

gerando produto/serviço para o cliente interno ou externo. Além de identificar os macroprocessos finalísticos, o gestor deverá descrever sucintamente sobre como os macroprocessos foram conduzidos pela UJ no exercício de referência do relatório. Não há estrutura padronizada para as informações solicitadas neste subitem. Desta forma, a unidade jurisdicionada deverá escolher a forma mais eficiente para apresentação dos dados solicitados. Alerta-se que este subitem deve ser tratado em item específico do Relatório de Gestão e deve conter toda a informação solicitada. Na escolha do formato de apresentação, o gestor deverá levar em consideração os aspectos de clareza, concisão, completude, exatidão e objetividade das informações prestadas.

Enfim, a meta para o ano de 2016 é manter a política de apoio financeiro com recursos próprios e oferecer o auxílio necessário para que os pesquisadores do IFRO/Porto Velho Calama participem de concorrências externas, aprovando ao menos mais dois projetos de pesquisa com financiamento externo. O número de alunos participantes de programas de iniciação científica e tecnológica tem crescido a cada ano, porém, está aquém do número sugerido pela PROPESP (~10% do corpo discente). Destaca-se que o número de bolsistas PIBIC registrados em 2014 (N=19) foi superado em 2015. Neste ano, totalizamos 22 alunos bolsistas de PIBIC (EM/IC/Af), apresentados na tabela 2. Os recursos para pagamento das bolsas provêm de fonte interna (rubrica 3.3.90.18.00 – auxílio pesquisador estudante) e externa (PIBIC-EM/CNPq). No ano de 2015, foi lançado o edital nº16/2015, com recursos internos do DEPESP e DEPEX do IFRO/Porto Velho Calama. Foram aprovados 4 (quatro) propostas de pesquisa, a saber:

- 1) Desenvolvimento de um sistema embarcado para o controle de uma máquina seladora de copos com sistema pneumático, Coordenado por Paulo Roberto dos Santos;
- 2) Fabricação de um dispositivo para avaliar a eficiência energética de nano partículas magnéticas, Coordenado por Clever Reis Stein;
- 3) Desenvolvimento de uma máquina seladora de copos com sistema pneumático, Coordenado por Ênio Gomes da Silva; 4) Construção de uma fresadora CNC de baixo custo com fins didáticos.

Em 2015, foi encaminhado à PROPESP três solicitações de registro de grupos de pesquisa, a saber:

- 1) GESSTEC – Grupo de pesquisa para estudo de esporte, saúde, sociedade e tecnologia, liderado por Iranira G. Melo;
- 2) GPNANO – Grupo de pesquisa para o estudo de nanopartículas, liderado por Clever R. Stein e
- 3) MNPAT – Grupos de pesquisa em estudo de métodos numéricos aplicados em pesquisas ambientais e tecnológicas, liderado por Jean P. Campos. Registramos as propostas de Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado em desenvolvimento pelos servidores. Hoje, constam em nossos registros 16 dissertações e 4 teses.

O Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do IFRO/Porto Velho Calama ofereceu suporte para eventos técnicos-científicos internos e apoiou a participação de servidores e discentes em eventos para a divulgação e discussão dos trabalhos de Iniciação Científica desenvolvidos pelos discentes bolsistas.

1.11 Campus Porto Velho Zona Norte

O Campus Avançado de Porto Velho teve seu funcionamento autorizado em 06 de dezembro de 2010 (Portaria 1.366, de 6 de Dezembro de 2010). Em 2013, passou a condição de Campus, com a denominação Porto Velho Zona Norte, através da portaria nº 331 de 23 de Abril de 2013. Até 2014 as atividades do campus se desenvolveram em instalações provisórias na Av. Governador Jorge Teixeira, 3500, Setor Industrial, Porto Velho-RO, a partir de 2015 suas atividades foram desenvolvidas na sua sede, localizada na Av. Governador Jorge Teixeira, 3146, Setor Industrial, Porto Velho-RO. O Campus ministrou em 2015 os cursos técnicos

de nível médio presenciais em Finanças, Informática para Internet e o curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, além dos cursos técnicos de nível médio a distância em Finanças, Informática para Internet, Secretária Escolar, Multimeios Didáticos, Infraestrutura Escolar e Alimentação Escolar. Seu corpo discente em dezembro compreendia 2500 estudantes matriculados, sendo 2401 em cursos técnicos subsequentes e 99 no curso superior de Gestão Pública. Em 2015 ocorreu a nomeação de 04 servidores efetivos, sendo 02 professores e 02 técnico-administrativos. O quadro de servidores do Campus compõe-se atualmente de 27 docentes, dos quais 07 encontram-se afastados para capacitação ou em exercício em outra unidade e 42 técnico-administrativos, estando 02 deles afastados para capacitação ou em exercício em outras unidades. O Campus conduziu 02 (dois) processos seletivos simplificados, resultando na contratação de 05 professores temporários e substitutos, o que contribuiu para a ampliação da força de trabalho e atendimento aos fins institucionais. As demandas setoriais e a capacitação voltada ao alcance de competências necessárias ao desempenho das atividades foram alvo do Plano Anual de Capacitação, buscando a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade, conforme previsto no Decreto nº 5.707/2006, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, sendo capacitados 09 servidores, dos quais 06 são docentes e 03 técnico-administrativos.

No transcorrer de 2015 foram instituídas no Campus, visando à apuração de fatos e/ou atos as seguintes comissões:

PROCESSO	ATO DE DESIGNAÇÃO
23243.001688/2015-82	Portaria nº 46 Comissão de Sindicância Investigativa
23243.003809/2015-21	Memorando nº60/2015/DE/CPVHZN/IFRO
23243.005952/2015-57	Memorando nº60/2015/DE/CPVHZN/IFRO

Fonte: Campus

Também foram abertos processos para apuração de responsabilidade de empresas, sendo:

PROCESSO	EMPRESA	SANÇÃO
23243.001850/2015-62	Ágasus Terceirização Ltda	multa
23243.004850/2015-14	F. M. de Jesus	multa

Fonte: Campus

No exercício de 2015 o Campus, em busca do cumprimento de sua missão institucional, além das atividades relacionadas à gestão de pessoas e manutenção geral dos serviços prestados à comunidade e da preservação das instalações, realizou diversas ações, por meio de suas unidades administrativas, dentre as quais se apresentam algumas de destaque e possíveis indicadores. A comunicação, desde os primórdios, é um instrumento de integração, instrução, troca mútua e desenvolvimento entre as pessoas em quaisquer atividades realizadas. No Câmpus Porto Velho Zona Norte, durante o ano de 2015 avançamos na implantação dos processos de comunicação, mesmo que de forma incipiente, evoluindo os conceitos de comunicação entre setores e servidores de forma a fortalecer o diálogo interno e fomentar conhecimento para atendimento a comunicações externas. Durante o ano de 2015 a Coordenação de Comunicação e Eventos realizou diversas ações que tiveram como objetivo integrar e divulgar as ações do Campus para a comunidade interna e comunidade externa. Dessa forma, foram realizados por meio da comunicação, diversas publicações, entre elas:

1. Publicações no Site do IFRO: 60 matérias
2. Postagens no Facebook: 114 Postagens
3. Matérias em sites de notícias diversos na internet

4. Produção de artes gráficas para a divulgação das ações: 40 artes
5. Realização de 55 eventos no Auditório do Campus.

Além disso, as ações, enumeradas a seguir, foram adotadas visando a obtenção de objetividade na comunicação.

- a. Manutenção dos cabos do sistema de som do Auditório
- b. Agendamento compartilhado dos Eventos na Agenda do Google
- c. Apoio à ASCOM no registro fotográfico dos eventos
- d. Elaboração de placas das portas dos setores
- e. Criação de Arquivo dos registros fotográficos dos eventos do Campus.
- f. Criação de sistema interno de TV para os informes do Campus g. Criação e divulgação da Ouvidoria do Campus

Principais Cursos Ofertados

MATRÍCULAS CURSOS PRESENCIAIS - CAMPUS ZONA NORTE			
Tipo de oferta	Forma de oferta	Modalidade de oferta	Nome do curso
Graduação	—	presencial	Tecnólogo em Gestão Pública
Técnico	Subsequente	presencial	Técnico em Finanças
Técnico	Subsequente	Presencial	Técnico em Informática p/ Internet

Fonte: SISTEC.

Principais Indicadores do Campus

PRINCIPAIS INDICADORES DO CAMPUS - ZONA NORTE							
Gerenciais				Acadêmicos			
RAP	Titulação docente	Nº de docente*	Nº TAE	Candidato vaga	Eficiência Acadêmica	Retenção	evasão
14,89	3,26	27	43	0,59	1,31	36,50	15,50

*n.º Docentes em Tempo Integral

Fonte: SISTEC.

Na área de Extensão, atuou durante o ano de 2015 no sentido de consolidar a extensão como mecanismo de apoio ao ensino-aprendizagem, trazendo a comunidade, com seu saber popular culturalmente enraizado, e o conhecimento disponível no mercado para dentro da Instituição, e levando para fora dos muros institucionais o conhecimento científico e tecnológico produzido com embasamento teórico empírico fruto dessa abertura. Dessa forma, pode-se destacar as seguintes ações em 2015:

Execução de projetos de extensão:

PROJETOS DE EXTENSÃO		
Classificação	Quantidade	beneficiados
FICs do campus, Escola de conselhos, Pronatec e E-tec idiomas	22	635
Edital – Interno com recurso	8 projetos	1353
Fluxo Contínuo	29	4.109

Fonte: Campus

Houve a pactuação de 280 vagas para os cursos Pronatec. O campus Porto Velho Zona Norte responsabilizou em ofertar os cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC na modalidade de Educação a Distância. Foram pactuados com os parceiros demandantes diversos cursos que resultaram nas seguintes ofertas:

OFERTAS FIC- EaD		
Curso/Turma	Vagas ofertadas	Matrículas efetivadas
Assistente Administrativo	20	20
Vitrinista	20	9
Operador de caixa	20	18
Assistente de tesouraria	20	14
Assistente Financeiro	20	19
Cuidador de idosos	20	18
Programador Web	20	20
Recepcionista	20	20
Programador de sistemas	20	20

Fonte: Campus

O IFRO promove a pesquisa com o objetivo de ampliar o conhecimento e atender necessidades da sociedade. Cabe ao Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP), no campus, desenvolver e coordenar programas de fomento, intercâmbio e divulgação de pesquisas. O fomento, como indutor à produção de conhecimento, é realizado por meio de programas de auxílio à Pesquisa, de Bolsas de Iniciação Científica e de convênios com agências externas ao campus. Os programas de intercâmbio estimulam a cooperação entre pesquisadores e docentes, inclusive de outras instituições, e o desenvolvimento de projetos comuns. O DEPESP mantém sistema de registro de dados necessários ao suporte, acompanhamento e divulgação de programas e projetos de pesquisas desenvolvidos na instituição. Atualmente o DEPESP possui a Coordenação de Pesquisa, Coordenação de Pós-Graduação, a Coordenação de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). Sendo que no ano de 2015 houve crescimento na produção científica em quase todas as áreas avaliadas. Neste ano, se consolidou as políticas iniciadas no ano anterior, com o avanço das pesquisas e operacionalização do primeiro curso de pós-graduação, iniciou suas atividades em 07 de Junho de 2015 e tem previsão de término para dezembro de 2016. O Curso hoje possui 150 alunos distribuídos em 06 (seis) polos no estado de Rondônia. Deram-se também os primeiros passos para a implantação de um polo de inovação no campus, com a construção do estatuto da empresa júnior e a disponibilização de espaço para seu funcionamento. Foi lançado também o projeto de criação de uma incubadora no Campus.

Durante o ano de 2015, tiveram continuidade os editais nº 018 e 019 de 2014, mantendo ativos 05 (cinco) propostas de pesquisas, a saber:

- 1) Políticas públicas de mobilidade urbana: a reestruturação política e econômica e os impactos sociais;
- 2) . Minerando dados escolares com foco na evasão escolar no ambiente virtual do ensino a distância do campus Porto Velho zona norte;
- 3) Orçamento participativo: Análise de experiência de Porto Velho;
- 4) Avaliação da capacidade de disseminação de dados no campus zona norte do IFRO usando redes tolerantes a atrasos e desconexões. E do edital 019/2014 o projeto: Estudo do perfil dos servidores e análise dos processos administrativos empegados nas escolas estaduais da cidade de Porto velho-RO

Em colaboração ao edital nº 31/2015 – Programa Institucional de Pesquisa do IFRO, houve a aprovação de 06 (Seis) propostas de pesquisa, a saber: 1) Estudo sobre evasão nos cursos à distância e presencial do IFRO – Campus Porto Velho Zona Norte. 2) Estudos de metodologias aplicáveis à apresentação de trabalhos econômicos na internet com maior impacto 3) Repercussões sociais da crise econômica do Brasil na cidade de Porto Velho 4) A evasão escolar nos cursos técnicos oferecidos pelo IFRO na modalidade EAD 5) Os impactos da crise econômica brasileira na economia de Porto Velho 6) Divulgação de dados sociais –Estudos de mídias e modelos.

Assim, para o ano de 2015, registrou-se um total de 28 (Vinte e oito) projetos de pesquisa em desenvolvimento pelos pesquisadores do Campus Porto Velho Zona Norte, sendo eles:

PROJETOS DE PESQUISA
Estudo sobre evasão nos cursos à distância e presencial do IFRO – Campus Porto Velho Zona Norte
Estudos de metodologias aplicáveis à apresentação de trabalhos econômicos na internet com maior impacto
Repercussões sociais da crise econômica do Brasil na cidade de Porto Velho
A evasão escolar nos cursos técnicos oferecidos pelo IFRO na modalidade EAD
Os impactos da crise econômica brasileira na economia de Porto Velho
Divulgação de dados sociais –Estudos de mídias e modelos
Políticas públicas de mobilidade urbana: a reestruturação política e econômica e os impactos sociais
Minerando dados escolares com foco na evasão escolar no ambiente virtual do ensino a distância do campus Porto Velho zona norte.
Orçamento participativo: Análise de experiência de Porto Velho
Avaliação da capacidade de disseminação de dados no campus zona norte do ifro usando redes tolerantes a atrasos e desconexões
Estudo do perfil dos servidores e análise dos processos administrativos empegados nas escolas estaduais da cidade de Porto velho-RO

Projetos de pesquisa demanda espontânea
Uso de armas não letais pela policia militar para auxilio aos conflitos sociais
Orçamento Participativo no município de Porto Velho
Estudo exploratório da aplicabilidade do gespública na administração pública do estado de Rondônia
Escritório de gerenciamento de projetos públicos: modelo implantado na secretária de assuntos estratégicos do estado de Rondônia
O abandono escolar e os mecanismos de incentivo a permanência do aluno no Instituto Politécnico de Bragança
Programa bolsa familia como politica de combate a fome e a desigualdade de renda
Rotatividade: os principais motivos de desligamentos involuntários do serviço público na esfera federal
Comportamento do Individuo em grupo
Diferença entre um líder tradicional e um líder inovador
Sistema de informações Gerenciais: O caso da Policlínica Ana Adelaide
Um estudo sobre o comportamento Individual
Formação de docentes para o uso das tecnologias da informação e comunicação na prática Educativa
Plano diretor de sistema de informação Atendimento Hospitalar
Um estudo sobre as relações Interpessoais nas organizações
Matricula e rematrícula on line nas escolas públicas: proposta de implantação na escola João Bento da Costa
Sistema de Informações Gerenciais: O caso do Posto de Saúde São Sebastião I

Principais ações do Ensino

A área de ensino realizou ao longo do ano de 2015 várias ações pedagógicas e administrativas que foram desenvolvidas, dentre as quais:

A) Formação pedagógica continuada no ensino presencial;

1. Palestras

1. A saúde do professor

2. Atividade Laboral

3. Doenças ocupacionais e prevenção

4. Cuidados com a Voz

5. O Professor e o Aluno como Necessidades Educacionais Específicas: possíveis caminhos.

6. Técnicas pedagógicas: dificuldades de aprendizagem no Ensino Técnico Subsequente.

7. Projeto inter/multidisciplinar: teoria e prática.

2. Oficinas

1. Planejamento - Instrumentos pedagógicos e formulários de ensino:

2. Metodologias EaD.

3. Elaboração do Plano de Ensino

4. Ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem

B) Formação Pedagógica Educação A Distância 2014 – 2015

a. Palestra: modelo e organização de Educação a distância oferecida pelo Campus Porto Velho Zona Norte.

b. Oficina: Produção dos Instrumentais Pedagógicos utilizados na EaD.

C) Perfil do professor contemporâneo: competências e habilidades

D) Plano de ensino: instrumentalização

E) Portal de periódicos da capes

- F) Técnica: lousa digital ebeam edge via usb
- G) Ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem
- H) Workshop de projetos integradores
- I) II Semana de Finanças;
- J) II Semana de Gestão Pública
- K) II Semana de Informática para Internet.

A Política de Assistência ao Educando, dando continuidade ao trabalho que visa a permanência do estudante, em 2015. Destaca-se que o Conselho Escolar do Campus foi instituído em 2015 a partir de 31/08/2015, sendo grande conquista para a gestão e para a comunidade. O Conselho Escolar realizou uma reunião ordinária em 2015. O Campus Porto Velho Zona Norte, apesar da dificuldade pelo quadro reduzido de servidores, tem avançado em suas ações, buscando a interação constante entre ensino x pesquisa x extensão, bem como promovendo de forma dinâmica as atividades meio a fim de subsidiar a atividade fim, prestando um serviço educacional e qualidade à comunidade. Os avanços e conquistas são evidentes, entretanto, ainda precisamos consolidar os mecanismos de gestão e comunicação, iniciado em 2015, e integrá-los para o melhor desenvolvimento e controle das ações de educação pública, gratuita e de qualidade.

1.12 Campus Vilhena

O Campus Vilhena teve seu funcionamento autorizado pela Portaria MEC nº 1.170, de 21 de setembro de 2010, e entrou em funcionamento no segundo semestre de 2010, oferecendo os Cursos Técnicos Subsequentes em Edificações, Eletromecânica e Informática. A partir de 2011, os mesmos cursos também foram ofertados de forma integrada ao Ensino Médio. O Campus está localizado a cerca de cinco quilômetros do centro da cidade, demonstrando uma característica de campus urbano e voltado para a oferta de cursos industriais ou de docência em áreas técnicas. Em relação ao quadro de pessoal, sua criação ocorreu por intermédio da Lei nº 11.740, de 16 de julho de 2008 que especificou os cargos efetivos criados no âmbito do Ministério da Educação para distribuição a instituições federais de educação profissional e tecnológica. O quadro atual é composto por 50 (cinquenta) docentes efetivos, 06 (seis) professores temporários e 50 (cinquenta) servidores técnico-administrativos.

O espaço físico encontra-se distribuído em 13 salas de aulas, 04 laboratórios de informática, 11 laboratórios específicos, 01 biblioteca, 01 auditório com capacidade para 190 pessoas, 01 mini-auditório com capacidade para 80 pessoas, 01 cantina, 01 ambiente de convivência, 01 quadra poliesportiva, 01 piscina, vestiários, 01 guarita, 01 garagem e 28 salas de uso administrativo e apoio ao ensino e bateria de banheiros. Está em andamento a construção de 01 Centro de Convivência composto por: cozinha, restaurante, cantina, salas para diretório acadêmico e grêmios estudantis, câmara fria, recepção/higienização de alimentos, circulação, depósito, banheiros, entre outros. conforme disposto no capítulo dos bens imóveis.

Principais ações No ano de 2015

o Campus Vilhena priorizou a execução de melhorias e eventos, tais como: conclusão da obra para instalação das plataformas elevatórias, aquisição de mobiliário (mesas, armários, cadeiras, longarinas, etc) e equipamentos específicos para as coordenações de cursos e para os laboratórios, aquisição de material de consumo e permanente para o complexo esportivo e aquisição de material bibliográfico. Aquisição de um veículo (micro-ônibus). No exercício de 2014 foi realizado o processo licitatório no Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC visando à construção do ambiente de convivência do Campus Vilhena, sendo que a obra teve início no primeiro semestre de 2015. A Coordenação de Gestão de Pessoas realizou os procedimentos

necessários à contratação de professores substitutos e temporários, cadastro dos docentes no Sistema SIGA-EDU, procedimentos sistêmicos referentes à lotação dos servidores no Sistema SUAP além da viabilização da contratação de serviços de pessoa jurídica para promover a capacitação dos servidores. Ocorreram diversas ações de aperfeiçoamento, tais como: Cursos, Congressos, Encontros, Seminários, Simpósios e 02(dois) cursos in company: “Liderança e Desenvolvimento de Equipes” e “Tesouro Gerencial”. Foram capacitados 43 servidores efetivos, sendo 19 (dezenove) docentes e 24 (vinte e quatro) técnicos administrativos. Houve uma ação de desenvolvimento de Educação Formal - Mestrado (técnico administrativo). Campus ofereceu, em 2015, os seguintes cursos: Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Eletromecânica Subsequente ao Ensino Médio, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente ao Ensino Médio e Licenciatura em Matemática, obtendo os seguintes resultados:

CURSOS PRESENCIAIS - CAMPUS VILHENA			
Tipo de oferta	Forma de oferta	Modalidade de oferta	Nome do curso
Graduação		presencial	Licenciatura em Matemática
Técnico	Subsequente	presencial	Eletromecânica
Técnico	Subsequente	presencial	Manutenção e Suporte em Informática
Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Informática
Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Eletromecânica
Técnico	Integrado	Presencial	Técnico Edificações
Técnico	Concomitante	à Distância	Técnico em Finanças
Técnico	Concomitante	à Distância	Técnico em Informática p/ Internet
Pós-Grad	–	Presencial	Especialização em EJA

Fonte: SISTEC.

Principais indicadores do Campus

PRINCIPAIS INDICADORES DO CAMPUS VILHENA							
Gerenciais				Acadêmicos			
RAP	Titulação docente	Nº de docente	Nº TAE	Candidato vaga	Eficiência Acadêmica	Retenção	evasão
17,13	3,35	51,5	49	0,99	62,07	20,43	12,12

Fonte: SISTEC.

Atividades da Extensão

Extensão é o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação entre a instituição de ensino e os diversos segmentos sociais, focando-se no desenvolvimento socioeconômico local. A extensão estimula processos educativos que gerem renda, aumentem a escolaridade e promovam a cidadania, através das seguintes ações: Estágio e Emprego, Observatório do Mundo do Trabalho, Empreendedorismo e Cooperativismo, Cursos de Formação Inicial e Continuada, Projetos Culturais, Artísticos e Desportivos. Neste sentido apresentamos o resultado das ações do departamento em 2015:

Projetos de extensão
Rádio Escola IFRO MIX: comunicação e interação no Campus Vilhena
Autores: Automação Industrial
O Audiovisual vai à Escola
SISC Sistema Informatizado de Segunda Chamada
Brincando também se aprende: o ensino através de recursos lúdicos
Ciclo de palestras - formação contínua para a consolidação de uma sensibilidade ambiental.
Conte outra: conhecendo histórias africanas
Desenvolvimento de um Sistema de Controle de Vacinação para Bovinos
Egressos do IFRO Campus Vilhena: levantamento dos alunos que concluíram os cursos no IFRO
Escritório Modelo de Edificação
História, Cinema e Tecnologia
Iniciação ao Badminton
Natação - iniciação
Patologia da Construção Civil nas Casas Populacionais no Município de Vilhena
PMATEnem: Programa de Matemática para o Enem
Jogue-se
Transformando energia elétrica em energia química para a sustentabilidade econômica
Curso de Eletrônica Analógica
Curso: oficina para ensino de lógica matemática
Modelagem por fusão de depósito - Um Hardware Multidisciplinar
Sistema WEB de gestão de ambientes educacionais por sensor biométrico
Sistema WEB de gestão de projetos, patentes e NIT por sensor biométrico
História, Memória e Resistência Camponesa de Corumbiara
Salão de ideias: debater, ler e escrever, com muito prazer
Curso de empreendedorismo e finanças pessoais para mulheres em situação de vulnerabilidade social
Conversa afiada: roda de leitores
Curso básico de AutoCAD 2016 2D
Curso Noções de Torneiro Mecânico
SMC - Solda e Manutenção no Campus
IFRO em cena
Karatê na escola
Fonte: campus

Ações da Pesquisa

Com relação à Pesquisa e Inovação, dá-se destaque aos projetos desenvolvidos no Campus em atendimento aos Editais n° 13/2014 (interno - prorrogado até julho de 2016) e editais n° 06 e 24/2015 (internos), totalizando 20 projetos de iniciação científica, que envolveram alunos como pesquisadores iniciantes, sendo 18 discentes financiados pela Assistência Estudantil (PROCAE).

Projetos de Iniciação Científica		
Tema	Pesquisadores iniciantes	Colaboradores
Reabilitação das áreas degradadas por resíduos sólidos nos municípios do Cone Sul (RO), uma questão de saúde pública.	01	01
Análise da inserção urbana das habitações de interesse social do Programa Minha Casa Minha Vida no Cone Sul do Estado de Rondônia.	01	01
Desenvolvimento de Sistema de Hardware e Software para controle de irrigação em pequenas propriedades	01	00
Construção de um analisador multiparâmetro de variáveis ambientais através da plataforma eletrônica livre Arduino.	01	00
A desmitificação dos animais peçonhentos confecção de cartilhas de Educação Ambiental	01	01
Investigando as causas da evasão, repetência e fracasso escolar no IFRO - Vilhena	01	00
Coleta Seletiva Domiciliar: uma análise em Vilhena	01	01
A construção do conceito multiplicativo nos anos iniciais da Educação Básica	01	00
Adolescência e Escolha Profissional	01	00
Levantamento topográfico área do IFRO Campus Vilhena por meio de diferentes equipamentos	00	02
Levantamento da situação da destinação final de resíduos sólidos para adequação à Lei 12.305 nos municípios do Cone Sul de Rondônia.	00	02
Discurso violento nas mídias eletrônicas rondonienses	00	02

Fonte: campus

Também foi viabilizada a participação de servidores e alunos bolsistas no evento institucional III CONPEX (III Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRO) que aconteceu na cidade de Porto Velho-RO, nos dias 06 a 09 de outubro de 2015, novamente com o intuito de socializar as pesquisas desenvolvidas em nossa instituição.

Projetos de extensão	
SERVIDORES	ALUNOS
10	15

Fonte: Cmpus

Assistência Estudantil

BOLSAS E AUXÍLIOS	
PROGRAMA	BOLSAS OFERTADAS
PROCAT	217
PROMORE	07
PROAC	04
PROASAB	08
PRODETEC	74
PROCID	75
PROCAE	22
MONITORIA	08
PROCAL	108

Fonte: Campus

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.1 Planejamento da Unidade

O Instituto Federal de Rondônia planeja suas ações em médio prazo por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional e avalia suas ações para adequá-las à conjuntura vigente em cada ano através do Plano de Ação.

O Plano de Desenvolvimento Institucional referente ao período de 2014-2018, descreve a missão a que se propõe o Instituto, a filosofia de trabalho adotada, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que pretende desenvolver no período supracitado com vistas às diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação – MEC por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.

A missão do IFRO é promover educação científica e tecnológica de excelência, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade da sociedade.

A composição do Plano de Ação que foi elaborado por cada uma das unidades que compõem o IFRO, tomou como base os documentos norteadores das políticas institucionais em consonância com os Programas Temáticos do Ministério da Educação, contemplados na LOA, cuja execução está sob responsabilidade da instituição.

A seguir, apresentamos a síntese das ações promovidas pelas Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão no exercício de 2015.

2.2 Planejamento Organizacional

A Resolução nº. 55/CONSUP/IFRO, de 11 de dezembro de 2014, dispõe ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018. Esta resolução estabelece os principais objetivos institucionais a serem traçados nos interstícios dos exercícios civis de 2014 a 2018. Como previsto no PDI, sendo um dos objetivos gerais que é “disseminar a cultura do planejamento estratégico”, a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional iniciou suas ações voltadas estrategicamente ao objetivo mencionado. Com a estruturação desta Pró-Reitoria se fez necessária com a criação experimental da Diretoria de Planejamento (DPLAN), até sua criação oficial na Resolução nº 65, 29 de dezembro de 2015. Esta diretoria tem por como finalidade atuar na articulação institucional na promoção da cultura do planejamento, que desde o planejamento de ações estruturantes até a capacitação de servidores indicados, de forma setorial, pelos diretores gerais dos Campi.

objetivos do exercício

De acordo com o Objetivo Geral nº. 03 – “Disseminar a cultura do Planejamento Estratégico” é uma das ações desenvolvidas e transmitidas dentro do plano institucional. Entretanto, o comprometimento pela alta gestão permite que se façam todo o trabalho estruturante no âmbito do IFRO. Um dos objetivos primeiros objetivos específicos é a instituição de comissões de acompanhamento e avaliação do PDI nos campi e na Reitoria. De acordo com o PDI, a atualização deste documento institucional está prevista a cada 18 (dezoito) meses de execução dos objetivos e metas traçados. A atualização se faz necessária pelas constantes mudanças legislativas e de gestão que, eventualmente, podem ser comprometidas questões político-administrativas. O que não se faz presente, até o momento, na gestão atual. Outro a destacar é a implantação da Gestão Eletrônica de Acompanhamento dos Planos de Trabalho. Nesta seara, foram disseminados em dois tipos de

treinamentos para capacitação de servidores que atuam diretamente com a inserção de informações pertinentes ao planejamento estratégico.

fases de implementação do Planejamento estratégico

Em relação às ações de implementação do planejamento estratégico, a DPLAN iniciou seus trabalhos promovendo articulações internas, alinhados ao objetivo estratégico. Sendo elas a) Reuniões periódicas: são realizadas, mensalmente, reuniões que tratam diretamente de ações voltadas ao plano estratégico que tem como a importante participação da equipe PRODIN, em atividades do planejamento estratégico, da pesquisa institucional e da gestão em tecnologia da informação. No âmbito da Reitoria, as Pró-Reitorias faziam parte das reuniões de disseminação da cultura do planejamento, da implementação de ferramentas de projetos e do feedback das ações compartilhadas;

b) Visitas técnicas: as visitas técnicas foram iniciadas em dois momentos: em setembro/2015, com a equipe DPLAN atuando diretamente na articulação institucional na formação equipe que liderará os trabalhos de forma setorial. No segundo momento, foram ações de capacitação dos articuladores institucionais que faram parte do desenvolvimento e multiplicação de ações voltadas a inserção de informação os formulários do Plano Anual de Trabalho, no sistema Redmine, consultas públicas para definição de prioridades;

c) Articulação institucional para atualização do PDI 2014-2018: conforme previsto no próprio PDI 2014-2018, se faz necessária atualização do documento com objetivo de avaliar os resultados e ações já desenvolvidas no decorrer do exercício. Com isso será possível parametrizar a busca por melhores resultados, o grau de comprometimento dos envolvidos no processo, as ferramentas são estão propondo efeitos positivos, bem como das relações inter e intrapessoais junto ao proposito expresso;

d) Capacitação de servidores para atuarem no Plano Anual de Trabalho e utilização da ferramenta Redmine: a capacitação desses servidores designados pelas Pró-Reitorias e Diretorias Gerais de Campi para aturarem diretamente na formulação do plano estratégico no sistema de gestão em projetos Redmine, que servirá de auxilio e de monitoramento quanto ao fluxo das atividades desempenhadas e a serem desenvolvidas. Bem como utilização dos planos anuais de trabalho, analisando os riscos inerentes aos objetivos estratégicos traçados;

e) Disseminação dos canais de relacionamento com a sociedade, por meio dos sistemas de Ouvidoria (e-OUV) e de Informação ao Cidadão (e-SIC): nas visitas técnicas foram oportunizadas a divulgação dos canais de Relacionamento com a Sociedade sobre as principais manifestações que fomentaram os resultados esperados quanto ao atendimento ao público geral. Vale ressaltar que, antes mesmo da aprovação do novo regimento do IFRO, atendendo a solicitação do Objetivo Geral nº. 01 – implantar as Ouvidorias e garantir a aplicação da Lei de Acesso a Informação, conforme tabela quanto aos objetivos e metas a serem atingidos pela Reitoria. Com isso, foi notório o aumento no número de solicitações a serem atendidas pelos canais de Ouvidoria.

f) Plano de Logística Sustentável (PLS): a partir da vigência da Portaria nº 773 de 05 de maio de 2015, foi formada a Comissão Permanente de Monitoramento de Água e Energia Elétrica na Reitoria. Para o ano de 2016, a pretensão é ampliar a articulação já existente com ações de sustentabilidade para além da Reitoria, com a aproximação junto a gestão do campi. No intuito de forma a agenda de sustentabilidade do IFRO, na definição de diretrizes para elaboração dos Planos locais de Logística Sustentável, bem como da disseminação de boas práticas para Reitoria e dos demais campi.

g) Análise e melhoria dos processos internos: Em 2015 foi elaborado o projeto de Análise e Melhoria dos Processos no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) do IFRO. O projeto visa à diagnose dos fluxos

das atividades, a fluxogramação das rotinas e propositura de melhoria no fluxo dos processos internos. Em 2016, a DPLAN se reunirá, periodicamente, para ajustes finais ao projeto e definição de um cronograma de realizações de ações do projeto.

2.3 Desempenho Orçamentário

Nota sobre os objetivos estabelecidos no PPA

Os objetivos estabelecidos no PPA são de responsabilidade do Ministério da Educação, e sua materialização ocorre através da execução orçamentária e financeira com vistas ao desenvolvimento das ações inseridas na Lei Orçamentária Anual de cada exercício.

Execução Física e Financeira

A execução física e financeira possibilita o monitoramento da execução orçamentária quanto às metas pactuadas bem como os resultados alcançados.

Fatores intervenientes no desempenho orçamentário Como fator interveniente no exercício de 2015, cabe destacar o grande contingenciamento (corte) orçamentário promovido pelo Governo Federal. O orçamento (LOA) total do IFRO (Dotação Atualizada) foi de R\$ 173.544.983,00 para a cobertura das Despesas Correntes e de Capital. Desse montante foi contingenciado o valor de R\$ 34.649.243,63 – que correspondeu a 20% do total da LOA do IFRO. Nesse ponto, é importante destacar que o contingenciamento ocorreu nos Grupos de Despesas: Outras Despesas Correntes no total de R\$ 3.319.155,83 e Investimentos no montante de R\$ 31.330.087,80 – sendo R\$ 14.830.087,80 relativos a créditos orçamentários próprios do IFRO e R\$ 16.500.000,00 relativos às emendas parlamentares consignadas à LOA do IFRO. No exercício o IFRO realizou a execução orçamentária do montante de R\$ 138.286.113,56 através da realização de despesas com: - Folha de Pagamento de Pessoal: R\$ 88.134.481,16 – correspondendo a 64% do orçamento executado e a 99,72% da cota de limite orçamentário autorizado (R\$ 88.378.953,40) para esta categoria de gasto; - Outras Despesas Correntes: R\$ 36.051.032,00 – correspondendo a 26% do orçamento executado e a 99,94% da cota de limite orçamentário autorizado (R\$ 36.072.590,17) para esta categoria de gasto. - Investimentos: R\$ 14.100.600,20 – correspondendo a 10% do orçamento executado e a 100% da cota de limite orçamentário autorizado (R\$ 14.100.600,20) para esta categoria de gasto; Analisando os dados acima concluímos que o IFRO executou 99,81% (R\$ 138.286.113,56) dos créditos orçamentários (não contingenciados) da LOA do exercício (R\$ 138.556.143,77). No entanto, ressaltamos que o contingenciamento orçamentário do grupo de despesas de investimentos tem comprometido o planejamento de consolidação e expansão do IFRO principalmente no tocante às questões de infraestrutura. E nesse ponto, apenas para ilustrar podemos citar a necessidade de construção de um Complexo Esportivo no Campus Porto Velho Calama e a construção da sede da Reitoria. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas no contexto orçamentário (por conta do cenário econômico Brasileiro) o IFRO promoveu a oferta de Educação Profissional e Tecnológica nos Campi: Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e Colorado do Oeste, atendendo a cerca de 10.000 (dez mil) alunos nas unidades citadas, além de custear o funcionamento da Reitoria no município de Porto Velho.

O IFRO, sendo uma instituição multi-campi, executa o seu planejamento e orçamento em 08(oito) unidades gestoras com identificação próprias. para fins deste relatório de gestão, consolidamos as ações das referidas UG's, conforme abaixo:

Unidades Consolidadas		
Campus	UG	Gestão
Ariquemes	158.343	26421
Cacoal	158.533	26421
Colorado do Oeste	158.341	26421
Ji-Paraná	158.376	26421
Porto Velho - Calama	158.345	26421
Porto Velho Zona Norte	158.532	26421
Vilhena	158.342	26421
Reitoria	158.148	26421

Tabela 18 – Unidades Gestoras-IFRO

2.3.0.1 Unidades Prestadoras de Contas - UPC

2.3.1 Quadro – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

QUADRO A. – AÇÕES – OFSS – PAGAMENTO						
Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA						
Identificação da Ação						
Código	00M1					
Título	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio - Funeral e Natalidade					
Unidade Orçamentária	26421 - Instituto Federal de Rondônia - Lei Orçamentária 2015					
Ação Prioritária	NÃO					
Programa de Gestão e Manutenção do MEC	CÓD.	2109	TIPO	-		
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.204,00	31.204,00	22.956,90	22.956,90	22.956,90	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
Pagamento de aposentadorias e pensões de servidores Civis		Aposentado/pensionista		Previsto	Reprogramado	Realizado
		-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 19 – QUADRO A. - AÇÕES - OFSS.

QUADRO A. – AÇÕES – OFSS – PAGAMENTO						
Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA						
Identificação da Ação						
Código	0181					
Título	Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores Civis					
Unidade Orçamentária	26421 - Instituto Federal de Rondônia - Lei Orçamentária 2015					
Ação Prioritária	NÃO					
Programa de Gestão e Manutenção do MEC			CÓD.	0089	TIPO	-
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.412.320,00	1.839.122,00	1.733.469,05	1.733.469,05	1.733.469,05	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
Pagamento de aposentadorias e pensões de servidores Civis		Aposentado/pensionista		Previsto	Reprogramado	Realizado
		-		-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 20 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA

QUADRO A. – AÇÕES – OFSS – PAGAMENTO						
Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA						
Identificação da Ação						
Código	09HB					
Título	Contribuição da União de suas autarquias e fundações para o custeio do Regime de previdencia dos servidores publicos federais					
Unidade Orçamentária	26421 - Instituto Federal de Rondônia - Lei Orçamentária 2015					
Ação Prioritária	NÃO					
Programa de Gestão e Manutenção do MEC			CÓD.	2109	TIPO	-
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.745.362,00	12.582.568,00	12.548.088,76	12.548.088,76	12.548.088,76	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
Pagamento de aposentadorias e pensões de servidores Civis		Aposentado/pensionista		Previsto	Reprogramado	Realizado
		-		-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 21 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA

QUADRO A. – AÇÕES – OFSS – PAGAMENTO						
Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA						
Identificação da Ação						
Código	2004					
Título	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes					
Unidade Orçamentária	26421 - Instituto Federal de Rondônia - Lei Orçamentária 2015					
Ação Prioritária	NÃO					
Programa de Gestão e Manutenção do MEC			CÓD.	2109	TIPO	-
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.611.921,00	1.611.921,00	1.439.464,73	1.439.464,73	1.439.464,73	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida		Montante			
	Aposentado/pensionista		Previsto	Reprogramado	Realizado	
	-		-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 22 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA

QUADRO A. – AÇÕES – OFSS – PAGAMENTO						
Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA						
Identificação da Ação						
Código	2010					
Título	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares					
Unidade Orçamentária	26421 - Instituto Federal de Rondônia - Lei Orçamentária 2015					
Ação Prioritária	NÃO					
Programa de Gestão e Manutenção do MEC			CÓD.	2109	TIPO	-
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
148.900,00	148.900,00	147.469,99	147.469,99	147.469,99	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida		Montante			
	Aposentado/pensionista		Previsto	Reprogramado	Realizado	
	-		-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 23 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA

QUADRO A. – AÇÕES – OFSS – PAGAMENTO						
Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA						
Identificação da Ação						
Código	2011					
Título	Auxílio transporte aos servidores civis empregados e militares					
Unidade Orçamentária	26421 - Instituto Federal de Rondônia - Lei Orçamentária 2015					
Ação Prioritária	NÃO					
Programa de Gestão e Manutenção do MEC			CÓD.	2109	TIPO	-
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
186.126,00	236.126,00	192.146,35	192.146,35	192.146,35	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
		Aposentado/pensionista		Previsto	Reprogramado	Realizado
		-		-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 24 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA

QUADRO A. – AÇÕES – OFSS – PAGAMENTO						
Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA						
Identificação da Ação						
Código	2012					
Título	Auxílio alimentação aos servidores civis empregados e militares					
Unidade Orçamentária	26421 - Instituto Federal de Rondônia - Lei Orçamentária 2015					
Ação Prioritária	NÃO					
Programa de Gestão e Manutenção do MEC			CÓD.	2109	TIPO	-
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.970.680,00	4.125.680,00	4.107.320,51	4.107.320,51	4.107.320,51	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
		Aposentado/pensionista		Previsto	Reprogramado	Realizado
		-		-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 25 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA

QUADRO A. – AÇÕES – OFSS – PAGAMENTO						
Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA						
Identificação da Ação						
Código	20TP					
Título	Pagamento de pessoal ativo da união					
Unidade Orçamentária	26421 - Instituto Federal de Rondônia - Lei Orçamentária 2015					
Ação Prioritária	NÃO					
Programa de Gestão e Manutenção do MEC			CÓD.	2109	TIPO	-
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
55.566.247,00	68.147.028,00	67.943.564,87	67.943.564,87	67.943.564,87	0,00	36.814,73
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
		Aposentado/pensionista		Previsto	Reprogramado	Realizado
		-		-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 26 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA

QUADRO A. – AÇÕES – OFSS – PAGAMENTO						
Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA						
Identificação da Ação						
Código	00OL					
Título	Contribuições e anuidade a organismos e entidades nacionais e internacionais sem exigência de programação específica.					
Unidade Orçamentária	26421 - Instituto Federal de Rondônia - Lei Orçamentária 2015					
Ação Prioritária	NÃO					
Operações especiais: gestão da participação em organismos			CÓD.	910	TIPO	-
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
61.746,00	61.746,00	49.396,00	49.396,00	0,00	49.396,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
		Aposentado/pensionista		Previsto	Reprogramado	Realizado
		-		-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 27 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA

QUADRO A. – AÇÃO: EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA.						
Identificação da Ação						
Código	20RG					
Descrição	Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Tecnológica					
Iniciativa	02A0 – Expansão e reestruturação e funcionamento da R F E P T e para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.					
Objetivo	0582					
Programa	Educação Profissional e Tecnológica - Cód. 2131					
Unidade Orçamentária	26421 -					
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
25.000.000,00	25.000.000,00	3.522.226,16	986.864,75	162.521,35	2.535.361,41	824.343,40
Metas do Exercício Para a Ação						
Construção, ampliação modernização e reforma de bens imóveis, veículos, maquinas e equipamentos, mobiliários, laboratórios para as instituições da RFEPCT.						
Ordem	Descrição	Unidade de medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
1		Projeto viabilizado	10	03	-	-
Restos a pagar exercícios anteriores ()						
					vl em 1/1/15	liquidado
					2.640.337,73	957.897,59

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 28 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA

QUADRO A. – AÇÕES – OFSS – PAGAMENTO						
Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA						
Identificação da Ação						
Código	4572					
Título	Capacitação dos servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.					
Unidade Orçamentária	26421 - Instituto Federal de Rondônia - Lei Orçamentária 2015					
Ação Prioritária	NÃO					
programa de gestão e manutenção do MEC			CÓD.	2109	TIPO	-
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.141.993,00	2.141.993,00	1.555.804,69	1.401.178,11	1.332.538,89	68.639,22	154.626,58
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
Promover a qualificação e requalificação de pessoal		servidor capacitado		Previsto	Reprogramado	Realizado
		-	-	870	-	-
Restos a pagar exercícios anteriores ()				cancelado	vl em 1/1/15	liquidado
				7.215,45	128.391,09	52.562,90

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 29 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA

QUADRO A. – AÇÕES – OFSS – PAGAMENTO						
Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA						
Identificação da Ação						
Código	20RJ					
Título	Apoio a Capacitação e formação inicial e continuada para a Educação básica					
Unidade Orçamentária	26421 - Instituto Federal de Rondônia - Lei Orçamentária 2015					
Ação Prioritária	NÃO					
programa de Educação básica			CÓD.	2030	TIPO	-
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.141.993,00	2.141.993,00	1.638.398,19	1.455.146,63	1.386.507,41	4.069,23	56.386,21
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
incentivo e promoção da formação inicial e continuada para a educação básica		projeto apoiado		Previsto	Reprogramado	Realizado
		-	-	4	-	1
Restos a pagar exercícios anteriores ()				cancelado	vl em 1/1/15	liquidado
				7.215,45	125.926,32	52.562,90

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 30 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA

QUADRO A. – AÇÕES – OFSS – PAGAMENTO						
Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA						
Identificação da Ação						
Código	2994					
Título	Assistência ao estudante da EPCT					
Unidade Orçamentária	26421 - Instituto Federal de Rondônia - Lei Orçamentária 2015					
Ação Prioritária	NÃO					
programa de Educação Profissional e Tecnológica			CÓD.	2031	TIPO	-
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.892.924,00	7.392.924,00	7.044.598,45	6.122.225,84	6.004.705,48	157.538,24	922.372,61
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
Fornecimento de alimentação e atendimento geral ao estudante		benefício concedido		Previsto	Reprogramado	Realizado
		-	-	30.000	-	1
Restos a pagar exercícios anteriores ()				cancelado	vl em 1/1/15	liquidado
				114.060,47	734.211,19	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 31 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA

QUADRO A. – AÇÕES – OFSS – PAGAMENTO						
Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA						
Identificação da Ação						
Código	20RL					
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Unidade Orçamentária	26421 - Instituto Federal de Rondônia - Lei Orçamentária 2015					
Ação Prioritária	NÃO					
programa de Educação	Educação Profissional e Tecnológica	CÓD.	2031	TIPO	-	
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
48.821.642,00	49.389.642,00	37.917.683,81	26.438.846,80	21.354.626,50	5.084.220,30	11.478.837,01
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
gestão administrativa, financeira e técnica da rede federal de educação		estudante matriculado		Previsto	Reprogramado	Realizado
		-	-	15.001	8.891	8.591
Restos a pagar exercícios anteriores ()				cancelado	vl em 1/1/15	liquidado
				338.350,02	12.693.738,73	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 32 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA

2.3.1.1 ações de Orçamento de Investimento

QUADRO A. – AÇÃO: EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA.					
Identificação da Ação					
Código	20RG				
Descrição Iniciativa	Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Tecnológica 02A0 – Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante.				
Objetivo	0582 - Expandir, Interiorizar e democratizar a Oferta de Educação Profissional e Tecnológica.				
Unidade Responsável	Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária	26421				
Execução Orçamentária e Financeira					
Dotação			Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Realizado	Processados	Não Processados	
25.000.000,00	25.000.000,00	986.864,75	–	Processados	–
Metas do Exercício Para a Ação					
Execução Orçamentária		Execução Física			
Descrição	Dotação Final	Medida	Previsto	Programado	Realizado
Construção, modernização, ampliação e reforma de bens móveis e imóveis		Projeto viabilizado	10	3	3

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 33 – AÇÕES DE INVESTIMENTO

QUADRO A. – AÇÃO: EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA.					
Identificação da Ação					
Código	20RL				
Descrição					
Iniciativa	Funcionamento de instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica 02A0 – Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante.				
Objetivo	0582 - Expandir, Interiorizar e democratizar a Oferta de Educação Profissional e Tecnológica.				
Unidade Responsável	Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária	26421				
Execução Orçamentária e Financeira					
Dotação			Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Realizado	Processados	Não Processados	
20.390.688,00	20.390.688,00	3.873.881,42	–	Processados	–
Metas do Exercício Para a Ação					
Execução Orçamentária		Execução Física			
Descrição		Medida	Previsto	Programado	Realizado
Desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos de instituições federais		Estudante matriculado	15.001	8.891	8.591

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 34 – AÇÕES DE INVESTIMENTO

QUADRO A. – AÇÃO: EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA.					
Identificação da Ação					
Código	2994				
Descrição	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica				
Unidade Responsável	Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária	26421				
Execução Orçamentária e Financeira					
Dotação			Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Realizado	Processados	Não Processados	
40.000,00	40.000,00	0,00	–	Processados	–
Metas do Exercício Para a Ação					
Execução Orçamentária		Execução Física			
Descrição	Dotação Final	Medida	Previsto	Programado	Realizado
Gestão administrativa, desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos		benefício concedido	30.000,00	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 35 – AÇÕES DE INVESTIMENTO

QUADRO – DESPESAS POR DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO				
Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Rondônia		Código UO: 26421		UGO: 158148
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	23.523.766,21	15.820.226,04	18.049.323,08	13.994.100,53
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	141.761,29	1.155.328,18	134.291,02	1.102.743,62
d) Pregão	20.621.176,52	14.664.897,86	16.073.749,77	12.891.356,91
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	2.760.828,40	0,00	1.841.282,29	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	4.614.934,79	3.250.886,00	4.175.270,65	2.940.284,15
h) Dispensa	3.319.425,78	2.653.388,74	2.978.344,12	2.417.889,15
i) Inexigibilidade	1.295.509,01	597.497,26	1.196.926,53	522.395,00
3. Regime de Execução Especial	18.891,88	15.206,46	18.891,88	15.206,46
j) Suprimento de Fundos	18.891,88	15.206,46	18.891,88	15.206,46
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	89.476.850,24	68.692.783,11	89.440.822,36	68.654.171,98
k) Pagamento em Folha	88.134.481,16	67.706.785,02	88.134.481,16	67.669.967,29
l) Diárias	1.342.369,08	985.998,09	1.306.341,20	984.204,69
5. Outros	5.504.086,62	6.159.738,02	5.986.747,19	6.044.068,41
6. Total (1+2+3+4+5)	123.138.529,74	93.938.839,63	117.652.163,28	91.647.831,53

Fonte: SIAFI Gerencial.

Tabela 36 – DESPESA POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Despesa por grupo de elemento de despesa

QUADRO A.- DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.											
Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:							
Instituto Federal de Rondônia		26421		158148							
DESPESAS CORRENTES											
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos				
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014			
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	64.516.754,68	49.084.480,92	64.516.754,68	49.084.480,92	0,00	0,00	64.516.754,68	49.072.539,59			
13 - Obrigações Patronais	12.548.088,76	9.802.084,99	12.548.088,76	9.802.084,99	0,00	0,00	12.548.088,76	9.777.208,59			
46. Auxílio Alimentação	3.875.043,39	3.478.304,73	3.875.043,39	3.478.626,55	-	-	3.875.043,39	3.478.626,55			
Demais elementos do grupo	7.194.594,33	61.616,33	7.194.594,33	61.294,51	-	-	7.194.594,33	61.294,51			
Outras despesas correntes											
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15.126.465,50	10.285.639,16	12.457.269,28	8.463.836,84	2.669.196,22	1.821.802,32	10.720.297,01	7.626.621,26			
18. Auxílio Financeiro a Estudantes	5.730.435,23	4.587.772,26	5.411.339,43	4.529.172,30	319.095,80	58.599,96	5.193.810,43	4.504.025,12			
37. Locação de Mão-de-Obra	5.664.860,83	4.467.802,51	5.068.485,44	3.876.259,23	596.375,39	591.543,28	4.369.350,62	3.460.168,93			
Demais elementos do grupo	9.529.270,64	13.248.253,51	7.206.208,26	11.471.688,63	2.323.062,38	1.776.564,88	6.200.675,02	11.045.175,62			
DESPESAS DE CAPITAL											
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos				
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014			
4. Investimentos	7.992.472,34	2.904.818,89	2.924.802,19	1.180.166,15	5.067.673,15	1.724.652,74	1.997.785,81	1.127.581,59			
51. Obras e Instalações	5.559.739,74	7.646.239,97	1.687.558,86	1.894.659,56	3.872.180,88	5.751.580,41	869.727,49	1.398.019,82			
52 - Equipamento e materiais Permanentes	282.349,38	0,00	237.349,38	0,00	45.000,00	0,00	155.000,00	0,00			
20.Auxílio Financeiro a pesquisadores	266.035,74	104.003,96	11.035,74	96.569,95	255.000,00	7.434,01	11.035,74	96.569,95			
Demais elementos do grupo	138.286.113,56	105.671.017,23	123.138.529,74	93.938.839,63	15.147.583,82	11.732.177,60	117.652.163,28	91.647.831,53			
TOTAL GERAL											

Fonte: SIAFI Gerencial.

QUADRO A. – Restos a Pagar - OFSS				
Identificação da Ação				
Código	6358			
Descrição	Capacitação de recursos humanos da EPCT			
Programa	gestão e manutenção do MEC			
Unidade Orçamentária	26421			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores				
Ano de inscrição	montante 1/1/2015	Pagamento	cancelamento	saldo a pagar 31/12/2015
2014	13.009.163,54	10.037.110,76	227.437,90	2.744.614,88
2013	4.404.768,40	1.083.512,13	121.878,51	3.199.377,76
2012	2.941.854,36	942.697,06	24.512,14	1.974.645,16
2011	159.396,23	6.151,80	9.797,97	143.446,46
2010	59.716,24	0,00	0,00	59.716,24
Restos a Pagar processados - Exercícios Anteriores				
2014	2.589.240,92	2.519.815,02	4.291,64	65.134,26
2013	717.612,01	586.410,27	31.842,00	99.359,74
2012	450.318,76	412.054,96	0,00	38.263,80
2011	729.792,52	697.791,34	0,00	32.001,18
2010	17.315,73	350,00	8.558,71	8.407,02

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 39 – Restos a Pagar - OFSS

2.3.1.2 Valores gastos com Publicidade

VALORES GASTOS COM PUBLICIDADE			
Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	–	–	–
Legal	12.363.2031.2RL.001	210.581,10	108.922,54
Mercadológica	–	–	–
Utilidade Pública	–	–	–

Tabela 38 – GASTOS COM PROPAGANDA

2.3.1.3 Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

2.3.1.4 Quadro – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

QUADRO A. – Ações não Previstas LOA do exercício						
Restos a Pagar - OFSS						
Identificação da Ação						
Código	6358					
Descrição	Capacitação de recursos humanos da EPCT					
Programa	gestão e manutenção do MEC					
Unidade Orçamentária	26421					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			Nº do subtítulo
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Processados	Un. de medida	Localizador
83.641,51	39.018,84	10.651,20	-	-	-	0011
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
1	Assistência Médica e Odontológica	Pessoa beneficiada	300	-	780.000,00	1.066.912,12

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 40 – Restos a Pagar - OFSS

Ações não previstas no LOA - Restos a Pagar - OFSS

QUADRO A. – Ações não Previstas LOA do exercício						
Restos a Pagar - OFSS						
Identificação da Ação						
Código	6380					
Descrição	Fomento ao desenvolvimento da EPCT					
Programa	Educação Profissional e Tecnológica - 2031					
Unidade Orçamentária	26421					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			Nº do subtítulo
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Processados	Un. de medida	Localizador
20.406,53	3.591,05	86,20	-	-	-	0011

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 41 – Restos a Pagar - OFSS

Restos a pagar

QUADRO A. – Ações não Previstas LOA do exercício						
Restos a Pagar - OFSS						
Identificação da Ação						
Código	8650					
Descrição	Reestruturação da RFEPCT					
Programa	Desenvolvimento da EPCT	CÓD	1062			
Unidade Orçamentária	26421					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			Nº do subtítulo
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Processados	Un. de medida	Localizador
46.268,84	0,00	8.127,97	-	-	-	0011

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC.

Tabela 42 – Restos a Pagar - OFSS

Suprimento de Fundos

CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS							
Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		Valor do maior limite individual concedido
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	158148	IFRO/Reitoria			01	R\$ 3.500	R\$ 3.500
2014	Não foi utilizado pela Reitoria						
UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS							
Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		Valor do maior limite individual concedido
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	158148	IFRO/Reitoria			01	R\$ 3.227,73	R\$ 3.227,73
2014	Não foi utilizado pela Reitoria						

Tabela 43 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Análise crítica

No exercício de 2015, o IFRO utilizou valores a título de suprimento de fundos, conforme acima exposto.

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

QUADRO - RESULTADOS DOS INDICADORES ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005											
Fórmula de Cálculo	Exercícios	2015	2014	2013	2012	2011	2010				
Relação Candidato/Vaga	Nº de Candidatos / Nº Vagas	3,24	2,48	2,86	2,41	2,97	2,69				
Relação Ingressos/Aluno	Nº Ingressantes / Nº Total Matriculados	34,55%	33,42%	46,37%	51,8	64,07	43,34				
Relação Concluintes/Aluno	Nº Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Nº Total Matriculados	10,32	10,30%	3,87%	3,8	3,53	5,21				
Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Nº Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Nº Matriculados Finalizados	47,32	47,40%	21,93%	18,6	5,48	12,02				
Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Nº Total de Retidos / Nº Total Matriculados	26,93	26,72%	18,76%	16,1	1,76	3,97				
Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Nº Alunos Matriculados / Nº Docentes	19,42	18,46	37,86	32,57	25,33	17,48				
Gastos Totais/ Aluno Equivalente	Gastos totais / aluno equivalente	16.238,59	13.465,61	11.099,43	5.482,86	6.855,27	7.880,92				
Percentual de Gastos com Pessoal	(Gastos com pessoal * 100) / Gastos totais	60,40%	54,58%	44,95%	47,45	53,46	62,95				
Percentual de Gastos com outros Custeios	(Gastos outros custeios * 100) / Gastos totais	25,92%	23,41%	22,25%	21,55	18,69	86,04				
Percentual de Gastos com Investimentos	((Gastos com investimentos + Gastos com inversões financeiras) * 100) / Gastos totais	9,34%	17,37%	28,70%	26,96	27,85	9,49				

Fonte: SETEC - PRODIN/IFRO.

Análise Crítica

Em 2015 houve um aumento significativo na proporção entre o número de candidatos e o número de vagas ofertadas pelo Instituto em relação aos anos anteriores. Tal aumento é justificado pela decisão da gestão de aderir ao processo seletivo pelo SISU para os cursos de graduação. Com a adesão desse sistema nacional de Seleção Unificada, as inscrições deixam de ser localizadas e passam a atender candidatos em âmbito nacional. Outro fator que contribuiu como também a nova metodologia de Processo seletivo interno utilizado nos cursos técnicos subsequente ao médio, onde o candidato é selecionado pelas notas do ensino médio, e que tem proporcionado maior número de inscritos, já que não há necessidade de deslocamentos para participar de provas presenciais. A relação ingressos/alunos matriculados foi de 34,55%. Este indicador apresenta um aumento na ordem de 1,13% em relação à 2014, em função da oferta de novos cursos com a implantação do Campus Guajará-Mirim, no segundo semestre. O ano de 2011 foi o período em que houve mais ingressantes em relação ao volume de matriculados porque se trata da fase de maior expansão do IFRO, em que a maioria dos cursos entrou em funcionamento. A queda em comparação à 2012 deve-se ao fato de alguns cursos não serem reofertados, bem como a estabilização do número de alunos matriculados. A relação concluinte/aluno, embora praticamente foi o mesmo valor de 2014, observa-se um pequeno aumento em 2015. Estes resultados indicam que mesmo com a estabilização entre o número de alunos matriculados, alunos concluintes, estamos melhorando nossos indicadores de permanência e êxito. O índice de “concluídos e integralizados na fase escolar” em 2015, ficou em 0,08% menor em relação a 2014. Isto se deve ao fato de que muitos cursos ainda não tiveram seus ciclos concluídos. Este índice de eficiência acadêmica foi maior em 2014, em razão da integralização de alguns cursos que iniciaram em 2011, a exemplo dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, que possuem um período de 4 anos para integralização. O índice de retenção foi maior, no comparativo com os anos anteriores, considerando a quantidade de alunos que integralizaram os cursos. Este fato é justificado pela grande evasão nos cursos técnicos na modalidade EaD, ofertados em parceria com o IFPR, devido a problemas na gestão que este último passou nos anos de 2014 e 2015. A relação entre alunos e docentes em tempo integral revela um progressivo aumento de 0,96% na quantidade de alunos por professor, em relação ao ano de 2014. Este fato é justificado pelo crescimento nas ofertas de vagas e cursos em 2015.

2.5 Apresentação e análise dos Indicadores Gerenciais

QUADRO - RESULTADOS DOS INDICADORES ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005.						
Indicadores	Fórmula de Cálculo	Exercícios				
		2015	2014	2013	2012	2011
Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	RFPC < 0,5 SM	48	67	83	1.424	0
	0,5 <= RFPC < 1,0 SM	384	534	1358	653	218
	1,0 <= RFPC < 1,5 SM	592	708	1158	326	0
	1,5 <= RFPC < 2,0 SM	827	421	920	107	510
	2,0 <= RFPC < 2,5 SM	614	305	406	69	0
	2,5 <= RFPC < 3,0 SM	308	260	297	19	453
	3,0 >= RFPC	180	185	533	4.495	4.469
Índice de Titulação do Corpo Docente	((Qtde de docentes graduados *1) + (Qtde de doc aperfeiçoados * 2) + (Qtde de doc. especialistas *3) + (Qtde de doc mestres *4) + (Qtde de doc doutores *5)) / (Qtde de doc graduados + Qtde de doc aperfeiçoados + Qtde de doc especialistas + Qtde de doc mestres + Qtde de doc doutores)	3,46	3,35	3,25	2,52	2,97

Fonte: - IFRO.

Tabela 45 – RESULTADOS DOS INDICADORES - ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005

Análise Crítica

Em relação ao perfil sócio econômico dos estudantes do Instituto, observa-se que em 2015 a maioria dos estudantes possuíam renda percapita menor que 2 SM (salários mínimos). Comparando com 2014, houve aumento significativo de estudantes com renda percapita maior que 1,5 SM, e redução na quantidade de alunos com renda percapita menores que 1,5 salário mínimo. Considerando que o objetivo do Instituto é atender estudantes com renda percapita menor que 1,5 SM, estamos buscando aumentando nossas ações afirmativas para garantir o ingresso de estudantes com este perfil socioeconômico.

3 GOVERNANÇA

3.1 Estrutura de Governança

Atualmente, a Estrutura de Governança do IFRO está representada pelo Conselho Superior (CONSUP); Colégio de Dirigentes (CODIR); Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX); Auditoria Interna (AUDINT), e comissões permanentes do IFRO: Comitê de Ética e Pesquisa e Inovação (CEPI), Comissão de Ética (CEP), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA); e Comissão Interna de Supervisão (CIS-PCC/TAE). Além das comissões estabelecidas, o Reitor, com o objetivo de manter a eficácia administrativa, delegará atribuições executivas aos Pró-Reitores, Diretores Sistêmicos e poderá contar com o apoio do Gabinete da Reitoria, um órgão executivo, responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria. Os órgãos colegiados são representações que possuem regimentos internos próprios aprovados pelo Conselho Superior, respeitadas as disposições da legislação federal aplicável, do Estatuto e deste Regimento Geral. São eles: Conselho Superior (CONSUP): órgão máximo da instituição, de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes docentes, estudantes, servidores técnico-administrativos, egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do IFRO. Assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica, tem como finalidade aprovar as diretrizes para atuação institucional e zelar pela execução de sua política educacional, sendo normatizado pelo Estatuto do IFRO. Colégio de Dirigentes (CODIR): instituído pelo Estatuto do IFRO, sendo um órgão de caráter consultivo de apoio ao processo decisório da Reitoria. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX): órgão de apoio à Administração Geral, que dentre as competências aprecia matérias relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão e de interesse da administração do IFRO, desde que não estejam incluídas nas competências do Conselho Superior. Além dos colegiados da Organização Geral previstos no Estatuto e no Regimento Geral, o IFRO dispõe de Comissões estabelecidas por legislações específicas, são elas: O Comitê de Ética Pesquisa e Inovação (CEPI), normatizado pela Resolução/CONSUP/IFRO nº 18/2011, tem como finalidade defender os interesses dos envolvidos na pesquisa quanto à integridade, proteção e tutela contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos preconizados pelo IFRO, sem prejuízos daqueles estatuídos pelas esferas governamentais competentes. A Comissão de Ética (CEP): instituída conforme o Decreto 1.171/1994, alterado pelo Decreto 6.029/2007, e regulamentada pela Resolução 10/2008 da Presidência da República, tem por missão zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, orientar os servidores para que se conduzam de acordo esses códigos e inspirar o respeito no serviço público. A Comissão Permanente de Avaliação (CPA): foi normatizada pela Resolução/CONSUP/IFRO nº 08/2011 tem por finalidade conduzir e sistematizar os processos de Avaliação Institucional segundo critérios pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, abrangendo a realidade e as diferentes dimensões do IFRO, especialmente as expressas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Sua composição, competências e funcionamento estão definidos em Regimento próprio. Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD): criada com base no art. 11 do anexo ao Decreto 94.664/1987 é o órgão de assessoramento à Reitoria com a função de fazer a avaliação de desempenho dos docentes, acompanhar a Política de Capacitação do Servidor do Instituto Federal de Rondônia, no que se refere à formação de professores, e supervisionar todos os atos referentes à vida funcional desses

servidores. Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA): é um órgão deliberativo e de assessoramento da Administração Superior do Instituto em matéria normativa e consultiva, nas questões sobre a utilização de animais para o ensino e a pesquisa. A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira e Cargos dos Técnico Administrativos em Educação (CIS-PCC/TAE): prevista no parágrafo 3º do artigo 22 da Lei 11.091/2005, regulamentada pela Portaria 2.519/2005/MEC, e esta alterada pela Portaria 2.562/2005/MEC, tem a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação do PCC/TAE no âmbito do IFRO e propor à Comissão Nacional de Supervisão (CNS) as alterações necessárias para seu aprimoramento. Além dos seus Órgãos Colegiados de Apoio e de Consulta à Administração, o IFRO possui uma Unidade de Auditoria normatizada pelo Estatuto do IFRO, pela Resolução nº 20 /CONSUP/IFRO, de 3/10/2013, tendo seu Manual de Auditoria aprovado pela Resolução nº 42/CONSUP/IFRO, de 25/09/2015. A mesma está subordinada diretamente ao Conselho Superior do Instituto Federal de Rondônia, sendo responsável por assessorar a gestão, bem como desenvolver ações preventivas e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, no sentido de contribuir para a garantia da legalidade, moralidade, impessoalidade e da probidade dos atos da administração do IFRO, aos órgãos do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal e ao TCU, respeitada a legislação pertinente.

3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Atuação da Unidade de Auditoria Interna A Auditoria Interna do IFRO tem como objetivo exercer a orientação, o acompanhamento, o controle e a fiscalização dos atos e fatos administrativos do IFRO. Sua atuação é orientada de forma a contribuir para o alcance dos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão. Assim, a atuação da Auditoria traduz-se em informações que contemplam seguintes itens:

- a) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas;
- b) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;
- c) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada;
- d) Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes; e
- e) Opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional unidade jurisdicionada.

3.2.1 Estratégia de Atuação:

Com o intuito de assegurar celeridade ao desenvolvimento dos trabalhos, adotou-se uma estratégia de atuação sistêmica, capaz de se estabelecer de forma uniforme em toda UG, contribuindo-se assim para a consolidação de uma maior padronização e uniformização laboral. A estratégia de atuação é alinhada ao planejamento de execução dos trabalhos, ao condicionamento de minimização de riscos, à mitigação de perdas, com o foco na otimização de sistemas de apoio, capazes de estimular a feitura de procedimentos de aderência às normas regulatórias, que culminam na garantia de uma administração voltada para a eficácia, a eficiência e a economicidade. A Auditoria Interna do IFRO se organiza por meio da estrutura administrativa, ilustrada na

Figura 1, e exerce suas atribuições na Reitoria e em todos os Campi do IFRO da execução dos trabalhos do PAINT. Os Auditores Internos realizam auditoria, conforme o PAINT, e tem como principais atribuições planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades da Unidade de Auditoria Interna.

Informações das auditorias e/ou fiscalizações realizadas:

No exercício de 2015, além das atividades administrativas próprias da gestão da unidade de Auditoria Interna, como a elaboração do PAINT do exercício seguinte, de reuniões administrativas necessárias à organização da unidade e de assessoramento aos gestores em assuntos relacionados à área de auditoria, a Auditoria Interna do IFRO realizou as ações previstas, conforme o PAINT/2015, abaixo discriminadas: Na avaliação de Gestão de Recursos Humanos.

Ação 1.1 – SISAC, foram analisados os processos de admissão no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), as avaliações foram realizadas por amostragem, inicialmente previsto 15, no entanto considerando a relevância o escopo foi ampliado para 25% dos processos, verificou-se o cumprimento do prazo para o registro no SISAC dos servidores admitidos no decorrer do exercício.

Na ação 1.2 Plano Anual de Capacitação, foram analisados 10% dos processos de capacitação e verificou-se o cumprimento do Plano Anual de capacitação do IFRO. A Gestão Patrimonial e Almoxarifado.

na Ação 2.1 - Avaliação da Gestão dos veículos oficiais, foram analisados 10% da demanda dos controles internos, manutenção e prevenção, de acordo com a materialidade, efetuando-se a avaliação do serviço de manutenção prestados, preventivo e controles internos, referentes à utilização dos veículos oficiais de acordo com a norma aplicável pelo setor responsável. Na Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços foram realizadas as ações:

Ação 3.1 - Verificação da regularidade dos processos licitatórios, formalização, autorização, finalidade/motivação, foram analisados 10% do valor empenhado nos processos licitatórios de janeiro a julho/2015, considerando materialidade e relevância.

Ação 3.2 - Análise Processos licitatórios nas modalidades Inexigibilidade e Dispensa, a avaliação foi realizado por amostragem, 15% dos processos, considerando a materialidade e relevância, foram verificadas as fundamentações legais apresentadas pelo gestor, confrontando-as com a legislação pertinente com o intuito de verificar sua adequação, foram analisadas, ainda, quanto à elaboração e o correspondente projeto básico ou termo de referência na contratação dos serviços. Na Gestão Administrativa foram realizadas as seguintes ações:

Ação – 4.1 RAIN, elaborar o Relatório Anual de Auditoria Interna – RAIN/2015, forma apresentados os resultados dos trabalhos desenvolvidos em 2015 pelas Unidades de Auditoria Interna do IFRO.

Ação – 4.2 PAINT, planejamento das atividades de auditoria a serem desenvolvidas no exercício de 2016.

Ação 4.3 Relatório de Gestão 2014, realizar o exame das peças exigidas pelas decisões normativas.

Ação 4.4 Atuação CGU – acompanhamento e atendimento das solicitações do controle interno (CGU) no exercício da missão institucional, intermediando no desenvolvimento dos trabalhos que se fizerem necessários, buscando atingir 100% da demanda.

Ação 4.5 – Programas de Auditoria, elaboração dos Programas de Auditoria e papeis de trabalho utilizados na realização das auditorias.

Ação 4.8 - Elaboração Manual da Auditoria Interna, normatização das atividades e atribuições da Auditoria Interna do IFRO.

Ação 5.0 – Atuações do TCU, acompanhar o atendimento dos acórdãos e diligências evitando a não implementação pelos setores responsáveis, buscando atingir 100% da demanda.

Ação 5.1 Cumprimento da legislação aplicada na concessão de bolsas-formação PRONATEC, examinar 5% da oferta de curso pelo bolsa-formação PRONATEC. Reserva Técnica –

Ação 6.1 Orientações a Reitoria/Campus, as principais orientações foram realizadas por meio dos relatórios de auditoria, outras consultas foram realizadas por e-mail, telefone ou reuniões. Dentre as ações realizadas e não previstas no PAINT/2014, destaca-se a auditoria especial referente à apuração de denúncia expedida Controladoria Geral da União/Brasília.

Demonstração da execução do plano anual de auditoria:

As ações foram realizadas de acordo com o PAINT-2015, porém ressaltamos que a ação 4.6-Indicadores de Desempenho, foi substituída pela Auditoria Especial, conforme justificado através do memorando nº 015/2015/AUDINT/IFRO com a finalidade de atender a demanda da Controladoria Geral da União, através do Ofício nº 8.596/DSEDU II/DS/SFC/CGU-PR-Brasília, sendo formalizado através da documentação necessária, realizada a auditoria através da S/A 003/2015 e concluída. Informamos, ainda, que com relação a ação 4.7- Planejamento e execução das metas físicas e financeiras dos programas/ações, a auditoria interna formalizou a ação por meio do Memorando nº 045/2015/AUDINT/IFRO, com a finalidade de realizar a ação no atual exercício de 2015, expedição da S/A 27/2015 a fim de analisar os indicadores de desempenho do TCU, mas de acordo com a justificativa feita através do Memorando nº 119/2015/PRODIN/IFRO, os dados dos indicadores do exercício de 2015, só poderiam ser liberados pelo sistema em 31/12/2015, o que impossibilitou a realização da ação dentro do exercício de 2015. Dessa forma, aguardaremos a verificação e a extração dos dados para posterior encaminhamento a auditoria interna. Devido ao exposto não será possível a realização da ação tempestivamente, restando a auditoria interna analisar a possibilidade de concluir a ação no exercício de 2016. A Execução do Plano Anual das Atividades da Auditoria Interna foram realizadas considerando os recursos humanos disponíveis. Dentre os principais trabalhos realizados pela Auditoria Interna, em 2015, destaca-se a auditoria nos processos de admissão no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), é importante salientar que o tema tinha sido objeto de recomendação por parte da Controladoria Geral da União – CGU/RO, as avaliações foram realizadas por amostragem, 25% dos processos, verificou-se no início da auditoria o descumprimento do prazo legal no cadastramento. No entanto, ao final da auditoria, após o atendimento das recomendações cabíveis, todos os processos de admissão do IFRO estão sendo realizados dentro do prazo legal. Além disso, outro ponto importante foi a inserção na rotina do setor de um acompanhamento mais específico quanto aos servidores com acúmulo de cargos públicos, evitando-se a manutenção de servidores com acumulação ilegal. Outra ação importante realizada pela auditoria foi a Avaliação da Gestão dos veículos oficiais, foram analisados 10% da demanda dos controles internos, manutenção e prevenção, de acordo com a materialidade, nessa ação foram verificados, além de outros critérios, a existência de multa e restrições quanto aos veículos oficiais, após as verificações foram emitidas as recomendações para apuração dos responsáveis pelas multas existentes, convém destacar que todas as apurações foram efetuadas e os respectivos comprovantes quanto ao pagamento dessas infrações foram encaminhados à auditoria. Destaca-se, ainda, a elaboração do Manual da Auditoria Interna com o objetivo de elaborar as normas, atribuições e competência da equipe da Auditoria /IFRO. Houve ainda demanda advinda da Controladoria Geral da União/Brasília para apuração de denúncia quanto a possíveis irregularidades existentes em empresa fornecedora de materiais. Face ao exposto, vale lembrar, que todos os trabalhos realizados pela auditoria interna tiveram por principal objetivo auxiliar a gestão no cumprimento

de sua missão institucional.

Redesenhos feitos na estrutura organizacional da unidade de auditoria Atendendo aos dispositivos legais, a Auditoria Interna do IFRO consolidou o avanço expressivo adquirido, mediante a vinculação do setor ao Conselho Superior (CONSUP), sendo totalmente redesenhada para atender às necessidades institucionais, com sua desvinculação do Gabinete da Reitoria e vinculação ao Conselho Superior (CONSUP), tal ação buscou atingir o grau de independência necessário para se conduzir eficazmente as responsabilidades da atividade de auditoria interna. Com autonomia de trabalho, o setor tem realizado ações que visam a contribuir para a boa gestão do Instituto. Em síntese, as seguintes ações foram realizadas:

- Elaboração do Manual da Regimento da Auditoria Interna do IFRO, com o objetivo de propiciar melhor desempenho das funções da Auditoria Interna e o fortalecimento como instância efetiva de apoio à gestão e de articulação com as demais instituições de controle;
- Vinculação da Auditoria ao Conselho Superior, com alteração do Regimento Interno Geral do IFRO, por meio da Resolução nº 20/2013-CONSUP, atendendo, assim, ao disposto no Art. 15, §§3º e 4º, do Decreto nº 3.591/2000 e com o item 8 do Capítulo X da IN/SFC 01/2001 e;
- Convocação e posse de novos servidores para melhor desenvolvimento dos trabalhos da Auditoria Interna. Com essas ações, foi possível atingir maior autonomia na execução dos trabalhos, e ainda, organizar e aperfeiçoar as ações da AUDINT com a elaboração do Manual de Auditoria Interna. Além disso, a convocação de novos servidores evidencia a necessidade de se formar uma equipe comprometida e multidisciplinar devidamente capacitada para assessorar a alta administração do IFRO na consecução de seus objetivos, buscando agregar valor à entidade e fortalecer a gestão.

Qualidade dos controles internos:

Os controles internos administrativos estão sendo aprimorados no decorrer dos exercícios que buscam internamente padronizar os procedimentos através de elaboração de manual implantação do programa SUAP – através da DGTI. Atualmente estão disponíveis os seguintes módulos para serem implantados:

- Almoxarifado – Módulo responsável pelo controle de estoque dos almoxarifados do IFRO.
- Patrimônio - Módulo para gerenciamento do patrimônio do IFRO aonde são registradas as operações de carga, descarga e transferências patrimoniais.
- Recursos Humanos – Módulo utilizado para, principalmente, extrair os dados funcionais dos servidores da instituição do sistema SIAPE. Além disso, permite fornecer relatórios para a Diretoria de Gestão de Pessoas.
- Frota – Módulo responsável pelo acompanhamento das manutenções e abastecimentos das viaturas do IFRO. Adicionalmente, esse módulo faz todo o acompanhamento das viagens realizadas em veículos oficiais com o histórico das viagens.
- Contratos – Módulo para acompanhamento dos diversos contratos do IFRO com seus fornecedores de produtos e serviços. Isso inclui informações detalhadas do contrato e datas de vencimento para renovação.

Em relação aos órgãos de apoio à gestão, convém ressaltar, a importância do Conselho Superior (CONSUP) para a Instituição, o qual, dentre outras competências, em sua decisão colegiada, aprova as normas da Instituição. Destaca-se ainda, outro órgão de auxílio à gestão o CEPEX, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que é um órgão colegiado de apoio à Administração Geral, tendo como principais competências: propor diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão do IFRO; criar e/ou sugerir alteração de normativos das três áreas, apreciar propostas de criação, adequação e extinção de cursos, bem como suspensão de oferta de vagas; estabelecer formas de acompanhamento e avaliação dos cursos; e exercer a fiscalização e o controle

do cumprimento de suas decisões, entre outras atividades. Destaca-se ainda a Diretoria de Planejamento (DPLAN) que visa disseminar a cultura do planejamento estratégico no âmbito do Instituto Federal de Rondônia, bem como de efetuar a análise e melhoria de procedimentos internos em âmbito institucional. Além disso, envida esforços para a efetuar a análise de risco na Instituição. Durante a execução das atividades de auditoria, observou-se que os controles internos atualmente existentes nos Campi se reputam adequados, com ressalvas, tendo em vista a existência de algumas falhas sanáveis, o que ensejará no acompanhamento da auditoria interna durante exercício de 2016.

3.3 Sistema de Correição:

O Instituto não possui uma unidade organizacional ou Comissão Permanente responsável pelos processos de correição e não há normatização sobre o acompanhamento dos processos disciplinares. Os processos instaurados nas modalidades de sindicância e Processos Administrativos Disciplinares são acompanhados pelos servidores que efetuam os cadastros. Os processos no exercício de 2015 foram cadastrados conforme a demanda. As senhas foram disponibilizadas aos servidores titular e substituto às unidades Gestoras pertencente ao IFRO. Convém destacar que foi realizado durante o ano de 2015 um curso ministrado pela ESAF sobre Processo Administrativo Disciplinar, demonstrando o interesse da Instituição em capacitar seus servidores. O quadro a seguir descreve as unidades Gestoras.

3.3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Os mecanismos de controles internos das UJ's têm envidado esforços no sentido de melhorar a atuação do Instituto na oferta dos serviços à sociedade. O processo de avaliação, efetuado por cada UJ componente do IFRO, confirma a importância do uso de tais mecanismos para o desenvolvimento e aprimoramento da instituição na busca da excelência. As avaliações expostas a seguir, apontam a percepção do Gabinete acerca dos seus sistemas de controles internos, demonstrando a efetividade e a importância destes, bem como, a preocupação em se desenvolver sistemas de Auditoria e Controles internos que adequem-se às especificidades do Instituto. A Resolução nº 024/CONSUP/IFRO, de 01 de agosto de 2014, dispõe sobre o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2014 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Com a finalidade de regulamentar a distribuição da carga horária dos docentes, antes regida pela Resolução nº 12/CONSUP/IFRO, de 15/03/2010, passou a ser regida pela Resolução nº 34/CONSUP/IFRO de 23/09/2014, que estabelece as diretrizes da carga horária semanal obrigatória entre ensino, preparação didática, projetos de ensino, pesquisa e extensão e atendimento ao discente e apoio a gestão institucional. A referida resolução vigorou durante o exercício de 2015.

Para o estabelecimento de critérios dessa distribuição foi publicada a Portaria no 1025/2014 com detalhamento dos critérios e em setembro foi publicado o regulamento que vigiu durante o exercício de 2015.

3.3.1.1 gestão de Riscos e Controles Internos

Os controles internos da unidade, em sua maioria, são os utilizados ou padronizados para todas as unidades do IFRO. Há uma deficiência em algumas áreas, onde está se desenvolvendo sistemas que possa vir a suprir tais deficiências. Evidencia-se que nos Departamentos de Pesquisa e Extensão todos projetos são lançados através de editais e há acompanhamento dos mesmos, entretanto não há uma vinculação do acompanhamento

da carga horária utilizada nos projetos, com a carga horária dos professores. A carga horária dos professores é distribuída e organizada através de ferramentas, como portaria de distribuição de carga horária e o Plano Individual de Trabalho (PIT). O seu acompanhamento se dá através do Relatório Individual de Trabalho (RIT), faltando, nesse caso um acompanhamento do cumprimento das cargas horárias lançadas para Pesquisa e Extensão. Tal deficiência pode ocasionar trabalho acima da carga horária do docente, ou abaixo da carga horária estabelecida. O fluxo de documentos dos processos de estágio e assistência estudantil possuem um trâmite deficitário, principalmente em relação aos polos de EaD. Tal situação pode ocasionar extravios de documentos ou morosidade nos processos, podendo prejudicar alunos que necessitam vagas de estágio ou assistência estudantil. Todas as demais atividades ou projetos seguem os processos normatizados, bem como através registros. Todos os bens do campus estão sob responsabilidade de servidores, através de assinatura de termos de responsabilidade, respeitando, dessa forma a salvaguarda dos bens da instituição. Todos os contratos possuem fiscais nomeados, entretanto faltando capacitação de todos os fiscais. Falta de servidores, ocasionando acúmulo de atividades entre os servidores lotados, podendo, dessa maneira haver a perda de prazos, a não execução de atividades, doenças laborais ou trabalho além da carga horária definida por lei. Em todas as áreas tem se intensificado a utilização de ferramentas de controle visando a minimização de riscos que possam ocasionar danos ao patrimônio público.

4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Canais de Acesso do Cidadão

O Serviço de Acesso a Informação e-sic, foi implantado e está em pleno funcionamento desde maio de 2014, firmando-se como uma efetiva ferramenta de relacionamento com a sociedade e na promoção da transparência de processos e ações institucionais. Além disso, outros diversos espaços virtuais foram criados e implantados, com o intuito de promover a transparência nas ações e a participação da comunidade nos processos institucionais.

De toda forma, o Instituto compreende que o serviço prestado pela Instituição carecem da existência e da manutenção de canais presenciais de acesso aos cidadãos, motivo pelo qual, compreendemos que os espaços virtuais possuem um papel complementar na construção da participação cidadã, porém, assume papel principal na agenda da transparência.

com vistas à garantia da ampliação da participação das comunidades interna e externa do IFRO, em suas ações e processos, foram criados diversos sites e páginas web, as quais promovem o acompanhamento do desenvolvimento da instituição e, consolidam um panorama geral do Instituto. por outro lado, cada campus mantém em seu calendário, atividades de integração entre os segmentos que compõem a instituição, os quais colaboram na construção da agenda institucional.

Para comunicar-se com a comunidade, o IFRO aderiu à Lei de Acesso à Informação - LAI e, criou uma página específica para esta finalidade:

No decorrer do ano de 2015, foram registrados 32 pedidos de acesso à Informação pelo sistema da Ouvidoria e-ouve, todos eles respondidos dentro do prazo definido por lei, com verificação de excelente satisfação do cidadão.

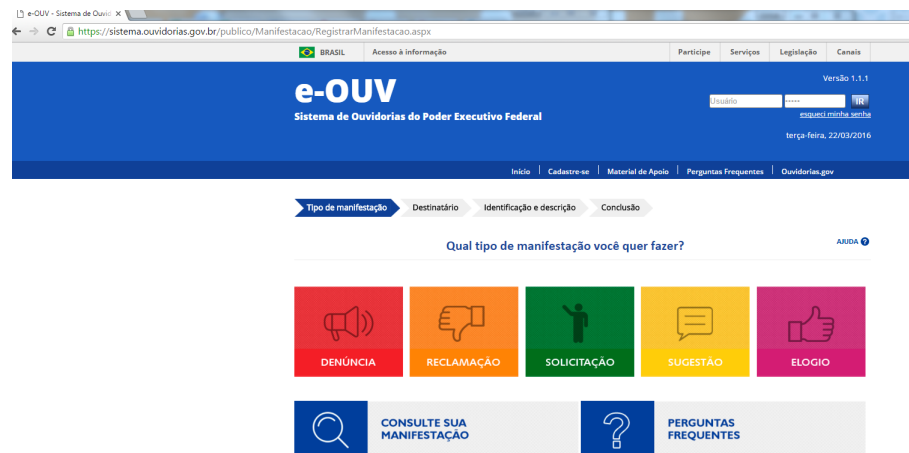


Figura 1 – Sistema de Acesso à Informação e-ouve

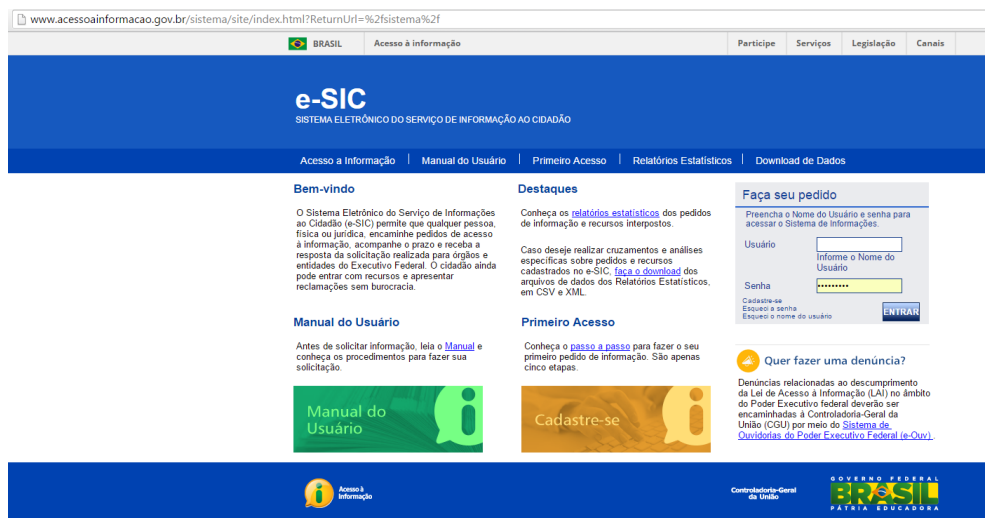


Tabela 46 – Sistema de Acesso à Informação e-sic

4.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional apresentou ao reitor, minuta da Carta de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia para apreciação do Colégio de Dirigentes. Além do documento, foram implantadas institucionalmente soluções sistêmicas que possibilitarão a atualização do relatório supracitado com a periodicidade ideal e com a celeridade necessária para tanto, tais como:

- Sistema Acadêmico: SIGA-EDU;
- Sistema de Gestão Administrativa: SUAP;

4.3 Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional estabeleceu em seu plano de ação referente ao exercício de 2015 a implantação do Serviço de Informação ao Cidadão e da Ouvidoria no IFRO. ao longo do exercício, diversas ações foram realizadas no sentido de garantir a ampla participação das comunidades interna e externa, nos diversos processos de construção da gestão. os ítems a seguir, apresentam os canais de serviços criados e implantados, bem como resumem a mensuração da participação da comunidade através do uso das citadas ferramentas. para a gestão, a disponibilidade efetiva dos serviços garantirá um canal de comunicação com a sociedade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e como mecanismo de verificação da percepção da sociedade quanto aos serviços prestados pelo IFRO.

4.4 Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada

A Prodin, o desempenho da sua missão de Coordenar ações institucionais, mantém sítio eletrônico devidamente alimentado e atualizado com dados institucionais que possibilitam uma visão geral do IFRO, bem como o acompanhamento de aspectos específicos de cada Unidade vinculada ao Instituto.

4.4.1 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional



Figura 2 – SÍTIOS INSTITUCIONAL DA PRODIN.

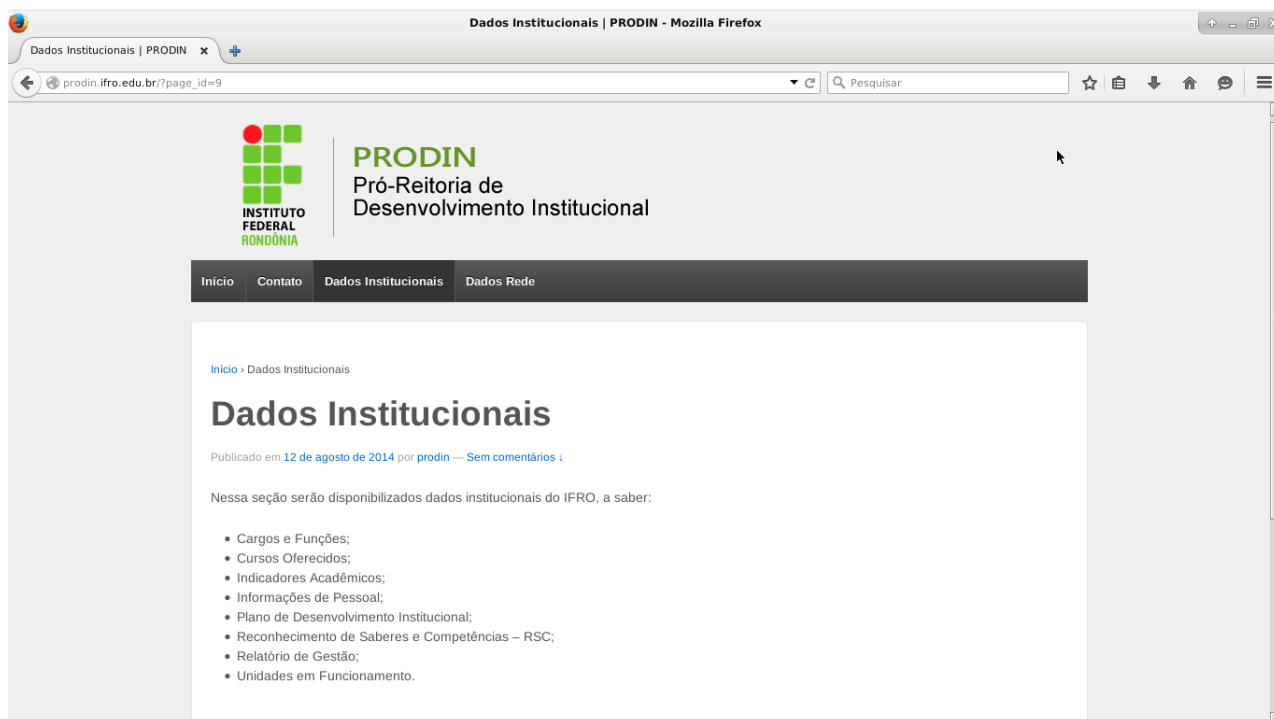


Figura 3 – PRODIN - DADOS INSTITUCIONAIS.

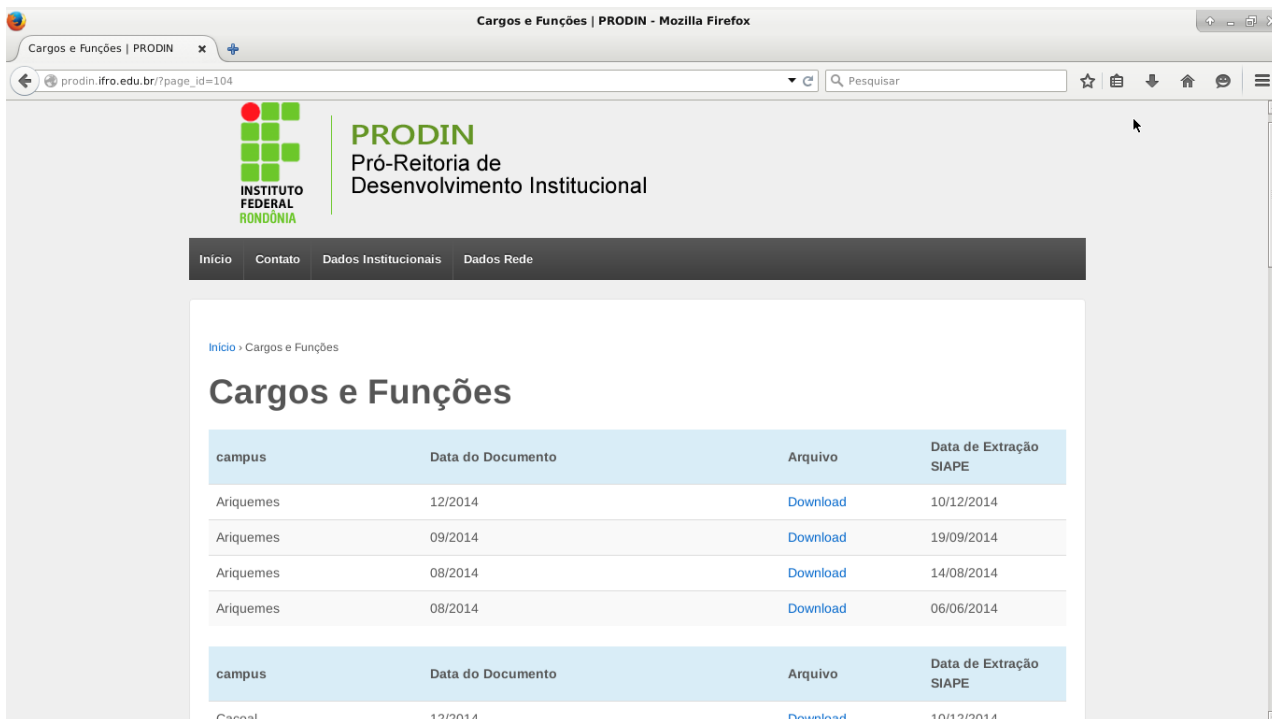


Figura 4 – PRODIN - DADOS INSTITUCIONAIS: CARGOS E FUNÇÕES.

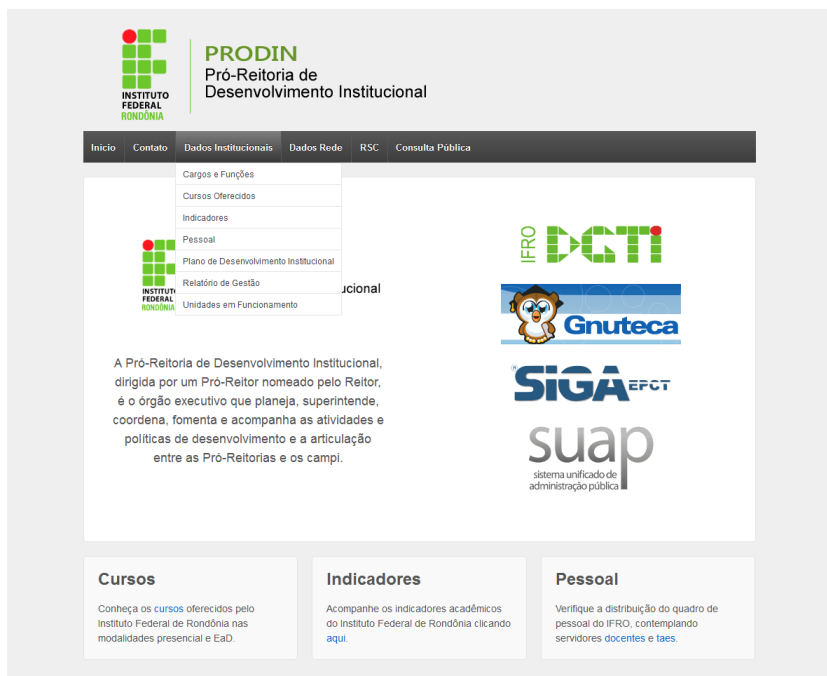


Figura 5 – PRODIN - DADOS INSTITUCIONAIS: INDICADORES.

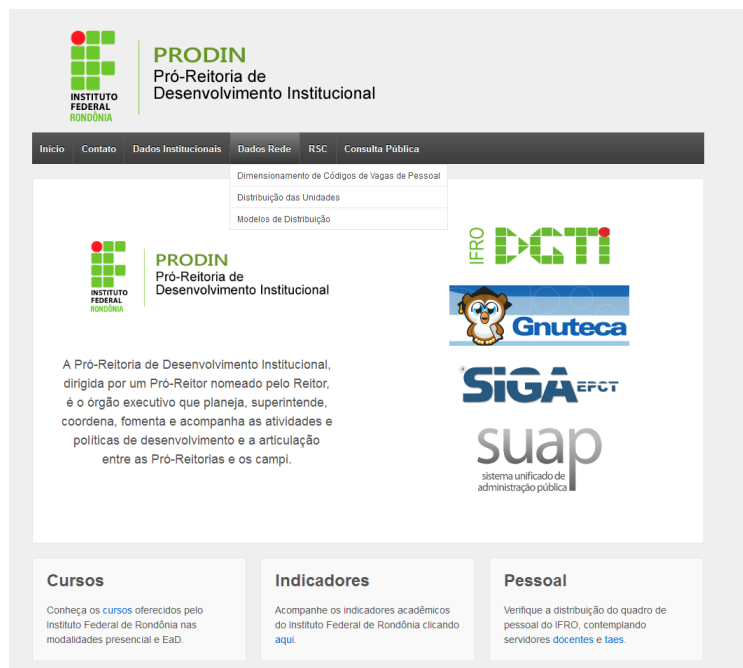


Figura 6 – PRODIN - DADOS INSTITUCIONAIS: QUADRO DE PESSOAL - DOCENTES.

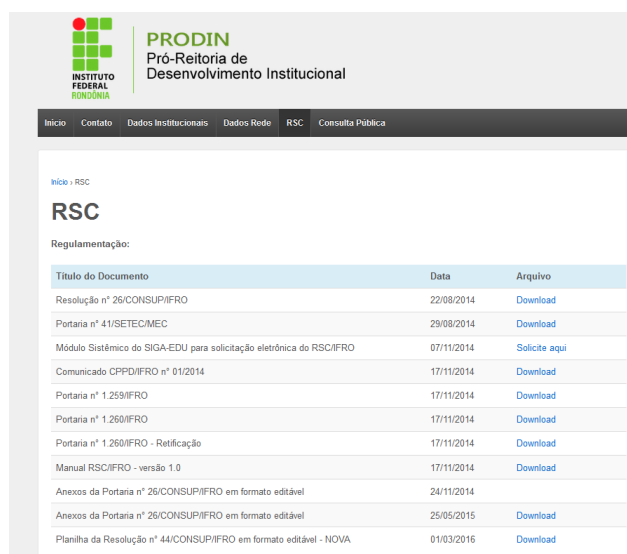


Figura 7 – PRODIN - RSC/IFRO

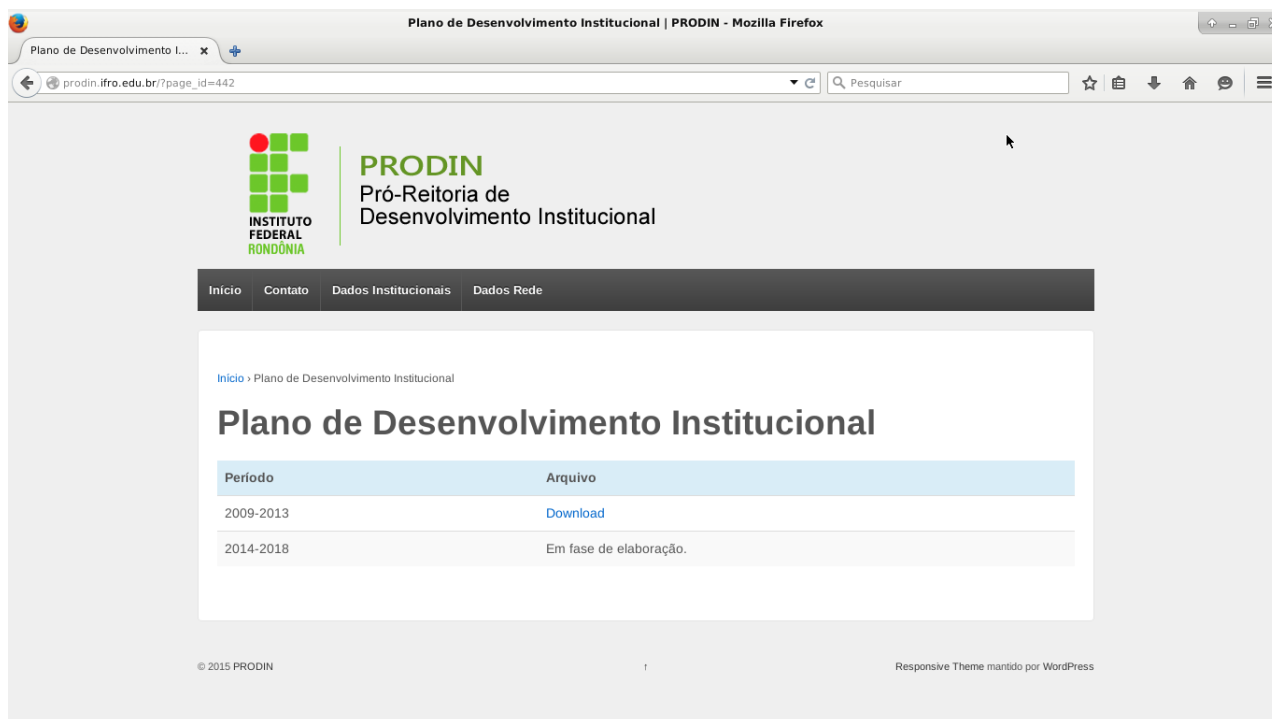


Figura 8 – PRODIN - DADOS INSTITUCIONAIS: PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.



Figura 9 – PRODIN - Consultas públicas à Comunidade

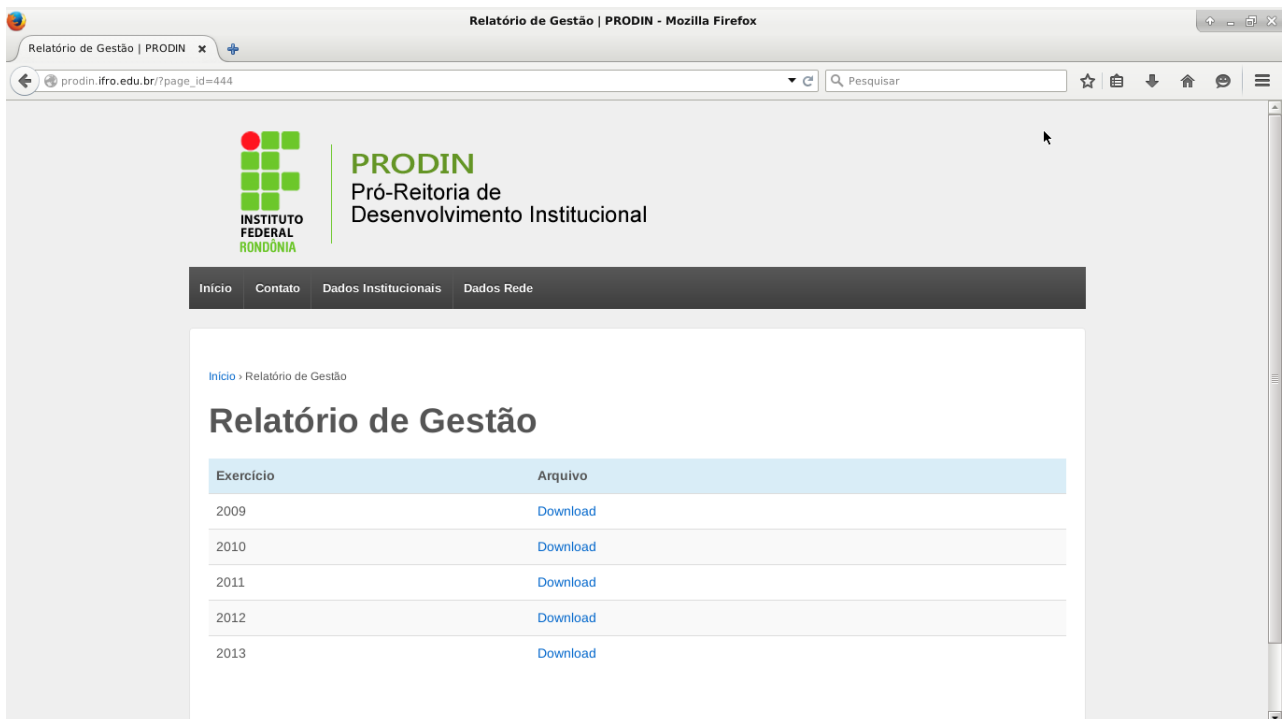


Figura 10 – PRODIN - DADOS INSTITUCIONAIS: RELATÓRIO DE GESTÃO.

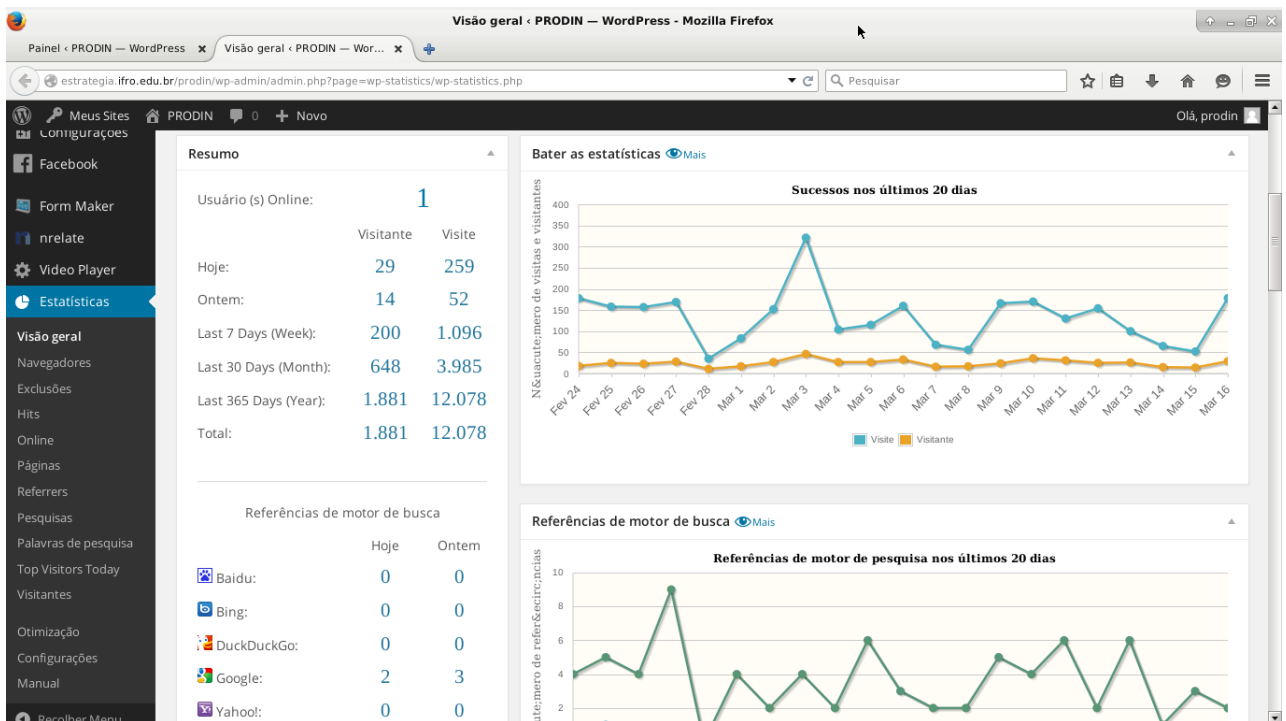


Figura 11 – PRODIN - ESTATÍSTICAS.

4.4.2 Plano de Desenvolvimento Institucional



Figura 12 – SÍTIOS INSTITUCIONAIS DA PRODIN VOLTADO À CONFECÇÃO DO PDI.

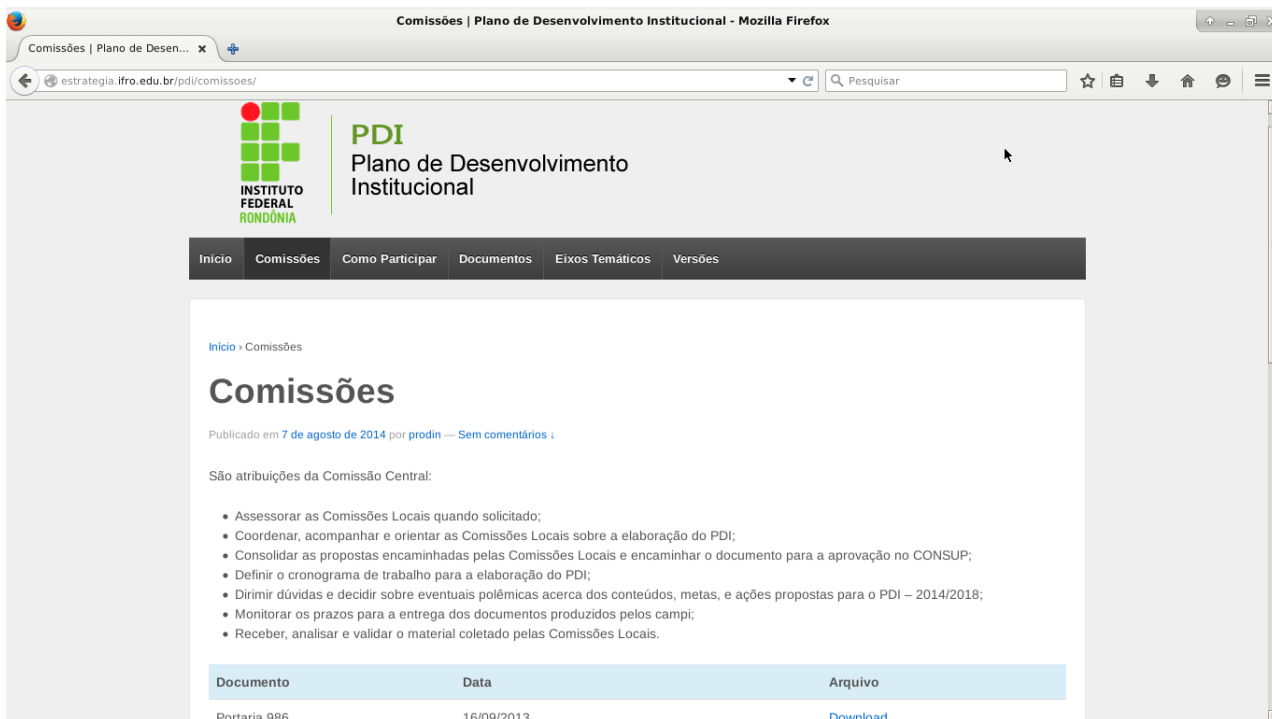


Figura 13 – PDI - COMISSÕES.

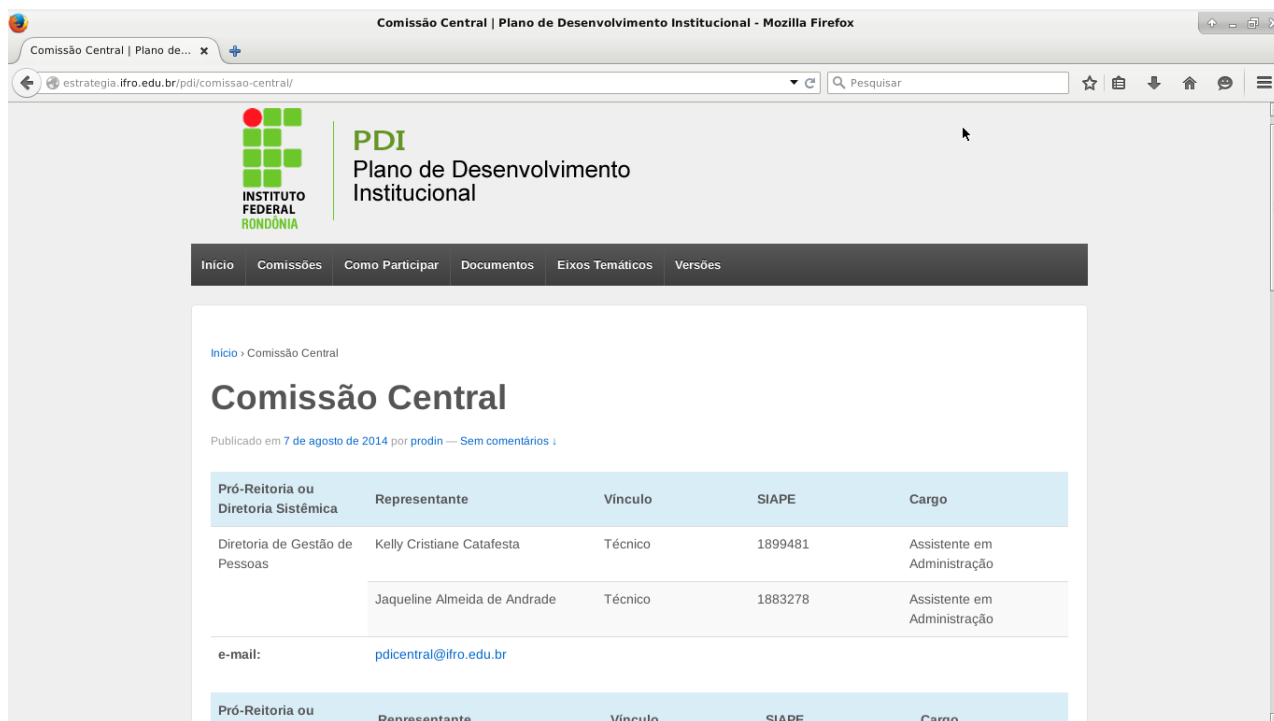


Figura 14 – PDI - COMISSÃO CENTRAL.

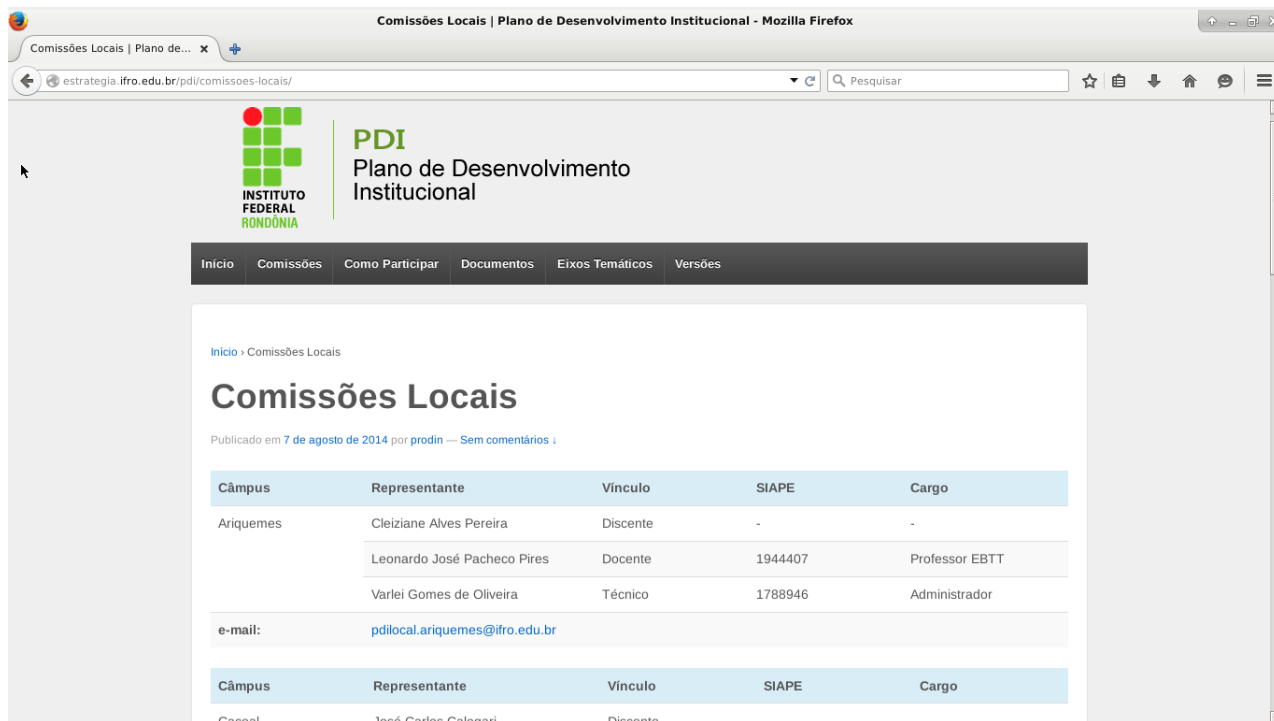


Figura 15 – PDI - COMISSÕES LOCAIS.

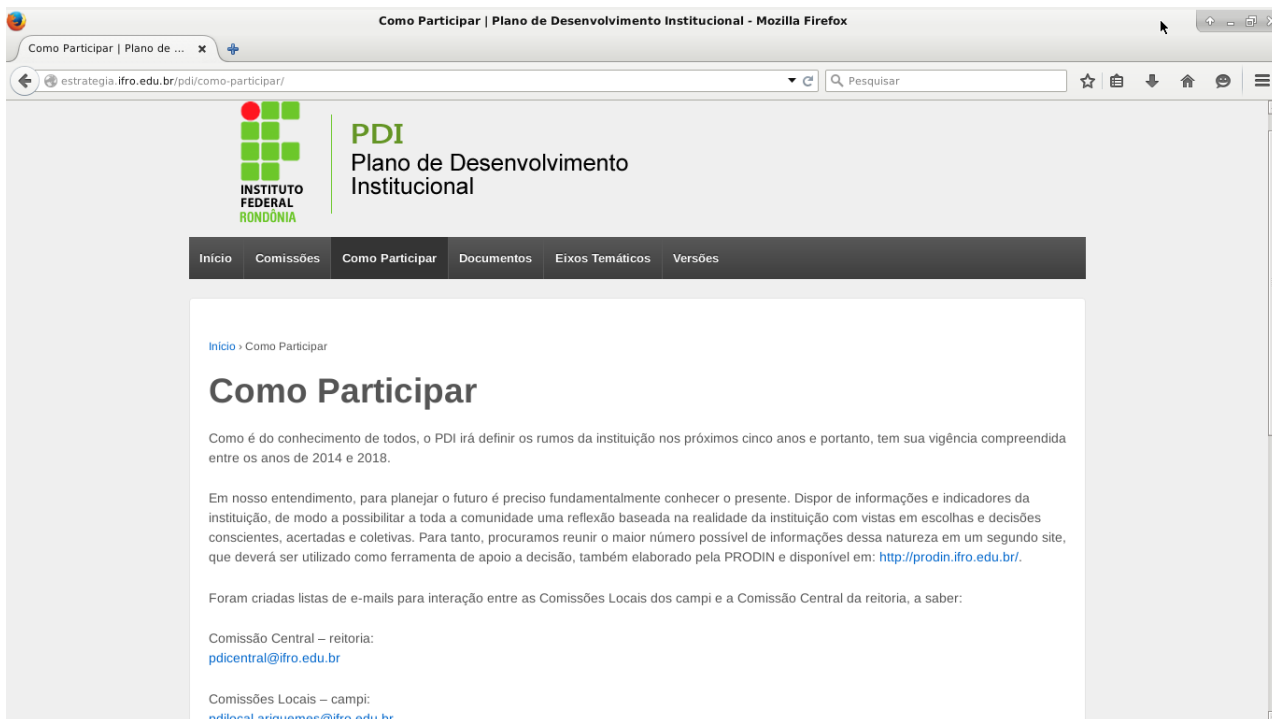


Figura 16 – PDI - COMO PARTICIPAR.

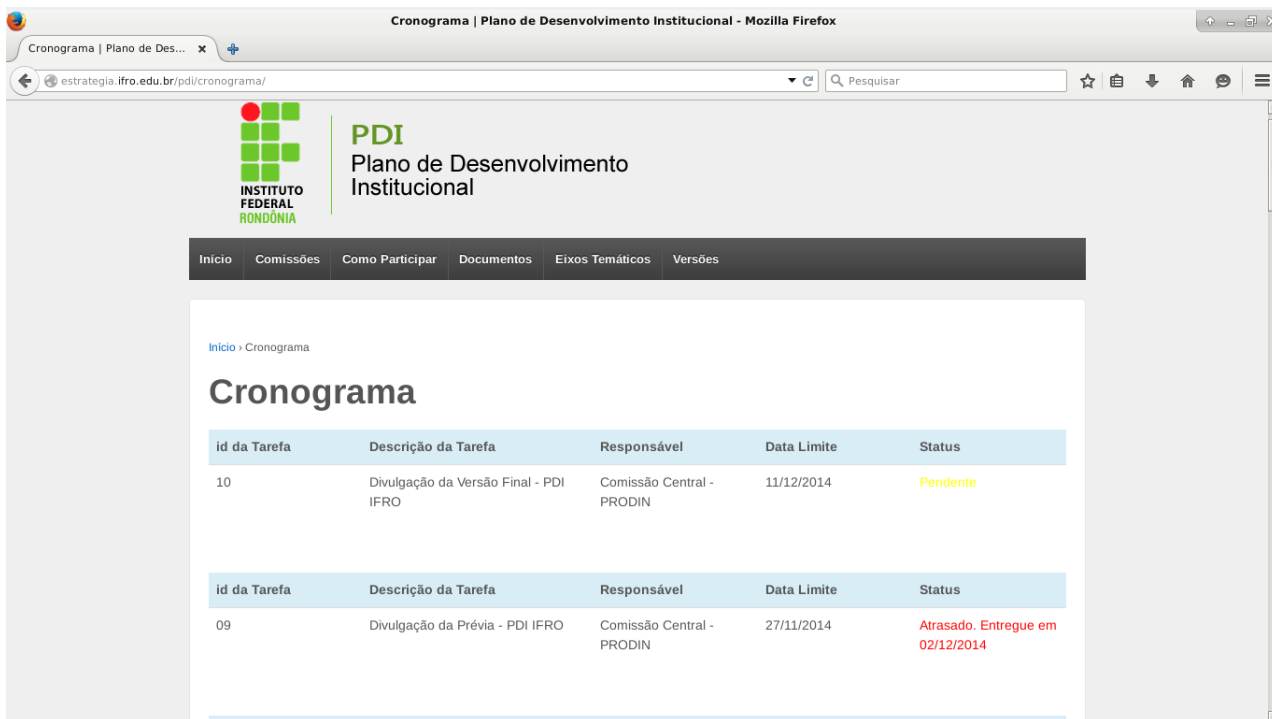


Figura 17 – PDI - DOCUMENTOS: CRONOGRAMA.

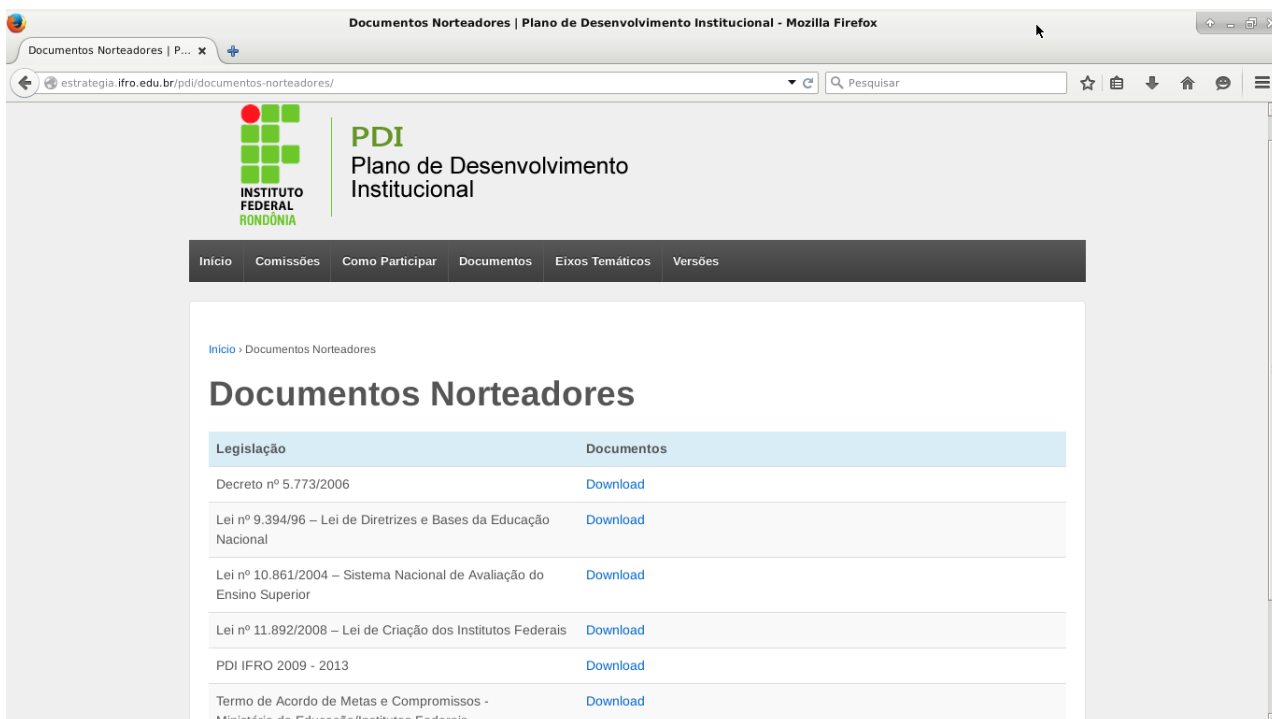


Figura 18 – PDI - DOCUMENTOS: DOCUMENTOS NORTEADORES.



Figura 19 – PDI - DOCUMENTOS: O QUE É.



Figura 20 – PDI - EIXOS TEMÁTICOS.

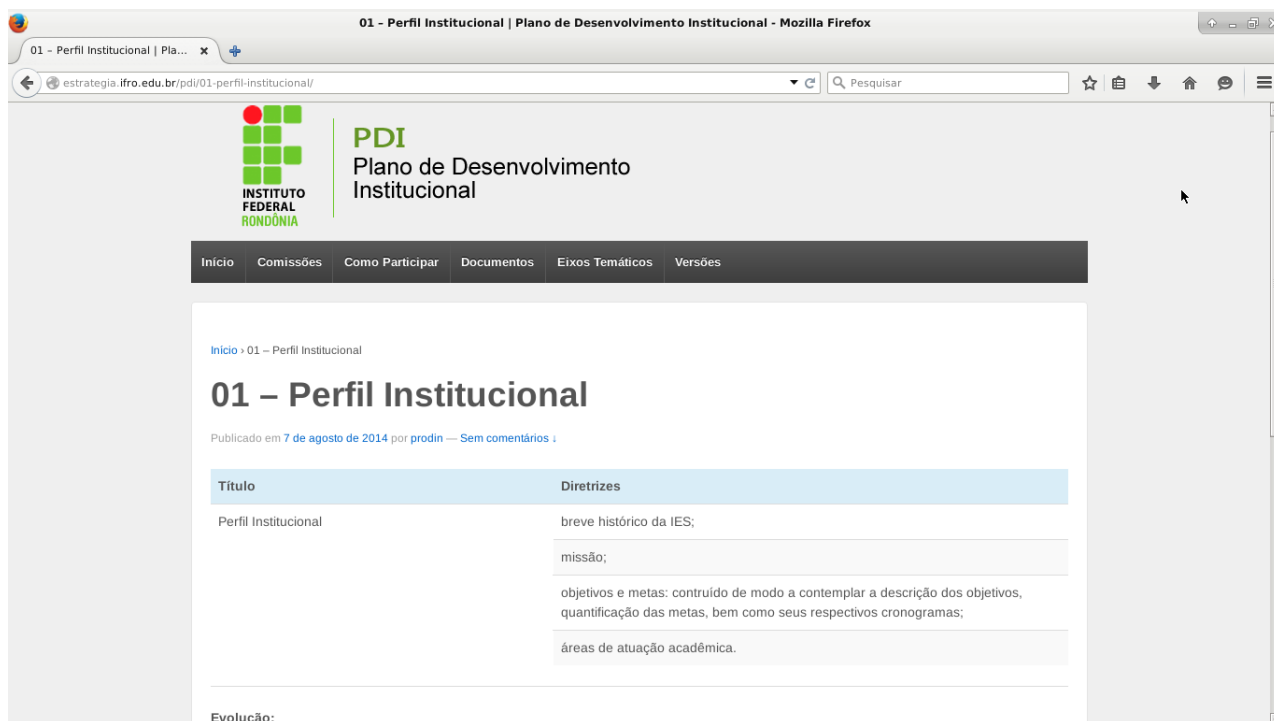


Figura 21 – PDI - EIXOS TEMÁTICOS: DEFINIÇÕES.

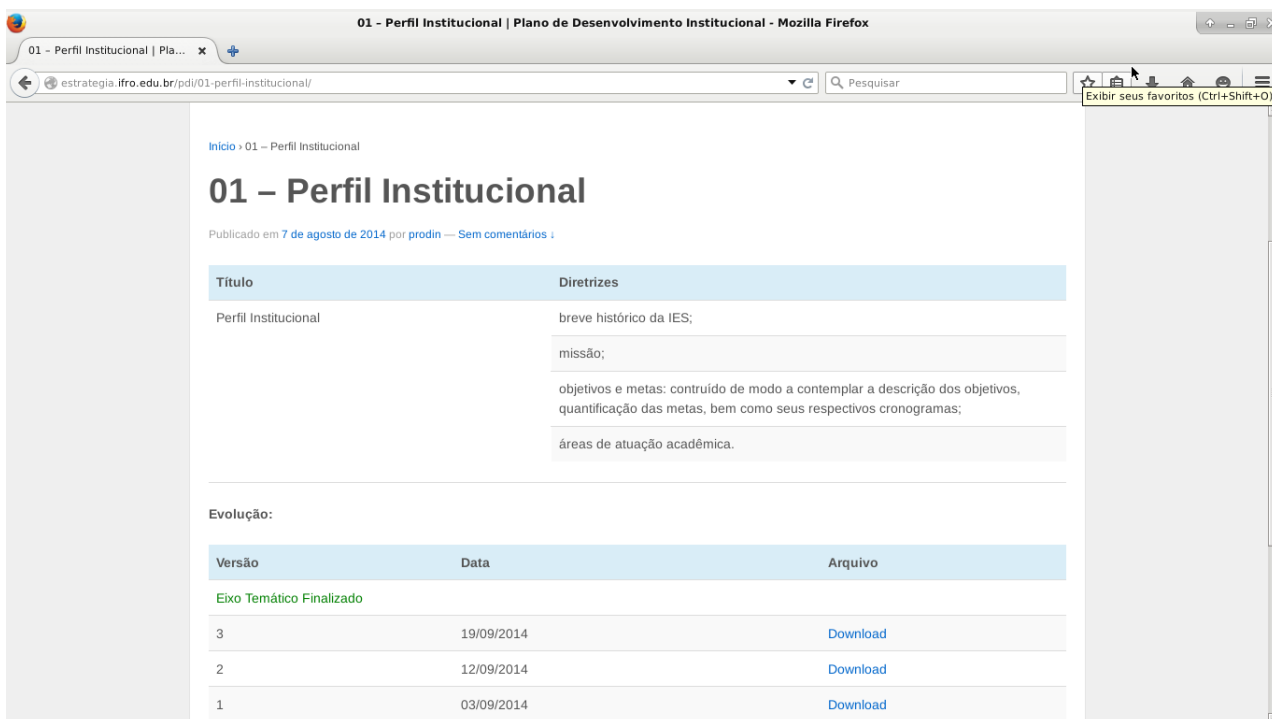


Figura 22 – PDI - EIXOS TEMÁTICOS: SUBMISSÕES.

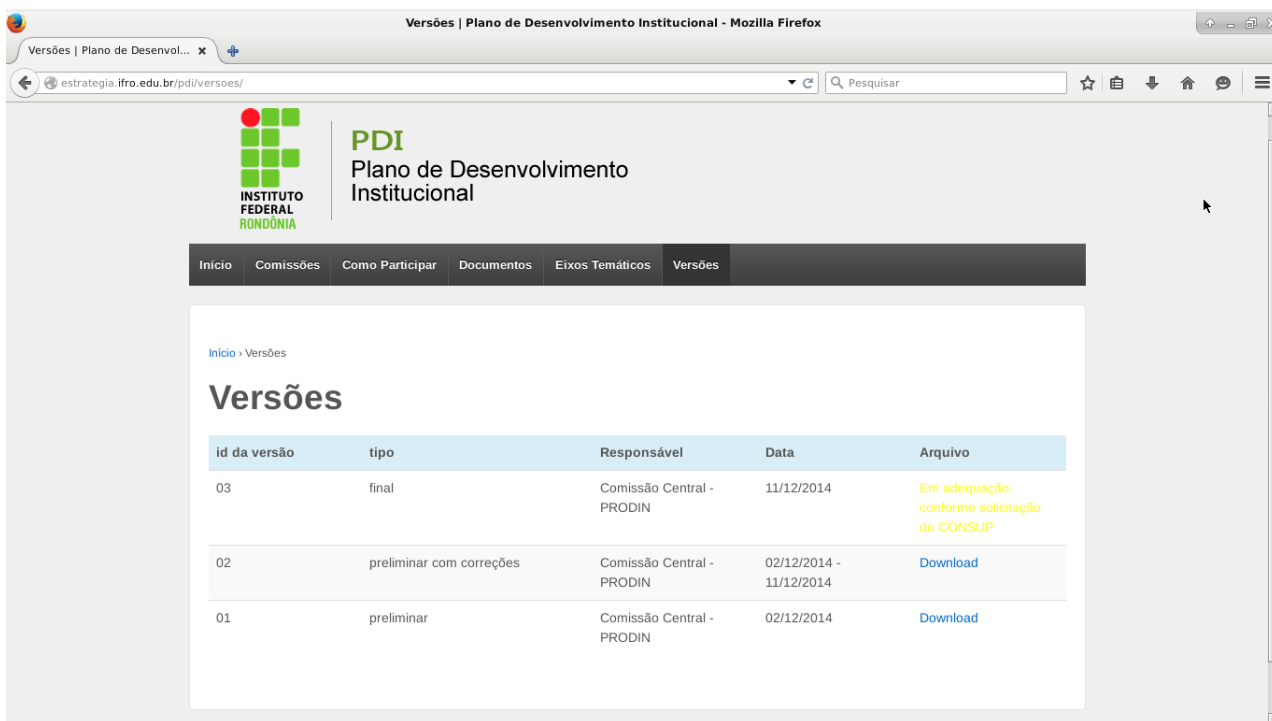


Figura 23 – PDI - VERSÕES.

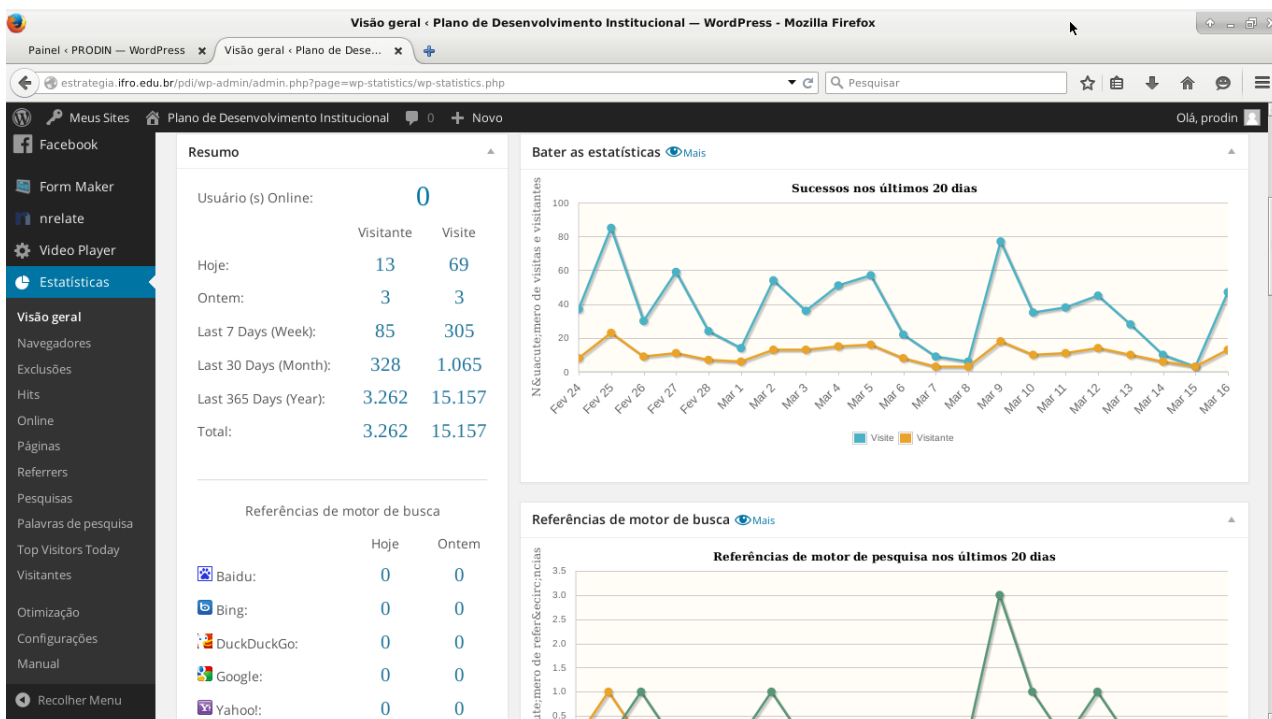


Figura 24 – PDI - ESTATÍSTICAS.

4.4.3 Relatório de Gestão



Figura 25 – SÍTIo INSTITUCIONAL DA PRODIN VOLTADO À CONFECÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO.



Figura 26 – RELATÓRIO DE GESTÃO: CAPÍTULOS.



Figura 27 – RELATÓRIO DE GESTÃO: DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS.

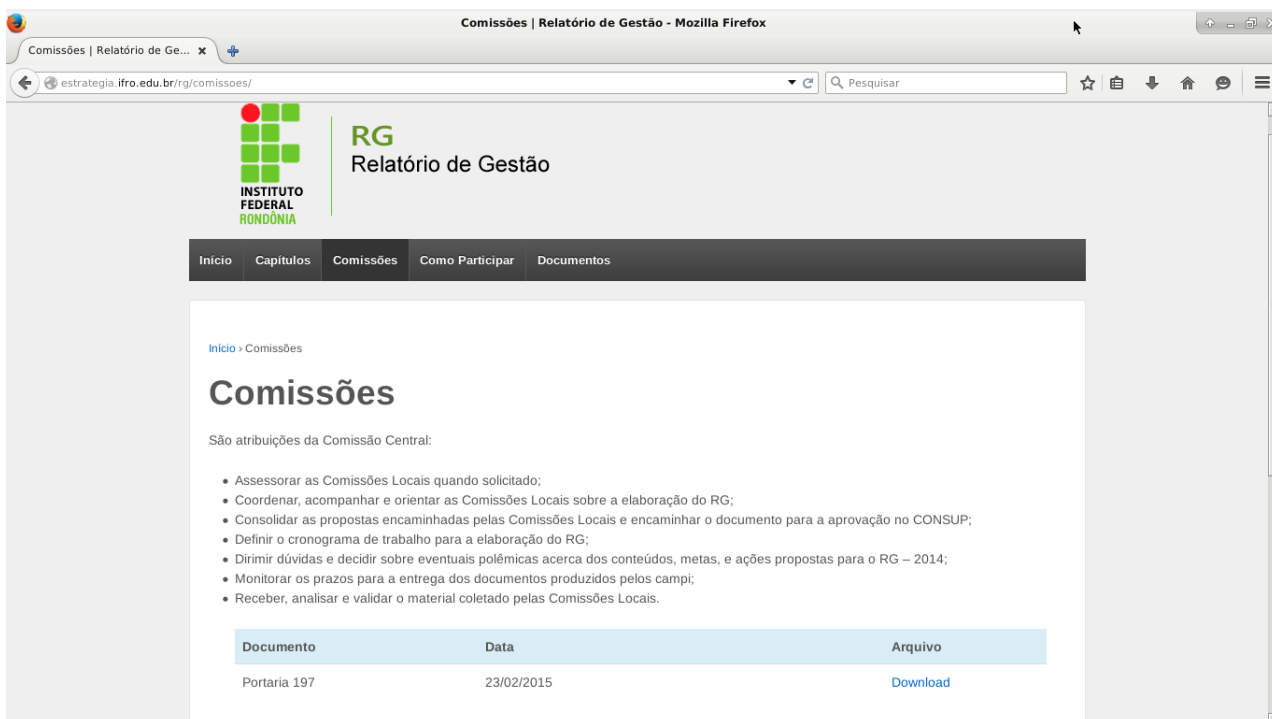


Figura 28 – RELATÓRIO DE GESTÃO: COMISSÕES.



Figura 29 – RELATÓRIO DE GESTÃO: O QUE É.

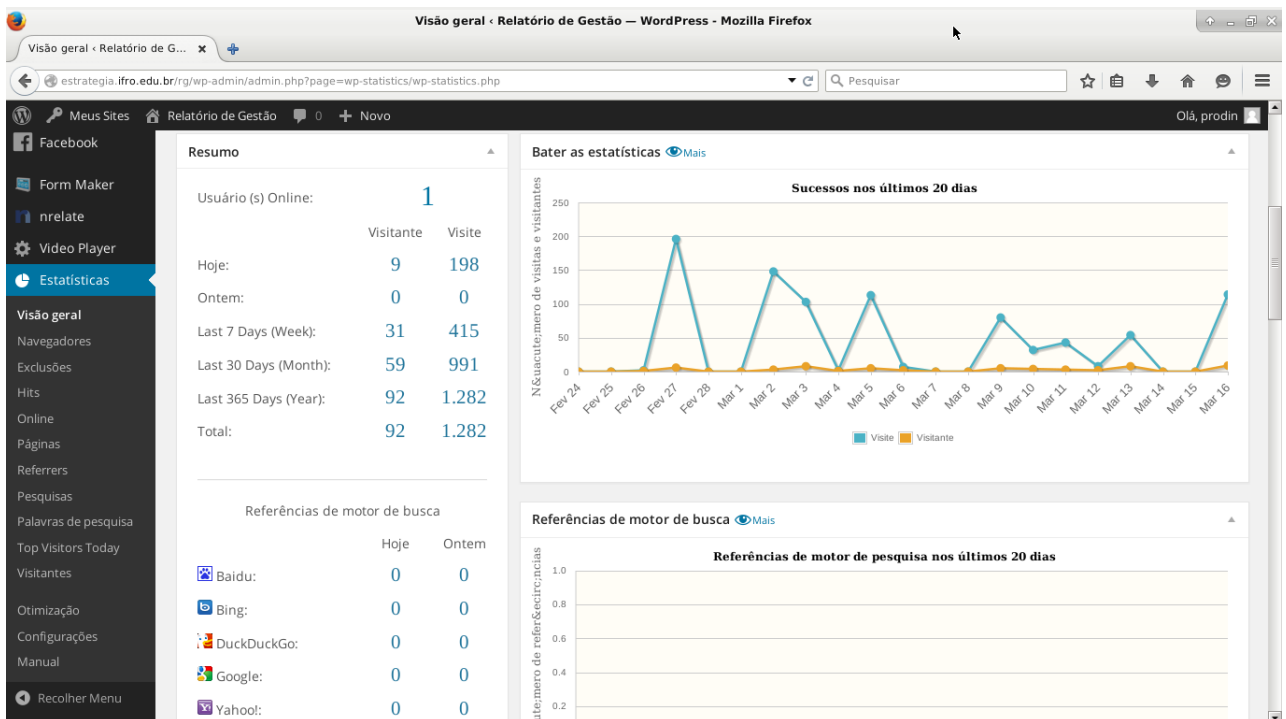


Figura 30 – RELATÓRIO DE GESTÃO - ESTATÍSTICAS.

4.4.4 Consulta à Comunidade



Figura 31 – SÍTIo INSTITUCIONAL DA PRODIN VOLTADO CONSULTAS GERAIS DO IFRO.

4.4.5 Ouvidoria

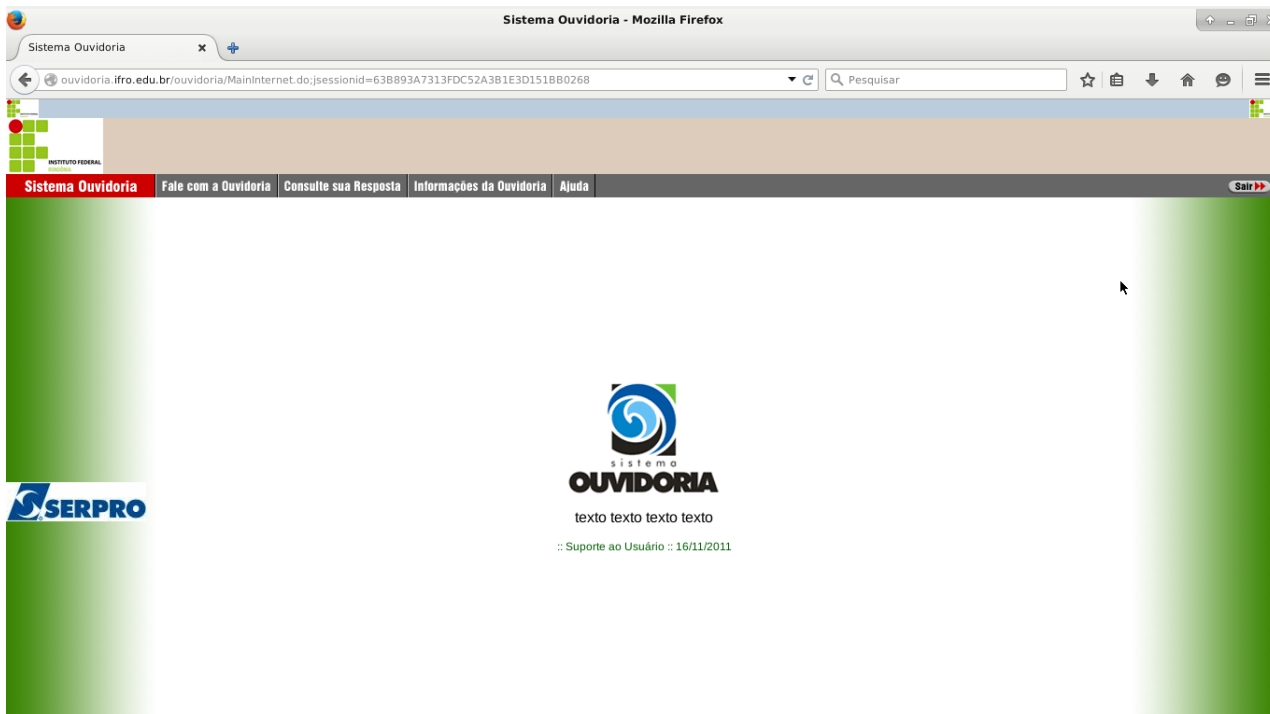


Figura 32 – SÍTIO INSTITUCIONAL - OUVIDORIA IFRO.

4.4.6 Portal Institucional

4.5 Avaliação do Desempenho da Unidade Jurisdicionada

O Instituto Federal de Rondônia, ainda não desenvolveu mecanismos específico de mensuração da satisfação da comunidade em relação aos serviços ofertados. informações nesse sentido, são apuradas em questionários eletrônicos aplicados pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, cuja Comissão elabora relatórios anuais e os submete à gestão com sugestões e críticas coletadas ao longo dos trabalhos, bem como, estabelece apontamentos de melhorias em relação aos serviços, instalações físicas, processos internos, entre outros.

4.6 Medidas Relativas à Acessibilidade

O Instituto Federal tem envidado esforços para que todas as obras realizadas já contemplam em seus projetos as recomendações da legislação vigente no que refere às questões de acessibilidade. Edificações pré-existentes incorporadas ao IFRO ao longo do tempo e que, porventura, não possuíam acessibilidade, foram adequadas. Nesse sentido, outra questão a se destacar, é a Resolução n°30/2011, que disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Entre suas principais características, destacam-se os procedimentos para sua efetiva implantação, que tem como objetivo principal, criar a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade, a eliminação das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação. Informamos também que duas metas apresentadas no presente documento contribuem para a regulamentação



Figura 33 – PORTAL INSTITUCIONAL IFRO.

da acessibilidade e para o atendimento prioritário em âmbito institucional. A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PROPLAD, tem como meta para o ano de 2015, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Físico do IFRO, que passará a oferecer documentalmente, de maneira mais detalhada, as especificidades técnicas de construção para atendimento ao disposto, atendendo as necessidades de cada câmpus, em consonância com os objetivos institucionais e a legislação vigente. Em complemento a essa ação, a reitoria tem como meta a elaboração do Plano de Acessibilidade e Atendimento Prioritário do IFRO, que, como o nome sugere, passará a servir como referência documental da instituição para essa finalidade, contemplando os estudos já realizados pelo NAPNE, bem como do PDF, a ser desenvolvido pela PROPLAD.

5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

5.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

A declaração do Contador é a que está contida nos quadros abaixo - Declaração com Ressalva.

5.3 Balanço Financeiro de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório Gestão 2015.

Os balanços Financeiro, Orçamentário e Patrimonial bem como as demonstrações, as Notas Explicativas e a Declaração de Conformidade estão elencados nos Anexos e Apêndices e podem ser localizados ao final do Relatório.

- 5.3.0.1 Balanço Financeiro de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório de Gestão 2015. - Anexo
- 5.3.0.2 Balanço Orçamentário de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório de Gestão 2015. - Anexo
- 5.3.0.3 Balanço Patrimonial de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório de Gestão 2015. - Anexo
- 5.3.0.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa - Relatório de Gestão 2015. - Anexo
- 5.3.0.5 Demonstrações de Fluxo de caixa de acordo com a Lei 4.320/64 - Nota Explicativa - Relatório de Gestão 2015. - Anexo
- 5.3.1 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS			
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA – IFRO - 26421			
<p>O Instituto federal de educação de Rondônia não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 em relação ao tratamento contábil da depreciação, amortização e da exaustão dos itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, conforme restrição contábil 642 – Falta/Evolução incompatível Dep. At. Imobilizado registrada na conformidade contábil no decorrer do exercício de 2015.</p> <p>Porém, foi implantado o Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP o qual será responsável em gerar informações para atendimento das Normas Contábeis. Assim com a validação do sistema, será iniciada no decorrer do exercício de 2016 a depreciação e amortização dos bens registrados no órgão.</p>			
Local	Data	CRC Nº	Contador Responsável pelo Órgão
Porto Velho-RO	18/03/2016	RO-006283/O-5	Josuel dos Santos

Tabela 47 – TRATAMENTO DA DEPRECIAÇÃO

Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos – Anexo único Portaria-TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015 – Relatório Gestão 2015

Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade – Anexo único Portaria-TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015 – Relatório Gestão 2015

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS			
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA – IFRO - 26421			
<p>O Sistema de Custos do Governo Federal – SIC encontra-se sob gestão da Coordenação Geral de Contabilidade e Custos da União.</p> <p>iPortanto, este Órgão não utiliza mecanismos de mensuração de custos, pois não dispõe de sistemática de apuração de custos.</p>			
Local	Data	CRC Nº	Contador Responsável pelo Órgão
Porto Velho-RO	18/03/2016	RO-006283/O-5	Josuel dos Santos

Tabela 48 – Sistemática de apuração de custos

Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial – Anexo único Portaria-TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015 – Relatório Gestão 2015

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS			
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA – IFRO - 26421			
<p>Esta Setorial Contábil de Órgão realizou mensalmente a conformidade contábil de órgão no decorrer do exercício de 2015, conforme consulta que poderá ser realizada pela transação SIAFI “CONCONFCON”.</p> <p>Nas conformidades há restrição por falta de registro de conformidade contábil na UG 158376, devido não haver contador efetivamente lotado no campus.</p> <p>Em relação à Conformidade Registro de Gestão cita-se falta de registro de Conformidade em diversos dias do exercício 2015 nas Unidades Gestores: 158341/158342/158345/158376/158532 acarretando descumprimento da Macrofunção 020314.</p>			
Local	Data	CRC Nº	Contador Responsável pelo Órgão
Porto Velho-RO	18/03/2016	RO-006283/O-5	Josuel dos Santos

Tabela 49 – Sistemática de apuração de custos

5.3.2 Declarações de Conformidade

QUADRO A.12.2.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDELIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.			
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia		158148	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2015 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Ativo Circulante - Estoques: os saldos da conta Estoques internos Almoxarifado: não refletem corretamente a situação dos estoques de material de consumo no almoxarifado.</p> <p>Esta incompatibilidade nos saldos se originou na ausência de sistema de controle que perduraram anos. Atualmente está sendo realizada a baixa, porém falta implantar os procedimentos de baixas não realizadas em exercícios anteriores o qual será realizada se possível, no exercício de 2016, em atendimento à lei nº 4.320/1964.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há imóveis de propriedade do órgão que não estão cadastrados SPIUNET, porém em meados do mês novembro de 2015 houve curso na SPU sobre os procedimentos de cadastro no sistema. Assim os responsáveis foram notificados quanto à urgência neste cadastro junto ao Sistema o qual será concluído em 2016. estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração. 			
Local	Porto Velho – Rondônia	Data	18/03/2016
Contador Responsável	Josuel dos Santos	CRC nº	RO-006283/O-5

Fonte: PROPLAD - IFRO.

Tabela 50 – QUADRO A. - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

QUADRO A. - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDELIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.			
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia		158148	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>b) Ativo Permanente – bens móveis e imóveis: os saldos da conta Bens Móveis e Imóveis, subgrupo Permanente, grupo Ativo Não Financeiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não refletem corretamente a situação patrimonial devido à falta de um sistema de controle de lançamentos das movimentações dos bens móveis, comprometendo a conciliação contábil com o Relatório Mensal dos Bens. Porém o sistema está em fase de implantação no órgão. • Há imóveis de propriedade do órgão que não estão cadastrados SPIUNET, porém em meados do mês novembro de 2015 houve curso na SPU sobre os procedimentos de cadastro no sistema. Assim os responsáveis foram notificados quanto à urgência neste cadastro junto ao Sistema o qual será concluído em 2016. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração. <p>Exaustão, subgrupo Permanente, grupo Ativo Não Financeiro:</p> <p>- Não reflete corretamente a situação patrimonial, devido à falta de realização dos procedimentos de depreciação, amortização e exaustão, pois o sistema de controle informatizado de gestão patrimonial não está extraíndo informações necessárias para o registro</p> <p>d) Auditores contábeis (CONDESAUD): • Há registro em dezembro de 2015 referente às equações 0280/0299 a qual gerou no final do exercício após regularização da restrição referente à reclassificação da fonte 0177. A presente restrição não foi regularizada a tempo hábil devido à dificuldade em encontrar os documentos envolvidos por ser referirem aos exercícios 2009/2010/2011/2012/2013/2014 e os meios de busca fornecidos pela Setorial Contábil do MEC e o Órgão Central (STN) não foram suficientes para obtermos êxito na regularização.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Porto Velho – Rondônia	Data	24/03/2015
Contador Responsável	Josuel dos Santos	CRC nº	RO-006283/O-5

Fonte: PROPLAD - IFRO.

Tabela 51 – QUADRO A. - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

QUADRO A. - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDELIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.			
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia		158148	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>Conformidade Contábil: Não Houve conformidade contábil no exercício de 2015 na UG 158376 , conforme consulta em anexo, devido não haver contador efetivamente lotado no campus</p> <p>f) Conformidade registro de Gestão: Falta de registro de conformidade em diversos dias do exercício de 2015 nas Unidades Gestoras 158341/158342/158345/158376/158532 o qual houve descumprimento das macrofunções 020314.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Porto Velho – Rondônia	Data	19/03/2016
Contador Responsável	Josuel dos Santos	CRC nº	RO-006283/O-5

Fonte: PROPLAD - IFRO.

Tabela 52 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Este tópico tem por finalidade informar sobre a estrutura de pessoal da Unidade Prestadora de Contas, bem como das Unidades Jurisdicionadas ligadas ao Instituto Federal de Rondônia - IFRO, no exercício de 2015.

6.1 Estrutura de pessoal da unidade

Não possuem conteúdos a serem apresentados, neste capítulo, os itens: Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas; Acumulação Indevida de Cargos Públicos e Providências Adotadas no caso de Acumulação Indevida de Cargos Públicos.

6.1.1 Relação entre servidores efetivos e temporários.

Atualmente temos setenta e cinco professores contratados de acordo com as previsões contidas na lei 8.745/93, o que corresponde a 8% do nosso quadro de pessoal.

6.1.2 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Atualmente, a quantidade de servidores do IFRO encontra regulamentada por meio dos Decretos nº 7.311/2010 e nº 7.312/2010, atualizado pela Portaria Interministerial nº 25 publicada no D.O.U de 06/02/13, os quais dispõem respectivamente sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais vinculados ao Ministério da Educação. Tais dispositivos regulamentam a quantidade de servidores que o IFRO pode vir a possuir segundo quantitativos estabelecidos originalmente nos próprios decretos, os quais já preveem a atualização dos quadros funcionais da autarquia mediante publicação de portaria conjunta dos Ministérios da Educação e do Planejamento. A atualização tanto do quantitativo de técnicos- administrativos (servidores da área meio), quanto de professores (servidores da área fim) costuma ocorrer em conformidade com a expansão da instituição, através da abertura de novos campi e cursos para a comunidade. Segundo o Termo de Acordo de Metas e Compromissos, firmado entre o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e o IFRO, a quantidade de profissionais a serem disponibilizados para a instituição se dará em conformidade com a quantidade alunos regularmente matriculados. O corpo docente da autarquia obedecerá à proporção de um professor efetivo para cada 20 alunos matriculados. Por sua vez, a quantidade de técnico-administrativos e de 15 por 1 aluno matriculado, em 2013 foi assinado um acordo que estabelece o molde para cada unidade conforme quadro a seguir, sendo que alcance do quantitativo de pessoal deve está vinculado ao quantitativo de matriculas.

Os Decretos asseguram a reposição de aposentados e vacâncias dentro dos limites do banco de professor-equivalente e do quadro de referência de técnicos-administrativos, sem prévia autorização ministerial para realização de concursos públicos. Afastamentos de professores efetivos podem ser compensados através da contratação de professores substitutos, conforme disposição da Lei nº 8.745/1993 e nas hipóteses e situações elencadas no Decreto nº 7.485/2011. O percentual máximo de contratação de docentes do quadro temporário é de 20% do total de professores efetivos da instituição. Atualmente, não existe a possibilidade de contratação temporária para suprir eventuais afastamentos de técnicos- administrativos, o que se constitui em fator

de adversidade para a instituição no caso de afastamentos, licenças e outras condições que impliquem na redução temporária da força de trabalho dessa categoria, fator que pode trazer prejuízo à instituição enquanto perdurarem determinadas ausências de seus profissionais.

Lotação

QUADRO A.6.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ SITUAÇÃO APURADA EM 31/12				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	898	87	38
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	836	87	38
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	829	86	38
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	1	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	5	1	2
2. Servidores com Contratos Temporários	-	75	73	41
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	973	160	79

Fonte: SIAPE.

Tabela 53 – QUADRO A.6.1.1.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.

Relação entre servidores efetivos e temporários. Atualmente temos setenta e cinco professores contratados de acordo com as previsões contidas na lei 8.745/93, o que corresponde a 8% do nosso quadro de pessoal.

6.1.2.1 Distribuição da Força de Trabalho

Do ponto de vista da distribuição da força de trabalho, com base nas tipologias de atividades desenvolvidas, o IFRO assim distribui os servidores:

QUADRO A.6.1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA		
Tipologias dos Cargos	lotação efetiva	
	área meio	área fim
1. Servidores de carreira (1.1)	521	377
1.1. Servidores de carreira(1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	521	377
1.1.2. Servidores de carreira vinculado ao órgão	519	377
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esfera	1	-
2. Servidores com contratos temporários	0	75
3. Servidores sem vínculo com a administração pública	0	-
4. Total de Servidores(1+2+3)	521	452

Fonte: SIAPE

Tabela 54 – QUADRO A.6.1.1.2. DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Distribuição do pessoal no âmbito da unidade jurisdicionada, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim Atualmente, a quantidade de servidores do IFRO encontra regulamentada por meio dos Decretos nº 7.311/2010 e nº 7.312/2010, atualizado pela Portaria Interministerial nº 25 publicada no D.O.U de 06/02/13, os quais dispõem respectivamente sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais vinculados ao Ministério da Educação. Tais dispositivos regulamentam a quantidade de servidores que o IFRO pode vir a possuir segundo quantitativos estabelecidos originalmente nos próprios decretos, os quais já preveem a atualização dos quadros funcionais da autarquia mediante publicação de portaria conjunta dos Ministérios da Educação e do Planejamento. A atualização tanto do quantitativo de técnicos- administrativos (servidores da área meio), quanto de professores (servidores da área fim) costuma ocorrer em conformidade com a expansão da instituição, através da abertura de novos campi e cursos para a comunidade. Segundo o Termo de Acordo de Metas e Compromissos, firmado entre o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e o IFRO, a quantidade de profissionais a serem disponibilizados para a instituição se dará em conformidade com a quantidade alunos regularmente matriculados. O corpo docente da autarquia obedecerá à proporção de um professor efetivo para cada 20 alunos matriculados. Por sua vez, a quantidade de técnico-administrativos e de 15 por 1 aluno matriculado, em 2013 foi assinado um acordo que estabelece o molde para cada unidade conforme quadro a seguir, sendo que alcance do quantitativo de pessoal deve está vinculado ao quantitativo de matriculas.

6.1.3 Custos de Pessoal

QUADRO A.6.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.												
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas		Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores		Decisões Judiciais	Total
	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais				
Servidores de Carreira vinculados ao órgão da Unidade Jurisdicionada												
2015	64.626.372,91	17.426.575,84	7.188.144,04	1.258.037,29	4.191.596,64	1.469.036,25	0,00	384.110,54	8.064,79	96.551.938,30		
2014	30.725.495,35	49.016,14	18.347.783,94	216.360,47	4.993.586,50	190.077,47	1.667.385,90	193.058,04	0,00	56.308.851,96		
2013	20.941.415,31	13.367,34	13.138.399,06	139.257,43	976.348,36	147.551,83	2.873.527,73	0,00	0,00	38.514.281,20		
Servidores com Contratos Temporários												
2015	2.287.545,58	0,00	210.245,46	102.522,45	265.833,21	0,00	0,00	0,00	0,00	2.866.146,70		
2014	1.363.140,15	0,00	165.846,23	311,36	57.524,57	185.274,65	25.970,82	0,00	0,00	1.798.067,78		
2013	1.228.793,12	0,00	105.486,40	0,00	0,00	105.211,33	187.414,39	0,00	0,00	1.648.603,00		
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença												
2015	193.130,07	0,00	20.434,48	60.378,46	19.112,00	6.204,69	0,00	0,00	0,00	299.259,79		
2014	106.130,23	0,00	0,00	0,00	0,00	15.632,71	0,00	0,00	0,00	121.762,94		
2013	201.745,72	0,00	14.388,69	8.676,80	15.735,00	0,00	0,00	1.314,11	0,00	1.521.418,84		
Servidores sem vínculo com a administração pública(exceto temporários)												
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2014	9.667,97	0,00	0,00	0,00	7.033,67	0,00	0,00	0,00	0,00	16.701,64		
2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Servidores de Carreira sem vínculo com a unidade												
2015	0,00	205.256,25	0,00	2.383,92	7.552,62	0,00	0,00	0,00	0,00	215.192,79		
2014	484.540,40	0,00	0,00	0,00	20.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.701,64		

Fonte: SIAPE.

Tabela 55 – QUADRO A.6.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.

6.1.4 Irregularidades na área de pessoal

Durante o ano de 2015 houve indícios de 4 (quatro) possíveis acúmulos indevidos de cargos, de servidores deste Instituto Federal de Rondônia. Considerando o que dispõe o XVI do Art. 37 da Constituição Federal e observando-se a compatibilidade de horários, os servidores foram notificados a apresentar documentação comprobatória de desvinculo, ou a apresentar opção de desligamento de cargo. No momento estas ações encontram-se em andamento, não tendo sido finalizadas as apurações. Com relação ao controle interno para identificação de irregularidades em acumulações de cargos, funções e empregos públicos, atualmente o único instrumento utilizado é a declaração de vínculos do servidor, qual é preenchida e entregue pelo servidor no ato de sua posse. Além disto, todas as denúncias recebidas são apuradas, sendo o servidor notificado a apresentar comprovação de desvinculo.

6.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Existem diversos riscos na Gestão de Pessoas onde destacamos: - Rotatividade de pessoal é uma questão recorrente no órgão. Alguns cargos de nível fundamental e médio não apresentam remunerações atrativas em longo prazo. É comum que os servidores busquem novos cargos que apresentem melhores remunerações ou então menor carga horária de trabalho como carreiras em que a carga horária semanal seja correspondente a 30 horas. - Dispersão geográfica do IFRO, com Campus localizados em diversas regiões do estado de Rondônia, muitos servidores tomam posse em cidades que não tem familiaridade, o que prejudica o processo de ambientação do mesmo na unidade e o desenvolvimento das atividades e proporciona o adoecimento de alguns servidores e o aumento da demanda de solicitações de remoção. Ainda temos o fato do IFRO está localizado na região norte e muito dos profissionais que são nomeados são das demais regiões do país e logo após sua entrada em exercício apresentam demanda de redistribuição. No mês de julho de 2015 foram iniciados os trabalhos do Campus Guajará-Mirim distante 33Km da capita Porto Velho fazendo divisa com a Bolívia, considerando que trata-se de uma localidade de difícil acesso, aproximadamente 50% dos servidores que entraram em exercício na unida, já demonstraram interesse em remoção. - Conflito em carreiras, o Instituto Federal de Rondônia é composto por servidores da Carreira do Magistério Federal e Técnico-Administrativos e Educação, atualmente e necessários a administrar gerenciar conflitos entre as duas carreiras tendo em vista a disparidades que a legislação criou entre elas, vejamos um exemplo. O Art. 96-A da Lei 8.112/90 disciplina o afastamento do exercício do cargo efetivo com a respectiva remuneração, para participação em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no país e traz os seguintes requisitos:

§ 2o Os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 3 (três) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado, incluído o período de estágio probatório, que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares para gozo de licença capacitação ou com fundamento neste artigo nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação de afastamento. (Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009)

Contudo a Lei 12.772 que trata da Carreira do Magistério Federal, desobrigou aos integrantes da Carreira o cumprimento do prazo estipulados no Art.96-A da Lei 8.112/90, vejamos o Art. 30. Da Lei 12.772. Art. 30. O ocupante de cargos do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei no 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para:

I - participar de programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição; (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013)

II - prestar colaboração a outra instituição federal de ensino ou de pesquisa, por período de até 4 (quatro) anos, com ônus para a instituição de origem; e

III - prestar colaboração técnica ao Ministério da Educação, por período não superior a 1 (um) ano e com ônus para a instituição de origem, visando ao apoio ao desenvolvimento de programas e projetos de relevância. § 1º Os afastamentos de que tratam os incisos II e III do caput somente serão concedidos a servidores aprovados no estágio probatório do respectivo cargo e se autorizado pelo dirigente máximo da IFE, devendo estar vinculados a projeto ou convênio com prazos e finalidades objetivamente definidos. § 2º Aos servidores de que trata o caput poderá ser concedido o afastamento para realização de programas de mestrado ou doutorado independentemente do tempo de ocupação do cargo. Portanto na prática hoje o ocupante do carreira do Magistério Federal após sua entrada em exercício pode imediatamente requerer o afastamento previsto no Art. 96-A da Lei 8.112/90 enquanto o ocupante da carreira de Técnico-Administrativo em Educação tem que esperar três anos caso para mestrado e quatro anos para doutorado. Gerando uma grande insatisfação nos servidores e o aumento do número de servidores procurando novas carreiras. - Dificuldade de contratação de Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológicos nas áreas específicas com as engenharias civil, elétrica e mecânica muito possivelmente tendo em vista o mercado aquecido para tais áreas, não tornando atraente a carreira acadêmica.

6.1.6 Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos

Desde o final de 2014 a instituição vem trabalhando mecanismos de elaboramos Indicadores de Gestão na área de Gestão de Pessoas através da utilização SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública). Hoje podemos identificar que 39,3% de nossa força de trabalho está na faixa etária de 31 a 40 anos o que demonstra sermos uma instituição jovem. Governo Federal tem trabalhado ações que visam à igualdade de gênero, trabalhando as políticas para mulheres destacamos que 48% de nossa força de trabalho e composta por mulheres o que reflete os resultados de políticas públicas voltadas para a inserção e permanência das mulheres no mundo do trabalho e ampliação dos seus direitos sociais. A partir deste ano apresentamos os indicadores de absentéismo e turnover/rotatividade.

6.1.6.1 Absenteísmo

DADOS GERAIS DO INDICADOR - ABSENTEÍSMO	
Nome do Indicador	Absenteísmo (ABS)
Absenteísmo (ABS)	Demonstrar o nível de abstenção de servidores ao trabalho, considerando-se abstenção o registro de faltas, licenças para tratamento da própria saúde, licença acompanhamento de pessoa da família e licenças gestantes.
Área Responsável	Diretoria de Gestão de Pessoas
Equação de Cálculo	$ABS = \frac{\text{Número de dias não trabalhados no ano} \times 100}{\text{Número de servidores} \times 365 \text{ dias}}$
Método de Medição	Número de dias não trabalhados no ano: a soma de todos os registros de ausências de todos os servidores do IFRO durante o ano.
	Número de servidores x 365 dias: quantidade de dias remunerados ano civil vezes o total de servidores efetivos do IFRO no fechamento da folha de dezembro
Dados Primários com base no exercício de 2015	Número de dias não trabalhados no ano = 10.057 Número de servidores = 890
Fonte	Siapenet e SUAP
Resultado	3,096
Análise Crítica	
Cabe ressaltar que concedemos cerca de vinte e três licenças gestantes o que corresponde a	
40% das ocorrências de absenteísmo, resultado do percentual de mulheres no	
quadro na faixa etária de 31 a 40 anos.	

Tabela 56 – INDICADOR GERENCIAL - ABSENTEÍSMO

6.1.6.2 TURNOVER/ ROTATIVIDADE

DADOS GERAIS DO INDICADOR - ABSENTEÍSMO	
Nome do Indicador	Turnover/ Rotatividade (TO)
Absenteísmo (ABS)	Captar a flutuação no quadro de servidores efetivos do IFRO.
Área Responsável	Diretoria de Gestão de Pessoas
Equação de Cálculo	$TO = (\text{Número admissões ano} + \text{Número de desligamentos}) / 2 \times 100$ Número de servidores (anos anteriores)
Método de Medição	Número de admissões no ano: quantidade de servidores efetivos que ingressaram no ano através de nomeação e redistribuição. Número de desligamentos no ano: quantidade de servidores efetivos que saíram no ano pelos diversos tipos de vacâncias ou redistribuições
Dados Primários	Número de admissões no ano = 87
com base no exercício	número de desligamentos no ano = 38
2015	Número de servidores (ano anterior) = 829
Fonte	Siapenet e SUAP
Resultado	7,53
Análise Crítica	
Turnover enquanto indicador de gestão de pessoas tenta captar a rotatividade (entrada e saída) de	
pessoal em uma organização, tendo em vista o impacto potencialmente negativo de uma rotatividade não organizada	
rotatividade não organizada ou planejada. Vejamos que praticamente 50% das admissões foram para atender os	
desligamento a para atender os desligamento a outra metade para atender a demanda de expansão da rede federal	
com destaque para nomeações dos servidores para o Campus Guajará-Mirim que entrou em	
funcionamento em julho de 2015.	

Tabela 57 – INDICADOR GERENCIAL - ROTATIVIDADE

6.1.7 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Durante o ano de 2015 houve indícios de 4 (quatro) possíveis acúmulos indevidos de cargos, de servidores deste Instituto Federal de Rondônia. Considerando o que dispõe o XVI do Art. 37 da Constituição Federal e observando-se a compatibilidade de horários, os servidores foram notificados a apresentar documentação comprobatória de desvinculo, ou a apresentar opção de desligamento de cargo. No momento estas ações encontram-se em andamento, não tendo sido finalizadas as apurações. Com relação ao controle interno para identificação de irregularidades em acumulações de cargos, funções e empregos públicos, atualmente o único instrumento utilizado é a declaração de vínculos do servidor, qual é preenchida e entregue pelo servidor no ato de sua posse. Além disto, todas as denúncias recebidas são apuradas, sendo o servidor notificado a apresentar comprovação de desvinculo.

6.1.8 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Durante o ano de 2015 houve indícios de 4 (quatro) possíveis acúmulos indevidos de cargos, de servidores deste Instituto Federal de Rondônia. Considerando o que dispõe o XVI do Art. 37 da Constituição Federal

e observando-se a compatibilidade de horários, os servidores foram notificados a apresentar documentação comprobatória de desvinculo, ou a apresentar opção de desligamento de cargo. No momento estas ações encontram-se em andamento, não tendo sido finalizadas as apurações. Com relação ao controle interno para identificação de irregularidades em acumulações de cargos, funções e empregos públicos, atualmente o único instrumento utilizado é a declaração de vínculos do servidor, qual é preenchida e entregue pelo servidor no ato de sua posse. Além disto, todas as denúncias recebidas são apuradas, sendo o servidor notificado a apresentar comprovação de desvinculo.

6.2 Política de Capacitação

A Política de Capacitação dos servidores do IFRO está regulamentada pela Resolução CONSUP nº 07/2011, amparada pelo Decreto 5.707. A compreensão da importância da formação *stricto sensu* dos servidores como estratégia para investir na qualidade do ensino, pesquisa e extensão tem sido uma conquista diária da instituição. Um passo relevante para ampliação da qualificação do quadro de seus servidores foi a aprovação pelo CONSUP da política de afastamento dos servidores do IFRO, para realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e pós-doutorado, conforme resolução nº 53/2015. A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação tem buscado parcerias para a formação dos servidores em nível de mestrado e doutorado, de acordo com o quadro a seguir:

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO				
INSTITUIÇÃO	MODALIDADE	QUANTIDADE DE SERVIDORES CURSISTAS	TIPO DE PARCERIA	PERÍODO
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Mestrado	18	Acordo de Cooperação 2014	2012-2014
	Mestrado Profissional	26	Termo de Cooperação Técnico-Científica	2013-2015
Universidade Federal de Rondônia	Mestrado Profissional	22	Termo de Cooperação Técnico-Científica	2015-2017
	Mestrado	21	Acordo de Cooperação	2015-2017
Universidade de São Paulo (USP) Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)	Doutorado	12	Acordo de Cooperação	2014-2018
	Doutorado	07	Rede em Educação em Ciências e Matemática - REAMEC	2014-2018
Universidade Federal do Mato Grosso	Mestrado	06	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC	2014-2016
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Doutorado(DINTER)	20	Aprovação no edital nº 11/2015 da CAPES	2016-2020
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Instituto de Pesquisas de Produtos Naturais (IPPEN)	Doutorado (DINTER)	14	Aprovação no edital da CAPES nº 23/2014 (DINTER)	2014-2018

Tabela 58 – AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Além das parcerias desde 2014 temos adotados editais semestrais para afastamento total dos servidores para cursos de pós-graduação stricto sensu e pós-doutorado, conforme previsto no Art. 96-A da Lei 8.112/90, atualmente temos 88 servidores afastados integralmente. Tal política oportuniza a elevação de nossa força de trabalho que pode ser demonstrada através do quadro a seguir:

QUADRO DEMONSTRATIVO DA TITULAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO							
Ano	Nível/Titulação						
2015	Fundamental incompleto	Fundamental completou	Ensino Médio	Graduado	Especialista	Mestre	Doutor
	01	02	127	203	320	219	23

Tabela 59 – QUADRO DEMONSTRATIVO DA TITULAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Buscando capacitar os servidores para o aprimoramento de suas competências e habilidades, para o desenvolvimento dos trabalhos diários, durante o ano de 2015 foram firmadas as seguintes parcerias: - Acordo de Cooperação Técnica com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, com objetivo de viabilizará a capacitação de 30 trintas servidores do IFRO e 60 sessenta servidores do executivo federal, estadual e municipal, onde a ENAP realizou a formação dos instrutores indicados pelo IFRO e nos responsabilizamos pela formação das turmas, impressão do material de didático, disponibilidade de ambientes físico, colaborando, assim, com o fortalecimento da capacidade de gestão pública. - Parceria com o Centro Regional de Treinamento da Escola de Administração Fazendária – CENTRESESAF, através de descentralização de recursos para realização de cursos In Company, para desenvolvimento dos servidores das nove unidades do Instituto Federal de Rondônia ofertando 18 cursos disponibilizando 540 vagas. Ainda cada unidade elaborou seu plano anual de capacitação onde também foram destinados recursos para curso abertos e In Company. Quadro com a relação de cursos In Company realizados em 2015 através das parcerias ENAP e ESAF.

OUTROS CURSOS DE FORMAÇÃO			
Instituição	Curso	Carga Horária	Vagas
ENAP	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	21	30
	Elaboração de Indicadores de desempenho Institucional	35	30
	Elaboração e Termo de Referência e projeto básico para contratação de bens e serviços	14	30
ESAF	SCDP	16	30
	Liderança e Desenvolvimento de Equipes	20	240
	Redação Oficial e elaboração de Pareceres Técnicos	20	30
	Libras - Atendimento ao Público	32	30
	Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância	27	30
	Elaboração de Planilha de Custo e Formação de Preços e Repactuação	40	30
	Obras Públicas: Licitações, Contrato e Fiscalização	20	30
	Regime Diferenciado de Contratação	20	30
	Retenção de Tributos	20	30
	Assistência e Orientação Educacional	32	30
	Auditoria Pública com foco nos riscos	24	30

Tabela 60 – OUTROS CURSOS DE FORMAÇÃO

6.3 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Atualmente a instituição tem utilizado as orientações contidas na orientação normativa MPOG nº 04/2014, quanto à aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal.

6.3.1 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Conteúdo declarado nos quadros A.6.2.1; A.6.2.2 e A.6.2.4.

6.3.2 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não houve ocorrência.

6.3.2.1 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não houve ocorrência.

6.3.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

6.3.3.1 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

informações constantes nos quadros A-6.2.2.1 e A-6.2.2.2

QUADRO A.6.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA														
Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA -REITORIA						CNPJ: 10.817.343/0001-05								
UG/Gestão: 158148/26421						Informações sobre os Contratos								
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados							
					Início	Fim	F	C	P	M	S	Sit.		
2013	12	O	27/2013	03.761.180/0001-12	03/12/2013	02/03/2015	N/E	N/E	N/E	N/E	N/E	N/E	N/E	E
2015	L	O	04/2015	14.235.552/0001-93	03/03/2015	02/03/2016	-	-	-	02	-	-	-	A
2013	V	O	14/2013	12.159.225/0001-74	01/05/2013	30/04/2016	04	-	-	04	-	-	-	P
2015	L	O	12/2015	04.900.474/0001-40	27/10/2015	26/10/2016	-	03	-	02	-	-	01*	A
2014	V	O	20/2014	12.159.225/0001-74	01/04/2015	31/03/2016	06	-	-	-	-	-	-	A
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Fonte: SIASC/INCON.														

Tabela 61 – QUADRO A.7.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - REITORIA.

QUADRO A.6.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E LOCAÇÃO DE MÃO-DE OBRA														
Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - REITORIA														
UG/Gestão: 158148/26421														
CNPJ: 10.817.343/0001-05														
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados							
					Início	Fim	F	C	P	M	S	Sit.		
2013	5	O	21/2013	08.251.393/0001-18	15/07/2013	14/01/2016	02	02	-	-	-	-	-	A
2014	4,9	O	14/2014	09.192.856/0001-80	06/03/2014	05/03/2014	02	-	-	02	-	-	-	P
2014	12	O	11/2014	07.562.469/0001-63	06/03/2014	05/03/2015	02	01	-	01	-	-	-	P
2015	12	O	06/2015	02.436.240/0001-69	16/03/2015	15/03/2016	02	-	-	02	-	-	-	A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIASG/INCON.

Tabela 62 – QUADRO A.6.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E LOCAÇÃO DE MÃO-DE OBRA

6.3.3.2 Análise Crítica

A tarefa de fiscalização/gestão de contratos terceirizados na administração pública é um desafio diário. As exigências são cada vez maiores, de modo que ainda que o servidor seja capacitado para esse fim, os conhecimentos necessários para se fiscalizar um contrato de forma efetiva são inúmeros, passando pela parte técnica da prestação do serviço e chegando à parte legal que seriam as exigências documentais. Os servidores que tem um pouco de conhecimento nesta área, que são aqueles que compõem a equipe da administração da instituição, nem sempre podem ser os gestores de contratos devido à necessidade de segregação de função, afinal, uns são da execução financeira e orçamentária, outros são pregoeiros e assim sucessivamente. Além disso, o servidor designado para esse fim não se dedicará apenas para isso. Pelo contrário, terá que compatibilizar as atividades de fiscalização/gestão de contratos com suas atividades de ofício. E neste cenário, somada à imensa responsabilidade que é ser um fiscal/gestor de contratos, não é tão simples designar servidores para esse fim. Superada a definição dos fiscais/gestores, entramos na dificuldade de lidar com as empresas contratadas no sentido de que muitas vezes elas tentam transferir ao órgão, obrigações e controles que legalmente são de sua competência. Diante do crítico cenário econômico que enfrentamos no exercício de 2015, nitidamente as empresas foram afetadas e conseqüentemente tiveram dificuldades de honrar com suas obrigações nos contratos administrativos firmados com o IFRO/Reitoria. Porém, por entender a importância da fiscalização efetiva dos contratos e a necessidade de se resguardar o interesse público de acordo com a legislação vigente, a Administração sempre buscou resolver as pendências detectadas nas contratações dos serviços com a maior brevidade possível, notificando as empresas, monitorando os prazos estabelecidos para atendimento das notificações, respeitando os princípios do contraditório e da ampla defesa, aplicando as penalidades cabíveis a cada caso, e no caso de pendências detectadas nos pagamentos de salários/verbas trabalhistas dos funcionários, diversas vezes, com a autorização da contratada e a documentação pertinente, glosamos da nota fiscal da contratada e pagamos o valor devido diretamente aos funcionários, visando assim resguardar o IFRO de quaisquer demandas judiciais e resguardar, sobretudo, o direito dos funcionários que de nenhuma forma pode ser comprometido. Principalmente no momento das rescisões contratuais, é comum as empresas alegarem que não fizeram o pagamento de seus funcionários porque não receberam do órgão, o que é vedado claramente nos editais das licitações, já que uma situação independe da outra e a empresa precisa ter estrutura para arcar com suas obrigações. O ano de 2015 foi peculiar em relação a liberações de financeiro por parte da SPO/MEC e, em decorrência disso tivemos que administrar diversas situações semelhantes a essa exposta. Diante desse cenário, constatamos que os contratos de serviços essenciais de natureza continuada que poderiam ser prorrogados por iguais e sucessíveis períodos, no limite de 60 (sessenta) meses, conforme legislação vigente, estão durando, em sua maioria, no máximo 12 (doze) meses, já sendo necessário realizar outro certame licitatório para contratar uma nova empresa.

<p style="text-align: center;">QUADRO A.6.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.</p>														
<p style="text-align: center;">Unidade Contratante</p>														
<p>Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CALAMA</p>					<p>CNPJ: 10.817.343/0001-20</p>									
<p>UG/Gestão: 158343/26421</p>					<p>CNPJ: 10.817.343/0001-20</p>									
<p style="text-align: center;">Informações sobre os Contratos</p>														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados							
					Início	Fim	F	C	M	S	Sit.			
2013	L	E	22/2013	84.555.564/0001-80	22/07/2013	19/01/2014	07	07	-	-	-	-	-	E
2014	L	O	01/2014	14.406.440/0001-95	20/01/2014	19/01/2016	11	11	-	-	-	-	-	P
2014	L	O	04/2014	14.406.440/0001-95	06/03/2014	05/03/2016	05	05	-	-	-	-	-	P
2013	V	O	16/2013	10.226.121/0001-00	30/04/2013	29/04/2015	08	08	-	-	-	-	-	P
<p>Observações:</p>														
<p>LEGENDA</p>														
<p>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</p>														
<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p>														
<p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p>														
<p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>														
<p>Fonte: SIASG/INCON.</p>														

Tabela 63 – QUADRO A.6.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - CÂMPUS ARIQUEMES.

QUADRO A.6.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.																
Unidade Contratante																
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CÂMPUS CACOAL																
UG/Gestão: 158533/26421						CNPJ: 10.817.343/0008-73										
Informações sobre os Contratos																
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados									
					Início	Fim	F	M	S	C	P	C	P	C	Sit.	
2013	L	E	22/2013	84.555.564/0001-80	22/07/2013	19/01/2014	05	05	-	-	-	-	-	-	-	E
2014	L	O	02/2014	04.400.474/0001-40	20/01/2014	19/01/2016	06	06	-	-	-	-	-	-	-	P
2014	L	O	17/2014	04.400.474/0001-40	20/03/2014	19/03/2016	01	01	-	-	-	-	-	-	-	P
2013	V	O	15/2013	10.226.121/0001-00	01/10/2013	31/10/2014	12	06	-	-	-	-	-	-	-	E
2014	V	O	03/2014	12.159.225/0001-74	01/11/2014	31/10/2015	12	06	-	-	-	-	-	-	-	A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIASG/INCON.

Tabela 64 – QUADRO A.6.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - CÂMPUS CACOAL.

<p style="text-align: center;">QUADRO A.7.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.</p>															
Unidade Contratante															
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CÂMPUS COLORADO DO OESTE															
UG/Gestão: 158431/26421					CNPJ: 10.817.343/0004-40										
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados								
					Início	Fim	F	P	C	M	S	Sit.			
2013	V	O	14/2013	12.159.225/0001-74	30/04/2013	30/04/2015	04	04	-	-	-	-	-	-	P
2014	L	O	22/2014	08.251.393/0001-18	26/11/2014	26/11/2015	18	18	-	-	-	-	-	-	A
2009	L	O	26/2009	08.251.393/0001-18	25/11/2009	25/11/2014	12	12	-	-	-	-	-	-	E
Observações:															
LEGENDA															
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															
Fonte: SIASG/INCON.															

Tabela 65 – QUADRO A.6.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - CÂMPUS COLORADO DO OESTE.

QUADRO A.7.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.														
Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CÂMPUS JI-PARANÁ														
UG/Gestão: 158376/26421														
CNPJ: 10.817.343/0002-88														
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados							
					Início	Fim	F		M		S		Sit.	
								P	C	P	C	P		C
2013	L	E	22/2013	84.555.564/0001-80	22/07/2013	20/01/2014	-	-	-	-	-	-	-	E
2014	L	O	03/2014	14.235.552/0001-93	20/01/2014	09/03/2015	25	01	-	11	-	-	-	E
2014	L	O	04/2014	14.235.552/0001-93	10/03/2014	27/03/2015	01	01	-	-	-	-	-	E
2011	V	O	19/2011	10.585.532/0001-91	01/12/2011	30/11/2015	04	03	-	01	-	-	-	P
2014	V	O	06/2014	12.066.015/0001-31	25/03/2014	24/03/2014	04	01	-	03	-	-	-	A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIASG/INCON.

Tabela 66 – QUADRO A.7.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - CAMPUS JI-PARANÁ.

QUADRO A.6.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.												
Unidade Contratante												
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CÂMPUS PORTO VELHO "CALAMA"					CNPJ: 10.817.343/0001-05							
UG/Gestão: 158148/26421												
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					
					Início	Fim	F	M	S	P	C	P
2013	V	O	17/2013	09.228.233/0002-00	01/05/2013	30/04/2014	05	05	Informação			P
2013	L	O	26/2013	04.900.474/0001-40	03/12/2013	02/12/2014	06	06	não			E
2014	V	O	13/2014	09.228.233/0002-00	24/10/2014	23/10/2015	01	01	exigida			A
2014	L	O	25/2014	14.235.552/0001-93	12/01/2015	11/01/2016	12	06	no processo.			A
Observações:												
LEGENDA												
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												
Fonte: SIASG/INCON.												

Tabela 67 – QUADRO A.7.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - CÂMPUS PORTO VELHO "CALAMA".

QUADRO A.7.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.												
Unidade Contratante												
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CÂMPUS PORTO VELHO "ZONA NORTE"												
UG/Gestão: 158532/26421												
CNPJ: 10.817.343/0007-92												
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					
					Início	Fim	F	M	S	Sit.		
2013	L	O	26/2013	04.900.474/0001-40	03/12/2014	02/12/2015	Informação não exigida.				P	
2014	V	O	01/2014	09.228.233/0002-00	10/04/2014	11/05/2015	06	-	-	-	-	A
Observações:												
LEGENDA												
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												
Fonte: SIASG/INCON.												

Tabela 68 – QUADRO A.7.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - CÂMPUS PORTO VELHO “ZONA NORTE”.

QUADRO A.7.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.															
Unidade Contratante															
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CÂMPUS VILHENA															
UG/Gestão: 158342/26421															
CNPJ: 10.817.343/0003-69															
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados								
					Início	Fim	F	M	S	P	C	P	C	Sit.	
2013	V	O	14/2013	12.159.225/0001-74	01/05/2015	01/05/2015	06	06	-	-	-	-	-	-	P
2013	L	O	28/2013	05.997.053/0001-42	03/12/2013	31/12/2014	13	13	-	-	-	-	-	-	E
Observações:															
LEGENDA															
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															
Fonte: SIASG/INCON.															

Tabela 69 – QUADRO A.7.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - CÂMPUS VILHENA.

QUADRO A.7.2.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.													
Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - REITORIA					CNPJ: 10.817.343/0001-05								
UG/Gestão: 158148/26421					Informações sobre os Contratos								
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.		
					Início	Fim		F	M	S			
2013	12	O	04/2013	11.699.013/0001-17	05/03/2013	04/03/2014	02	01	-	01	-	-	E
2013	4, 5, 9	O	06/2013	08.251.393/0001-18	05/03/2013	04/03/2014	02	-	-	02	-	-	E
2013	5	O	21/2013	08.251.393/0001-18	15/07/2013	14/07/2014	-	-	02	02	-	-	P
2013	12	O	11/2014	07.562.469/0001-63	06/03/2014	05/03/2015	02	01	-	01	-	-	E
2013	4, 9	O	14/2014	09.192.856/0001-80	06/03/2014	05/03/2015	02	-	-	02	-	-	P

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia;

7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas;

11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras.

Fonte: SIASG/INCON.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada.

Tabela 70 – QUADRO A.7.2.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - REITORIA.

Campus Ariquemes

<p style="text-align: center;">QUADRO A.7.2.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.</p>															
<p style="text-align: center;">Unidade Contratante</p>															
<p>Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CÂMPUS ARIQUEMES</p>															
<p>UG/Gestão: 158343/26421</p>															
<p style="text-align: center;">Informações sobre os Contratos</p>															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados								
					Início	Fim	F	C	P	M	S	C	Sit.		
2013	2	O	04/2013	11.699.013/0001-17	27/02/2013	26/02/2014	03	03	-	-	-	-	-	-	E
2014	2	O	03/2014	07.562.469/0001-63	06/03/2014	05/03/2015	03	03	-	-	-	-	-	-	E
2013	4, 5, 8, 9, 12	O	05/2013	13.511.850/0001-04	28/02/2013	27/02/2014	23	23	-	-	-	-	-	-	E
2014	4, 5, 8, 9, 12	O	02/2014	13.511.850/0001-04	06/03/2014	05/03/2016	22	22	-	-	-	-	-	-	P
<p>Observações:</p>															
<p>LEGENDA</p>															
<p>Área:</p>															
<p>1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia;</p>															
<p>7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas;</p>															
<p>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras.</p>															
<p>Fonte: SIASG/INCON.</p>															
<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p>															
<p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p>															
<p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>															
<p>Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada.</p>															

Tabela 71 – QUADRO A.7.2.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CÂMPUS ARIQUEMES.

Campus Cacoal

<p style="text-align: center;">QUADRO A.7.2.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.</p>															
<p style="text-align: center;">Unidade Contratante</p>															
<p>Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CÂMPUS CACOAL</p>															
<p>UG/Gestão: 158533/26421</p>															
<p style="text-align: center;">Informações sobre os Contratos</p>															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados								
					Início	Fim	F	C	M	S	C	P	Sit.		
2013	4, 8, 9, 12	O	05/2013	13.511.850/0001-04	05/03/2013	05/03/2014	19	-	-	-	-	-	-	-	E
2014	4, 8, 9, 12	O	15/2014	AGASUS	06/03/2014	05/03/2014	21	-	-	-	-	-	-	-	P
2014	2	O	12/2014	07.562.469/0001-63	06/03/2014	05/03/2015	02	-	-	-	-	-	-	-	E
2014	2	O	04/2014	11.699.013/0001-17	27/02/2013	05/03/2014	02	-	-	-	-	-	-	-	E
<p>Observações:</p>															
<p>LEGENDA</p>															
<p>Área:</p>															
<p>1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia;</p>															
<p>7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas;</p>															
<p>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras.</p>															
<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p>															
<p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p>															
<p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>															
<p>Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada.</p>															
<p>Fonte: SIASG/INCON.</p>															

Tabela 72 – QUADRO A.7.2.2.2. - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CÂMPUS CACOAL.

Campus Colorado do Oeste

QUADRO A.7.2.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.													
Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CÂMPUS COLORADO DO OESTE					CNPJ: 10.817.343/0004-40								
UG/Gestão: 158341/26421					Informações sobre os Contratos								
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						
					Início	Fim	F		M		S		Sit.
							P	C	P	C	P	C	
2014	4, 8, 12	O	18/2014	13.511.850/0001-40	01/09/2014	01/09/2015	28	30	-	-	-	-	A
2013	4, 8, 12	O	01/2013	13.511.850/0001-04	01/02/2013	31/08/2014	23	25	-	-	-	-	E
Observações:													
LEGENDA													
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia;					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras.					Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada.								

Fonte: SIASG/INCON.

Tabela 73 – QUADRO A.7.2.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CÂMPUS COLORADO DO OESTE.

Campus Guajará-Mirim

O Quadro A. abaixo compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2015, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2015, mesmo que não efetivados no exercício. Este quadro deve ser preenchido conforme a descrição abaixo.

QUADRO A. - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.														
Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM														
UG/Gestão: 158148/26421														
CNPJ: 10.817.343/0001-05														
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados							
					Início	Fim	F	M	S	F	M	S	Sit.	
2015	L	O	12/2015	Araúna Serviços e Construções	27/10/2015	26/10/2016	02	-	01	02	01	-	-	A
2014	V	O	20/2014	FBX-Serviços de segurança - Ltda	22/10/2015	21/10/2016	01	-	01	04	-	-	-	A
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Fonte: SIASG/INCON.														

Tabela 74 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Análise Crítica

As maiores dificuldades encontrada na gestão dos contratos estão relacionadas a fiscalização eficiente dos contratos. A capacitação dos servidores envolvidos acabam dificultando as ações de sanção as empresas contratadas. O Campus Guajará-Mirim irá trabalhar na constituição de procedimentos adequados de fiscalização

e gestão dos contratos, bem como nos procedimentos para aplicação de sanções as empresas que não prestam de forma adequada os serviços contratados. Durante o ano de 2015 não existiam servidores suficientes para uma boa gestão dos contratos, com a posse e exercício de novos servidores, facilitará esse processo.

Campus Ji-Paraná

<p style="text-align: center;">QUADRO A.7.2.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.</p>															
<p style="text-align: center;">Unidade Contratante</p>															
<p>Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CÂMPUS JI-PARANÁ</p>															
<p>UG/Gestão: 158376/26421</p>															
<p style="text-align: center;">Informações sobre os Contratos</p>															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados								
					Início	Fim	F	C	P	M	S	C	Sit.		
2013	4, 5, 9	O	03/2013	08.251.393/0001-18	05/03/2013	04/03/2014	09	09	-	03	-	-	-	-	E
2013	12	O	04/2013	11.699.013/0001-17	05/03/2013	04/03/2014	02	-	-	02	-	-	-	-	E
2014	4, 5, 9	O	01/2014	00.192.856/0001-80	06/03/2014	05/03/2015	10	07	-	03	-	-	-	-	E
2014	12	O	02/2014	07.562.469/0001-63	05/03/2014	04/03/2015	02	-	-	02	-	-	-	-	E
<p>Observações:</p>															
<p>LEGENDA</p>															
<p>Área:</p>															
<p>1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia;</p>															
<p>7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas;</p>															
<p>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras.</p>															
<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p>															
<p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p>															
<p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>															
<p>Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada.</p>															
<p>Fonte: SIASG/INCON.</p>															

Tabela 75 – QUADRO A. - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CAMPUS JI-PARANÁ.

Campus Porto Velho - Calama

<p style="text-align: center;">QUADRO A.7.2.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.</p>												
Unidade Contratante												
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CÂMPUS PORTO VELHO "CALAMA"												
UG/Gestão: 158148/26421												
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.	
					Início	Fim	F	M	S			
2013	5	O	21/2013	08.251.393/0001-18	15/07/2013	14/07/2015						E
2014	4	O	10/2014	09.192.856/0001-80	05/03/2014	04/03/2015	Informação				E	
2014	12	O	10/2014	09.192.856/0001-80	05/03/2014	04/03/2015	não exigida				P	
2014	12	O	10/2014	09.192.856/0001-80	05/03/2014	04/03/2015	no processo.				E	
2014	2	O	09/2014	07.562.469/0001-63	05/03/2014	04/03/2015					P	
Observações:												
LEGENDA												
Área:												
1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia;												
7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas;												
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												
Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada.												
Fonte: SIASG/INCON.												

Tabela 76 – QUADRO A.7.2.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CÂMPUS PORTO VELHO "CALAMA".

Campus Porto Velho - Zona Norte

QUADRO A.7.2.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.												
Unidade Contratante												
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CÂMPUS PORTO VELHO "ZONA NORTE"												
UG/Gestão: 158532/26421												
CNPJ: 10.817.343/0007-92												
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.	
					Início	Fim	F	M	S	P		C
2013	12	O	04/2013	11.699.013/0001-17	05/03/2013	04/03/2014						E
2014	9	O	02/2014	09.192.856/0001-80	22/04/2014	21/04/2015	Informação				A	
2014	5	O	07/2014	09.192.856/0001-80	16/12/2014	15/12/2015	não exigida				A	
2014	12	O	13/2014	07.562.469/0001-63	06/03/2014	05/03/2015	no processo.				A	
2014	4, 12	O	06/2014	09.192.856/0001-80	02/12/2014	01/12/2015					A	
2013	9	O	12/2013	08.251.393/0001-18	22/04/2013	21/04/2014					E	
Observações:												
LEGENDA												
Área:												
1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia;												
7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas;												
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras.												
Fonte: SIASG/INCON.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												
Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada.												

Tabela 77 – QUADRO A.7.2.2 .1- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CÂMPUS PORTO VELHO “ZONA NORTE”.

Campus Vilhena

<p style="text-align: center;">QUADRO A. - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.</p>												
<p style="text-align: center;">Unidade Contratante</p>												
<p>Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CAMPUS VILHENA</p>					<p>CNPJ: 10.817.343/0003-69</p>							
<p>UG/Gestão: 158342/26421</p>					<p>Informações sobre os Contratos</p>							
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.	
					Início	Fim	F	M	S	C		
2014	4	O	10/2014	09.192.856/0001-80	05/03/2014	04/03/2013	-	X	-	-	-	P
2014	12	O	10/2014	09.192.856/0001-80	06/03/2014	04/03/2015	-	X	-	-	-	P
2014	12	O	10/2014	09.192.856/0001-80	06/03/2014	04/03/2015	X*	-	-	-	-	P
2014	2	O	09/2014	07.562.469/0001-63	05/03/2014	04/03/2015	-	X	-	-	-	P
2015	2	O	02/2015	02.436.240/0001-69	16/03/2015	15/03/2016	-	X	-	-	-	A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia;

7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas;

11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras.

Fonte: SIASG/INCON.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada.

Tabela 78 – QUADRO A.7.2.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CAMPUS VILHENA.

Contratação de serviços

QUADRO A. - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de LIMPEZA															
Unidade Contratante															
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CAMPUS VILHENA															
UG/Gestão: 158342/26421															
CNPJ: 10.817.343/0003-69															
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratada		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados								
					Início	Fim	F	C	P	M	S	Sit.			
2013	V	O	17/2013	09.228.233/0002-00	01/05/2013	30/04/2016	-	-	-	X	-	-	-	-	P
2014	V	O	13/2014	09.228.233/0002-00	24/10/2014	23/10/2016	-	-	-	-	X	-	-	-	P
2014	L	O	25/2014	14.235.552/0001-93	12/01/2015	11/01/2016	Informação não exigida						A		
Observações:															
LEGENDA / ÁREA															
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															
Fonte: SIASG/INCON.															

Tabela 79 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA- CAMPUS VILHENA

6.3.4 Composição do Quadro de Estagiários

O quadro de estagiários do Instituto está consolidado conforme abaixo, contemplando as informações advindas das Unidades Jurisdicionadas componentes deste Instituto, de modo a espelhar a realidade no decorrer do exercício de 2015.

Nível de Escolaridade	Quantitativos de contratos de estagiários												despesa no exercício			
	1º Trimestre		1º Trimestre		2º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		3º Trimestre		4º Trimestre		4º Trimestre	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	(em R\$ 1,00)	(em R\$ 1,00)
1.Nível Superior	18	8	15	6	12	6	12	6	6	18	6	6	7	101.682,23	52.283,37	
1.1. Área Fim	8	3	8	3	7	3	7	3	3	6	3	3	3	-	-	
1.2. Área Meio	10	5	7	3	5	3	5	3	3	12	3	12	4	-	-	
2. Nível Médio	11	0	11	0	13	0	13	0	0	16	0	16	0	42.105,88	0,00	
2.1. Área Fim	5	0	5	0	4	0	4	0	0	7	0	7	0	-	-	
2.2. Área Meio	6	0	6	0	9	0	9	0	0	9	0	9	0	-	-	
3. Total (1+2)	29	8	25	6	25	6	25	6	6	25	6	25	7	143.788,11	52.283,37	

Fonte: SIAPE.

Tabela 80 – QUADRO A.6.2.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.

6.4 Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

O IFRO informa que, em atenção à Recomendação nº 001/2014/PFIFRO/PGF/AGU, abriu Processo nº 23243.000658/2014-78, pelo qual realizou análise dos contratos vigentes e, à luz das orientações contidas da citada recomendação, o setor de Contratos e Convênios CCONV/IFRO, concluiu que os contratos celebrados pelo IFRO que poderiam ser beneficiados pela desoneração da Folha de Pagamento, previstos na lei 12.547/2011, conforme tabela abaixo:

Contrato	Situação	Análise
011/2010 - 14/2012 - 20/2012 - 24/2012 25,26,27,28/2012 09/2013	A Coordenação apurou, junto a SEFIP das empresas, que os contratos estavam devidamente cadastrados e que o valor recolhido correspondia a 20% sobre a remuneração paga aos funcionários	Constatou-se que as empresas, as quais se enquadravam, nos setores da economia beneficiados pelo Plano Brasil Maior cujas quais contrataram com o IFRO, não foram beneficiadas pela desoneração da folha. Sendo assim, não será necessário obter administrativamente o ressarcimento de valores eventualmente pagos a maior.
11/2013	A Coordenação apurou, junto a SEFIP das empresas, que os contratos estavam devidamente cadastrados e que o valor recolhido correspondia a 20% sobre a remuneração paga aos funcionários	
23/2012	A Empresa é optante pelo Simples Nacional, cujos tributos são recolhidos pelo próprio regime	

Informações contidas no Processo 23243.000658/2014-78.

Tabela 81 – Contratos Analisados Desoneração da Folha

6.5 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

6.5.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Legislação

Leis: Lei 9503/1997; Lei 9.327/1996; Lei 1.081/1950.

Decreto: 6.403/2008.

Instruções Normativas: 183 de 08/09/1986; 03 de 15/05/2008; 01 de 21/06/2007; 06 de 16/06/1997; 09 de 26/08/1994 e 01 de 05/03/2008.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades

O uso da frota de veículos proporciona a agilidade e tempestividade na realização das atividades pedagógicas e administrativas da Reitoria e permite o suporte aos câmpus no tocante ao desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.

Quantidade de veículos em uso

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos; - Leis: 9503/1997; Lei 9.327/1996; 1.081/1950; - Decreto: 6.403/2008; 8.541/2015; - Instruções Normativas: 183 de 08/09/1986; 03 de 15/05/2008; 01 de 21/06/2007; 01 de 05/03/2008. b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ; A frota de veículos oficiais permite que sejam realizadas as atividades administrativas e pedagógicas externas a nossa unidade. Assim, destacamos as visitas técnicas aos Campi, que permitem que a Reitoria dê o suporte necessário no tocante ao desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica. Outro destaque é quanto à entrega de documentos em outros órgãos/empresas. Hoje, o IFRO possui 08 (oito) Campi em funcionamento, 25 (vinte e cinco) polos de Educação à Distância e 01 (um) Campus cuja contratação para início da obra de construção está em andamento. Todas essas unidades estão espalhadas nos municípios do Estado de Rondônia, cabendo à Reitoria, enquanto Órgão Central, prestar todo o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, utilizando-se para isso, da frota de veículos oficiais para se fazer presente nas unidades. c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Média anual de quilômetros rodados

QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO - REITORIA			
Veículos	Ano Fabricação	Ano Modelo	Grupo
Fiat Uno Mille Economy 1.0 8v Flex 4p	2010	2010	Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.
Fiat Siena HLX Dual Logic 1.8 8v MPI Flex 4p	2010	2010	
Mercedes Benz Sprinter 413 CDI 2.2 TB Van Luxo Diesel 3p	2013	2013	
Nissan Frontier S 4x4 MT	2013	2014	
Toyota Hilux Cabine Dupla 4x4 STD	2014	2015	
Toyota Hilux SR Cabine Dupla 4x2 3.0 TB-IC 16v Diesel 4p	2009	2009	
Toyota Corolla Sedan XEI 1.8 16v Flex 4p	2009	2009	Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.
Toyota Hilux SW4 4x4 3.0 24v V6 Gasolina 4p	2012	2013	

Fonte: CGAM Reitoria.

Tabela 82 – QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO - REITORIA.

Obs.: O veículo Toyota HILUX CD D4-D 4X4 3.0 TDI Dies. Mec. 2014/2015 foi adquirido em Novembro/2014 para atender as necessidades do Campus Guajará-Mirim que iniciou efetivamente suas atividades em Julho/2015.

Média de Quilômetros

MÉDIA ANUAL DE QUILÔMETROS RODADOS - REITORIA		
Veículos	Placa	Quilômetros rodados em 2015
Fiat Uno Mille Economy 1.0 8v Flex 4p	NBB 8571	3.958
Fiat Siena HLX Dual Logic 1.8 8v MPI Flex 4p	NBB 8521	11.634
Mercedes Benz Sprinter 413 CDI 2.2 TB Van Luxo Diesel 3p	NDN 6477	10.965
Nissan Frontier S 4x4 MT	NDQ 7387	25.052
Toyota Hilux Cabine Dupla 4x4 STD	NDQ 8846	28.229
Toyota Hilux SR Cabine Dupla 4x2 3.0 TB-IC 16v Diesel 4p	NDZ 7568	35.868
Toyota Corolla Sedan XEI 1.8 16v Flex 4p	NCE 9340	10.195
Toyota Hilux SW4 4x4 3.0 24v V6 Gasolina 4p	OHO 2438	23.511
	Total	149.412
	Média	18.676

Fonte: CGAM Reitoria.

Tabela 83 – MÉDIA ANUAL DE QUILÔMETROS RODADOS - REITORIA

Idade média da frota, por grupo de veículos

IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULO - REITORIA		
Veículos	Idade dos Veículos	Idade média dos Veículos
Fiat Uno Mille Economy 1.0 8v Flex 4p	5,2	43,67 meses
Fiat Siena HLX Dual Logic 1.8 8v MPI Flex 4p	5,2	
Mercedes Benz Sprinter 413 CDI 2.2 TB Van Luxo Diesel 3p	2,1	
Nissan Frontier S 4x4 MT	2,0	
Toyota Hilux Cabine Dupla 4x4 STD	1,1	
Toyota Hilux SR Cabine Dupla 4x2 3.0 TB-IC 16v Diesel 4p	6,4	
Toyota Corolla Sedan XEI 1.8 16v Flex 4p	6,3	49,5 meses
Toyota Hilux SW4 4x4 3.0 24v V6 Gasolina 4p	2,0	

Fonte: CGAM Reitoria.

Tabela 84 – IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULO - REITORIA.

Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)

CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA - REITORIA		
Veículos	Placa	Custo com manutenção
Fiat Uno Mille Economy 1.0 8v Flex 4p	NBB 8571	7.228,10
Fiat Siena HLX Dual Logic 1.8 8v MPI Flex 4p	NBB 8521	9.881,62
Mercedes Benz Sprinter 413 CDI 2.2 TB Van Luxo Diesel 3p	NDN 6477	10.752,91
Nissan Frontier S 4x4 MT	NDQ 7387	13.017,47
Toyota Hilux Cabine Dupla 4x4 STD	NDQ 8846	17.184,98
Toyota Hilux SR Cabine Dupla 4x2 3.0 TB-IC 16v Diesel 4p	NDZ 7568	19.749,71
Toyota Corolla Sedan XEI 1.8 16v Flex 4p	NCE 9340	6.248,35
Toyota Hilux SW4 4x4 3.0 24v V6 Gasolina 4p	OHO 2438	10.063,93
Total		94.127,07
Média		11.765,88

Tabela 85 – CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA - REITORIA.

g) Plano de substituição da frota; Considerando a idade média da frota, entendemos que ainda não se faz necessário realizar um plano de substituição da frota.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação; - Face ao recebimento de créditos orçamentários específicos para a aquisição de veículos; - Considerando a utilização média em termos de quilômetros percorridos; - Considerando a crise econômica do país, está cada vez mais difícil honrar com as despesas mensais decorrentes de terceirizações;

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte. - Sistema de controle através de planilha com vistas a gerenciar os deslocamentos, controlando a quilometragem percorrida; - Agrupamento de atividades para reduzir as quantidades de saídas e conseqüentemente reduzir despesas; - Gestão da frota centralizada na Coordenação Geral de Administração e Manutenção (CGAM); - Solicitação de agendamento de veículos oficiais através de formulário padronizado de requisição com data, horário, local, objetivo dentre outras informações pertinentes; - Registro de saída de veículo para acompanhamento da CGAM.

Frota de Veículos Automotores de Propriedade do campus Ariquemes

QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO - ARIQUEMES			
Veículos	Ano Fabricação	Ano Modelo	Grupo
VW Gol 1.6 Power	2009	2010	Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.
Caminhonete Toyota Hilux CS	2009	2010	
Caminhonete Toyota Hilux CD	2009	2010	
Ônibus 46 lugares VW Masca	2009	2009	
Ônibus 45 lugares VW Comil Versátil	2010	2010	
Ônibus 45 lugares VW 16.210 CO	1997	1998	
Caminhão Ford Cargo 1317	2011	2012	
Fiesta Sedan 1.6	2013	2013	
Moto XRE 300	2012	2012	
Moto XRE 300	2012	2012	

Fonte: DPLAD câmpus Ariquemes.

Tabela 86 – QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO - ARIQUEMES.

Média anual de quilômetros rodados

MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS - ARIQUEMES		
Veículos	Placa	Quilômetros rodados em 2015
VW Gol 1.6 Power	NCJ 0748	17.218
Caminhonete Toyota Hilux CS	NCI 2311	20.624
Caminhonete Toyota Hilux CD	NCH 4948	38.820
Ônibus 46 lugares VW Masca	NDW 6783	11.809
Ônibus 45 lugares VW Comil Versátil	NDF 8107	11.855
Ônibus 45 lugares VW 16.210 CO	NBC 8868	2.178
Caminhão Ford Cargo 1317	OHL 9429	5.965
Fiesta Sedan 1.6	NBW 1192	26.105
Moto XRE 300	OHP 4428	1.336
Moto XRE 300	OHP 4518	1.874
Total		137.784
Média		13.778,40

Fonte: DPLAD câmpus Ariquemes.

Tabela 87 – MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS - ARIQUEMES.

Idade média da frota, por grupo de veículos

IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS - ARIQUEMES		
Veículos	Idade dos Veículos	Idade média dos Veículos
VW Gol 1.6 Power	55	44,9 MESES
Caminhonete Toyota Hilux CS	57	
Caminhonete Toyota Hilux CD	57	
Ônibus 46 lugares VW Masca	59	
Ônibus 45 lugares VW Comil Versátil	53	
Ônibus 45 lugares VW 16.210 CO	184	
Caminhão Ford Cargo 1317	35	
Fiesta Sedan 1.6	21	
Moto XRE 300	24	
Moto XRE 300	24	

Fonte: DPLAD campus Ariquemes.

Tabela 88 – IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS - ARIQUEMES.

Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)

CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA - ARIQUEMES		
Veículos	Placa	Custo com manutenção
VW Gol 1.6 Power	NCJ 0748	14.881,67
Caminhonete Toyota Hilux CS	NCI 2311	8.114,51
Caminhonete Toyota Hilux CD	NCH 4948	14.165,97
Ônibus 46 lugares VW Masca	NDW 6783	19.536,56
Ônibus 45 lugares VW Comil Versátil	NDF 8107	9.706,10
Ônibus 45 lugares VW 16.210 CO	NBC 8868	12.527,32
Caminhão Ford Cargo 1317	OHL 9429	3.286,97
Fiesta Sedan 1.6	NBW 1192	9.474,00
Moto XRE 300	OHP 4428	1.199,51
Moto XRE 300	OHP 4518	1.276,24
Total		94.168,85
Média		9.416,89

Fonte: DPLAD câmpus Ariquemes.

Tabela 89 – CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA - ARIQUEMES.

Gestão da Frota de Veículos - campus Cacoal

Neste subitem o gestor deverá evidenciar a forma pela qual a UJ realiza a gestão da frota de veículos sob sua responsabilidade. Não há um formato padronizado para este tipo de informação, porém o gestor

deverá adotar o formato mais eficiente para apresentação dos dados solicitados, podendo fazer uso de tabelas, quadros, gráficos etc. Em sua análise o gestor deverá se posicionar, no mínimo, sobre os seguintes aspectos:

Legislação que regula a utilização da Frota de Veículos:

LEIS: Lei 9503/1997; Lei 9327/1996; Lei 1.081/1950. Decreto: 6.403/2008. Instruções Normativas: 183 de 08/09/1986; 03 de 15/05/2008; 01 de 21/06/2007; 06 de 16/06/1997; 09 de 26/08/1994 e 01 de 05/03/2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Os veículos oficiais são utilizados com vistas a proporcionar o desenvolvimento das atividades normais e corriqueiras do câmpus, subsidiando as diretorias, departamentos, coordenações, docentes e discentes, no cumprimento das atividades fins e meio. O câmpus utiliza atualmente o serviço de 02 motoristas terceirizados, sendo que conforme necessidade, são designados servidores que também possam conduzir os veículos oficiais.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:

O IFRO – Câmpus Cacoal, conta atualmente com 06 veículos, conforme quadro abaixo

Quantidade de veículos sob a responsabilidade da UJ

QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO - CACOAL			
Veículos	Ano Fabricação	Ano Modelo	Grupo
ford cargo 1317 CN P 4X2 Turbo diesel	2011	2012	Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da Instrução Normativa nº 3,
Caminhonete Toyota Hilux CD 4X4 2.4	2010	2010	
Sundown moto stx 200 - gasolina	2008	2008	
Fiesta Sedan 1.6 flex 4P	2013	2013	
Fiesta Sedan 1.6 flex 4P	2013	2013	
Volvo maxi bus lince	2012	2012	

Fonte: DPLAD câmpus Ariquemes.

Tabela 90 – QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO - CACOAL

Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra

MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS - CACOAL		
Veículos	Placa	Quilômetros rodados em 2015
ford cargo 1317 CN P 4X2 Turbo diesel	OHW6820	5.894
Caminhonete Toyota Hilux CD 4X4 2.4	NCJ2641	15.033
Sundown moto stx 200 - gasolina	NEF0293	1.578
Fiesta Sedan 1.6 flex 4P	NBW2742	16.788
Fiesta Sedan 1.6 flex 4P	NBW2752	16.792
Volvo maxi bus lince	NCA6393	17.997
Total		74.082
Média		12.347

Fonte: DPLAD câmpus Ariquemes.

Tabela 91 – MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS - CACOAL

IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS - ARIQUEMES		
Veículos	Idade dos Veículos	Idade média dos Veículos
ford cargo 1317 CN P 4X2 Turbo diesel	60	58 Meses
Caminhonete Toyota Hilux CD 4X4 2.4	72	
Sundown moto stx 200 - gasolina	96	
Fiesta Sedan 1.6 flex 4P	36	
Fiesta Sedan 1.6 flex 4P	36	
Volvo maxi bus lince	48	

Fonte: DPLAD campus Ariquemes.

Tabela 92 – e) Idade média da frota, por grupo de veículos

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

Custo de Manutenção da Frota

CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA - CACOAL		
Veículos	Placa	Custo com manutenção
ford cargo 1317 CN P 4X2 Turbo diesel	OHW6820	1.076,00
Caminhonete Toyota Hilux CD 4X4 2.4	NCJ2641	1.066,40
Sundown moto stx 200 - gasolina	NEF0293	466,04
Fiesta Sedan 1.6 flex 4P	NBW2742	1.788,57
Fiesta Sedan 1.6 flex 4P	NBW2752	1.764,43
Volvo maxi bus lince	NCA6393	5.981,73
Total		12.143,17
Média		2.023,86

Fonte: DPLAD câmpus Ariquemes.

Tabela 93 – Custo de Manutenção da Frota

Plano de substituição da frota;

Em 2015 não foi necessário substituir a frota, pois os veículos estão em perfeitas condições de uso e estado de conservação.

Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Considerando todos os custos, verifica-se que com a locação, independente da utilização ou não do veículo, sempre haverá a necessidade de realizar o pagamento ao locador, ou seja, um custo mensal, fato esse que em função das características do câmpus Cacoal, a melhor alternativa é a aquisição e manutenção, pois acredita-se que seja a opção mais vantajosa para a instituição, mesmo com a depreciação do bem.

Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O câmpus dispõe de sistema informatizado desenvolvido por servidor, que faz a armazenagem de informações, de modo a efetuar o controle do abastecimento, da agenda, da quilometragem e da manutenção veicular. Tal

acompanhamento proporciona a condição de gerir melhor a utilização dos veículos, assim como, os custos relacionados a cada um.

Frota de Veículos Automotores de Propriedade do Campus Guajará-Mirim

Trata-se de uma frota de veículos próprios, não sendo realizada nenhuma locação no período compreendido, todavia o veículo utilizado pelo Campus Guajará-Mirim pertence ao patrimônio da reitoria do IFRO. Para que se realize a gestão da frota toma-se por base a legislação vigente que trata sobre tal situação, conforme apresentada abaixo: Leis nº: 1.081/1950, 9.327/1996 e 9.503/1997 Decreto nº: 6.403/2008 Instruções Normativas nº: 183 de 08/09/1986, 09 de 26/08/1994, 06 de 16/06/1997, 01 de 21/06/2007, 01 de 05/03/2008, 03 de 15/05/2008

Importância e impacto da Frota de Veículos sobre as atividades

O veículo destina-se ao atendimento dos alunos na realização de visitas técnicas, viagens para participação de jogos escolares, congressos, conferências e em atendimentos de deslocamento de alunos até as unidades de saúde. Além disso, destina-se ao apoio nas atividades administrativas que envolvem deslocamento até outros Campus/Reitoria ou mesmo intramunicipal para a realização de visitas a empresas conveniadas para estágio, pesquisa de preços para a realização de licitações, dentre outras.

Gestão da frota - guajará-mirim

QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO - Guajará-Mirim			
Veículos	Ano Fabricação	Ano Modelo	Grupo
Toyota Hilux	2011	2012	Veículos de serviço comum

Fonte: campus Guajará-mirim.

Tabela 94 – Frota de Veículos Automotores

Média anual de Quilômetros Rodados

MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS - Guajará-Mirim		
Veículos	Placa	Quilômetros rodados em 2015
Toyota Hilux	NDK8846	30.000
Total		30.000
Média		30.000

Fonte: Campus Guajará-Mirim

Tabela 95 – Média anual de Quilômetros Rodados

Idade Média dos Veículos

IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS - Guajará-Mirim		
Veículos	Idade dos Veículos	Idade média dos Veículos
Toyota Hilux	48	71,3

Fonte: Campus Guajará-Mirim

Tabela 96 – Idade Média dos Veículos

Custos associados a Manutenção da Frota

CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA - Guajará-Mirim		
Veículos	Placa	Custo com manutenção
Toyota Hilux	NDK8846	7.161,33
Total		7.161,33
Média		7.161,33

Fonte: DPLAD câmpus Ariquemes.

Tabela 97 – Custos associados a Manutenção da Frota

Plano de Substituição de Frota

Para o ano de 2016 não é necessário substituir a frota, tendo em vista que o Campus ainda não possui veículo em seu patrimônio, entretanto, existe a intenção de aquisição de pelo menos 02 (dois) veículos do tipo automóvel.

Razões de Escolha da Aquisição em Detrimento da Locação

Embora demande de maior esforço por parte da equipe para acompanhamento, o custo da aquisição do veículo é menor, pois, a locação impõe custo mensal, além do custo com combustível. Desta forma, ao considerar o custo mensal por veículo, é viável a aquisição do patrimônio e realização de manutenções periódicas em detrimento da locação.

Estrutura de Controle para Assegurar uma Prestação Eficiente e Econômica do Serviço de Transporte

O Campus Guajará-Mirim dispõe de sistema informatizado, porém está em implantação. Possuímos 02 (dois) sistemas eletrônicos contratados que ajudam na Administração da frota. Estes sistemas referem-se ao sistema de Administração de Manutenção de Frota de Veículos e de abastecimento controlados por cartão magnético e sistema online.

Gestão da Frota - Vilhena

Quantidade de veículos

QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO - VILHENA			
Veículos	Ano Fabricação	Ano Modelo	Grupo
Fiesta Sedan	2011	2011	Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da Instrução Normativa nº 3,
Fiesta Sedan	2011	2011	
L200	2012	2013	
Microonibus marcopolo volarte	2011	2011	
ônibus volvo - comil	2013	2014	

Fonte: DPLAD câmpus Ariquemes.

Tabela 98 – UANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO

Média anual de quilômetros

MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS - VILHENA		
Veículos	Placa	Quilômetros rodados em 2015
Fiesta Sedan	NCY8584	6.344
Fiesta Sedan	NCY8754	6.125
L200	NCV7378	9.601
Microonibus marcopolo volarte	OHR2340	3.047
ônibus volvo - comil	NCF7663	9.196
Total		34.313
Média		6.863

Fonte: Campus Guajará-Mirim

Tabela 99 – MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS

media de idade da frota

IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS - VILHENA		
Veículos	Idade dos Veículos	Idade média dos Veículos
Fiesta Sedan	59	46 MESES
Fiesta Sedan	59	
L200	42	
Microonibus marcopolo volarte	50	
ônibus volvo - comil	14	

Fonte: Campus Guajará-Mirim

Tabela 100 – IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS

Custo associado a manutenção da frota

CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA - VILHENA		
Veículos	Placa	Custo com manutenção
Fiesta Sedan	NCY8584	6.617,05
Fiesta Sedan	NCY8754	7.541,33
L200	NCV7378	9.652,46
Microonibus marcopolo volarte	OHR2340	3.735,42
ônibus volvo - comil	NCF7663	23.464,16
Total		51.010,42
Média		10.202,08

Fonte: DPLAD câmpus Ariquemes.

Tabela 101 – CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA

6.6 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.6.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.6.2.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Porto Velho	2	2
	Ariquemes	1	1
	Guajará-Mirim	1	1
	Jí-Paraná	1	1
	Cacoal	1	1
	Vilhena	1	1
	Colorado do Oeste	2	2
	Guajará-Mirim	1	1
Subtotal Brasil		10	10
EXTERIOR	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		10	10

Fonte: PROPLAD - IFRO.

Tabela 102 – DISTRIBUIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS

Análise crítica Gestão do Patrimônio Imóvel

Conforme apresentado, no exercício de 2015 a Reitoria do IFRO possui um imóvel alugado, no qual funcionada sua sede. A necessidade de locação do prédio da Reitoria se dá pelo fato de o IFRO não possuir prédio próprio para o desenvolvimento das atividades administrativas da Reitoria. Ressaltamos que quando uma cidade demonstra interesse na instalação de uma unidade do IFRO, a mesma precisa, como contrapartida, doar um terreno com infraestrutura para que o IFRO possa construir essa unidade. Porém, para a Reitoria não existe essa contrapartida. O Governo do Estado, por meio da lei n. 2934 de 12/11/2012 e decreto n. 17.468 de 09/01/2013, doou um terreno para o IFRO construir a sede da Reitoria. A partir de então, foi iniciado todo o trabalho para a elaboração do projeto arquitetônico e demais projetos complementares para a construção da obra no referido terreno. Por se tratar de um prédio de aproximadamente 6.000 m² para abrigar todas as atividades administrativas, conselhos e suas respectivas reuniões (CONSUP, CEPEX, Colégio de dirigentes, etc.), comissões (CPPD, CIS, CPA, CEPI, etc.), almoxarifado e patrimônio, salas de treinamento, todos os equipamentos de processamento de dados, servidores, etc., foi necessária a realização de uma licitação para contratação de uma empresa para a elaboração dos projetos de construção. A empresa vencedora do certame entregou o projeto concluído em julho de 2014. Entretanto, devido à limitação de recurso orçamentário para esse fim, ainda não foi possível à realização de certame licitatório para contratação do serviço de construção da obra. Destacamos que o IFRO, ainda se encontra em fase de expansão/consolidação. Nesse sentido, considerando o atual cenário econômico, priorizamos as obras de infraestrutura voltadas aos ambientes pedagógicos e administrativos dos Campi, uma vez que a prioridade da instituição é proporcionar o pleno atendimento aos discentes e servidores de modo que assim cumpra sua missão institucional perante a sociedade. A Reitoria do IFRO é a unidade gestora que define e gerencia todas as políticas institucionais relativas às atividades de ensino, pesquisa e inovação, extensão e administração, onde estão o Reitor e todas as Pró-Reitorias. Assim, é imprescindível a locação de um prédio até que seja construída a sede própria da Reitoria. Informamos também que a SPU foi procurada para sabermos se a mesma possuía um prédio da União que pudesse ser utilizado pelo IFRO, o que foi respondido negativamente. No aluguel do prédio da Reitoria, o IFRO não arca com despesas com manutenção, reformas ou transformações, salvo aquela manutenção diária como substituição de lâmpadas, fechaduras de portas, entre outros.

6.6.2 Cessão de espaços físicos e Imóveis a órgãos e Entidades Públicas ou privadas

QUADRO A.7.6.2.1 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ Porto Velho - Calama		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	Av. Governador Jorge Teixeira, nº 3146, Setor Industrial, Porto Velho-RO
Identificação do Cessionário	CNPJ	14.200.951/0001-19
	Nome ou Razão Social	F. M. de Jesus ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviço de fornecimento de alimentação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta com fulcro no artigo 24, inciso V, da Lei 8.666/93
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de cantina e restaurante
	Prazo da Cessão	Doze meses, podendo ser prorrogado
	Caracterização do espaço cedido	Área de 320,53m2, distribuídos em 11,30m2 de Lanchonete, 10,09m2 de Cozinha, 4,50m2 de Despensa, 11,75m2 de Área de Serviço e 282,89m2 de salão de refeições (pátio)
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	4.782,60
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por GRU, código 28802-0, fonte de recurso 0250026421 à conta da UG 158.532, com ingresso em conta contábil - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Aquisição de materiais para manutenção (elétrico/eletrônico/segurança/proteção) e recolhimento do PIS/PASEP usado no custeio de despesas e gastos com água e energia elétrica e outras despesas da unidade

Fonte: DPLAD/CALAMA - PROPLAD - IFRO.

Tabela 103 – Cessão de Espaço Físico

QUADRO A.7.6.2.1 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ Porto Velho - Zona Norte		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	Av. Governador Jorge Teixeira, nº 3146, Setor Industrial, Porto Velho-RO
Identificação do Cessionário	CNPJ	14.200.951/0001-19
	Nome ou Razão Social	F. M. de Jesus MEForneçimento de alimentação
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência 1/2011
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviço de cantina e Restaurante
	Prazo da Cessão	Doze meses, podendo ser prorrogado
	Caracterização do espaço cedido	Área de 48 metros quadrados compreendendo cozinha e área da cantina/restaurante.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.686,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por GRU, código 28802-0, fonte de recurso 0250026421 à conta da UG 158.532, com ingresso em conta contábil - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Aquisição de materiais para manutenção (elétrico/eletrônico/segurança/proteção) e recolhimento do PIS/PASEP
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Média do consumo dos equipamentos elétricos, despesas com vigilância baseados no tamanho do espaço utilizado.	

Fonte: DPLAD/CALAMA - PROPLAD - IFRO.

Tabela 104 – Cessão de espaço físico

QUADRO A.7.6.2.1 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ Colorado do Oeste		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	Rodovia 399 km 05 – zona rural Colorado do Oeste - RO.
Identificação do Cessionário	CNPJ	15.766.905/0001-44
	Nome ou Razão Social	Leonice de Souza – Lau - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Lanchonete
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do espaço cedido	25m ² de alvenaria
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.517,30 mensal
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por GRU, código 28802-0, fonte de recurso 0250026421 à conta da UG 158.532, com ingresso em conta contábil - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para despesas gerais direcionadas para a Ação 2994 Assistência ao Educando
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Média do consumo dos equipamentos elétricos, despesas com vigilância baseados no tamanho do espaço utilizado.	

Fonte: DPLAD/CALAMA - PROPLAD - IFRO.

Tabela 105 – Cessão de espaço físico

6.6.2.1 informações sobre imóveis locados de terceiros

Bens imóveis locados de terceiros para uso do Instituto Federal de Rondônia, no exercício de 2015, compreende apenas o predio onde funciona a Reitoria, localizado à Avenida Sete de Setembro em Porto Velho.

QUADRO A.7.6.2.1 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ Colorado do Oeste		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	Rodovia 399 km 05 – zona rural Colorado do Oeste - RO.
Identificação do Cessionário	CNPJ	21.104.160/0001-50
	Nome ou Razão Social	Microempreendedor Individual João Carlos Bezerra
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviço de reprografia, impressão e encadernação
	Prazo da Cessão	31 meses
	Caracterização do espaço cedido	10,39m ² de alvenaria
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 200,00 mensal.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por GRU, código 28802-0, fonte de recurso 0250026421 à conta da UG 158.532, com ingresso em conta contábil - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para despesas gerais direcionadas para a Ação 2994 Assistência ao Educando
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Média do consumo dos equipamentos elétricos, despesas com vigilância baseados no tamanho do espaço utilizado.	

Fonte: DPLAD/CALAMA - PROPLAD - IFRO.

Tabela 106 – Cessão de espaço físico

QUADRO - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício 2015	Exercício 2014
BRASIL	Porto Velho	1	2
	-	-	-
Subtotal Brasil		1	2
EXTERIOR	-	-	-
	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		1	2

Fonte: PROAD - IFRO.

Tabela 107 – BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

6.6.3 Principais Obras e serviços de engenharia nas unidades

Diversas obras de construção e/ou recuperação e reparos foram executadas nas unidades do Instituto ao longo do exercício de 2015, visando a melhoria na qualidade do atendimento à comunidade estudantil. diversas

Principais obras na Unidade			
Unidade/Campi	Descrição da Obra ou Serviço	Favorecido	Situação
Cacoal	Execução de obra para construção de salas de aula	Mosaico	em andamento

obs.: a obra foi contratada em 2012 e sofreu diversas paralizações e aditivamente.

Fonte: PROAD

Tabela 110 – Principais obras e Serviços

obras tiveram início em anos pregressos ao exercício aqui relatado, todavia, tiveram andamento ou conclusão dentro do exercício de 2015. os demonstrativos abaixo, referem-se às principais obras diretamente aderentes a melhoria da estruturação das atividades fim.

6.6.3.1 Obras executadas nas Unidades

Principais obras na Unidade			
Unidade/Campi	Descrição da Obra ou Serviço	Favorecido	Situação
Colorado do Oeste	Obra de engenharia de reforma e ampliação da Coordenação de Cultura Perene. AG III	Paulo Machado Engenharia - EPP	Concluída
	Obra de engenharia de reforma e ampliação da Coordenação de Cultura Perene. AG I	Paulo Machado Engenharia - EPP	Concluída
	Obra de engenharia reforma e construção da fábrica de ração	WE Engenharia LTDA EPP	Concluída
	Obra de engenharia de reforma e adequação do abatedouro de aves	WE Engenharia LTDA EPP	Concluída
	construção do bloco de Laboratório de Agronomia.	WE Engenharia LTDA EPP	em andamento

Fonte: campus

Tabela 108 – Principais obras e Serviços

Principais obras na Unidade			
Unidade/Campi	Descrição da Obra ou Serviço	Favorecido	Situação
Ariquemes	Execução de obra para construção do refeitório	Concreta Engenharia	em andamento

Fonte: campus

Tabela 109 – Principais obras e Serviços

Principais obras na Unidade			
Unidade/Campi	Descrição da Obra ou Serviço	Favorecido	Situação
Guajará-Mirim	Execução de obra de construção de salas de aula e salas administrativas	Roberto Passarini	em andamento

obs.: a obra foi contratada em 2012 e sofreu diversas paralizações e aditativas até ser concluída em 2015.

Fonte: PROAD

Tabela 111 – Principais obras e Serviços

6.7 Gestão da Tecnologia

A área de Tecnologia da Informação no IFRO, é gerida por uma Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação, a quem compete planejar, executar, instruir, supervisionar e manter a funcionalidade das tecnologias da informação e comunicação, com articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão no IFRO e atendimento às necessidades gerais da Reitoria e dos Campi no que se refere às suas competências.

6.7.1 Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

Em virtude do amadurecimento das práticas de governança e gestão de TI no IFRO, surgiu a necessidade de separação do conteúdo tático do estratégico - que já era trabalhado no Plano Diretor de TI (PDTI), porém, com uma abordagem simplificada. Há uma clara distinção entre os diferentes níveis de gestão e seus respectivos instrumentos de planejamento.

Sendo assim, para desenvolvimento dos trabalhos de planejamento relacionado à TI do IFRO, houve a separação dos documentos em “Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI” e “Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI”. A principal ligação entre esses dois documentos, PETI e PDTI, se dará no entendimento de que as diretrizes e objetivos estratégicos serão tratados no PETI, a partir de 2014 com um foco de longo prazo. Já as metas e ações, que serão tratadas a curto e médio prazo no PDTI.

A abrangência deste planejamento estratégico alcança todo o IFRO, suas diretrizes, princípios e estratégia. Como escopo do PETI, foi considerado o framework de Governança de TI de Weill e Ross (2006). Este framework tem como elemento principal uma matriz construída a partir de cinco decisões-chave:

Princípios de TI: declarações de alto nível sobre como a TI é utilizada no negócio. Define o comportamento desejável tanto para os profissionais de TI como para os usuários da TI;

Arquitetura de TI: define os requisitos de integração e padronização;

Infraestrutura de TI: determina os serviços compartilhados e de suporte;

Necessidade de Aplicações de Negócio: requerimentos para compra ou desenvolvimento das aplicações de TI;

Investimentos de TI: determina o quanto e onde investir em TI.

No processo de elaboração PDTI, os coordenadores de TI do campi solicitaram às áreas de gestão acadêmica e administrativa o preenchimento do Documento de Oficialização de Demanda indicando as necessidades a serem desenvolvidas para o alcance dos objetivos estratégicos.

Devido a especificidade do tipo de instituição, que é o IFRO, que atua em ensino, pesquisa e extensão, podem haver demandas não identificadas no decorrer de sua elaboração e, com isso, o PDTI pode ser atualizado e, nesse processo, novas formalizações de demandas por parte das áreas de gestão do IFRO podem ser adicionadas, dessa forma não justificando a contratação de soluções de TI não presentes nesse PDTI,

visto que há a possibilidade de atualização. Como definido no capítulo que trata sobre o monitoramento do PDTI, os atores responsáveis são: Coordenação de Gestão de TI do câmpus, a Diretoria de gestão de TI e, como unidade máxima da área de TI, o Comitê Gestor de TI do IFRO. Para todas as contratações de TI do IFRO o princípio de padronização deve ser observado, essencialmente no que se refere a tecnologias já utilizadas institucionalmente. Dessa forma, busca-se o como unidade máxima da área de TI, o Comitê Gestor de TI do IFRO. Para todas as contratações de TI do IFRO o princípio de padronização deve ser observado, essencialmente no que se refere a tecnologias já utilizadas institucionalmente. Dessa forma, busca-se o odos os novos.

Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê Gestor de TI (COGTI) é constituído pelo Reitor, a quem cabe presidi-lo, pelo Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação, que ocupará a função de Secretário Executivo, pelos Pró-Reitores de todas as Pró-Reitorias, pelos Diretores Gerais de cada Campus e pelos Diretores Sistêmicos da Reitoria.

Partindo da definição da composição do COGTI nota-se que possui os mesmos membros do Colégio de Dirigentes. As principais definições de TI foram: a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e o mapa de aquisição para itens do datacenter, infraestrutura de rede e itens de usuários final.

As normativas na área de TI aprovadas em 2015 pelo Conselho Superior destacam-se a RESOLUÇÃO Nº 1/CONSUP/IFRO, de 5 de março de 2015, que dispõe sobre o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia e a RESOLUÇÃO Nº 11/CONSUP/IFRO, de 15 de maio de 2015 que dispõe sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2014/2016 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

Após as aprovações do PETI e PDTI, iniciou-se o processo priorização das aquisições que visou relacionar o orçamento destinado a área de TI da Reitoria e campi com as demandas formalizadas no PDTI. Como resultado desse trabalho foram lançados quatro processo de licitação: contratação do link de internet do campus Guajará-Mirim, contratação para aquisição de equipamentos para o Datacenter, contratação para aquisição de equipamento de infraestrutura de rede e contratação de aquisição de material de usuário final. Este último foi transferido para o ano de 2016 após um pedido de impugnação do edital.

Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Perspectiva Acadêmica

SIGA-EPCT: objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade

Relatórios-EDU: Portal do Professor: Diário de Aula: Reconhecimento de Saberes e Competências: PIT/RIT:

Moodle Cursos EaD: Virtual - IFRO para Cursos Presenciais: Sistema de Biblioteca:

Portal do Aluno: Painel de Indicadores.

Perspectiva Administrativa

Sistema de Formulários: SIGA-ADM: SUAP:
 Atendimento IFRO - GLPI:
 Projetos IFRO – Redmine: SEI-IFRO PEN:

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Os cursos no IFRO possuem como base o Plano Atual de Trabalho de 2015

Ocupação das vagas (6 de 6)

<p>Elaboração de PDTI (GTI12)</p> <p>Brasília (DF) 29/06 a 01/07/2015 (2ª a 4ª) – integral (9h às 18h hora local)</p> <p>Ver inscrições 1 vaga reservada, 1 preenchida.</p>
<p>Introdução à Segurança de Redes (SEG1)</p> <p>Salvador (BA) 03 a 07/08/2015 (2ª a 6ª) – integral (9h às 18h hora local)</p> <p>Ver inscrições 1 vaga preenchida.</p>
<p>Administração de Banco de Dados (DES6)</p> <p>Brasília (DF) 03 a 07/08/2015 (2ª a 6ª) – integral (9h às 18h hora local)</p> <p>Ver inscrições 1 vaga reservada, 1 preenchida.</p>
<p>Introdução à Segurança de Redes (SEG1)</p> <p>Brasília (DF) 31/08 a 04/09/2015 (2ª a 6ª) – integral (9h às 18h hora local)</p> <p>Ver inscrições 2 vagas reservadas, 2 preenchidas.</p>
<p>Planejamento e Contratação de Serviços de TI (GTI11)</p> <p>Brasília (DF) 26 a 30/10/2015 (2ª a 6ª) – integral (9h às 18h hora local)</p> <p>Ver inscrições 1 vaga reservada, 1 preenchida.</p>

Cursos

CURSOS		
Business Intelligence com Pentaho	4Linux	EAD
JPA e Hibernate além do básico - um projeto completo	AlgaWorks	EAD
Trilha HTML e Front End	Caelum/Alura	EAD
Desenvolvimento Web com JSF 2	AlgaWorks	EAD
Business Intelligence com Pentaho	4Linux	EAD
Criando Aplicativos para Smartphones e Tablets (AD-07)	SoftBlue	EAD
Curso Online de PostgreSQL - Desenvolvedor	Treinaweb	EAD
Administradores de redes Linux EaD	Linux Force Brasil	EAD
Administradores de redes Linux EaD	Linux Force Brasil	EAD
Administradores de redes Linux EaD	Linux Force Brasil	EAD
Administradores de redes Linux EaD	Linux Force Brasil	EAD
Administradores de redes Linux EaD	Linux Force Brasil	EAD
Formação Wireless	SENAI Marechal Rondon	EAD

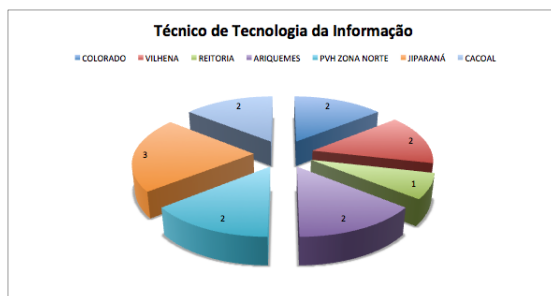


Figura 35 – DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES TÉCNICOS DA T.I.

Mestrado Computação DGTI 4 Ariquemes 1 Vilhena 1

Mestrado Administração DGTI 1

Mestrado Desenvolvimento Regional DGTI 1

Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

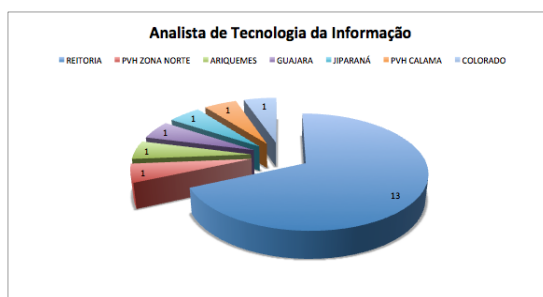


Figura 34 – DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES ANALISTAS DA T.I.

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Redmine

O sistema de gerenciamento de projetos utilizado a principio apenas na DGTI para gerencia dos projetos de tecnologia da informação, neste exercício foi ampliado a sua utilização as demais setores, para o planejamento de suas ações em andamento e planejadas, para melhor acompanhamento das respectivas execuções, possibilitando melhor visibilidade das ações planejadas e executadas. Este processo esta em fase de implantação sendo realizada pela equipe da DPLAN em todo o IFRO.(SE POSSÍVEL INCLUIR UM RELATÓRIO DO SISTEMA COM AS ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTO)

GLPI

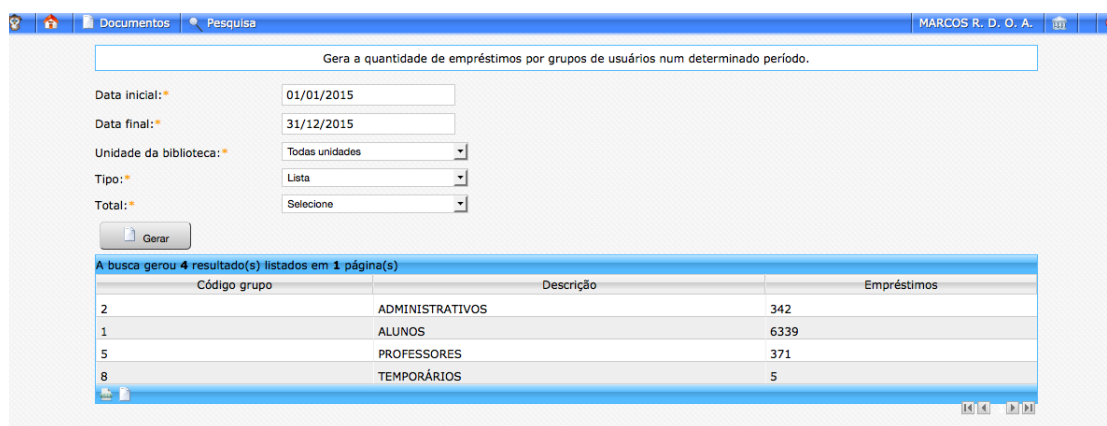
O sistema de gerenciamento de chamado da também foi ampliado a sua utilização para gerenciamento de chamados técnicos específicos, desta forma registrando as atividades rotineiras de setores alem da TI, como acessória de comunicação, manutenção predial e outros. Desta forma temos um melhor acompanhamento das

solicitações e processos dos setores que iniciaram a utilização.(SE POSSÍVEL INCLUIR UM RELATÓRIO DO SISTEMA COM AS ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTO)

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Gnuteca

O sistema de biblioteca utilizado no IFRO foi implantado pela empresa Solis, juntamente com o suporte técnico contratado por 1 (um) ano e renovado por mais 1 (um) para melhor aproveitamento das funcionalidades da ferramentas junto ao suporte técnico especializado, o sistema esta em fase final de implantação, sendo que alguns campi como Ji-Paraná e Vilhena encontra-se bastante avançado a sua utilização por parte dos alunos, professores e técnicos administrativos.



The screenshot shows the Gnuteca library system interface. At the top, there is a search bar with the text "Gera a quantidade de empréstimos por grupos de usuários num determinado período." Below the search bar, there are several filters: "Data inicial:" with a date field set to "01/01/2015", "Data final:" with a date field set to "31/12/2015", "Unidade da biblioteca:" with a dropdown menu set to "Todas unidades", "Tipo:" with a dropdown menu set to "Lista", and "Total:" with a dropdown menu set to "Selecione". A "Gerar" button is located below the filters. Below the filters, there is a message: "A busca gerou 4 resultado(s) listados em 1 página(s)". Below this message is a table with the following data:

Código grupo	Descrição	Empréstimos
2	ADMINISTRATIVOS	342
1	ALUNOS	6339
5	PROFESSORES	371
8	TEMPORÁRIOS	5

6.8 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

A Visão Geral da Política de Sustentabilidade adotada pelo IFRO:

A Sustentabilidade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia é percebida pelas dimensões econômica, social e ambiental. A sustentabilidade na dimensão econômica refere-se ao uso dos recursos disponíveis, de forma compatível com os critérios de sustentabilidade nas aquisições/contratações. Na dimensão social, a sustentabilidade refere-se às relações do IFRO com seus alunos, servidores e comunidade externa. Na dimensão ambiental, a sustentabilidade é percebida por meio de ações de mitigação dos impactos causados pelas atividades institucionais. Entendendo o seu importante papel para um desenvolvimento social responsável, a gestão do IFRO defende a adoção de políticas sustentáveis em suas ações, difundindo a importância da sustentabilidade à comunidade acadêmica, para que cada um de nossos alunos e servidores sejam disseminadores dessas políticas junto à comunidade externa. Com a publicação da Portaria MPOG n. 23, de 12 de fevereiro de 2015, o IFRO constituiu a comissão de boas práticas de gestão e de monitoramento do consumo de água e energia elétrica, que é responsável pelo acompanhamento, controle e adoção/disseminação de medidas que permitam à racionalização do consumo no IFRO.

Se a unidade participa da Agenda Ambiental Pública (A3P):

A Reitoria participa parcialmente da A3P, visto que são desenvolvidas ações de economia de água, incentivo ao consumo racional de água e energia elétrica, pequenas adaptações física na infraestrutura dos prédios,

aquisição de equipamentos de menor consumo de energia elétrica e/ou água, utilização de poços artesianos, monitoramento do consumo de energia elétrica. Há uma articulação entre a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) / Diretoria de Planejamento (DPLAN) e o Campus Porto Velho Zona Norte para o desenvolvimento de um projeto piloto da implantação completa da A3P com a mobilização da comunidade acadêmica no Campus, de modo esse projeto está em fase de elaboração.

Na Reitoria, ainda não foi implantado o projeto de coleta seletiva solidária. Há um mapeamento realizado pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), acerca das comunidades que trabalham a reciclagem, mas é necessária uma articulação entre Reitoria e Campi para direcionar ações a serem desenvolvidas. Alguns Campus do IFRO já praticam a coleta seletiva solidária. Para o exercício de 2016, a Reitoria pretende participar do edital de um dos Campus para destinar os resíduos a associações e cooperativas de catadores. É válido ressaltar que a demanda de resíduos da Reitoria é bem menor, quando comparada com a dos Campi.

Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente

Desde o ano de 2014 todos os editais de licitação da Reitoria dispõem de critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições e contratação de obras e serviços.

Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012

O IFRO ainda não possui um Plano de Logística Sustentável. Na vigência da Instrução Normativa nº 10/SLTI/MPOG, a elaboração de plano de logística sustentável deverá ser local, ou seja, cada uma das unidades do IFRO (Reitoria e Campi) deverá elaborar seu plano. Assim, a Diretoria de Planejamento (DPLAN), subordinada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), está articulando junto aos Campi a definição de diretrizes comuns a serem consideradas pelas unidades no momento da elaboração dos seus planos de logística sustentável. Apesar disso, destacamos que a Reitoria possui uma comissão permanente de monitoramento do consumo de água e energia elétrica constituída através da Portaria nº 773/CGAB/Reitoria, de 25 de maio de 2015 que desenvolve ações institucionais na forma da Portaria MPOG n. 23/2015, que estabelece boas práticas de gestão e uso de água e energia elétrica para os órgãos da Administração Pública Federal.

Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

Para uma instituição ainda em implantação é um desafio diário institucionalizar a política de sustentabilidade e implantar nos servidores a importância de se adotar práticas sustentáveis no desempenho de suas atividades. As políticas de desenvolvimento institucional sustentável são relativamente recentes na Reitoria, se considerarmos que o início efetivo de sua implantação ocorreu em Maio/2015 com a criação da Diretoria de Planejamento, ligada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN). Em quase um ano, muito foi feito em relação à criação de mecanismos de monitoramento e disseminação do consumo racional de energia elétrica na Reitoria, além da preferência pela compra de materiais recicláveis e a adoção de pequenas estratégias visando um desenvolvimento sustentável. A Pró-Reitoria de Administração (PROAD) tem sido parceira da PRODIN/DPLAN no monitoramento do consumo e na formulação das políticas institucionais de sustentabilidade. Em conjunto, esses dois setores conseguiram mapear o consumo de energia elétrica no biênio 2014/2015, através do qual se pode constatar que houve uma redução no consumo como fruto desse trabalho de monitoramento e disseminação de boas práticas.

Contudo, é necessário ampliar o escopo de atuação das políticas de sustentabilidade da Reitoria por meio da intersetorialização das ações, aumento de práticas de sustentabilidade nas áreas finalísticas, engajamento dos Campi na disseminação de boas práticas, elaboração e monitoramento dos planos locais de logística sustentável. A expectativa da PRODIN/DPLAN é incorporar ao PDI 2014-2018 as diretrizes das políticas de desenvolvimento institucional sustentável bem com estruturar nos Campi suas comissões locais gestoras do PLS.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

7.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

7.2 Tratamento de Recomendações do OCI

7.3 Tratamento de Determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU

Informamos que, no exercício de 2015, não houveram Determinações do TCU ao IFRO, sendo apresentadas apenas as Recomendações

7.4 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício

O Quadro abaixo contempla informações sobre as recomendações expedidas pelo OCI e as providências adotadas, com as informações sobre as providências adotadas para dar cumprimento às respectivas recomendações.

Relatório de cumprimento das recomendações do Órgão de controle interno			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.			
Recomendações da CGU-Regional/RO			
Recomendações Expedidas pela CGU-Regional/RO			
Ordem	Identificação	Item do R.A.	Comunicação Expedida
01	-	128733	Ofício n° 576/2015/CGAB/IFRO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Descrição da Recomendação			
Efetuar a adequação do Regimento Interno da Unidade de modo que seja estabelecida autorização expressa para que a auditoria Interna tenha acesso irrestrito a pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de suas auditorias.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Reitoria			
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação atendida conforme Resolução n° 015/CONSUP/IFRO, Art. 16 - Os dirigentes			
de Entidade e Unidade ligadas direta e indiretamente à Instituição deverão proporcionar			
ao corpo técnico amplas condições para o exercício de suas funções, permitindo			
livre acesso às informações, dependências e instalações, bens, documentos e valores.			
Síntese dos resultados obtidos			
Maior independência e imparcialidade na opinião do auditor.			

Figura 36 – Quadro– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Ordem	Identificação	Item do R.A.	Comunicação Expedida
02	–	128737	Ofício n° 576/2015/CGAB/IFRO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Efetuar o levantamento de mão de obra (auditores, demais servidores e estagiários) necessária para que a Auditoria Interna realize de forma adequada suas atribuições legais e regimentais em quantidade e qualidades razoáveis;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Setor Responsável pela Implementação Reitoria			
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação atendida conforme Resolução n° 15/CONSUP/IFRO, Art. 13-As funções de auditoria deverão ser segregadas das demais atividades e unidades administrativas, sendo vedado ao Auditor Chefe e aos Auditores Internos:			
V - É vedado atribuir à Unidade da Auditoria Interna e aos auditores internos, atividades de Gestão, sobretudo despachos em processos administrativos, participação em comissões que possam causar conflito com a atividade típica de auditoria.			
Síntese dos resultados obtidos			
Com essa implementação a auditoria interna poderá realizar seus trabalhos com mais eficiência.			

Tabela 112 – Quadro– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Ordem	Identificação	Item do R.A.	Comunicação Expedida
03	–	128735	Ofício n° 576/2015/CGAB/IFRO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			
Descrição da Recomendação			
Efetuar a adequação do Regimento Interno da Unidade de forma que seja estabelecido a vedação da participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			
Síntese da Providência Adotada			
Maior eficiência e efetividade para o setor			
Síntese dos resultados obtidos			
Com essa implementação a auditoria interna poderá realizar seus trabalhos com mais eficiência.			

Tabela 113 – Quadro– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Ordem	Identificação	Item do R.A.	Comunicação Expedida
04	–	128733	Ofício n° 576/2015/CGAB/IFRO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Instituto Federal de Rondônia		100907	
Descrição da Recomendação			
Efetuar a adequação do Regimento Interno da Unidade de forma que seja estabelecida autorização expressa para que a auditoria Interna tenha acesso irrestrito a pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de suas auditorias.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Setor Responsável pela Implementação Reitoria			
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação atendida conforme Resolução n° Art. 16 - Os dirigentes de Entidade e Unidade ligadas direta e indiretamente à Instituição deverão proporcionar ao corpo técnico amplas condições para o exercício de suas funções, permitindo livre acesso às informações, dependências e instalações, bens, documentos e valores			
Síntese dos resultados obtidos			
Maior independência e imparcialidade na opinião do auditor.			

Tabela 114 – Quadro– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Ordem	Identificação	Item do R.A.	Comunicação Expedida
05	–		Ofício n° 957/2015/CGAB/IFRO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Instituto Federal de Rondônia			
Descrição da Recomendação			
Notifique o proprietário do imóvel para que apresente o Habite-se e Alvará atualizado. Caso não seja apresentado no prazo previsto, considerando a imprescindibilidade de tais documentos, adotar as medidas necessárias para a rescisão do contrato em questão, contudo, adotar as medidas no tempo necessário a fim de evitar descontinuidade dos serviços da Instituição.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Setor Responsável pela Implementação Reitoria			
Síntese da Providência Adotada			
A documentação (Alvará de funcionamento e o Habite-se) do imóvel alugado pela Reitoria/IFRO já fora entregue pelos locadores, conforme documentação em anexo no Resposta ao Ofício n° 10.069/2015/CGU-Regional/RO.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação atendida			

Tabela 115 – Quadro– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

7.4.1 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

O Quadro apresenta as justificativas para o não atendimento às recomendações do OCI.

Ordem	Identificação	Item do R.A.	Comunicação Expedida
05	–	128769	Ofício nº 957/2015/CGAB/IFRO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Instituto Federal de Rondônia			
Descrição da Recomendação			
Recomendação: Tomar providências para que seja efetuado o ressarcimento ao erário do prejuízo causado pela contratação do imóvel com preços superiores ao do mercado no valor de R\$: 141.000,00(cento e quarenta e um mil reais), referente ao período de novembro de 2012 a outubro de 2013.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Setor Responsável pela Implementação Reitoria			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Em atendimento a essas Recomendações, foi expedida a Portaria/GR/IFRO nº 812, de 01/06/2015, designando uma Comissão do Processo de Responsabilidade, com objetivo de apurar as responsabilidades constantes no Processo do Relatório de Auditoria nº 23243.000005/2014-99 e supostas irregularidades do Processo nº 23243.001196/2012-44. A Comissão instituída abriu os trabalhos desenvolvido pela mesma durante o período de sua atuação. Em 27/11/2015 a Comissão entregou o resultado de seus trabalhos e sugeriu, em seu Relatório Final, que fossem tomadas as providências cabíveis quanto ao ressarcimento ao erário no valor de R\$ 141.600,00 (cento e um mil seiscentos reais) pelas empresas locadoras do imóvel, além de providências administrativas quanto à penalização das mesmas, conforme o artigo 14.1 e a alínea b2 dos Contratos nº 18/2012 e nº 19/2012, aplicando, ainda, a Multa Compensatória. Em atendimento às recomendações propostas pela referida Comissão, o IFRO notificou, por meio do Ofício nº 935/CGAB/IFRO, as empresas para que as mesmas apresentassem alegações finais da sua defesa.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Tabela 116 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Ordem	Identificação	Item do R.A.	Comunicação Expedida
06	-	1.1.11	Ofício n° 957/2015/CGAB/IFRO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			
Descrição da Recomendação			
Recomendação: Recomendação 128773: Apurar as responsabilidades dos gestores que alugaram imóveis por preços superiores aos de mercado e com base em parecer técnico de avaliação em desconformidade com as normas d referentes a avaliação de imóveis. Sendo que tais imóveis também não apresentam Habite-se.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Setor Responsável pela Implementação Reitoria			
Síntese da Providência Adotada			
Para atender a essa recomendação, será instalada, no início de 2016, uma Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o art. 148 da Lei no 8.112/90, para apurar se houve responsabilidade dos envolvidos.			
Síntese dos resultados obtidos			
recomendação atendida			

Tabela 117 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Ordem	Identificação	Item do R.A.	Comunicação Expedida
07	-	1.1.3	Ofício n° 957/2015/CGAB/IFRO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação: Instalar piso tátil de alerta/direcional e corrimão de apoio nos locais de acesso no âmbito do IFRO, objetivando contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção, facilitando seu acesso aos bens e serviços coletivos; Cumprir os requisitos de acessibilidade, de modo que os itinerários comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, objetivando contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção, facilitando seu acesso aos bens e serviços coletivos; Nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas à garagem e a estacionamento de uso público, reservar vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Setor Responsável pela Implementação Reitoria			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Em atendimento a essas recomendações foi expedida, em 31/08/2015, a Portaria/GR/IFRO nº 1.337, criando Grupos de Trabalho, em todas as Unidades do IFRO, com o objetivo de fazer um diagnóstico da acessibilidade no IFRO, levando-se em consideração as necessidades educacionais e a infraestrutura, identificando o cenário atual e, ao final dos trabalhos, apresentarem diretrizes e propostas de ações para adaptar os ambientes institucionais para acesso e circulação por todas as pessoas, apresentação do relatório pelos Grupos, será feito o planejamento, com base na disponibilidade de recursos orçamentários e de complexidade de execução, para implementação das ações necessárias para a promoção da acessibilidade universal na Instituição.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação registrada para cumprimento no exercício de 2016.			

Tabela 118 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Ordem	Identificação	Item do R.A.	Comunicação Expedida
08	–	1.1.3	Ofício n° 957/2015/CGAB/IFRO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			
Descrição da Recomendação			
Criar cronograma, rotinas e procedimentos com o objetivo de cadastrar todos os imóveis de uso especial sob responsabilidade do IFRO no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Setor Responsável pela Implementação Reitoria			
Síntese da Providência Adotada			
A meta é de que na apresentação do Relatório de Gestão do exercício de 2015, todos os imóveis utilizados ou pertencentes ao IFRO já estejam devidamente cadastrados naquele Sistema.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação registrada para cumprimento no exercício de 2016.			

Tabela 119 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Ordem	Identificação	Item do R.A.	Comunicação Expedida
10	-	1.1.3	Ofício n° 957/2015/CGAB/IFRO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			
Descrição da Recomendação			
Providenciar o plano de combate a incêndio aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar (CBM) para todos os prédios sob responsabilidade do instituto, juntamente com o HABITE-SE.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Setor Responsável pela Implementação Reitoria			
Síntese da Providência Adotada			
Essa ação já foi iniciada pela Diretoria de Engenharia e Infraestrutura da Pró-Reitoria de Administração do IFRO.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação registrada para cumprimento no exercício de 2016.			

Tabela 121 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Ordem	Identificação	Item do R.A.	Comunicação Expedida
09	-	1.1.3	Ofício n° 957/2015/CGAB/IFRO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			
Descrição da Recomendação			
Fazer a avaliação/reavaliação dos imóveis de uso especial sob responsabilidade do tomarem providências para a regularização da gestão IFRO, com a finalidade de do patrimônio imobiliário da Entidade; e Providenciar junto à Superintendência de Patrimônio da União - SPU o cadastramento individualizado de todos os imóveis do IFRO e o desmembramento dos imóveis já cadastrados no SPIUNET, a fim de atender ao estabelecido no item 19.6.8.1.das Normas Brasileiras de Contabilidade(NBC T 19.6 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Setor Responsável pela Implementação Reitoria			
Síntese da Providência Adotada			
Após a realização do cadastro dos imóveis utilizados e pertencentes ao IFRO, automaticamente atenderemos a essa obrigatoriedade da avaliação. No tocante à reavaliação, a mesma será realizada gradualmente após a realização dos procedimentos de cadastro/avaliação dos imóveis sob a responsabilidade do IFRO.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação registrada para cumprimento no exercício de 2016.			

Tabela 120 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Ordem	Identificação	Item do R.A.	Comunicação Expedida
11	-	1.1.3	Ofício n° 957/2015/CGAB/IFRO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			
Descrição da Recomendação			
Implantar sistema informatizado (software) de apoio à gestão da manutenção predial, que possibilite o gerenciamento dos dados e informações.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Setor Responsável pela Implementação Reitoria			
Síntese da Providência Adotada			
Por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) é possível realizar cronograma, rotinas e procedimentos com o objetivo de cadastrar todos os imóveis de uso especial sob responsabilidade do IFRO no SPIUnet.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação registrada para cumprimento no exercício de 2016.			

Tabela 122 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

7.4.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

Em referência ao item em tela - Declaração de Bens e Rendas, informamos que O Instituto vale-se do disposto na Instrução Normativa n.º 67/2011 do Tribunal de Contas da União, que aponta a possibilidade dos servidores optarem pelo fornecimento de autorização de acesso aos dados de bens e rendas ao IFRO. A opção supracitada se dá no ato da posse do servidor mediante preenchimento e assinatura de formulário de autorização específico, entregue na Diretoria de Gestão de Pessoas responsável pelo gerenciamento das informações.

7.4.3 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Em 2015 foi expedida a Portaria/GR/IFRO nº 812, de 01/06/2015, designando uma Comissão do Processo de Responsabilidade, com objetivo de apurar as responsabilidades constantes no Processo do Relatório de Auditoria nº 23243.000005/2014-99 e supostas irregularidades constantes do Processo nº 23243.001196/2012-44 visando o ressarcimento ao erário no valor de R\$ 141.600,00 (cento e um mil seiscentos reais) pelas empresas RONNIE ANDERSON HIGA e CLÍNICA ONDONTOLÓGICA ORTO FACE LTDA ME, locadoras do imóvel alugada pela Reitoria. A Comissão instituída abriu o Processo nº 23243.003303/2015-11, anexando aos autos do trabalho desenvolvido pela mesma durante o período de sua atuação. Em 27/11/2015 a Comissão entregou o resultado de seus trabalhos e sugeriu, em seu Relatório Final, que fossem tomadas as providências para o ressarcimento do valor, além de providências administrativas quanto à penalização das mesmas, conforme o artigo 14.1 e a alínea b2 dos Contratos nº 18/2012 e nº 19/2012, aplicando, ainda, a Multa Compensatória. Em atendimento às recomendações propostas pela referida Comissão, o IFRO notificou, por meio do Ofício nº 935/CGAB/IFRO, as empresas para que as mesmas apresentassem alegações finais da sua defesa. Quanto aos gestores citados no Processo, a Comissão recomendou a apuração de responsabilidade dos mesmos. Para atender a essa recomendação, será instalada, no início de 2016, uma Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o art. 148 da Lei nº 8.112/90, para apurar se houve responsabilidade dos servidores envolvidos. Houve ainda a abertura de processos administrativos, para todos os servidores em situação de Dedicção Exclusiva ou de dedicação integral que exerceram atividade empresarial, com o objetivo de dar ciência aos mesmos sobre a análise que será feita para verificar se há ou não a necessidade de os mesmos fazer restituição de valores aos cofres públicos. Além disso, como medida administrativa para evitar ou minimizar novas situações como as informadas na SA 201503690/03, no ato da posse no cargo pelos novos servidores em Dedicção Exclusiva ou de dedicação integral, o IFRO está informando aos mesmos sobre o que trata o art. 14 do anexo ao Decreto 94.664, de 1987, com especial atenção para as penalidades cabíveis.

7.4.4 Alimentação SIASG e SICONV

QUADRO A.11.5 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.
<p>DECLARAÇÃO</p> <p>Eu, Ana Cristina do Nascimento, CPF nº 001.186.592-00, Coordenadora de Contratos e Convênios, exercido na Reitoria declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, a LDO 2015 Esuas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Porto Velho, 14 de março de 2016.</p> <p>Ana Cristina do Nascimento 001.186.592-00</p> <p>Coordenadora de Contratos e Convênios</p>

Tabela 123 – QUADRO A.11.5 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.

7.4.4.1 Ações de Publicidade e Propaganda

Não há conteúdo a ser declarado visto que a publicidade institucional ocorre apenas via Diário Oficial, cujos custos estão declarados no capítulo da Gestão Orçamentária.

7.5 Demonstrações da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto na Lei 8.666/1993

No exercício de 2015 o Decreto nº 8.456 de 22/05/2016 estabeleceu o cronograma mensal de desembolso (financeiro) do Poder Executivo. Através do referido Decreto foi autorizado para cada Ministério um valor limite para o exercício. O valor limite se destina a atender ao pagamento das despesas do próprio Ministério, bem como dos órgãos e/ou unidades orçamentárias, como por exemplo, o IFRO, que é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Nesse sentido, para que o IFRO possa realizar os pagamentos das despesas liquidadas, aguardamos as liberações de recursos financeiros por parte da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da SETEC/MEC que no ano de 2015, salvo raras exceções, ocorreram uma vez por mês. As liberações de recursos financeiros no exercício de 2015, conforme citado anteriormente, foram realizadas de forma parcial, sendo que em média nossos recebimentos (Limite de Saque com Vinculação de Pagamento) corresponderam a 55% do montante das despesas liquidadas a pagar. Tais liberações de recursos, além de

serem realizadas de forma parcial, ainda são acompanhadas de orientações de pagamento obrigatório de algumas despesas (conforme documento anexo – mensagem Siafi 2015/1947089), como por exemplo: energia elétrica, água, assistência estudantil e por fim as despesas discricionárias (que normalmente são as despesas relativas aos contratos de serviços, compra de materiais/equipamentos e contratação de obras). Em razão da situação exposta o IFRO, fica impossibilitado de garantir o cumprimento, na sua totalidade, do cronograma determinado pela Lei. Levando em consideração que os recursos financeiros são liberados por fonte, e que para a fonte (100 – Recursos Ordinários do Tesouro) que é destinada à cobertura das despesas relativas à Assistência Estudantil, as liberações tem ocorrido no percentual de 100% da despesa liquidada, destacamos que essas despesas foram pagas de forma a garantir o cumprimento do cronograma determinado pela Lei. No tocante às demais despesas, sendo: energia elétrica, água, contratação de serviços de limpeza, vigilância, mão-de-obra, serviços diversos, fornecimento de materiais, compra de equipamentos e material permanente e contratação de obras e serviços de engenharia, o IFRO tem envidado esforços no sentido de a cada liberação de recursos financeiros garantir o pagamento dos serviços essenciais ao funcionamento e manutenção das atividades pedagógicas (ensino / pesquisa / extensão) e administrativa das suas unidades (Reitoria e Campi). Dessa forma o cronograma determinado pela Lei não é seguido (relevantes razões de interesse público) de forma fidedigna em razão de que o fiel cumprimento do referido mecanismo causaria a paralisação dos serviços essenciais ao funcionamento dos Campi de Educação Profissional e Tecnológica do IFRO, prejudicando aproximadamente 10.000 alunos e 948 servidores. É importante frisar que a questão de liberação parcial de recursos financeiros por parte do Governo Federal através da SPO/SETEC/MEC não se restringe ao IFRO, tal situação atinge todo o Poder Executivo Federal. Por fim, destacamos que o efetivo cumprimento do cronograma determinado pela Lei 8.666/93, no âmbito do IFRO, poderá ocorrer (sem prejuízo ao funcionamento dos serviços essenciais) a partir da normalização das liberações de recursos financeiros por parte do Governo Federal.

8 ANEXOS E APÊNDICES

8.0.1 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei 4.320/64

8.0.1.1 Sistemática de Apuração de Custos

8.0.1.2 Balanço Financeiro de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório de Gestão 2015.

8.0.1.3 Balanço Orçamentário de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório de Gestão 2015.

8.0.1.4 Balanço Patrimonial de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório de Gestão 2015.

8.0.1.5 Demonstrações das Variações Patrimoniais de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa - Relatório de Gestão 2015.

8.0.1.6 Demonstrações de Fluxo de caixa de acordo com a Lei 4.320/64 - Nota Explicativa - Relatório de Gestão 2015.

8.0.1.7 Informações sobre Conformidade Contábil

8.0.1.8 Tratamento Contábil

8.0.1.9 Declaração do Contador

8 ANEXOS E APÊNDICES

8.0.1 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei 4.320/64

8.0.1.1 Sistemática de Apuração de Custos

8.0.1.2 Balanço Financeiro de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório de Gestão 2015.

8.0.1.3 Balanço Orçamentário de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório de Gestão 2015.

8.0.1.4 Balanço Patrimonial de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório de Gestão 2015.

8.0.1.5 Demonstrações das Variações Patrimoniais de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa - Relatório de Gestão 2015.

8.0.1.6 Demonstrações de Fluxo de caixa de acordo com a Lei 4.320/64 - Nota Explicativa - Relatório de Gestão 2015.

8.0.1.7 Informações sobre Conformidade Contábil

8.0.1.8 Tratamento Contábil

8.0.1.9 Declaração do Contador

Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade – Anexo único Portaria-TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015 – Relatório Gestão 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA – IFRO - 26421

O Sistema de Custos do Governo Federal – SIC encontra-se sob gestão da Coordenação Geral de Contabilidade e Custos da União.

Portanto, este Órgão não utiliza mecanismos de mensuração de custos, pois não dispõe de sistemática de apuração de custos.

Local	Porto Velho-RO	Data	18/03/2016
Contador Responsável pelo Órgão	Josuel dos Santos	CRC nº	RO-006283/O-5

Balanco Financeiro de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório Gestão 2015.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 26421 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA - AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 09/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	727.823,03	-	Despesas Orçamentárias	142.458.051,83	-
Ordinárias	77.563,60	-	Ordinárias	20.087.674,18	-
Vinculadas	650.259,43	-	Vinculadas	122.370.377,65	-
Educação		-	Educação	104.279.207,26	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)		-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito	16.182.984,14	-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações	76.188,66	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	650.259,43	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.770.074,30	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	61.923,29	-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			-
Transferências Financeiras Recebidas	171.266.863,93	-	Transferências Financeiras Concedidas	34.768.120,36	-
Resultantes da Execução Orçamentária	143.875.366,22	-	Resultantes da Execução Orçamentária	24.107.453,49	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido	119.851.106,23	-	Repasse Concedido	83.193,50	-
Sub-repasse Recebido	24.024.259,99	-	Sub-repasse Concedido	24.024.259,99	-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	27.391.497,71	-	Independentes da Execução Orçamentária	10.660.666,87	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	27.072.086,75	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	10.583.103,27	-
Demais Transferências Recebidas		-	Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	319.410,96	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	77.563,60	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	23.811.399,01	-	Despesas Extraorçamentárias	16.479.271,64	-

Inscrição dos Restos a Pagar Processados	6.875.870,77	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	4.216.421,59	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	16.738.785,63	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	12.069.471,75	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	184.400,22	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	193.378,30	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	12.342,39	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	380,00	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial		-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	11.962,39	-			
Saldo do Exercício Anterior	2.375.149,76	-	Saldo para o Exercício Seguinte	4.475.791,90	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.375.149,76	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.475.791,90	-
TOTAL	198.181.235,73	-	TOTAL	198.181.235,73	-

Nota Explicativa:

- O Balanço financeiro foi elaborado com vistas à Lei n. 4.320/1964, MCASP e orientações do Órgão Central – Secretaria do Tesouro Nacional, e as notas explicativas em observância ao item 3.5 Parte V do MCASP 6ª Edição;
- Considerando que este órgão reconhece as retenções de tributos como pagas na baixa da obrigação não haverá ajustes a serem realizados;

Porto Velho- RO, 18 de Março de 2016.

Josuel dos Santos
CRC-RO 006283/O-5
Contador responsável pelo Órgão

Balanco Orçamentário de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório Gestão 2015.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 26421 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA - AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 09/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.020.128,00	1.020.128,00	727.823,03	-292.304,97
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	46.303,00	46.303,00	71.377,40	25.074,40
Receitas Imobiliárias	46.303,00	46.303,00	71.377,40	25.074,40
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	92.303,00	92.303,00	54.510,09	-37.792,91
Receita da Produção Vegetal	22.976,00	22.976,00	3.229,17	-19.746,83
Receita da Produção Animal e Derivados	69.327,00	69.327,00	51.280,92	-18.046,08
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	881.522,00	881.522,00	507.525,98	-373.996,02
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	94.409,56	94.409,56
Multas e Juros de Mora	-	-	6.667,56	6.667,56
Indenizações e Restituições	-	-	84.506,86	84.506,86
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos	-	-	-	-
Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos	-	-	-	-

para Compensações ao RGPS				
Receitas Correntes Diversas	-	-	3.235,14	3.235,14
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.020.128,00	1.020.128,00	727.823,03	-292.304,97
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	1.020.128,00	1.020.128,00	727.823,03	-292.304,97
DÉFICIT			141.730.228,80	141.730.228,80
TOTAL	1.020.128,00	1.020.128,00	142.458.051,83	141.437.923,83
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	1.068.000,00	1.068.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	1.068.000,00	1.068.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	110.986.506,00	128.114.295,00	128.357.451,63	120.858.520,03	115.809.846,39	-243.156,63
Pessoal e Encargos Sociais	66.723.929,00	82.568.718,00	82.225.122,68	82.225.122,68	82.225.122,68	343.595,32
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	44.262.577,00	45.545.577,00	46.132.328,95	38.633.397,35	33.584.723,71	-586.751,95
DESPESAS DE CAPITAL	45.430.688,00	45.430.688,00	14.100.600,20	4.860.746,17	3.033.549,04	31.330.087,80
Investimentos	45.430.688,00	45.430.688,00	14.100.600,20	4.860.746,17	3.033.549,04	31.330.087,80
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	156.417.194,00	173.544.983,00	142.458.051,83	125.719.266,20	118.843.395,43	31.086.931,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-

Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	156.417.194,00	173.544.983,00	142.458.051,83	125.719.266,20	118.843.395,43	31.086.931,17
TOTAL	156.417.194,00	173.544.983,00	142.458.051,83	125.719.266,20	118.843.395,43	31.086.931,17

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.693.496,38	5.345.081,88	4.337.759,37	4.217.052,71	246.329,05	2.575.196,50
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.693.496,38	5.345.081,88	4.337.759,37	4.217.052,71	246.329,05	2.575.196,50
DESPESAS DE CAPITAL	5.872.238,85	7.664.081,66	9.317.294,34	7.852.419,04	137.297,47	5.546.604,00
Investimentos	5.872.238,85	7.664.081,66	9.317.294,34	7.852.419,04	137.297,47	5.546.604,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.565.735,23	13.009.163,54	13.655.053,71	12.069.471,75	383.626,52	8.121.800,50

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	208.280,19	2.120.275,11	2.049.863,07	44.692,35	233.999,88
Pessoal e Encargos Sociais	-	36.817,73	36.817,73	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	208.280,19	2.083.457,38	2.013.045,34	44.692,35	233.999,88
DESPESAS DE CAPITAL	9.166,12	2.166.558,52	2.166.558,52	-	9.166,12
Investimentos	9.166,12	2.166.558,52	2.166.558,52	-	9.166,12
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	217.446,31	4.286.833,63	4.216.421,59	44.692,35	243.166,00

Nota Explicativa:

- A previsão e execução orçamentária foram aplicadas com vistas à Lei n. 4.320/1964, MCASP e orientações do Órgão Central – Secretaria do Tesouro Nacional, e as notas explicativas em observância ao item 2.5 Parte V do MCASP 6ª edição;
- O saldo dos restos a pagar não processados liquidados é mantido separadamente dos restos a pagar processados;
- Não há registro recebimento de Recursos de exercício anterior, conforme consulta realizada no presente balanço;
- Há equilíbrio entre despesas e receitas, pois este balanço não está consolidado o qual há execução despesas orçamentário para prestação de serviços e realização de investimentos. O valor de Transferência Financeira Recebidas no período foi R\$ 171.266.863,93 e R\$ 34.768.120,36 de Transferência Financeira Concedida, conforme dados registrados no Balanço Financeiro.

Porto Velho- RO, 18 de Março de 2016.

Josuel dos Santos
CRC-RO 006283/O-5
Contador responsável pelo Órgão

Investimentos do RPPS			Resultados Acumulados	120.393.646,87	117.802.581,03
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	2.591.065,84	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados de Exercícios	117.802.581,03	117.802.581,03
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Anteriores	-	-
Imobilizado	120.740.073,32	106.696.019,54	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	120.393.646,87	117.802.581,03
Bens Móveis	56.986.459,47	48.281.955,05			
Bens Móveis	56.986.459,47	48.281.955,05			
(-)	-	-			
Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	63.753.613,85	58.414.064,49			
Bens Imóveis	63.899.212,28	58.532.664,97			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-145.598,43	-118.600,48			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	83.053,50	83.053,50			
Softwares	83.053,50	83.053,50			
Softwares	83.053,50	83.053,50			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	136.583.233,30	123.712.024,24	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	136.583.233,30	123.712.024,24

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	4.485.795,27	42.503.976,80	PASSIVO FINANCEIRO	34.916.977,99	61.821.989,08
ATIVO PERMANENTE	132.097.438,03	81.208.047,44	PASSIVO PERMANENTE	4.513.054,63	-35.337.647,10
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	97.153.200,68	97.227.682,26

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	16.657.444,36	12.452.932,85	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	16.968.557,56	13.929.678,11
Execução dos Atos Potenciais Ativos	16.657.444,36	12.452.932,85	Execução dos Atos Potenciais Passivos	16.968.557,56	13.929.678,11
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	15.648.444,08	11.443.932,57	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	5.000,00	5.000,00
Direitos Contratuais a Executar	1.009.000,28	1.009.000,28	Obrigações Contratuais a Executar	16.963.557,56	13.924.678,11

Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	16.657.444,36	12.452.932,85	TOTAL	16.968.557,56	13.929.678,11

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-819.074,71
Recursos Vinculados	-29.612.108,01
Educação	-29.216.011,18
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-344.720,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	7.907,61
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-59.284,44
TOTAL	-30.431.182,72

Nota Explicativa:

- O Balanço Patrimonial foi elaborado com vistas à Lei n. 4.320/1964, MCASP e orientações do Órgão Central – Secretaria do Tesouro Nacional, e as notas explicativas em observância ao item 3.5 Parte V do MCASP 6ª Edição;
- O Órgão não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 em relação ao tratamento contábil da depreciação, amortização e da exaustão dos itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, conforme restrição contábil 642 – Falta/Evolução incompatível Dep. At. Imobilizado registrada na conformidade contábil no decorrer do exercício de 2015. Porém, foi implantado o Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP o qual será responsável em gerar informações para atendimento das Normas Contábeis. Assim com a validação do sistema, será iniciada no decorrer do exercício de 2016 a depreciação e amortização dos bens registrados no órgão.

Porto Velho- RO, 18 de Março de 2016.

Josuel dos Santos
CRC-RO 006283/O-5
Contador responsável pelo Órgão

Demonstrações das Variações Patrimoniais de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório Gestão 2015.

**MINISTÉRIO DA
FAZENDA
SECRETARIA DO
TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO

SUBTÍTULO

ORGÃO SUPERIOR

EXERCÍCIO

PERÍODO

EMISSÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES
PATRIMONIAIS - TODOS OS
ORÇAMENTOS
26421 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E
TEC.DE RONDONIA - AUTARQUIA
26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
2015
Anual
09/03/2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	173.517.790,97	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	633.413,47	-
Venda de Mercadorias	54.510,09	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	578.903,38	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	179,95	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	179,95	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	171.344.836,39	-
Transferências Intragovernamentais	171.266.863,93	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	77.972,46	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.445.131,55	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.445.131,55	-

Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	94.229,61	-
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	94.229,61	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	170.926.725,13	-
Pessoal e Encargos	88.462.014,81	-
Remuneração a Pessoal	68.988.328,17	-
Encargos Patronais	13.030.709,02	-
Benefícios a Pessoal	6.183.425,42	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	259.552,20	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.606.944,31	-
Aposentadorias e Reformas	1.427.843,22	-
Pensões	179.101,09	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	29.146.318,59	-
Uso de Material de Consumo	3.564.542,32	-
Serviços	25.554.778,32	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	26.997,95	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	20.450,12	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	20.450,12	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	34.895.488,82	-
Transferências Intragovernamentais	34.768.120,36	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	49.396,00	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	77.972,46	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	10.105.707,33	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	3.226.580,24	-
Desincorporação de Ativos	6.879.127,09	-
Tributárias	37.789,84	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.132,18	-
Contribuições	29.657,66	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.652.011,31	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	6.415.100,19	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	236.911,12	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.591.065,84	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2015	2014

Nota Explicativa:

- A Demonstração de Variações Patrimoniais foi elaborada com vistas à Lei n. 4.320/1964, MCASP e orientações do Órgão Central – Secretaria do Tesouro Nacional, e em observância ao item 5.5 Parte V do MCASP 6ª .

Porto Velho- RO, 18 de Março de 2016.

Josuel dos Santos
CRC-RO 006283/O-5
Contador responsável pelo Órgão

Demonstrações dos Fluxos de Caixa de acordo com a Lei 4.320/64, Nota Explicativa – Relatório Gestão 2015.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26421 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO	2015
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	15.153.168,74	-
INGRESSOS	172.191.049,57	-
Receitas Derivadas e Originárias	727.823,03	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	71.377,40	-
Receita Agropecuária	54.510,09	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	507.525,98	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	94.409,56	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	171.463.226,54	-
Ingressos Extraorçamentários	184.400,22	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	171.266.863,93	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	11.962,39	-
DESEMBOLSOS	-157.037.880,83	-
Pessoal e Demais Despesas	-108.777.359,70	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.733.469,05	-
Saúde	-	-

Trabalho	-	-
Educação	-106.960.839,88	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-83.430,77	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	380,00	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-13.299.022,47	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-13.299.022,47	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-34.961.498,66	-
Dispêndios Extraorçamentários	-193.378,30	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-34.768.120,36	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-13.052.526,60	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-13.052.526,60	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-12.879.056,85	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-173.469,75	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.100.642,14	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.375.149,76	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.475.791,90	-

Nota Explicativa:

- A Demonstração Fluxo de Caixa foi elaborada com vistas à Lei n. 4.320/1964, MCASP e orientações do Órgão Central – Secretaria do Tesouro Nacional, e nota explicativa em observância ao item 6.5 Parte V do MCASP 6ª Edição;
- Considerando que este órgão reconhece as retenções de tributos como pagas na baixa da obrigação não haverá ajustes a serem realizados;

Porto Velho- RO, 18 de Março de 2016.

Josuel dos Santos
CRC-RO 006283/O-5
Contador responsável pelo Órgão

Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial – Anexo único Portaria-TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015 – Relatório Gestão 2015

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA – IFRO - 26421

Esta Setorial Contábil de Órgão realizou mensalmente a conformidade contábil de órgão no decorrer do exercício de 2015, conforme consulta que poderá ser realizada pela transação SIAFI “CONCONFCON”.

Nas conformidades há restrição por falta de registro de conformidade contábil na UG 158376, devido não haver contador efetivamente lotado no campus.

Em relação à Conformidade Registro de Gestão cita-se falta de registro de Conformidade em diversos dias do exercício 2015 nas Unidades Gestores: 158341/158342/158345/158376/158532 acarretando descumprimento da Macrofunção 020314.

Local	Porto Velho-RO	Data	18/03/2016
Contador Responsável pelo Órgão	Josuel dos Santos	CRC nº	RO-006283/O-5

Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos – Anexo único Portaria-TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015 – Relatório Gestão 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA – IFRO - 26421

O Instituto federal de educação de Rondônia não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 em relação ao tratamento contábil da depreciação, amortização e da exaustão dos itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, conforme restrição contábil 642 – Falta/Evolução incompatível Dep. At. Imobilizado registrada na conformidade contábil no decorrer do exercício de 2015.

Porém, foi implantado o Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP o qual será responsável em gerar informações para atendimento das Normas Contábeis. Assim com a validação do sistema, será iniciada no decorrer do exercício de 2016 a depreciação e amortização dos bens registrados no órgão.

Local	Porto Velho-RO	Data	18/03/2016
Contador Responsável pelo Órgão	Josuel dos Santos	CRC nº	RO-006283/O-5

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação completa (UJ)	Código da UG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO	26421

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

- a) Ativo Circulante - Estoques: os saldos da conta Estoques internos Almoxarifado: não refletem a realidade dos estoques registrados no sistema do Almoxarifado. Esta incompatibilidade nos saldos se originou na ausência de sistema de controle que perduraram anos. Atualmente está sendo realizada a baixa, porém falta implantar os procedimentos de baixas não realizadas em exercícios anteriores o qual será realizada, se possível, no exercício de 2016, em atendimento à lei nº 4.320/1964.
- b) Ativo Permanente – bens móveis e imóveis: os saldos da conta Bens Móveis e Imóveis, subgrupo Permanente, grupo Ativo Não Financeiro:
 - Não refletem corretamente a situação patrimonial devido à falta de um sistema de controle de lançamentos das movimentações dos bens móveis, comprometendo a conciliação contábil com o Relatório Mensal dos Bens. Porém o sistema está em fase de implantação no órgão.
 - Há imóveis de propriedade do órgão que não estão cadastrados SPIUNET, porém em meados do mês novembro de 2015 houve curso na SPU sobre os procedimentos de cadastro no sistema. Assim os responsáveis foram notificados quanto à urgência neste cadastro junto ao Sistema o qual será concluído em 2016.
- c) Depreciação, Amortização e Exaustão: os saldos da conta Depreciação, Amortização e Exaustão, subgrupo Permanente, grupo Ativo Não Financeiro:
 - Não reflete corretamente a situação patrimonial, devido à falta de realização dos procedimentos de depreciação, amortização e exaustão, pois o sistema de controle informatizado de gestão patrimonial não está extraindo informações necessárias para registro.
- d) Auditores contábeis (CONDESAUD):
 - Há registro em dezembro de 2015 referente às equações 0280/0299 a qual gerou no final do exercício após regularização da restrição referente à reclassificação da fonte 0177. A presente restrição não foi regularizada a tempo hábil devido à dificuldade em encontrar os documentos envolvidos por ser referirem aos exercícios 2009/2010/2011/2012/2013/2014 e os meios de busca fornecidos pela Setorial Contábil do MEC e o Órgão Central (STN) não foram suficientes para obtermos êxito na regularização.
- e) Conformidade Contábil: Não houve registro de conformidade contábil no exercício de 2015 na UG 158376, conforme consulta em anexo, devido não haver contador efetivamente lotado no campus.
- f) Conformidade Registro de Gestão: Falta de registro de Conformidade de Gestão em diversos dias do exercício 2015 nas Unidades Gestoras: 158341/158342/158345/158376/158532 o qual houve descumprimento da Macrofunção 020314.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Porto Velho – Rondônia	Data	08/01/2016
Contador Responsável	Josuel dos Santos	CRC nº	RO-006283/O-5

